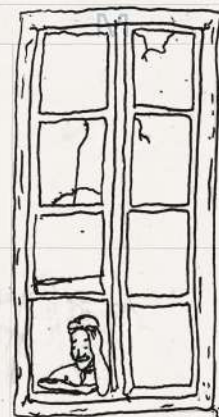




PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

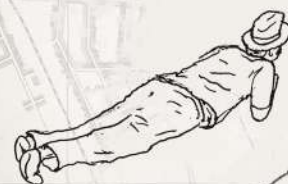
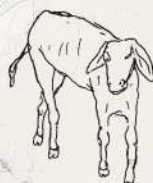
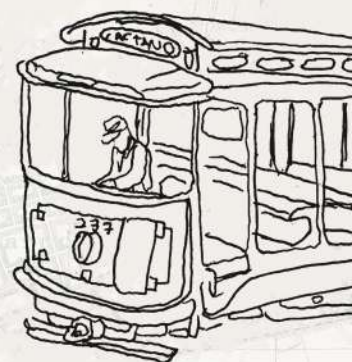
Levantada pela
DIVISÃO CADASTRAL
da 2ª Secção da
Directoria de Obras e Viação da
PREFEITURA MUNICIPAL

EDIÇÃO PROVISÓRIA
Aprovada pelo Acto nº 972, de 24 de Agosto de
1916



HÁBITOS E HABITAÇÕES: OCUPAÇÃO POPULAR E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NA VÁRZEA DO CARMO NA VIRADA DO SÉCULO XX

Carolina Oliveira Ressurreição
Orientador: Luis Antônio Coelho Ferla



Carolina Oliveira Ressurreição

**HÁBITOS E HABITAÇÕES: OCUPAÇÃO POPULAR E
CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NA VÁRZEA DO CARMO NA
VIRADA DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de São Paulo –
Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, para obtenção do título de
Mestra em História.

São Paulo

2023

Carolina Oliveira Ressurreição

**HÁBITOS E HABITAÇÕES: OCUPAÇÃO POPULAR E
CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NA VÁRZEA DO CARMO NA
VIRADA DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de São Paulo –
Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, para obtenção do título de
Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio
Coelho Ferla

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Chefe do Departamento:

Prof. Dr. Max Menz

Coordenador do curso de pós-graduação:

Prof. Dr. André Machado

Pra Mã.

por você e pra você, sempre

AGRADECIMENTOS

Ciência só existe feita no coletivo. Conhecimento só interessa se compartilhado. Agradeço a tudo e a todas que me alimentaram e nutriram, escrevendo comigo esta dissertação:

À toda encantaria, especialmente à que insiste em caminhar sobre a cidade, essa portadora de morte.

À água, ao verde, ao sol, à natureza que tudo nos dá.

A todas as pessoas que a várzea me deu, à maloca Alcântara Machado, à D. Selma Maria e à D. Maria Selma. À Cláudia. À Andreia. À toda comunidade que em diferentes tempos habitou o S. Vito e seu território.

A todos que primeiro refletiram comigo nas águas limpas e esgotadas do Tamanduateí, Vitão, sempre presente, e Lucas, rebelde e diligente, disputos da História. À Milene por toda decência e boniteza, e ao Diga, por ser Rios e transbordar. À Berta, companhia de reflexões antes mesmo de nos conhecermos. E à Mirrah, insubmissa companheira das margens, incentivo e diálogo importante pra essa produção.

Ao meu orientador, professor Luis Ferla, por tudo, mas principalmente pela infinita paciência. Por me colocar limites e especialmente por me permitir não os respeitar.

A todas as Marias que elaboraram a presença humana na várzea, em especial professora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, presente em minha qualificação e defesa e inspiração desde muito antes. Enorme satisfação ter sido lido e comentado por essa grande referência em sensibilidade histórica.

Aos colegas pandemestrados, que eu mal conheço, mas considero pacas. Estamos inevitavelmente ligados por nossa experiência, única em nosso tempo e com sorte única em nossas vidas. À Priscilla Almeida, "amiga do mestrado", companheira no processo. À professora Denise Bernuzzi Sant'anna, pelos valiosos apontamentos e provocações em minha qualificação, e à professora Valéria Guimarães, pela leitura generosa, importantes apontamentos e estímulo para a pesquisa.

Aos colegas do Grupo Himaco, que generosamente me ensinaram tanto, me apresentaram a universidade e dividiram os poucos momentos ali. Em especial à Cintia, *help desk* de uma mestranda desesperada.

Ao Aquiles, com quem dividi ainda mais à distância a experiência de mestrar em uma pandemia, pela amizade, interlocução acadêmica preciosa e incomensurável contribuição a essa dissertação. É noiz memo vagabundo!

Ao Bruno Perê, pela inventividade inspiradora e pela preciosíssima contribuição para esse trabalho através de reflexões, caminhadas e ilustrações.

À Mona, por segurar minha mão, por mostrar caminhos, por dividir angústias e ressentimentos, por ser minha amiga e inspiração historiográfica.

Ao Lucas, Princeso de Itaquera, por dividir e antecipar referências, o gosto pelas ruas e o lanche da tarde.

À Ligya, pela bibliografia, cervejas, risadas e riffs de guitarra compartilhados. Prazer ter essa historiadora como amiga.

Ao Marquinhos, pela amizade que cria raízes e nos aterra.

À minha amiga Heleníssima, que suportou minhas ausências e vacilos. Imensamente grata por tudo, sempre.

Ao Marcelo, pela amizade, que já seria o bastante, mas por tudo que ela gerou. Pelo apoio, carinho, cuidado e presença.

Ao Felipe, por ser o pesquisador e ser humano com a bússola moral mais apurada que conheço. Por estabelecer meu padrão de qualidade.

Ao Godinho, pela inspiração na academia e no desafio a ela.

Ao Henrique, aluno-professor que sempre ensina.

À Dagmar, Cecília e Maria, que cuidaram do meu corpo, mas através da escuta ofereceram outros tantos cuidados.

À Iyá Adriana de Nanã, pelos ensinamentos que vêm de longe.

A todas as amigas que, felizmente, são muitas e grandes demais pra esses agradecimentos.

Àqueles que encantaram antes de poder ver essa dissertação pronta, mas que estão presentes em cada frase dela. Tia Maria, minha rainha. Gritão, amigo incondicional, treinador da vida. Vêio Henrique, maior contador de histórias, mestre maloqueiro.

À minha família, pelo apoio incondicional sempre. À minha irmã Cléa, por ir na frente e abrir caminho, mostrando tudo o que poderia ser, e sempre fazendo brilhantemente.

Ao Bertoldo Planta, pelos passeios, pés aquecidos, apoio silencioso. Pelas tardes e noites de companhia na escrita. Por ser um cachorro, mais que o suficiente pra ser agradecido.

À minha mãe, que me ensinou a fazer sempre o melhor possível, me amou e assim me deixou acreditar que era capaz. Por você e pra você, sempre.

A todas as pessoas que disputaram e disputam a várzea e as margens, e lutam por outra vida possível.

Aos que vieram, aos que foram e aos que virão.

*Eu arranjei o meu dinheiro trabalhando o ano inteiro
Numa cerâmica, fabricando potes lá no alto da Mooca
Eu comprei um lindo lote dez de frente e dez de fundos
Construí minha maloca
Me disseram que sem planta não se pode construir
Mas quem trabalha tudo pode conseguir
João Saracura que é fiscal da Prefeitura
Foi um grande amigo, arranhou tudo pra mim
Por onde andaré Joca e Matogrosso
Aqueles dois amigos
Que não quis me acompanhar
Andarão jogados na avenida São João
Ou vendo o sol quadrado na detenção
Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada, ninguém pode demolir
Minha maloca, a mais linda deste mundo
Ofereço aos vagabundos
Que não têm onde dormir
Adoniran Barbosa, “Abrigo de Vagabundo”, 1958*

*Mas aí, minha área é tudo o que eu tenho
A minha vida é aqui, eu não consigo sair*

*É muito fácil fugir, mas eu não vou
Não vou trair quem eu fui, quem eu sou
Eu gosto de onde eu vou e de onde eu vim
Ensino da favela foi muito bom pra mim*

*Cada lugar, um lugar, cada lugar, uma lei
Cada lei uma razão, eu sempre respeitei
Qualquer jurisdição, qualquer área
Edi Rock e Mano Brown, “Fórmula Mágica da Paz”, 1997*

RESUMO

Em meados do século XIX a cidade de São Paulo começaria um processo ininterrupto de expansão e transformação urbana. Nesse momento, o rio Tamanduateí e sua várzea, fundamentais para o estabelecimento da cidade e até então barreira natural para a expansão a leste do território, passam a sofrer seguidas intervenções do poder público e particulares interessados em modificar terrenos, transpor suas águas e dar fim a problemas de higiene e ocupação, promovendo *melhoramentos* e *embelezamentos* especialmente na região próxima à colina central. Ao mesmo tempo em que o discurso técnico de engenheiros urbanistas e médicos sanitaristas era mobilizado para alterar a paisagem da Várzea do Carmo, os jornais, representando e influenciando parte da opinião pública, registravam diversas ocorrências e incidentes na região - arrabaldes da cidade na época - que hoje nos ajudam a identificar quem eram as pessoas e as práticas que ocupavam o território e participavam de sua transformação. Através da diversidade de registros na imprensa, esta dissertação espacializa no território da região da Várzea do Carmo diversos sujeitos, práticas, hábitos e habitações que participaram da (re)construção cotidiana desse território e da cidade em um período de cinquenta anos (1870-1920). Assim, identifica e representa as relações de poder que se travaram na região nesse intervalo, discutindo a forma como a imprensa – e os poderes constituídos – interpretaram e lidaram com formas de vida dissidentes do que se pretendia como vida cidadina hegemônica.

Palavras-chave: História de São Paulo; História Ambiental; Modernidade; Urbanização; Rio Tamanduateí.

ABSTRACT

In the middle of the 19th century, the city of São Paulo began an uninterrupted process of expansion and urban transformation. At that moment, the Tamanduateí river and its lowland - fundamental for the establishment of the city and until then a natural barrier to the expansion to the east of the territory – goes through repeated interventions by the public authorities and individuals interested in modifying land, transposing its waters and solving problems of hygiene and occupation, promoting improvements and embellishments, especially in the region close to the central hill. At the same time, the technical discourse of urban engineers and public health doctors was mobilized to change the landscape of Várzea do Carmo. The newspapers, representing and influencing part of public opinion, recorded various occurrences and incidents in the region - the outskirts of the city at the time - that today help us to identify who were the people and the practices that occupied the territory in transformation. Through this diversity of press records, this dissertation spatializes in the territory of the Várzea do Carmo several subjects, practices, habits and dwellings that participated in the daily (re)construction of this territory and the city in a period of fifty years (1870-1920), identifying and representing the power relations that took place in the region during this period.

Keywords: History of São Paulo; Environmental History; Modernity; Urbanization; Tamanduateí River.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO: o tempo para esta pesquisa.....	12
1. IMPRENSA	19
1.1 Notícias Populares.....	23
1.2 Jornais como fonte	26
2. VÁRZEA, ESPAÇO NATURAL.....	26
3. VÁRZEA, ESPAÇO DE TRABALHO	38
3.1 Mercado	40
3.2 Ambulantes e carregadores	43
3.3 Organização trabalhadora e desorganização no trabalho	45
3.4 Trabalhadores de passagem.....	48
4. MULHERES.....	51
4.1 Insubmissas	51
4.2 Domesticadas	57
4.3 Suicidas.....	60
4.4 Da casa pra fora.....	66
4.5 Da porta pra dentro	70
5. MENORES	75
5.1 Anúncios.....	76
5.2 Incidentes domésticos (ou quase).....	77
5.3 O problema dos menores.....	82
6. DESORDEIROS.....	90
6.1 Intrépidos apreciadores dos banhos ao ar livre.....	90
6.2 Improdutivos por opção	93
6.2.1 Ciganos.....	93
6.2.2 Mendigos.....	94
6.2.3 Vagabundos.....	98
6.3 Distrações inocentes e associações de maledicência	101
6.4 Vida e morte nos botequins	107
6.4.1 Pequeno desvio	109
6.4.2 A rua Monsenhor Anacleto	113
7. ORDENADORES.....	120
7.1 No mundo do crime	121

7.2 Policiais exemplares	125
7. 3 Desordenados mantenedores da ordem	129
7.4 Manutenção da ordem.....	133
7.4.1 Intermediários do estado	134
7.4.2 Velha história de extermínio	136
8. CAIPIRAS E BONDES ELÉTRICOS	141
8.1 várzea de caipiras e quintais	143
8.2 Animais.....	147
8.3 Encantados	150
8.4 Outros tempos	155
9. METODOLOGIA.....	160
9.1 Universo amostral	160
9.2 Estratégia e processo de georreferenciamento	170
CONCLUSÃO: Um rio que ordena a vida ou Quem disse que não havia ordem?	174
PERIÓDICOS UTILIZADOS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
MAPAS.....	184
REFERÊNCIAS SENSÍVEIS.....	191



INTRODUÇÃO: o tempo para esta pesquisa

A paisagem observada pelos jesuítas quando se estabeleceram no território hoje conhecido como São Paulo em muito se difere do que agora se observa, quase 470 anos depois. Não só se alteraram os corpos que compõem e constroem essa paisagem, como o próprio espaço natural seria hoje irreconhecível: a fauna e a flora que ocupavam as margens do rio serpenteante que corria abaixo da colina onde viria a ser o pátio do colégio jesuítico já não são encontradas em meio às avenidas, viadutos, edifícios e apressados transeuntes que circulam pelo mesmo território. A Piratininga não mais existe, pois não secam mais peixes expostos ao sol na estiagem do rio de planície chamado Tamanduateí justamente pela antiga presença de saúvas e seus predadores tamanduás. O próprio rio, cheio de curvas, hoje é em grande parte de sua extensão reto, esgotado.

A transformação que eliminou as curvas do rio da paisagem – por muito tempo famosa e representante da cidade – se operou ao longo dos quase cinco séculos de sua história, vide a eliminação sistemática dos corpos indígenas que possuíam – ou cuidavam – da terra ainda quando Piratininga, mas se acelerou de maneira vertiginosa apenas nos últimos séculos. Nesse recorte, as décadas circunscritas na virada do século XIX para o século XX marcam o começo da aceleração em direção a esse *fim*.

Enquanto no mundo as teorias sociais tomavam força e preenchiam-se de sentido para a massa trabalhadora que se enfileirava nas fábricas equipadas com o mais revolucionário em termos industriais, no Brasil a abolição da escravidão se desenhava através das mãos negras escravizadas que já resistiam há séculos, e agora engajavam cada vez mais a classe política e a sociedade. O movimento abolicionista já existia à luz do dia com sociedades beneméritas, festas de arrecadação e propaganda, disputas judiciais e “roubos” – ou fugas – deliberadamente organizadas por escravizados ou por famosos

abolicionistas. Enquanto a cidade se espelhava na modernidade e modernização europeia, na prática vivia uma urbanização incipiente “onde proliferava a pobreza e certa autonomia dos desqualificados sociais bastante incômoda para as autoridades” (DIAS, 1983, p. 31).

Os corpos negros que faziam funcionar engenhos e latifúndios no âmbito rural na cidade eram a lubrificação e a própria engrenagem: em um tempo em que ainda surgiam os automóveis, a eletricidade ou mesmo a água encanada, quem fazia as vezes desse tipo de serviço eram em sua maioria negras e negros, como bem afirmou Jurandir Freire Costa: o trabalho negro “era esgoto, era água corrente, no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavadora automática, abanava que nem ventilador” (1989, p. 83). Parte importante do cotidiano paulista, essas pessoas circulavam pela cidade executando diversos serviços públicos ou privados, trabalhando para si ou rendendo a féria para seus donos-patrões, gozando de uma liberdade relativa que nem por isso os tornava menos enegrecidos ou suspeitos aos olhos da ordem e da branquitude.

No entanto, esses mesmos corpos que tanto serviram logo passaram a não servir para o trabalho industrial que tomava força na virada do século, tornando-se substituíveis nas fábricas, mas também no serviço doméstico ou ambulante, por imigrantes também empobrecidos – porém brancos. Com a abolição oficial da escravidão, vários foram os motivos para migração negra e muitas mais as formas de segregação e expulsão de quem insistiu em ficar. Enquanto isso, indígenas que sobreviviam ao genocídio mesclavam-se à população “nacional” através da miscigenação, mas também da migração – processo de interiorização que mais tarde os devolveria como “nortistas”, “nordestinos” – e do apagamento étnico, na medida em que os registrava como “mamelucos”, “pardos”, “cafuzos” etc. Esses sujeitos, retornando na primeira ou segunda geração para a cidade, assim como vários indígenas e miscigenados, ganhavam a identidade também de *caipiras* (Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição de Estatística, 1984, apud CRUZ, p. 46). Assim, muitas práticas chamadas de “caipiras”, em contexto mais ou menos depreciativo, mascaram práticas indígenas e racializadas.

Dessa forma, a prática de espoliação dos corpos e os territórios pouco nobres na cidade foram relegadas a esses indesejados necessários, mas também, e principalmente, aos brancos empobrecidos que chegavam da Europa ou a certo custo se estabeleciam em São Paulo. Imigrantes da Itália, Espanha – os mais pobres a imigrar pra cidade (SANTOS, 2006) – Síria e Alemanha dividiram edifícios encortiçados e ocupações com pessoas

negras, ainda que estas últimas fossem preteridas. Marco inicial da legislação abolicionista, a Lei Eusébio de Queiroz foi sancionada no mesmo ano em que o Império dispunha da cessão onerosa de terras devolutas para empresas de estabelecimento de colônias¹; já o segundo marco importante, a Lei do Ventre Livre, foi aprovado no mesmo ano em que foi fundada no estado de São Paulo a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, subvencionada pelo Estado poucos anos depois². A política de libertação foi, portanto, realizada paralelamente à de importação de trabalhadoras e trabalhadores europeus, um processo premeditado e vagaroso de transição de força de trabalho, que se estendia ao branqueamento da população e segregação espacial.

A liberdade das pessoas negras teve marco legal apenas depois do início do encanamento de água, depois do estabelecimento da estrada de ferro que ligava São Paulo ao litoral, depois da chegada do primeiro telefone. A modernização da vida urbana acontecia, portanto, na substituição das técnicas, dos corpos disponíveis para a espoliação na sociedade do trabalho – profundamente ligada às técnicas necessárias – e na consequente velocidade que passava a mediar o cotidiano. A ansiada modernidade não se configurava, todavia, como uma benesse para toda a sociedade, mas uma transformação na forma de ver e viver o mundo forjada às custas do trabalho e sacrifício de alguns.

Entre 1870 e 1920 operaram-se essas mudanças nos habitantes da cidade de São Paulo assim como tantas outras na circulação de sujeitos e capitais, na cultura, nos conceitos de civilidade e nas formas de opressão; mas o Brasil e o mundo também experimentavam profundas mudanças: além da classe trabalhadora branca começar a assim se reconhecer nas fábricas e nos encontros fora delas, o Brasil se juntava a Bolívia, Paraguai e Haiti como uma das primeiras repúblicas modernas; a tensão transnacional na Europa provocaria fome e a primeira grande guerra, motivos, inclusive, de parte da migração estrangeira para os trópicos.

Não era exclusividade paulista, assim, a tensão racial ou social nem as disputas ideológicas do que deveria ser configurado como futuro, enquanto prática ou projeto. Cidades cresciam e “se modernizavam” ao redor do mundo, cada uma assumindo à sua maneira a função de lidar com os desafios dessa modernização: a habitação e condições de existência da força de trabalho, a tranquilidade da burguesia, a afirmação do poder centralizado – fosse ele autocrático ou democrático – a manutenção e funcionamento das

¹ Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

² Decreto n. 4.769, de 8 de agosto de 1871.

fábricas, a circulação de pessoas e mercadorias, a higiene de um território cada vez mais adensado de pessoas, as premissas do que é aceitável na cultura ou não etc.

Nessa sociedade em vertigem, mas não atordoada, nos interessa um grupo específico de pessoas: larápios em fuga transcontinental, famílias imigrantes que utilizavam os últimos recursos em direção ao Brasil (desejando aqui ficar ou partir com algum acúmulo de capital), que se dedicavam a seus ofícios ou empregavam seu esforço onde era possível; ou ainda indivíduos negros desagregados pela escravidão e reagregados pela convivência em casas coletivas (BLUE et al, 2006), que compartilhavam das condições materiais de vida, do território e, muitas vezes, das mesmas estratégias de sobrevivência – *faziam o corre*. Da mesma forma, eram submetidas ora às mesmas formas de controle do corpo e da cultura, ora eram vistos como grupos totalmente distintos por parte das classes dominantes, mas em geral empurrados a uma vida de trabalho regida por outrem no espaço laboral, e também – e especialmente – fora dele. Construía a cidade com suas mãos, mas não gozavam, nem nos legaram, seu quinhão ou direito ao território, não na regulamentação oficial dele. Essas pessoas que compartilhavam o território da Várzea através de seus respectivos e distintos usos compartilhavam também o fato de serem privadas do fruto de seu trabalho e de sua liberdade de gozar a existência em um sentido amplo, por isso tratadas nesse texto como um grupo único e heterogêneo de *pessoas espoliadas*³.

É nesse contexto que transcorre o processo de esgotamento do rio Tamanduateí e suas várzeas. Por um lado, a retificação do rio, iniciada em 1849, passa a demonstrar a vontade do homem *tratorando* o espaço natural em nome do progresso e da acumulação de capital; por outro, o crescimento da cidade passa a apresentar graves problemas de estrutura urbana e destinação de dejetos, que gradativamente esgotam a potência natural do rio, seu bioma e paisagem, transformando-o, segundo o senso comum, em um esgoto (em alguns poucos trechos, a céu aberto). Com margens importantes para o funcionamento da primeira São Paulo, fosse para os animais não-humanos que há muito

³ Por tal espoliação, entendemos o processo de alienação do trabalho, de retirada de mais-valia, de roubo do tempo e vitalidade, de regulação da vida pública e privada, de interferência na liberdade de formação de identidade e, finalmente, no sequestro de pertencimento e memórias, atribuídos a outros agentes e negados a quem não firma seu nome na materialidade da cidade. Se a materialidade foi retirada dessas pessoas através do empobrecimento de seus recursos de vida, por outro lado suas práticas resistem e persistem não só como necessidade, mas como um traço cultural compartilhado pelas pessoas pobres. Por exemplo, nos lembra Sevcenko em seu ensaio a insistência da comunidade negra e pobre em acender velas aos pés da Santa Cruz dos enforcados na Liberdade e outros rituais de influência afro como oferecer pipocas aos entes ancestralizados, prática que perdurou de tal forma que, mesmo distanciando-se do ponto sagrado inicial, demarca a vitória do sentimento - e projeto urbanístico - popular (2004, p. 21).

habitavam essa terra, fosse para caipiras, pescadores e lavadeiras, por exemplo, o esgotamento do rio na região hoje central da cidade se deu muito em função da supressão da Várzea do Carmo, que já representara uma área verde de contato com a natureza *próxima* à cidade, mas que se transformara, especialmente nesse período, num obstáculo a ser superado.

Como aponta Heloísa de Faria Cruz (1987, p. 116), “é a partir desta última década que o aprofundamento da divisão social do trabalho começa a marcar nitidamente o espaço urbano. Os primeiros bairros operários localizam-se nas terras baixas, instalando-se próximos às Estações ferroviárias e ao longo das vias férreas”, assim, aos poucos a instalação das fábricas representaria a modernidade da indústria, que no meio do caminho encontrava a Várzea do Carmo como obstáculo, bolsão de miséria que impediria a cidade de realizar seu destino de modernização (GUIMARÃES, 2013, p. 40).

O processo de urbanização em São Paulo na virada para o século XX apontou o horizonte urbano planejado pelas “elites” e alterou de forma significativa a geografia da cidade. O investimento do capital acumulado pela exportação de café e exploração de mão de obra escravizada encontraram destino na reprodução da cidade e especulação, iniciando um jogo de valorização de territórios e desvalorização de habitantes que de certa maneira perdura até os dias atuais.

A Várzea do Carmo na virada do século representa bem esse jogo. Enquanto o solo drenado e aterrado, já habitado por muita vida, começa a ser ocupado por fábricas, operários, seus hábitos e habitações, a prática do mercado permanece, assim como a circulação e os usos pouco produtivos, gerando uma disputa entre o projeto urbanizatório higiênico e os usos e necessidades das pessoas empobrecidas. Essa disputa tomou várias formas, fossem elas conflitos entre projetos distintos de configuração e uso do espaço, defendidas por engenheiros, os deliberadamente chamados “capitalistas” e vereadores, fossem os embates entre bêbados e guardas urbanos, ou as literais colisões entre carroças de verduras e *bonds* elétricos.

Essa tensão era registrada e alimentada por outro produto da modernização urbana: a grande imprensa. Com os avanços tecnológicos na mecanização da impressão, o letramento e a diversificação de interesses dos habitantes da cidade, o jornal e as revistas ganhavam espaço no cotidiano paulista, como fonte de entretenimento e informação e como agente na disputa ideológica. Os grandes jornais apresentam, segundo seu olhar, quem são as pessoas que circulam e habitam o território da Várzea ao mesmo tempo que publica as atas da Câmara em que se discutem os projetos de *melhoramentos* do território

– assim como as cartas dos responsáveis interessados em um ou outro projeto – e os anúncios de compra e venda de terrenos e chácaras na região.

Já para as pessoas espoliadas, a busca pela sobrevivência – e gozo dela – está profundamente ligada ao território, seja pelo estabelecimento de uma comunidade, seja pelos interesses que são supridos em função justamente das características específicas de cada território ocupado. Apesar da dificuldade encontrada na historiografia em recriar ou discutir a presença e existência dessas pessoas – que quanto mais espoliadas da materialidade, mais expropriadas de sua permanência na memória e consequente presença na construção da cidadania – a relação com o território pode ser uma chave de compreensão da história de seu cotidiano, sendo esse cotidiano justamente o maior bem possuído por elas, pessoas que carregam consigo sempre o maior bem que possuem: seu corpo, e caminham pela vida lutando pela manutenção cotidiana desse bem: sua existência.

Da mesma forma, a necessidade e interesse dos jornais em registrar fatos relacionados aos pitorescos e violentos pobres são um rastro profícuo e acessível para essa busca. Assim, os periódicos nos oferecem rica fonte tanto sobre os sujeitos que circulavam e construíam a várzea em seu cotidiano, quanto sobre os sujeitos que eram contra ou a favor dessa circulação e construção, as pessoas que faziam as notícias e sobre as quais essas notícias eram feitas, sempre sob a luz que iluminava aquela contemporaneidade, ou seja, em uma linguagem, abordagem e enfoque que existiam em relação ao “tempo do agora” para esses sujeitos.

Nas próximas páginas, espero caminhar com quem me lê por algumas ruas e travessas da Várzea do Carmo em um virar de páginas de jornais que registram cinquenta anos na virada do século, cruzando com figuras e paisagens que vão e vem no tempo. Caminharemos pelo espaço fantástico que um dia descreveu Bóris Fausto, referência pra algumas interpretações nesta pesquisa e falecido no decorrer dela. Uma cidade de São Paulo “reconhecível apenas pelo mesmo nome. Cenário e personagens são outros, sob a aparência de um idêntico lugar físico. Algumas cenas parecem fixas [...] outras entram em movimento” (FAUSTO, 1984, p. 28).

Para auxiliar no exercício de aproximação de sujeitos e mentalidades, acompanharão a leitura ilustrações desenvolvidas com Bruno Perê a partir de fotografias do período e imagens contemporâneas, que acorrem aos temas ao longo deste trabalho, e mais teoricamente exploradas no capítulo de metodologia.

Nessa São Paulo fantástica de um jornal que não cobre um dia, mas cinquenta anos, não obedeceremos a uma cronologia, menos pela semelhança do que pode ser encontrado ao longo destas décadas específicas do que pela experiência de, em um recorte espacial e temporal, poder observar permanências e rupturas onde as pessoas espoliadas são os principais sujeitos, das notas e registros dos jornais, mas também, e principalmente, da construção da cidade.

1. IMPRENSA

Até 1876 um transeunte recém-chegado em São Paulo não poderia simplesmente comprar um jornal para se informar sobre a rotina da cidade, posto que a venda avulsa era indesejada por jornais “respeitáveis”, disponíveis até então apenas por assinatura. A partir dessa data, quando Bernard Gregoire, já experiente com a distribuição de jornais na Europa, iniciou a venda volante de *A Província de São Paulo*, passou a ser possível cruzar com italianinhos que anunciavam aos gritos a edição diária desse e de outros periódicos já no desembarque nas estações de trem. A circulação de notícias, e a relação dos periódicos impressos com seu público sofreram, a partir dessa inserção no cotidiano, uma importante mudança. A venda avulsa não foi apenas inovação, mas reflexo de uma sociedade em mudança.

No período que aqui nos interessa, a relevância da imprensa cresce assim como o número de leitores. Segundo Heloísa Cruz, com dados de Joseph Love, “entre 1890 e 1920 o estado de São Paulo saltaria do 10º para o 2º lugar em termos de índices de alfabetização da população” (2000, p. 67). Os próprios jornais de olho no crescimento de seu público consumidor contribuiriam para esse processo, como o Correio Paulistano, que oferecia aulas noturnas de alfabetização em seu edifício⁴.

A revolução das máquinas que o mundo observava também se opera nas redações dos jornais: na tipografia, por exemplo, como resultado da demanda diversa por impressos, o aperfeiçoamento técnico das máquinas e seus operadores possibilita o aumento de tiragens, devidamente padronizadas com a garantia mínima de qualidade, e diminuição do preço de oferta ao público. Ou através do uso dos telégrafos, aliados à velocidade da notícia e espraio de informações. Assim, “a organização mercantil da produção transforma definitivamente o livro e o jornal em mercadoria, com o consequente aumento da circulação” (GUIMARÃES, 2007, p. 339).

Nesse mesmo período, aderindo, com suas ressalvas, à diversidade de uma sociedade de massas,

a cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações (CRUZ, 2000, p. 55).

⁴ Correio Paulistano, 13/01/1912, p. 6.

Como nos recorda Cruz, esses jornais não são simples retrato de um tempo na sociedade, mas força ativa da vida moderna, “muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos”. Para a historiadora, “a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos” (CRUZ, 2000, p. 51). Estudando suicídios nos jornais desse mesmo período, Valéria Guimarães aponta que “não era o *fait divers* de suicídios por amor um veículo para a ideologia nacionalista e eugênica, pura e simplesmente. Era ele também um vetor desta linguagem” (2013, p. 234).

No processo de ocupação e disputa pelo território, os jornais, como se poderia esperar, não produzem notícias imparciais ou desinteressadas. Desde o Império já possuíam caráter doutrinário e não ofereciam a ilusão de imparcialidade, defendendo ideias e participando da regulação do espaço público (DE LUCA, 2015, p. 133). Na virada do século, a imprensa segue como campo dinâmico e privilegiado de afirmação do horizonte cultural burguês e agente de disseminação de suas ideias e projetos, com o alargamento de suas proporções.

O jornal *A Província de São Paulo*, por exemplo, foi fundado em 1875 por Américo Brasiliense de Almeida Melo – anos antes de eleger-se vereador e, mais tarde, governador em São Paulo –, e Manuel Ferraz de Campos Sales – que por sua vez também seguiria carreira política, chegando à presidência da república. A Proclamação da República, anos mais tarde, motivou a mudança de nome do periódico, que passou a se chamar “O Estado de São Paulo”.

No caso do *Correio Paulistano*, o regime republicano também desencadeou mudanças, mas nesse caso de ideologia e provavelmente de humor. Antonio Prado, diretor do jornal desde 1882, o fez abolicionista em 1887 passando para a oposição dois anos depois enquanto monarquista já com os liberais no poder. No entanto, de acordo com Nelson Werneck Sodré, foi também o primeiro órgão a considerar irreversível o novo regime. Prado, ex-conselheiro do Império, filho de D. Veridiana da Silva Prado, seria prefeito de São Paulo por um período de doze anos, de 1899 a 1911. Em sua gestão, a cidade passaria por intensas transformações e a tiragem do jornal saltaria dos 850 exemplares no ano da proclamação para 1.800 chegando, em 1904, a 8.500 exemplares (SODRÉ, 1966, p. 259). Esse jornal existiu até 1963, mas já nos primeiros anos do século XX foi em muito ultrapassado pelo *O Estado*, que em 1910 chegaria aos 40 mil exemplares, então jornal de maior circulação em São Paulo (CRUZ, 2000, p. 86). Eduardo

Prado, irmão do conselheiro, também teve seu próprio órgão de imprensa: em 1895 fundou o jornal *O Commercio de São Paulo*, de curta longevidade, mas nem por isso de menor influência.

Além da participação macro na política, os periódicos tinham seus interesses particulares na disputa pelo espaço urbano: ademais das demandas políticas de Antonio Prado no Correio, por exemplo, *o Estado de São Paulo* possuiria, a partir de 1912, oficinas gráficas na rua Vinte e cinco de março e oito prédios nos limites da Várzea, na rua da Boa Vista e Ladeira Porto Geral (CRUZ, 2000, p. 112).

Se no marco de 1900 as assinaturas ainda significavam parte importante da arrecadação desse último, na década de 1910 os anúncios e a venda avulsa gerariam a maior parte da receita, confirmando uma tendência que Valéria Guimarães observa em territórios além-mar: até princípios do século XIX, o jornal, norte-americano ou francês, continha predominantemente informações comerciais e políticas. Com a expansão das cidades e do número de leitores, a procura por informações do cotidiano cresce e é aberto espaço para um noticiário popular, que atingia um público vasto, como material de leitura e como leitores.

Dessa forma, o movimento das ruas interessava aos jornais enquanto seu espaço de circulação e como conteúdo de suas notícias, mas observar esse movimento e relatá-lo com as cores necessárias configurava-se como uma “obrigação” jornalística. Assim como a outros profissionais a quem se dava mais ouvidos, como advogados, médicos, políticos ou engenheiros, os homens de letras eram intimados, mesmo quando não se tratava de seus interesses específicos, a engajar-se com as demais autoridades na missão civilizadora de identificar e sanar os problemas apresentados com a urbanização (GUIMARÃES, 2007, p. 336), mas também aproveitavam o jornalismo para pagar suas contas, enquanto a literatura não rendia tanto quanto os folhetins e notícias pitorescas, ou justamente aproveitavam o formato para dar asas a aspirações literárias. Para o leitor, também o jornal era um bom negócio, já que oferecia por um preço módico, uma diversidade que livros, artigo de luxo por muito tempo, não continham, apresentando diversos temas em suas diferentes seções, da literária à de informes práticos (Idem, 2013).

Assim, os periódicos operavam seu papel como difusores de projetos políticos, mas também atendiam às necessidades de entretenimento das pessoas letradas e não letradas, através da prática de leitura em voz alta ou intercâmbio de informações ali obtidas. Aponta Ben Singer, tratando do hiperestímulo da modernidade, como a experiência cotidiana na cidade se alterava em sua espontaneidade, mas também na

experiência programada, ou seja, no que se entendia como entretenimento: “à medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo concorria com as sensações dos entretenimentos comerciais. Perto da virada do século, uma grande quantidade de diversões aumentou muito a ênfase dada ao espetáculo, ao sensacionalismo e à surpresa” (SINGER, 2001, p. 133). Na modernidade, diz Siegfried Kracauer através de Singer,

o sensacionalismo funcionou como uma resposta compensatória ao empobrecimento da experiência na modernidade. Distrações e excitações ofereciam um escape momentâneo da ‘tensão formal...da empresa’, do frenesi e tédio sem sentido do trabalho alienado na fábrica moderna e no escritório burocratizado (SINGER, 2001, p. 139).

Já Walter Benjamin observou, através do cinema, que os choques provocados por esse veículo funcionavam como uma antecipação ou preparação para os choques do ambiente moderno (SINGER, 2001, p. 141). Pela anestesia ou frenesi, o que oferecia de pacato os jornais, portanto, já despertava pouco interesse. Nas palavras de Singer, “isso não surpreende, uma vez que a imprensa tinha um óbvio interesse comercial em retratar o mundo com tom drástico. Afinal, clamor público e emoções fortes, e não realismo cotidiano rotineiro, vendiam jornais” (2001, p. 133).

As emoções fortes, nesse caso, provinham do que se observava em especial (ou *de especial*) no cotidiano das pessoas pobres, supostamente mais expostas e sujeitas à quebra da norma que sujeitos de alta classe e vida estável. Prossegue Valéria Guimarães:

A imprensa e, em especial, os maiores jornais da época, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*, lídimos representantes da elite cafeeira, registram esse período como um momento em que a cidade torna-se modelo de civilização, submetida a sucessivas reformas urbanas que dão uma aparência européia às ruas. Nela a circulação desse grande número de indivíduos e de mercadorias deveria ser livre, mas seu traçado urbano teria de satisfazer, ao mesmo tempo, a necessidade de conter os “grupos ameaçadores” (2007, p. 338).

A “desconfiança pelo novo e o temor indefinido do crime” relacionam-se ao crescimento vertiginoso da cidade, à intensa imigração, aos preconceitos de classe, raça e origem e principalmente ao desejo de ordem. E ao mesmo tempo que constrói o imaginário das classes perigosas, o jornal assume outra função, a de “alimento cotidiano de uma parte do público letrado especialmente após o surgimento de uma imprensa sensacionalista nos anos 10” (FAUSTO, 1984, p. 15).

A vertigem sentida pelos moradores de São Paulo na virada do século se relacionava à aceleração da velocidade do cotidiano que era compartilhada por diversos sujeitos da modernidade. A distribuição e capacidade de armazenamento dos periódicos foi exemplo dessa aceleração – aumentou-se o número de páginas, a qualidade das folhas

impressas, inseriu-se ilustrações e depois fotografias etc. – e se é possível observar na técnica o espalhamento da modernidade eurocêntrica, o mesmo é verificável no conteúdo: a “qualidade” das notícias veiculadas, assim como os motivos dos reclames incluíram nas folhas dos jornais diferentes sujeitos em relação ao período imperial. Mais que isso, era necessário atrair o público leitor-consumidor e garantir seu entretenimento, com crônicas, folhetins, passatempos e, belo retrato do período, “notícias diversas”.

1.1 Notícias Populares

Os “fatos diversos”, estabelecidos como jargão jornalístico em sua língua natal como *fait divers*, surgiram na França junto à imprensa popular vendida a baixos valores. Lá, visando as camadas mais baixas, os jornais incluíam nas suas narrativas folhetinescas do cotidiano estereótipos que geravam identificação ou simpatia com os protagonistas das histórias retratadas.

Em São Paulo, apesar da aparente diversidade nos fatos relatados, existe uma predileção pelos eventos desencadeados nos cotidianos das classes espoliadas, pelo tratamento pitoresco dado às práticas desses grupos ou pelos interesses em estereotipar negativamente habitantes de determinados territórios – e assim distanciar-se física, moral e culturalmente deles, por exemplo. Além de ecoar um repertório parte da campanha de regeneração na qual a imprensa também se engajava, a necessidade de personagens e histórias impressionantes levava a áreas menos nobre da cidade, “os cortiços e os becos, os rios sujos e insalubres, as várzeas e as ruas de bairros pobres” (GUIMARÃES, 2007, p. 326). Ainda que bastante enviesada e em muitos casos racista, a documentação constituída pelos *fait divers* nos oferece profícuo registro das pessoas espoliadas, especialmente se buscamos espacializar sua história. Neles, se destacam detalhes sobre os personagens que ajudam a dar credibilidade à história, mas, pra além disso, caracterizam os sujeitos de antemão para os leitores. É o caso do endereço, que provavelmente “simboliza o lugar que o bairro citado e seus moradores ocupam na sociedade. Se assim for, há uma espécie de topografia social em que a localização do bairro revela não só o lugar ocupado fisicamente pelo indivíduo, mas também seu status social”, como reflete Guimarães (2013, p. 38). Nessa toada, as histórias poderiam ser inventadas em função de sua verossimilhança, ou seja, não surpreenderia tais sujeitos estarem envolvidos nos casos relatados, já que se esperava desses indivíduos sintomas de degeneração.

É o caso, por exemplo, dos suicidas estudados por Guimarães. O suicídio interessa aos jornais e suas colunas sensacionalistas na medida em que tratam de ameaças em que os indivíduos são vítimas de desordens de natureza individual ao mesmo tempo que sua conduta apresenta ameaça à ordem e normalidade, tal qual seus antônimos, os homicidas. Para a autora, os suicidas eram parte do grupo desviante pelos quais as autoridades se interessavam pois, “como fenômeno negativo da nova ordem social, estão incluídos nessa ‘massa criminosas’ que se acreditava afeita à falta de higiene e à carência de preceitos morais, suscetível às novas formas de sugestão (como a leitura de *fait divers* nos jornais) e que a medição estatística vem mapear para controlar” (GUIMARÃES, 2013, p. 116).

Mesmo acusado, denunciado e rotulado como sugestivo para novos casos, esse jornalismo se fartou nas primeiras décadas do século XX de casos de amores e outras dores para imprimir suas folhas. Os suicídios são significativos pois tornam o ato de uma pessoa comum uma narrativa folhetinesca de interesse atemporal, que se encerra em si mesma e não precisa de referências externas (FAUSTO, 2019, p. 18). Apesar da lembrança da reflexão de Roland Barthes através de Bóris Fausto, os *fait divers* podem ser lidos hoje, cem anos depois, com o mesmo espanto e interesse, mas carregam também importantes elementos do tempo histórico em que se passaram e/ou foram narrados.

Nessas narrativas, o extraordinário é o que se busca, mas a normalidade é a premissa inicial. De acordo com Valéria Guimarães, “a ordem comum das coisas é rompida pelo *fait divers*. De uma situação de normalidade (...) ele leva o leitor à exceção e, ao fim, o drama social traduzido em drama estético volta à sua normalidade” (2007, p. 334). Dando-se imensa liberdade narrativa, atribuindo falas e motivações a suas personagens, por exemplo, e com óbvia predileção por condutas desaprovadas pela Lei, os *fait divers* mantinham apenas relativo compromisso com a realidade. No entanto,

sabemos também que ele fala de seu tempo suscitando alguns indícios culturais. O que ele nos traz não é o reflexo de uma realidade mas possibilidades que, articuladas, podem nos legar algumas representações de situações da época por vezes absolutamente possíveis tais como as privações financeiras, o desespero ou as situações-limite que estão no âmago de ações criminosas. (GUIMARÃES, 2007, p. 325).

Segundo a autora, esses fatos cotidianos ganham destaque revestidos de excepcionalidade, seja ela causada de fato pelos acontecimentos da vida urbana ou um verniz aplicado pelos autores das narrativas publicadas. Dado o crescimento do desenvolvimento comercial da imprensa, a liberdade criativa dos jornalistas e os preconceitos imbuídos nos responsáveis pela circulação de notícias, é fato que os *fait*

divers e notícias correlatas não representassem a realidade de maneira fidedigna. No entanto, para existirem enquanto literatura jornalística relacionavam-se à realidade na medida em que poderiam de fato acontecer, segundo o que se passava ou acreditavam que se passava nos arrabaldes da cidade, por exemplo.

A profusão de crimes, brigas, embriagados promovendo desordem ou elementos supostamente desviantes nas notícias relacionadas à Várzea do Carmo mostram que existia uma predileção pelo tipo de ocorrências que se interessava veicular e vincular ao território, mas também mostram uma cidade em crescimento onde sujeitos e ocorrências de fato aumentaram. As interpretações e cores mobilizadas pelos periódicos para registrar esses fatos poderiam distanciar-se da realidade, mas encontravam nela elementos, ainda que na realidade de seu imaginário e perspectivas, para narrar o que se passava no espaço urbano em franco crescimento.

Parte importante do material buscado nos jornais por seus leitores, o que é comprovado pelo espaço que progressivamente passam a ocupar em suas páginas, os “fatos diversos” atendem a uma estrutura confortável pra produtor e receptor. Fórmula que beneficia essa pesquisa, a “cadência do processo” é a mesma nos grandes jornais: em geral apresenta-se nome, estado civil, idade, ocupação, endereço, cor da pele e nacionalidade, omitindo ou ignorando vez ou outra essa ou aquela característica. O “jornalismo de processo” encaixava histórias reais, quase reais ou tão fantásticas que poderiam ser reais em um formato pré-moldado onde é possível encontrar notícias quase idênticas em diferentes veículos, como no caso do assassinato de José Ferraz Duarte, telegrafista pardo de 22 anos morador da rua do Glicério, vitimado na “Várzea da Mooca” (título da nota) por José Barone, alfaiate morador da rua do Hospício. A mesma notícia saiu n’*A Gazeta* e no *Correio Paulistano* em outubro de 1915 com a mesma sequência e texto quase idêntico⁵.

Doutro lado, os leitores buscavam os estímulos sensacionalistas desse tipo de notícia, de maneira que o formato, as chamadas e o lide das notícias atendiam a um molde de produção de série mas também de narrativa oral, reproduzindo técnicas há muito utilizadas para contar histórias e capturar o interesse do interlocutor. Além de recorrer a estereótipos e perífrases, técnicas mnemônicas também são utilizadas, criando a antecipação e identificação de personagens no público, como os populares “mau marido” ou “tresloucada rapariga”, ou emprestados da literatura, como “Helena”, ou sobre o

⁵ *A Gazeta*, 09/10/1915, p. 1; *Correio Paulistano*, 09/10/1915, p. 6.

gênero da notícia, como as famosas “cenas de sangue”, entre outros (GUIMARÃES, 2013, p. 215).

Cabe registrar que nos servimos dos jornais enquanto documentação histórica, prática e experiência cultural de sujeitos sociais dedicada à circulação de informações de forma provisória e fugidia, já que tratavam de fatos em muitos momentos ainda em processo de apuração (ou invenção), fadados à transformação rápida do cotidiano na cidade. Nesse sentido, é importante recordar que se dedicam menos ao registro para a posteridade e mais à circulação de informações entre pares, retrato de um tempo voltado à sua própria contemporaneidade. Por isso mesmo, são portadores de registros, mas documentos em si mesmos, ricos de nuances, percepções e compreensões que registram o tempo em que foram produzidos, distribuídos e lidos.

1.2 Jornais como fonte

Em relação ao território da várzea que nos interessa, e confirmando o que outras pesquisadoras consultadas nesta pesquisa observaram, na seleção que compõe nosso banco de dados a maioria das ocorrências na década de 1870 se referem a obras públicas na região da Várzea (ou a ausência dela...), à compra e venda de terrenos e negócios de secos e molhados e a anúncios de trabalhadoras e trabalhadores: amas de leite, serventes de pedreiro, copeira, professores e professoras. Também estão presentes pequenas notícias de acidentes e crimes, mas com apelo folhetinesco muito menor do que vamos encontrar nas décadas seguintes. É de se especular, por exemplo, se os esqueletos encontrados nos bueiros da várzea nesse período⁶ seriam noticiados com mais alarde e profusão de detalhes nas décadas de ouro dos *fait divers*, limitando-se aqui a um tom denunciata ou curto registro do rompimento da ordem na cidade. Mesmo assim, já nos deparamos com notícias de recolhimento de ébrios, algumas brigas e um caso de depredação da Ilha dos Amores. Representando pouco menos de 15% do total das ocorrências selecionadas, a década de 1870 também contém a maior parte das referências

⁶ Em 17 de março de 1876 o Correio Paulistano registrava que fora encontrado um esqueleto nas obras de escavação de um terreno fronteiro ao Hospício de Alienados, já em avançado estado de decomposição esfarelado-se ao toque; já em 11 de janeiro de 1879 o Jornal da Tarde noticiava, levantando a suspeita de um crime no passado, a descoberta do esqueleto de um homem, ainda com alguma roupa, em um bueiro na rua do Hospício, caso lembrado no ano seguinte com o entupimento dos bueiros na região. A presença dos esqueletos na região levanta várias hipóteses, como a existência de desova dos corpos na várzea - como leva a crer a notícia do mesmo evento veiculada no Correio Paulistano - ou o aparecimento de corpos de vítimas (frequentes) de afogamentos no Tamanduateí. Além disso, a reincidência de registros encontrados nos jornais sobre óbitos de pessoas sem filiação e origem leva a crer que seja possível que internos do Hospício também pudessem desaparecer de diferentes maneiras na várzea.

à várzea como espaço natural, nas enchentes ou passeios. É nessa década que podemos observar a maior quantidade de ocorrências relativas a escravizados, especialmente ofertas de pessoas escravizadas para venda ou aluguel, e alguns avisos de fuga. Duas de três referências encontradas com a palavra-chave “Sete Voltas” estão presentes nessa década.

Já na década seguinte, como se pode esperar, rareiam em muito os anúncios relacionados a pessoas escravizadas, enquanto as ocorrências sobre obras necessárias ou em debate na região seguem a pleno vapor. Responsável por 16% do volume total de dados, apresenta em menor proporção os anúncios de leilões e imóveis à venda, mas aumenta a variedade de notícias: violência contra a mulher e animais dividem as páginas com reclamações sobre os bondes elétricos, o descarte de lixo e a conduta policial. Mais estabelecimentos comerciais, especialmente os dúbios “armazéns de secos e molhados” aparecem em maior número, vendendo bebida, sendo palco de conflitos ou apenas anunciando seus serviços e produtos, assim como profissionais liberais como advogados e médicos.

Com o passar dos anos, a tendência é de aumento na quantidade de periódicos em circulação, quantidade de páginas nos jornais e, conseqüentemente, ocorrências. A década de 1890 representa 18% do total de dados, e os anúncios em busca de empregados representam quantidade razoável desse montante. Diversificam-se os estabelecimentos comerciais e os casos de conflitos e perturbação da ordem não se destacam em relação aos outros períodos. Surge, nessa década, o primeiro registro de perturbação da ordem em função da organização trabalhista, através de uma greve de cocheiros.

A consolidação dos fatos diversos como literatura jornalística e a cristalização da cidade como metrópole é observada na primeira década de 1900, que soma quase 20% dos dados coletados. Ocorrências ligadas a conflitos, perturbação da ordem, embriaguez, roubo e assassinato são maioria, enquanto aparecem os casos de meretrício e cafetinagem, que tomaram vulto na década seguinte. Botequins superam os armazéns e restaurantes como cenários das cenas de distúrbios, através das reclamações moralistas de cidadãos preocupados com as famílias de bem, mas evidenciando uma efervescência nesse território que ao contrário de ser contida parecia apenas tomar maior proporção. Também é nesse período que a perturbação da ordem se generaliza para além da embriaguez e vadiagem até então mais comuns, especialmente com a questão dos acidentes de trânsito e descontentamento com o transporte público assumindo a forma de revolta, como nos tumultos de 1909.

Por fim, contando a maior parte dos resultados, a década de 1920 traz como destaque a quantidade de casos de tentativa e sucesso em suicídios, também confirmando as observações a respeito do interesse da imprensa e dos serviços de esquadrinhamento social nesse tema, ao lado dos assassinatos, dos vadios, ébrios e gatunos. As armas de fogo, surgidas nas notícias desde 1900, são nesse recorte motivos de acidentes tanto quanto de assassinato; bem como os acidentes com automóveis, provocados em um trânsito em intensa disputa entre carros, carroças, bondes, pedestres e bicicletas. Já não há mais tantas notícias de imóveis à venda, parecendo ser agora substituídos por anúncios de aluguel e casas disponíveis para locação. Os leilões, tão comuns nos últimos anos do século XIX, desapareceram completamente. Por outro lado, aparecem em maior profusão as reuniões pacíficas ou “desordeiras” de cunho trabalhista, apontando a preocupação com um tipo de ajuntamento e descontentamento que ainda não eram regulados por uma legislação trabalhista, mas que já demandavam uma abordagem distinta da destinada à sublevação de pessoas escravizadas, perceptível inclusive em casos em que os jornais se posicionam a favor – ou menos contra – quem trabalha.

Nas duas últimas décadas de nosso recorte, especialmente a última, é possível encontrar ocorrências ilustradas, com fotos de sujeitos ou lugares. Recurso que melhorava a leitura e seduzia o público leitor, representa também raros registros imagéticos de sujeitos raramente representados às próprias custas, especialmente em momentos cotidianos. Além das imagens, as notícias relacionam-se muitas das vezes, ao longo de todo recorte, com a página ou diagramação em que se encontram, como as informações que vêm antes ou depois delas na folha. A diagramação dos periódicos sofre gradativas alterações das últimas décadas de 1800 até meados de 1900, o fluxo de leitura foi alterado, os apelos e chamarizes utilizados, os destaques, além do aumento de ilustrações, imagens e outros recursos visuais. Apesar desta pesquisa focar nas imagens construídas pelos textos e narrativas dos periódicos, os elementos gráficos serão apresentados e utilizados como ilustração em alguns casos.



2. VÁRZEA, ESPAÇO NATURAL

Para os índios estabelecidos nessa região, antes da chegada do colonizador europeu, o fenômeno das cheias regulares do rio, conformando regiões extensas de várzeas ao longo de seu curso, fazia com que um número grande de peixes encalhasse nas regiões que haviam sido inundadas quando as águas voltavam ao seu nível normal, morrendo e secando ao sol. A importância desse fenômeno natural para a sobrevivência das tribos, ao qual se seguia a atividade de coleta desses mesmos peixes, fez com que a designação dada pelos índios ao território fosse ‘Piratininga’, que do tupi traduz-se como ‘peixe seco’ e demonstra o quanto a sobrevivência dessas tribos estava ligada à ocorrência de suas várzeas. A própria designação Tamanduateí faz menção ao mesmo fenômeno, pois um grande número de tamanduás podia ser visto ao longo das margens abandonadas temporariamente pelas águas que retomavam seu nível normal, alimentando-se das formigas que se aglomeravam em torno dos peixes mortos. (ZAGNI, 2004, pp. 1-2).

Durante muitos anos o ecossistema descrito por Rogério Zagni era a visão de quem observasse a região da Várzea da Carmo: o rio Tamanduateí corria pela planície serpenteando e mantendo, com suas cheias e estiagens, uma paisagem alagadiça e cheia de vida, de animais não-humanos e humanos que tiravam dali sua subsistência. Em suas cartas, Padre Anchieta comenta o fenômeno da piracema, “uma grande multidão de peixes [que] se deixam apanhar com muita facilidade, coisa que de certo modo conjura a fome”, ansiosamente esperada pelos indígenas pois originava-se da inundação dos rios, compensando assim os prejuízos eventualmente causados por essas cheias (ANCHIETA, 1900, p. 10). Anchieta conta na carta que esses peixes são pescados com redes, mas de tão abundantes podem ser apanhados somente com as mãos, sem nenhum instrumento. Desde o primeiro século da colonização, no entanto, colonos e indígenas aproveitavam-se da técnica baseada no tingui, uma planta ictiotóxica, para aumentar seus resultados, levando a uma proibição sob pena de multa já em 1591 (BUARQUE, 1957, p. 83). Ainda que reminiscência da legislação metropolitana portuguesa, que há muito se voltava à pesca com material venenoso, a iniciativa da Câmara é uma das primeiras regulações do uso do rio.

Figura 1: Mapa da capital da província de São Paulo, 1877, de F. de Albuquerque e Jules Martim



Fonte: Catálogo de metadados geográficos Geosampa

Conclui Vanessa Ribeiro, a partir de sua pesquisa iconográfica sobre a Várzea do Carmo que, ao longo das décadas entre 1890 e 1950, “as visões construídas sobre o espaço foram muitas e por vezes contraditórias, ainda que produzidas contemporaneamente. As características geomorfológicas e a localização geográfica desse espaço certamente são os principais motores das divergências entre os discursos produzidos a seu respeito” (RIBEIRO, 2021, p. 75). Nos quase três séculos seguintes, as cheias do rio ofereceram belo espetáculo da natureza, especialmente para os viajantes de passagem pela cidade. Entretanto, para a quantidade crescente de moradores que aqui se estabeleciam, a região muitas vezes representava “um matagal, foco de origem de incômodos, moléstias e mortalidade” (RIBEIRO, 2021, p. 76).

A contradição encontrada por Ribeiro se estende à memória dos mais velhos e de memorialistas, que veem beleza no que um dia pode mesmo ter lhes causado transtorno. Crônica na revista O Ytororo de 1859, assinada pelas iniciais A. P. S., conta que, na várzea do Carmo da São Paulo burgo de estudantes,

a vida corre placida e tranquila, com as aguas serenas e transparentes de um lago, e os grandes ruídos e movimentos da pauliceia, quando os ha se os ha, chegam alli amortecidos e tarde, quaes echos perdidos e adelgaçados pela distância. Não sei se é por isso que os estudantes, essa

mocidade artista pela fantasia e pelo coração, o preferem a muitos outros, ou se é por causa do Tamanduatehy, que corre embaixo e onde eles costumao banhar-se aos bandos e passear em ligeiras canoas, ou pela proximidade da bella e verde planicie, onde vão espairecer e divagar todas as tardes⁷.

A presença de estudantes da academia de Direito banhando-se no rio é uma das fortes memórias da São Paulo do século XIX. Estudantes em uma cidade bastante pacata, que tem seu centro na própria vida estudantil, a saparia da cidade, como a chama Affonso de Freitas, costumava se reunir e divertir às margens do Tamanduateí, donde mal se escutam os sons de uma cidade ainda pequena, mas percorrida constantemente por carros de boi e vendedores ambulantes.

Os usos da várzea como espaço de descanso e passeio relacionados às características de seu espaço natural perduram ao longo dos anos. Em 1872, antes das reformas de João Theodoro, o *Correio Paulistano* noticia que as chuvas torrenciais advindas da serra causaram transbordamento nos rios Tietê e Tamanduateí, e “as várzeas que cercam a cidade oferecem o bellissimo quadro de um imenso lago coberto de ilhotas verdejantes”⁸. Dois anos depois, o mesmo jornal, no mesmo contexto de caudalosas chuvas de verão, mas agora com as reformas de melhoramentos já em curso, registra que

Reproduziu-se nos últimos dias com as chuvas, o magnifico e frequente espetáculo da enchente das várzeas do Tamanduatehy e Tiete que orlam a cidade pelas face oriental e nordeste.

A cheia é completa. Infelizmente veio fazer alguns estragos nos aformoseamentos que estão sendo realizados a margem do Tamanduatehy entre o Hospicio de Alienados e o Mercado. A ilha ajardinada que com tanto trabalho preparava-se no rio entre as pontes do Balthar e do Carmo ficou quasi toda alagada. Como é costume, o bello panorama está chamando à Ponte Grande muitos passeadores.⁹

Analisando famosa pintura da estrada da cidade realizada por Debret em 1827 [figura 2], Maria Luiza Ferreira de Oliveira aponta como, pra além dos tropeiros e suas mulas em primeiro plano, “na várzea não há nada, é só o espaço da água” (OLIVEIRA, 2005, p. 61). O mesmo parece acontecer na representação cartográfica de cinquenta anos depois, produzida por Jules Martin em 1877 [figura 1]. Nela não está representada a área da cidade pra além da várzea, apesar de incluir a Ilha dos Amores, englobada à paisagem nas reformas promovidas por João Theodoro. Se em seu mapa da cidade Jules Martin representa o rio contido em seu curso natural, ignorando a várzea como área alagável, em sua litografia de anos antes [figura 3] deixa clara sua interpretação da região: uma área

⁷ O Ytororo, n. 7, 1859, p. 5.

⁸ Correio Paulistano, 11/03/1872, p. 2.

⁹ Correio Paulistano, 24/02/1874, p. 2.

ajardinada em pleno fluxo do progresso com o trem cruzando a várzea com suas chaminés a vapor e observado por uma distinta família (OLIVEIRA, 2005, p. 62). Interessante notar quem habita essas representações: ora ninguém, ora animais humanos. Toda a vida descrita por Anchieta, motivo da nomeação do rio e do primeiro povoamento não constam no que esses contemporâneos enxergam na região. Até mesmo a “saparia” é composta por humanos.

Figura 2: Jean-Baptiste Debret. Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro, 1827

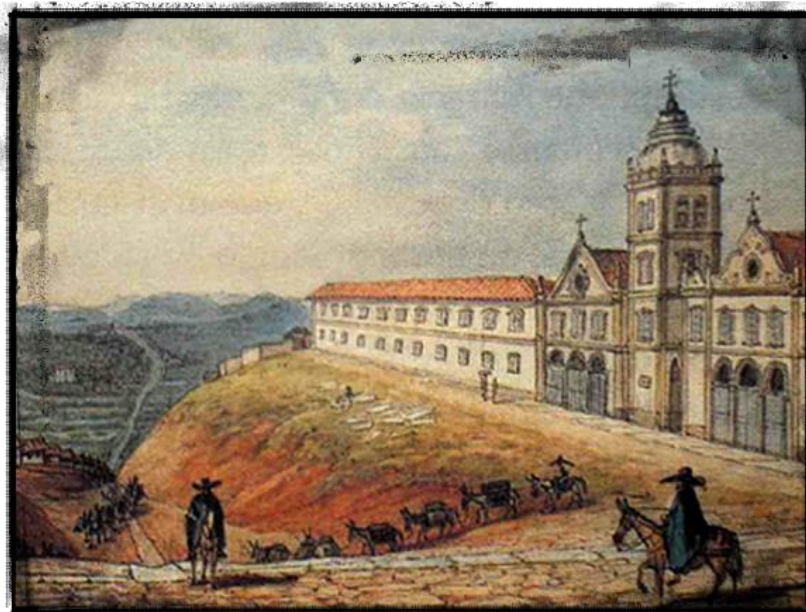


Figura 3: Jules Martin. Vista Geral da Imperial Cidade de S. Paulo, c. 1875



Segundo Francisco de Assis Vieira Bueno, a cidade devia sua formosura “somente à notável beleza de sua situação e de seu horizonte visual” ([1830] BUENO, 1984, p. 50). A várzea observada das pontes oferecia belo espetáculo da natureza e mesmo de personagens da cidade, como nos contam os registros de Jorge Americano (1957) sobre o entretenimento promovido involuntariamente pelas lavadeiras, por exemplo. Mas a várzea mais próxima do chão do cotidiano oferecia outras vistas que causavam mais incômodo que comoção pela beleza, figurando aí, inclusive, essas mesmas lavadeiras.

Desde a colonização do território a colina na região central da cidade foi adotada como ponto de chegada e saída do transporte fluvial, ao lado das mulas o único meio de transportar-se possível por muito tempo, originando o Porto Geral que até hoje nomeia uma das ruas na região. Essa região, com o crescimento urbano, agregou à sua função de limite a característica de território de passagem, fosse como o velho caminho para o Rio de Janeiro, fosse a partir de 1867 com a linha de trem, cuja estação próxima ficaria no bairro do Brás, ou ainda como os caminhos cada vez mais utilizados por quem chegava ou saía da área central em direção às fábricas ou bairros que cresciam a leste, à pé, de mula ou bonde. Na intersecção dessas duas características estava a vocação para área de trocas e mercado, também conservada até hoje e já na época ora combatida ora incentivada pela municipalidade.

Suas funcionalidades se transformaram – ou permaneceram – na mesma medida que foram propostas e levadas a cabo mudanças no território. Nos diz Fábio Santos:

Suas funções econômicas e sócio-culturais foram marcantes, cuja funcionalidade abarcou desde o Porto Geral até o ponto de parada para o abastecimento, do comércio de produtos a escravos, descanso de animais, local de trabalho das lavadeiras, local de diversão e refresco nos momentos de calor, mas também como local de despejo das águas residuais domésticas, geralmente realizada pelos escravos. Era um dos locus onde se travavam diferentes relações de sociabilidade, da subsistência ao lazer. Do Triângulo podia se avistar o rio Tamanduateí que, naturalmente, era mais próximo do topo onde estava localizada a ordem de São Bento. Até então, economicamente, pelo Tamanduateí se exercia essencialmente a descentralização dos produtos que chegavam e partiam da localidade. Descendo o beco do Colégio era só acompanhar o leito do rio, na trilha das Sete Voltas até o Porto Geral. As mercadorias provinham da atual região de São Bernardo, à montante. Sua margem era marcada por uma ‘sucessão de brejos e atoleiros, por onde se caminhava dificilmente, quando se caminhava. Mal se contendo com seu leito, o rio transbordava em várzeas que dominavam várias áreas, e inspiraram nomes que se incorporaram à toponímia da cidade – várzea do Carmo, várzea do Glicério...’, em seu entorno, as ruas eram estreitas e sujas e, ‘frequentemente atravancadas

pelo abuso de moradores que nelas despejavam entulho ou abriam buracos, quando não as bloqueavam com o intuito arbitrário de ganhar exclusividade sobre seu uso'. Os becos secundários recebiam denominações que remetiam às suas condições e refletiam a situação cotidiana: beco Sujo, do Inferno, do Mosquito, do Sapo, da Cachaça, do Mata-fome (SANTOS, 2006, pp. 24/25).

A despeito dos intensos usos comerciais da região, onde desde cedo estacionavam caipiras com seus produtos, e dos múltiplos usos do rio, como lazer ou trabalho, a região fronteiriça é considerada desde o início da década de 1870 distante o suficiente “do centro da população” para receber a usina de produção de iluminação pública, o gasômetro (FREHSE, 2005, p. 104). Mesmo mais tarde, em 1900, Alfredo Moreira Pinto fala da região do Brás em seu livro como se esse bairro pertencesse a outra cidade, além de registrar que na rua do Gasômetro “não há um prédio de gosto” (1900, p. 248). Já Antonio Egydio Martins registra que o Hospital de Lázaro, no começo do século XIX, foi construído na região por ser ela “o lugar considerado mais próprio que aqui podia, naquela época, por ser perto da cidade e ao mesmo tempo fora do commercio, e estar na margem esquerda do rio Tamanduatehy” (1911, p. 9).

A distância da várzea em relação à cidade talvez explique a escolha da municipalidade em utilizar parte dela como área de despejos, por muito tempo realizados ao lado do aterrado do Gasômetro, mas na prática disperso em mais de um ponto ao longo da várzea. A afirmação é corroborada por Nicolau Sevcenko, que afirma que a rua da Glória, antes chamava de Beco Sujo, era pra onde a cidade empurrava “tudo aquilo que percebia como ameaçador, desagradável, tumultuário” (2004, p. 24). Nos jornais, o despejo de dejetos na região aparece nos primeiros anos de nosso recorte, em 1872, mas não a primeira a figurar nos jornais.

Pontilhado por chácaras, sítios, vendas de beira de estrada e terrenos baldios até o século XIX, presentes como anúncios de compra e venda nos jornais nas décadas de 1870 e 1880¹⁰, o cenário seria modificado a partir do assentamento dos trilhos ferroviários nos terrenos mais enxutos, favorecendo a “superação” da várzea e o surgimento de novos bairros. Nas áreas próximas à Estação do Norte logo surgiriam Mooca, Belenzinho, Pari. O Brás já se povoava, mas a ferrovia acelerou o processo; conta Everardo Valim Pereira de Souza que “as incipientes ruas transversais à estrada para a Corte começaram a tomar incremento: Piratininga, travessa do Brás, Carneiro Leão e outras, onde chácaras foram

¹⁰ Em maio de 1889, por exemplo, vende-se uma chácara no Braz com árvores frutíferas, a tratar na rua Conde d’Eu. Nos mesmos classificados, mais abaixo, podemos perceber a venda de diversos terrenos na região, como na rua Piratininga, “incontestavelmente os terrenos mais baratos que se acham a venda, atendendo a sua posição, distância e salubridade, passando o bond da Mooca em frente nos terrenos”.

formadas, sendo após retalhadas” (PEREIRA DE SOUZA, [1891] 1984, p. 100). Já em 1860, o jornalista Augusto Emílio Zaluar observava a desconformidade da paisagem:

Entramos finalmente em São Paulo pelo Brás. É um dos arrabaldes mais belos e concorridos da cidade, já notável pelas elegantes casas de campo e deliciosas chácaras onde residem muitas famílias abastadas, ao lado, todavia, de alguns casebres e ranchos menos aristocráticos, mas que nem por isso deixam de formar um curioso contraste (ZALUAR, [1860] 1984, p. 80).

Com o aumento da circulação pelo espaço, e os interesses no solo drenado, o embate de usos e perspectivas para a várzea se acirra. Os sujeitos e usos habitualmente vistos no território, “excursões, caçadas e banhos de estudantes e a faina diária das lavadeiras” entra em atrito com um uso novo na cidade, “originado a partir do momento em que a parte sul do Morro do Carmo se urbaniza e faz, por meio de novas ruas como a do conde d’Eu, com que ‘atualmente’ ‘mesmo famílias’ circulem por ali indo ou vindo da área central da cidade” (FREHSE, 2005, p. 111). A circulação de sujeitos era alerta para a assepsia do espaço tanto quanto o despejo de lixo.

Ganhando força de acordo com os projetos de urbanização colocados em prática na região, as iniciativas de higienização da várzea tomaram forma desde a primeira metade do século XIX. Se o aterrado do Braz é construído na primeira década desse século (1802-1811), é logo em seguida, a partir de 1820, que começam a aparecer representações na Câmara e aos governadores da Capitania demandando soluções para as águas estagnadas (RIBEIRO, 2021, p. 206). Por conseguinte, a associação entre o saneamento do território e das pessoas é uma associação que acontece na mesma medida da ocupação dessa região. Segundo Casé Angatu,

desde os anos 70 do século passado, os poderes públicos procuravam isolar e excluir os indesejados dos espaços mais centrais para regiões mais periféricas – a Várzea do Carmo e adjacências são exemplos nesse sentido. E, depois, expulsá-los mesmo dessas regiões, à medida que o perímetro urbano crescia e a cidade se reorganizava e europeizava, como fica visível nas intenções de Washington Luís (ANGATU, 2017, p. 110).

Washington Luis, prefeito de São Paulo entre 1917 e 1919 e presidente da república na década de 1920, emitiu enquanto secretário de justiça a famosa opinião sobre a Várzea, justificando as alterações propostas para a região em um relatório que:

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos (1916, p. 12).

A reunião nojosa que apresenta Washington Luis se refere a “vagabundos” e bêbados, mas mesmo pessoas em situação de trabalho não era muito bem-vistas naquela parte da cidade. As lavadeiras, desde tempos passados figuras turbulentas da várzea, pessoas negras que dali tiravam seu sustento, se escondiam ou encontravam a única possibilidade de abrigo, e o mercado com os caipiras e seus animais, entre outros personagens, causavam preocupação e aversão dos poderes públicos da cidade que se configurava em metrópole. Conta Francis Manzoni em sua pesquisa sobre mercados e feiras que

Descontente com a presença de populares no mercado, o seu primeiro administrador manifestava-se contra a presença de negros, roceiros e outros comerciantes que para lá se dirigiam para fazer negócios. Os mencionados “ajuntamentos” e a “algazarra” no espaço do mercado permitem imaginar que os comerciantes que nele se instalavam eram trabalhadores oriundos do comércio que se fazia pelas ruas e praças da cidade (MANZONI, 2019, p. 175).

A várzea, portanto, agrupava o que havia de mais intranquilo na cidade, fosse em meio às capoeiras da várzea, fosse no mercado dos caipiras. Dessa forma, tal qual a extinção de uma moléstia, a premissa baseava-se mais na supressão da presença das pessoas e alteração completa da paisagem que na regularização das formas de uso e melhoria nas condições de existência: para a cidade em crescimento, a várzea é vista como um bolsão de miséria que impede seu crescimento, sua *modernização*.

Enquanto isso, os habitantes da várzea e adjacências transitam em bairros sem calçamento e “com exceção das vias principais, não havia fornecimento de energia elétrica ou outros serviços. A despeito de tais condições, toda a região passou a abrigar casas modestas, não raro coletivas, avizinhas de chaminés fumegantes e fumacentas que impregnavam o ar” (GUIMARÃES, 2007, p. 325). Nas lembranças do Sr. Amadeu, entrevistado por Ecléa Bosi também perdura a memória da pobreza da região:

Brás, Cambuci, Belenzinho, Mooca, Pari, aqui tudo era uma pobreza, ruas sem calçadas, casas antigas, bairros pobres, bem pobres. Iluminação era a lâmpião de querosene. Quando em minha casa puseram um bico de luz, foi o primeiro bico que puseram naquela rua [...]. Mas era usada como uma luz bem econômica porque não dava para pagar no fim do mês (BOSI, 1987, p. 83).

A opinião sobre a várzea, cristalizada nas palavras de Washington Luis, demonstra como a necessidade de sanitização relacionava-se ao território, mas “a doença se fazia transmitir não só pelas moscas, mas também pelos homens e mulheres que a frequentavam e habitavam” (ANGATU, 2017, p. 92). Era necessário higienizar o local e seu animais, humanos e não-humanos.

Vanessa Ribeiro observa como o território, a partir de sua condição geográfica, o torna privilegiado “para a análise das disputas entre os diferentes grupos que por lá transitaram. Lavadeiras, tropeiros, policiais, vendedores ambulantes, estudantes, religiosos, trabalhadores, fotógrafos, crianças, mulheres, foliões, esses e tantos outros personagens detectados [...]” (RIBEIRO, 2021, p. 11). Enquanto nos postais por ela estudados, com o passar do tempo, os acidentes naturais são substituídos pelos equipamentos modernos da cidade, demonstrando a narrativa desejada para a região: iam-se os maus usos e elementos e modernizava-se a área, as pessoas em geral já não são mais o foco das representações. Quando existem, os homens estão representados em mais da metade dos documentos; as mulheres estão representadas em 16% do material e as crianças em apenas 9% dos postais (2021, p. 133). A substituição, ou supressão, do espaço natural que era a Várzea do Carmo primeiro ignorou a ocupação e usos originários de animais não-humanos e povos em relação direta com a terra para dedicar-se ao antropocentrismo da modernidade que por fim parece tomar mais a forma e interesses da máquina e da criação que dos próprios criadores.

Destacamos na leitura dos periódicos, hábitos, sujeitos e habitações que participaram da construção desse território, levando em conta as ressalvas sobre tomar esses veículos como fonte histórica confiável. Assim, a predominância masculina nas ocorrências, por exemplo, nos indica um espaço público primordialmente ocupado por homens, mas, nem nas fontes bibliográficas nem na leitura dos jornais, única presença e agente histórico.

Dessa forma, trataremos nas páginas seguintes de agentes do gênero masculino, mas é também um esforço e interesse desta pesquisa, que se situa justamente em encontrar e observar os hábitos e habitações de pessoas menos representadas na documentação sobre o território, dedicar um especial enfoque interseccional a mulheres e crianças, assim como animais não-humanos, pessoas racializadas e outros espectros sexuais além da heterossexualidade. No entanto, em nossa amostragem nos deparamos com apenas uma ocorrência que sugeria dissidência sexual: um latrocínio ocorrido na várzea, perpetrado por Joaquim Antonio dos Santos em 1908, que, em uma escavação do fato nos periódicos, mostrou ter sido representado de forma que sugeria sua homossexualidade, parte nebulosa mas relevante do crime.

3. VÁRZEA, ESPAÇO DE TRABALHO

Eu fiz de tudo para ser bom operário

veio a crise financeira eu perdi o meu trabalho
 Vou com o Sol, volto com a luz da Lua
 Oh meu bem não fique triste dinheiro se ganha na rua
 Dê um beijo nos negrinhos, vou ganhar o nosso pão
 Carregar algumas malas lá na porta da estação
 Engraxar sapato e bota, carregar cesto na feira
 Alugar uma casaca, ser garçom de gafeira
 Hoje vou jogar no bicho, minha jura quebrarei
 quero ver se aumento um pouco sobre aquele que eu ganhei
 Oh meu bem não tenha medo pois o jogo não dá nada
 para tudo dá-se um jeito se a polícia é camarada.
 Vou vender bala de coco, barbatana e rapadura
 Oh meu bem só tenho medo do fiscal da prefeitura
 pra arrumar algum dinheiro, garantir nossa gordura
 vou em algum velório de rico, vou chorar na sepultura.
 Geraldo Filme, “Mulher de Malandro”. São Paulo, 1980.

Em 24 de setembro de 1897, os guardas Adelino Lellis e Rodrigo Peixoto de Farias requeriam à Câmara providência do inspetor de higiene em relação aos ambulantes de verduras que insistiam em estacionar em frente ao aterrado do Gasômetro. Clamavam que o inspetor providenciasse que os ambulantes não mais estacionassem no local de forma permanente, permitindo aos possuidores de licença que ali quedassem até no máximo o meio-dia. O conflito não era novidade, nem seria esse seu ponto final. Em meados do século XIX sessões da Câmara Municipal já discutiam o problema dos atravancamentos. Os primeiros a serem banidos da circulação no território da região central foram os bois e suas tropas, assim como os carros que conduziam madeira, vigiados de perto em relação a onde paravam (SANT’ANNA, 2004, p. 50). Mostrando como a resistência rural seguia a despeito das seguidas proibições, a prefeitura publicou uma lei proibindo a circulação no perímetro central de carroças, sob o argumento de preservar o revestimento utilizado na rua, visando assim preservar o piso para veículos de transporte mais sofisticados, como os tálburis de rodas de borracha e automóveis (SANTOS, 2006, p. 122).

Anos antes, em 1899, uma ata da Câmara publicada pelo *Correio Paulistano* registra um abaixo-assinado dos moradores da rua da Mooca em prol de melhorias naquela rua, “por onde passavam diariamente carroças conduzindo lenha para a cidade e acompanhamentos de enterros para o cemitério da 4ª parada da Penha”¹¹, argumento que comprovava o movimento na rua e a necessidade de melhoramentos. O vai-e-vem de

¹¹ Correio Paulistano, 05/09/1899, p. 2.

roceiros até a Várzea, o papel de meio do caminho entre cidade e o espaço rural, depois bairro fabril, levava à várzea todos os dias um fervilhante movimento humano.



3.1 Mercado

Aproveitando-se do movimento comercial já existente no porto de areia que seria conhecido como porto geral para, em 1867, estabelecer entre a rua Vinte e cinco de março e a ladeira General Carneiro o Mercado Grande, a municipalidade logrou em partes deslocar os negócios onde funcionavam açougues, secos e molhados, fazendas, queijo, toucinho, armarinhos, louças etc. Ernani Silva Bruno registra que

Já no próprio ano da construção do mercado o seu administrador oficiava à Câmara queixando-se de que alguns inquilinos promoviam ajuntamentos de negros que faziam algazarra e de outros que atrapalhavam o trânsito, espalhando na frente dos seus compartimentos caixões, galinheiros, barricas e jacás. Também os animais faziam estrago no mercado novo (1953, p. 685).

Ao lado do Mercado Grande funcionava o Mercado dos Caipiras, ou dos tropeiros, com maior ocupação de negociantes nacionais devido à menor taxa de impostos. Ali, negociava-se gêneros de primeira necessidade, cereais como arroz, milho, feijão; e também farinha, aves e ovos; objetos artesanais, como cestos, cachimbos, panelas de barro, colheres de pau; além de ser ponto de abastecimento de ervas medicinais, óleos e outros produtos de uso cerimonial (MANZONI, 2019, p. 79). Ainda assim, a especialização do espaço, mais tarde fundamental para a diferenciação entre área suburbana e rural, não foi o suficiente para acalmar os incômodos causados pela gente que trabalhava e comprava nos mercados. Apesar de funcionar até fins da década de 1930,

o Mercado dos Caipiras foi constantemente alvo de requerimentos na Câmara, esquadrinhamentos da inspetoria de higiene e preconceito das autoridades.

Nos jornais, além da seção comercial, o Mercado aparece em cenas de roubos, assassinato, acidentes, muitos jogos de carta¹². Além disso, os mercados aparecem como parte da narrativa ou da ação em outras tantas notícias, denunciando sua importância para a circulação e ocupação da região.

Figura 4: Vincenzo Pastore. Comércio em frente ao Mercado Municipal, 1910 (circa) Esquina da rua Vinte e cinco de março com General Carneiro



Fonte: Instituto Moreira Salles

As fotografias tomadas por Vincenzo Pastore no período observado por esta pesquisa são de grande valia para nos aproximarmos dos sujeitos espoliados, e seus hábitos, na cidade de São Paulo. Em parte de suas fotografias podemos observar motivos mundanos e pessoas pra lá de comuns, ocupando o espaço público em momentos de descanso, trabalho ou trânsito. Provavelmente em uma incursão ao mercado, Pastore retratou mulheres carregando trouxas de produtos na cabeça e tomando o bonde e outras situações na região do mercado, como os seis homens que observam e se curvam sobre

¹² Em 1902 cinco homens foram presos às 14h da tarde jogando cartas no mercado da rua Vinte e cinco de março (O Commercio de São Paulo, 01/07/1902, p. 2). Em 1914 também nas cartas, após um desentendimento em um jogo, Domingos Chiavorello tenta esfaquear Antonio Valentim, porém a esposa desse, Francisca Valentim, entra na frente e acaba levando as facadas (Correio Paulistano, 17/01/1914, p. 4), entre vários outros casos.

cestas de frutas e legumes [figura 4]. Em primeiro plano um homem de pele escura evidencia as roupas puídas e remendadas que podemos observar nos outros homens da foto, o que, junto da quantidade de cestas, nos faz pensar se são fregueses ou se não seriam os próprios vendedores em um momento de balanço ou intercâmbio de produtos. Enquanto podemos entrever senhoras em uma charrete que passa atrás desses homens, assim como um cavalheiro de terno que caminha na direção contrária da foto, todos esses bem-vestidos, chama a atenção o chão em que se apoiam as cestas, com entulho e sujeira. A imagem tomada em uma encruzilhada representa bem o que se entendia pela região do mercado: com estrutura urbana discutível, sujeira, vendedores e consumidores dividindo o espaço interno do mercado, mas também do passeio público.

Nas casinhas enfileiradas ao lado da ladeira do Carmo, no século XIX, também era possível comprar alimentos básicos, como toucinho, porco, feijão e farinha, mas a várzea, pra além das chácaras, caipiras e quitandeiras que encontravam ali um território de troca e comércio (ODILA, 1995), fornecia por seus atributos naturais outros artigos à cidade, e meios de sobrevivência aos mais pobres. Era ali, por exemplo, o único lugar por muito tempo determinado pela Câmara onde os negros podiam vender capim, evitando assim sua circulação pelas ruas da cidade. O mesmo valia para os vendedores de peixes, apesar de nem sempre cumprirem rigorosamente essas determinações. Naquela região-limite, no entanto, lhes era permitido circular livremente. (OLIVEIRA, 2005, p. 73). Apesar de tradicionais ali por muitos anos, em 1876 “Pretas de Nação, quitandeiras de verduras” solicitavam transferência desse ponto para o Pátio do Colégio, “lugar mais concorrido”, pedido que tiveram negado.

A várzea foi, inclusive, um território bastante ocupado por pessoas negras, a despeito da memória sobre o território ligar-se, a partir da atividade fabril e comercial principalmente a imigrantes que se estabeleciam ali, em especial espanhóis, sírios e italianos. É preciso observar aqui a predileção dos *fait divers* em determinados momentos pelo elemento estrangeiro, quase sempre referenciado especificamente, enquanto pessoas negras são caracterizadas por adjetivos diversos: “de cor”, “crioulo”, “pardo”, “preto” e “negro”, o que indica que não havia um padrão de caracterização dos indivíduos personagens das notícias nesse sentido.

Boa parte dos anúncios de profissionais oferecendo-se, quando estrangeiros, faz questão de salientar sua origem, “moça portuguesa para serviço de cozinha”¹³, lavadeira

¹³ Correio Paulistano, 07/12/1917, p. 10.

e engomadeira alemãs¹⁴, ama de leite italiana¹⁵. Alguns poucos anúncios tratam de identificar a profissional como “nacional”, mas a grande maioria não possui identificação de origem, o que nos leva a acreditar que a supressão da informação indique se tratassem de nacionais ou mesmo pessoas negras evitando o filtro inicial de seleção representado pela cor da pele. Além disso, a maior parte das ocorrências que trata de pessoas negras, em diferentes contextos, ou seja, como perpetradores de injúrias, vítimas, como trabalhadores ou transeuntes, localiza-se depois na década de 1910, sendo cerca de um terço referente ao período da escravidão.

Além da sobrevivência advinda da venda de capim, Maria Odila Leite aponta como a relação com a água era fundamental para a subsistência negra, inclusive em suas relações sociais. Segundo a historiadora, fontes, bicas e chafarizes se tornaram o epicentro da vida social dos escravizados no decorrer do século XIX (1995, p. 134). É possível inferir que a presença negra nas margens do rio tivesse o mesmo papel, já que antes dos canos e tubulações eram corpos negros que serviam como “aparelhos vivos para o conforto e limpeza das residências”, estando presentes em todo o itinerário relacionado à água, fosse em sua coleta ou despejo. Nos fins da escravidão e antes do oferecimento doméstico da água como um bem privado, pessoas pobres brancas dividiam o espaço e função com pessoas negras, como empregadas das casas que os enviavam a buscar ou despejar água ou como elas mesmas interessadas no abastecimento, já que quem não possuía quem fizesse o trabalho pra si teria que fazê-lo. A coleta de água limpa, despejo de águas servidas e descarte de lixo eram funções, portanto, divididas principalmente entre pessoas negras, brancas pobres e idosas e crianças, onde coincidiam trabalhadores vítimas da maior espoliação, com baixíssimos soldos e sujeitos a maiores violências, com os maiores frequentadores dos rios, córregos, reservatórios e chafarizes (SANT’ANNA, 2004, p. 71).

3.2 Ambulantes e carregadores

A função de carregador e carroceiro foi outra ocupação bastante presente na várzea, uma das ocupações com menor remuneração na República e de maior ocupação por corpos negros. Casé Angatu identifica ainda outros trabalhos compartilhados pelas pessoas pobres, fosse qual fosse sua origem. Circulavam pela várzea, a trabalho ou a

¹⁴ O Commercio de São Paulo, 21/05/1905, p. 4.

¹⁵ Correio Paulistano, 06/05 1893 p. 3.

caminho dele profissionais de fêria diária, variável e incerta como “biscateiros diversos como os referidos lavadores de casas, tratadores de cavalos, matadores de gafanhotos e formigas, coletores de lixo, varredores públicos, limpadores de trilhos” (ANGATU, 2017, p. 157).

Apesar da especialização do espaço que se desenhava em fins do século XIX, a cidade de São Paulo sempre contou com vendedores ambulantes, fossem as mulheres que vendiam a miúdo artigos, que se comprados de outra forma estariam fora do alcance dos mais pobres, ou preparações de comida, como as negras com seus bolinhos, cuscuzes, salgados ou caldos. No período, aponta Bianca Melzi Domenicis Lucchesi,

era muito comum a presença de vendedores ambulantes que tiravam seu sustento da produção em seus próprios quintais. Os quintais, principalmente de sítios e chácaras nos arredores da cidade, forneciam gêneros alimentícios aos paulistanos e permitiam que sujeitos como “caipiras” e “pretas de tabuleiro” ocupassem a cena urbana vendendo sua pequena produção de quitutes, frutas, verduras, ovos, leite, ervas, etc. (2021, p. 64).

Circulavam pela cidade profissionais de todos os tipos, alguns servindo a funções que hoje já não fazem sentido. A presença desses trabalhadores nas ruas alterava por completo as sensações vividas na cidade, nos cheiros, presenças ou sons, tornando a experiência urbana bastante distinta apesar de tão próxima à contemporaneidade. A gritaria dos imigrantes “turcos” está presente na memória dos mais velhos que circulavam pela cidade (BOSI, 1987, p. 155) ou com o

folheiro, a chamar a freguesia com o seu timbre metálico, o vidraceiro carregando vidros para janelas e quadros, o peixeiro carregando caixas com peixes e fazendo reclame pela boca: peixe do mar, tainha fresca, camarão fresco, o vassoureiro, carregando vassouras, cestas de vários tamanhos, vasculhadores etc, o homem do realejo, um italiano bigodudo, recentemente vindo da terra, com brincos de ouro em forma de argola e um chapéu atravessado por uma pena, carregando um pesado realejo e um macaquinho preso por uma correia [...] o amolador, transportando pelas ruas a pedra de amolar, em um carrinho, fazendo da garganta a sua buzina: amolador, amolador! O vendedor de garapa e cana descascada, guiando uma carrocinha fechada, puxada por um burro, dentro da qual havia um pequeno engenho movido a mão (BRUNO, 1953, p. 685).

Nos jornais quase não há anúncio de vagas para trabalhadores ambulantes, com exceção da busca por um “bom carregador de balaies” na rua Frederico Alvarenga – antiga rua do Hospício – em 1911¹⁶, o que pode indicar que boa parte desses trabalhadores realizavam seu ofício por conta. Alguns ambulantes, para além dos carroceiros, aparecem

¹⁶ Correio Paulistano, 1/07/1911, p. 9.

ligados a perturbações da ordem, como um doceiro que vendia balas tão duras que depois de uma alteração com um jovem de 13 anos acaba por feri-lo, arremessando-lhe o pacote à cabeça – o que chega a causar sangramento! – também em 1911; ou o proprietário de um quiosque ambulante, agredido gratuitamente, segundo consta, próximo à ponte da Tabatinguera por dois italianos que fugiram impunes¹⁷. Já os carroceiros são presença bastante constante, principalmente em função dos choques causados por seus instrumentos e forma de trabalho com a modernidade, como podemos observar no começo deste capítulo, através dos espaços escolhidos para estacionar ou transitar, o que lhes causava multas e advertências, o que também refletia nos choques literais com pessoas, animais e bondes¹⁸.

3.3 Organização trabalhadora e desorganização no trabalho

Além de trabalhadores em circulação, e dos que se instalavam na várzea por diferentes motivos, o território era espaço de encontro e elaboração política de outras categorias. O n. 2 da ladeira Porto Geral servia como ponto de encontro para diferentes organizações, como da “União dos trabalhadores gráficos”, que faz reunião nesse endereço em 1907¹⁹, dos empregados de hotéis, bares, restaurantes e cafés, que fundaram uma associação de classe com sede temporária nesse endereço, chamada “A Internacional”²⁰ em 1914, e a “Liga dos pedreiros e ferreiros”, que em março de 1911 tem sua sede aí invadida e papéis revirados pela polícia²¹. Já na rua do Glicério, n. 164, onde funciona o salão Cesare Battisti, tem lugar reuniões da “Liga dos sapateiros”, no auge da greve de 1917²².

A intensa agitação trabalhadora das primeiras décadas do século XX pode ser vista através da variedade de categorias se organizando, como os trabalhadores de madeira, que se reúnem na rua do Gasômetro com a finalidade de fundar uma liga, em 1919²³, mesmo ano e rua onde acontece a reunião de operários da Light²⁴ e Antonio

¹⁷ A Província de São Paulo, 21/05/1889, p. 1.

¹⁸ Outros exemplos: em 1911 o carroceiro Américo Ferreira da Silva vingou-se às bofetadas de um guarda cívico que dias antes o advertiu por seguir na contramão (Correio Paulistano, 21/01/1911, p. 4). Michel Marotta, de seis anos, foi atropelado em frente à sua casa na rua do Glicério por um carroceiro em 1913 (Correio Paulistano, 29/10/1913, p. 6); o carroceiro Mario Mollinario, no mesmo ano e rua, foi atropelado por um bonde que o arremessou longe (Correio Paulistano, 08/07/1913, p. 6).

¹⁹ Correio Paulistano, 09/07/1907, p. 4.

²⁰ A Gazeta, 13/04/1914, p. 5.

²¹ A Lanterna, 17/03/1911, p. 2.

²² O Combate, 18 e 19/07/1917, p. 1.

²³ O Combate, 17/06/1919, p. 3.

²⁴ O Combate, 25/12/1919, p. 1.

Maffei e Alfredo Pietro entram em conflito com Paulo Rodrigues Teixeira, em uma agitação grevista de serralheiros em busca de redução de jornada. Paulo, que desperta a antipatia até do jornal *O Commercio*, “parece estar muito satisfeito com as 12 horas de serviço”²⁵.

A quantidade de horas de trabalho, o cansaço e as precárias condições de vida somavam-se a outras preocupações dos trabalhadores e trabalhadoras, expostos, entre outras coisas, a um cotidiano de trabalho repleto de acidentes, recorrentes nas páginas dos jornais consultados, especialmente entre as décadas de 1910 e 1920. Esses casos são variados e as vítimas, sempre homens, têm idade que vai de 12 a 75 anos.

Em 1908, no bojo das primeiras manifestações trabalhistas na cidade, o jornal *A Tribuna* faz coro ao que parece ser uma demanda de maior vulto, a partir do acidente que envolve três operários de idades bem sintomáticas. Na ladeira Porto Geral, n. 7, Vicente Leme, de 75 anos, José Antonio Miguel, com 17 anos e José Salzana, de 12, trabalhavam na demolição de um andaime em uma obra com alguns outros operários. Com o desabamento inesperado de todo o andaime, os três ficaram gravemente feridos, “mais uma terrível consequência da falta de fiscalização na construção de andaimes e casas”. O jornal indaga sobre o projeto acerca do tema recém-apresentado à Câmara, e reforça que esse é um dos muitos que têm acontecido. Registra ainda que

A desídia, a facilidade em construir andaimes sem a menor segurança, não pode continuar a ser um perigo para a vida do operário, do trabalhador. O curioso é que não se adoptam medidas, nem se permite que o trabalhador reclame contra esse desmazelo, essa incúria que se reflecte num perigo constante contra a sua vida²⁶.

Os acidentes poderiam ser causados pela imperícia dos trabalhadores, como Manuel Araujo, que se bateu acidentalmente com a pá enquanto trabalhava para a Light and Power na rua do Glicério em 1918²⁷, mas principalmente pela falta de suporte, orientação e iniciativas de segurança no trabalho. João Gomes, encanador de 42 anos, martelou o dedo em uma oficina na mesma rua²⁸. José Hippolyto, de 20 anos, trabalhador da companhia de águas e esgotos, levava consigo uma pequena lanterna acesa quando cruzou com um vazamento de gás de um cano nessa galeria e sofreu graves queimaduras no rosto²⁹. Apenas alguns exemplos da profusão de casos, as histórias de Manuel, Vicente, Joãos e Josés tem em comum trabalhadores que moravam e trabalhavam na mesma

²⁵ *O Commercio de São Paulo*, 8/06/1909, p. 4.

²⁶ *A Tribuna*, 26/07/1908, p. 1.

²⁷ *Correio Paulistano*, 21/04/1918, p. 6.

²⁸ *Correio Paulistano*, 28/07/1915, p. 6.

²⁹ *Correio Paulistano*, 26/08/1915, p. 4.

região, a precarização da vida que leva um jovem de 12 e um idoso de 75 anos a trabalharem em andaimes, mas principalmente demonstram como o mercado de trabalho estabelecia-se aos trancos e barrancos em uma cidade até pouco acostumada à exploração de escravizados e nenhuma salubridade garantida no espaço de trabalho.

Em 9 de agosto de 1915 o jornal *A Província de São Paulo* publica uma entrevista com o diretor do departamento estadual do trabalho sobre o recém aprovado projeto de Adolpho Gordo, que legislava sobre acidentes de trabalho. Ocupando metade do espaço da página, na coluna central, entrevistado e editor concordam com as “urgentes medidas de prevenção e reparação”, haja vista a “impressionante quantidade de acidentes em nossas fábricas e oficinas quase diariamente registrados no noticiário”³⁰. Aprovado em 1915 e base para a legislação sobre o tema, o projeto de Adolpho Gordo foi antecedido por outros desde 1904, com o projeto de Medeiros e Albuquerque.

Os acidentes não cessaram nos quatro projetos anteriores nem cessariam a partir do último, prova disso são os substitutivos feitos pelo próprio Adolpho Gordo, em 1917, e por Prudente de Moraes e Andrade Bezerra, ambos em 1918. A assombrosa mobilização de trabalhadores que agitou São Paulo nesses anos obrigou a revisão de “leis operárias”, como as chama *A Província*, mostrando que o tema está presente na pauta muito antes de Getúlio Vargas, assim como é a organização dos de baixo que obriga as concessões dos de cima.

Mais antiga das ocorrências encontradas no espaço amostral, a greve dos cocheiros antecipa uma série de notícias que têm o território também como cenário de organização trabalhadora. Em agosto de 1909, cocheiros foram proibidos de circular desocupados pelo perímetro da região central da cidade entre meio dia e seis da tarde, fazendo com que se declarassem em greve. Concentraram-se então na rua do Gasômetro “em atitude hostil”, donde foram “apaziguados” e dispersados por autoridades policiais. Já se sabia, antecipa o jornal, que a greve teria seus efeitos à noite, quando se esperava que cocheiros grevistas atacassem os que não fossem solidários.

De fato, nessa noite ocorreram diversos distúrbios na cidade, com cocheiros atacando tálburis e seus passageiros, nas ruas Aurora, Florêncio de Abreu, Vinte e cinco de março, Piratininga; na ponte do Pary “numeroso grupo de desordeiros atacava os veículos que por lá passavam”. Mais tarde, uma batida policial na Várzea do Carmo espantou muitos cocheiros que estavam ali escondidos; no Bom Retiro haviam tilbureiros

³⁰ O Estado de São Paulo, 09/08/1915, p. 4.

“reunidos e promovendo desordens”. Mais de dez homens foram presos, maioria italiana, “conhecidos da polícia como desordeiros e, muitos deles, gatunos retratados, ao que nos disseram”, conta o jornal³¹.

3.4 Trabalhadores de passagem

Por fim, existiam também na várzea trabalhadores que não fixavam residência por muito tempo em nenhum endereço na região, tampouco trabalhavam necessariamente deambulando pelas ruas. Eduardo Figueiredo é um exemplo desse tipo de trabalhador: anunciante por cerca de dois meses no *Correio Paulistano* em 1912, Figueiredo é representante da Companhia Manufatora de Conservas Alimentícias, com sede no Rio de Janeiro. Assim como outros caixeiros viajantes e representantes de grandes manufaturas, Figueiredo hospedou-se em um hotel e anunciou nos jornais que se encontrava na cidade disponível para fazer negócios.

O hotel escolhido por Eduardo Figueiredo foi o hotel Vista Alegre, mais tarde conhecido como pensão Mathias, que anunciava sua abertura em 1908, com um reclame apontando a existência de “magníficos quartos para pensionistas internos. Luz electrica, gaz, banhos quentes e frios”.

Acaba de abrir-se a

PENSÃO HOTEL VISTA ALEGRE

Prédio com aposentos e salões sem igual. Mesa e serviço primeira ordem, Diaria a principiar de 6\$000. Tem numero limitado de magníficos quartos para pensionistas internos, Luz electrica, gaz, banhos quentes e frios.

Pede-se o especial favor a todos a quem interessas este estabelecimento visital-o preventivamente, para fazer a ideia exacta de que não é puff o presente annuncio. Roga-se a fineza de se entenderem com os proprietários Aguiar & Comp.

ENTRADAS-56 Rua da Bôa Vista e 5 Ladeira do Porto Geral.

O hotel, cuja presença nos jornais é rastreável até 1912, preocupava-se em anunciar suas comodidades, bem como em convidar os interessados a “visitá-lo preventivamente” para certificarem-se da qualidade do estabelecimento. A preocupação justificava-se à má-fama da qual gozavam os hotéis, espaço coletivo que se estabelecia na metrópole com caráter meio privado/íntimo, meio público. A cidade começava a experimentar os costumes de dormir, comer, beber e conversar “fora”, ou seja, fora de seus domicílios. O caráter público de um espaço que guardava também essa intimidade

³¹ O Commercio de São Paulo, 17/08/1899, p. 1.

foi em muito aproveitado por galanteadores e gatunos, o que provocava a necessidade de alguns estabelecimentos distinguirem sua clientela, como no caso do Hotel Vista Alegre. Mais tarde, provavelmente com a troca de donos, o estabelecimento passa a se chamar/ser conhecido como pensão Mathias, nome mais apropriado, segundo Lucília Siqueira, para hotéis de pequeno porte com relação mais próxima aos clientes, às vezes inclusive dividindo as dependências entre hospedagem e moradia dos donos. Em hotéis maiores, pensionistas como Figueiredo estabeleciam-se na maior parte das vezes através de relações estáveis com o hotel, podendo utilizar de seus serviços para as refeições e correspondência ou habitando temporariamente suas instalações (SIQUEIRA, 2013).

A má-fama que gozavam os hotéis até meados do século XIX (FREITAS, 1921, p. 64), cenário que começa a mudar com a cosmopolitização de São Paulo, a chegada e difusão doutros hábitos que incluíam a estadia e visita a hotéis como trivialidade da vivência urbana. A comida servida nos restaurantes desses estabelecimentos era um chamariz importante, comumente listado nos anúncios como parte das vantagens³².

A depender do entorno, no entanto, os hotéis poderiam continuar a ser mal vistos mesmo na São Paulo mais populosa. É o caso da “modesta casa de pasto com a pomposa denominação de *Hotel do Povo*”, situado na rua Monsenhor Anacleto, onde cotidianamente “ocorre uma chusma de hóspedes baratos com armas e bagagens”. Em uma notícia cheia de ironia, cujo título é o nome do hotel, “Hotel do Povo”, conta-se que o dono do estabelecimento, “um francês de origem portuguesa”, apesar de não muito afeito à limpeza convenceu o copeiro a desempenhar a tarefa. Desaparecidos os bens de um dos hóspedes, tal proprietário é chamado à delegacia, pouco esclarece, mas em pouco tempo faz aparecer os bens roubados. Esclarece-se, diz o jornal, que foi um “*mal entendido*” do copeiro, e que “hoje prosseguirá a limpeza”³³.

³² Comida farta portuguesa e brasileira na pensão Mathias em 1912, (Correio Paulistano, 08/03/1912, p. 9); Vende-se um Hotel-restaurant na rua do Gasômetro em 1895 (Correio Paulistano, 03/03/1895, p. 2).

³³ Correio Paulistano, 28/11/1904, p. 2.



4. MULHERES

“Essas vendedoras de tabuleiros, lavadeiras de rios e chafarizes têm a astúcia do camaleão, dos pequenos bichos que não pretendem vencer, pois já foram vencidos, mas apenas defender-se da morte”

Ecléa Bosi, Introdução ao livro “Quotidiano e Poder em São Paulo do séc. XIX”, 1984, p. 8.

4.1 Insubmissas

Ao contrário dos estudantes da Academia de Direito e dos jovens de sexo masculino em geral, as jovens garotas e demais mulheres não gozavam de tanta liberdade para nadar nos rios, enquanto a função de pescador parece ter-se naturalizado em nossa sociedade como um atributo masculino. Isso fez com que o meio do rio fosse, primordialmente, dos homens. As mulheres, lavadeiras de louças e principalmente roupas, e muitas vezes coletoras de água, utilizavam as suas margens. Isso não significava, no entanto, que elas por ali circulassem menos ou utilizassem a várzea com menor intensidade. Pelo contrário.

Enquanto a única fonte de abastecimento de água, era mais fácil encontrar as lavadeiras nas margens dos rios, e essa simbólica figura feminina do passado paulista desaparece da paisagem na medida em que o rio é canalizado e a água privatizada. Em meados do século XIX dividiam-se em escravizadas domésticas de famílias ricas e lavadeiras pobres que serviam, principalmente “instituições³⁴, seminários, repúblicas de estudantes, hotéis, ranchos e casas apenas remediadas. Ofício próprio de escravas e forras, “certas cantigas populares procuravam resgatar da pecha de ofício de escravas, valorizando-as na figura de Nossa Senhora [...]” (DIAS, 1995, p. 233).

³⁴ O Jornal da Tarde de 9/01/1879 (p. 3) trazia anúncio de vagas para duas lavadeiras no Hospício com soldo de 25\$ por mês, anúncio também encontrado no ano anterior.

Figura 5: Cadeia Pública, lavandeira, 1920 (circa)



Fonte: Fundo Geraldo Paula Souza. Faculdade de Saúde Pública da USP.

A fotografia tirada no âmbito das pesquisas de saúde pública por Geraldo Paula Souza e equipe, como a da Cadeia Pública acima [figura 5] é um raríssimo registro dessas mulheres em um contexto de trabalho, mas conscientes da câmera e do registro. Entre desconfiadas, confusas e divertidas, vemos um grande grupo de mulheres, de maioria racializada mesmo muitos anos depois da abolição da escravatura, posando para a fotografia em seu espaço de trabalho, que apesar de situar-se na cadeia poderia ser o quintal de alguma habitação popular ou pátio de algum cortiço compartilhado por essas mesmas mulheres. Se as mulheres do fundo olham para a câmera com um misto de vergonha e desconfiança, as três figuras sentadas à frente desafiam o olhar que se detém na foto. Uma, quase deitada, sorri divertindo-se com uma caneca à mão, levantando-se do descanso ou deitando para a foto; mais à frente, em uma figura imponente como se motivo único do registro, uma segunda mulher encara diretamente a lente e a nosso olhar, e por fim, uma terceira mulher pita despreocupadamente um cachimbo, direcionando seu olhar quase debochado para aquele que a registrava em momento de trabalho quase que como a um animal em seu habitat. Parte de um esforço de esquadrinhamento do “modo de vida” de pessoas pobres, as fotos do Fundo Geraldo Paula Souza nos oferecem, à

contrapelo, um rico registro das pessoas espoliadas em diversos espaços privados e íntimos.

Seus traços, os cantos³⁵ – *cantigas populares* –, os conflitos em busca do melhor lugar para o trabalho e o machismo em voga marcaram as lavadeiras na memória paulista como um exemplo de categoria turbulenta especialmente ligada ao rio. As “cenas desagradáveis” pelas quais as lavadeiras eram responsáveis, constantes nas várzeas, são descritas por muitos memorialistas. Teodoro Sampaio, filho de escravizada, mas já membro da alta classe paulistana, enxerga as lavadeiras como parte de uma paisagem insalubre “onde se faziam os despejos da cidade, soltavam-se animais, cortava-se lenha, e onde todos os ociosos vinham caçar” ([1878] apud OLIVEIRA, 2005, p. 74). Geraldo Sesso Jr., antigo colaborador das colunas policiais do *Correio Paulistano*, é responsável por um desses, registro longo, mas que vale a transcrição. Diz ele:

frequentemente ocorriam e que se tornaram comuns, eram quando da falta de água nos lares do bairro do Brás ou dos próprios moradores da zona da cidade, eram tradicionais ‘brigas das lavadeiras’, que então ocorriam na Várzea do Carmo. Como tais fatos tragicômicos, que o povo também considerava como sendo de ‘pouca vergonha’, geralmente aconteciam, mais a miúdo, quando da falta d’água, época em que se poderia ver extensa romaria formada logo ao amanhecer na antiga Estrada da Penha e pelas ladeiras da General Carneiro e do Carmo. Numerosos grupos de mulheres apressadas se dirigiam em direção à Várzea do Carmo. A maioria era ex-escrava e mamelucas, sendo poucas as mulheres brancas. Algumas traziam à cabeça pesados tachos de cobre repletos de roupas; outras traziam trouxas embaixo do braço ou ainda penduradas nas mãos; todas carregavam roupas sujas que iam lavar nos vários afluentes do rio Tamanduateí. Acontecia que muito antes de se acomodarem, cada qual em seus lugares, já se iniciava a discussão que era acompanhada de impropérios e palavrões e terminavam em brigas – tudo isso para a disputa de melhores lugares. Raro o dia em que a polícia não era chamada a intervir, havendo, às vezes, até a necessidade de as autoridades realizarem algumas prisões, principalmente quando se tratava de lavadeiras mais exaltadas, que brigavam como homens. A algazarra e os gritos histéricos das mulheres eram ouvidos à distância; todas as vezes que tal acontecia, podia-se notar enorme aglomeração de populares e curiosos, que, dos outeiros do Carmo e do Largo das Casinhas (Largo do Tesouro), se divertiam gostosamente, presenciando, lá em baixo, na Várzea do Carmo, a já costumeira e tradicional ‘briga das lavadeiras’ (1995, p. 79).

³⁵ Muito presente na cultura banto, maior doadora africana para a cultura brasileira, os cantos de trabalho estavam presentes no cotidiano de trabalho e mesmo de entretenimento dos escravizados negros. Um trabalho de fundamental importância de resgate e registro desses cantos, realizado em 1930 pelo folclorista mineiro Aires da Mata Machado Filho, chamados em alguns casos de vissungos, pode ser conferido no projeto “O Canto dos Escravos”, lançado em 1982 pela Rádio Eldorado, com interpretações de canções Benguela executadas por Papete na percussão, e lindamente interpretadas por Geraldo Filme, Clementina de Jesus e Tia Doca da Portela.

Já Jorge Americano, professor, advogado, promotor público e deputado estadual, escreve que

A Várzea do Carmo (hoje Parque Dom Pedro II) era alagadiça no tempo de chuvas. Na seca, entre o Gasômetro e o Carmo, dois braços do Tamanduateí formavam ilha. Um desses é o leito atual e o outro corria paralelo à Rua 25 de Março, até juntar-se ao primeiro, ali pela altura do mercado. Da Rua Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade, desciam lavadeiras de tamancos, trazendo trouxas e tábuas de bater roupa. À beira d'água, juntavam a parte traseira à dianteira da saia, por um nó no apanhado da saia, a qual tomava aspecto de bombacha. Sungavam-na pela parte superior, amarravam-na à cintura com barbante, de modo a encurtá-la até os joelhos ou pouco acima, tomando agora o aspecto de calção estofado. Deixavam os tamancos, entravam n'água e debruçavam-se sobre o rio, sem perigo de serem mal vistas pelas costas. Terminada a lavagem recompunham o vestuário, calçavam os tamancos e subiam a encosta (1957, pp. 146-147).

Apesar de “brigarem como homens”, as lavadeiras claramente cuidavam de não “serem mal vistas”, enquanto a representação popular seguia o mesmo roteiro de sempre. Em 1875, a Crônica do Jury do dia 29 de outubro, publicada no dia 31³⁶, trazia o caso do senhor Teixeira, “português barbado”, que admirava o rio até que um “menino traquinas ali das vizinhanças piza no melhor calo do amigo Teixeira, e assim o tira abruptamente de suas cogitações bucólicas”. Ameaçado de violência pelo português, o menino corre para as saias de sua mãe, “D. Maria Conceição, mulher de faca e calhau, e que lavadeira de profissão avança para o Sr. Teixeira querendo lavar-lhe a cara com um lenço de cinco pontas”.

Apesar do cronista registrar o ofício de lavadeira de Maria da Conceição como se fosse uma habilidade de luta, é ela quem apanha do português, que é interrompido por um outro imigrante espanhol e encaminhado para a polícia. Maria sofreu apenas algumas “enchaçõesinhas na mão, cujo dano os médicos calcularam um cifrão cortado”. No processo, considerado desnecessário por júri, promotor e defensor, Teixeira é liberado com o conselho dos jurados de que deveria “ser generoso, dando mais do que se pediu” em reparação ao pequeno dano (na mão de uma trabalhadora braçal...). O cronista recomenda, por fim, que quando Teixeira “for espairecer o espirito a beira do rio, veja primeiro se anda por ahi a D. Maria e o filho da dita, para fugir de ambos às léguas”³⁷.

A fama de briguentas das lavadeiras é interpretada como perturbação da ordem e degeneração social, mas também é decorrência de um cotidiano de insubmissão.

³⁶ Correio Paulistano, 31/10/1875, p. 3.

³⁷ Correio Paulistano, 25/02/1874, p. 1.

Michelle Perrot, em seus estudos sobre os excluídos da história encontra um ponto alto da sociabilidade feminina nos lavadouros franceses,

que desempenha papel tão grande na vida do bairro. O lavadouro é lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres, cuja violência muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, recusam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga; lugar de conflito, igualmente, entre as mulheres e o poder que se irrita com essas explosões e ainda mais com o tempo perdido das mulheres. Quando se instalam, no Segundo Império, lavadouros compartimentados para evitar que se puxem os cabelos e discutam, as donas de casa protestam e boicotam. Tem de se renunciar a eles (2017, p. 184).

No Brasil, Maria Cristina Wissenbach relata o caso da parda Rita, que via na lavagem de roupas à beira do rio uma possibilidade de fugir de sua senhora e seus respectivos maus-tratos (WISSENBACH, 1998, p. 181), encontrando certa liberdade nas margens do rio e na companhia de outras mulheres. Lorena Silva Telles, pesquisando sobre libertas entre sobrados, escreve sobre processos contra lavadeiras em que essas eram tachadas de vagabundas, mais em função de seu comportamento no trabalho e fora dele do que da falta de ocupação. Assumiam embriagar-se e até mesmo a desordem, porém não a pecha de “vagabundas”. A autora também nos conta que um

estudo sobre a criminalidade feminina em São Paulo no final do século XIX, indicou que 19,7% das mulheres autuadas por vagabundagem eram lavadeiras. Ex-escravas eram absorvidas nessas ocupações, ‘que podiam disputar aos trabalhadores brancos, apesar de mal remuneradas e de corresponderem às tarefas degradadas pelo regime servil. Mulheres habituadas aos contatos sociais extradomésticos, estas trabalhadoras informais gozavam de iniciativa e liberdade de locomoção (TELLES, 2001, p. 165).

E se por um lado a visão masculina sobre essas mulheres que predominava nessa época – e perdura na memória – as retratava como “vagabundas incorrigíveis”, como concluiu o promotor do processo citado mais acima, por outro lado essa mesma visão, como face reversa de uma mesma moeda, tomava a presença dessas mulheres na várzea como “gostosa diversão”:

deixavam a loja e, acompanhados por outros cavalheiros que a eles se juntavam, caminhavam para os barrancos do Carmo. Desciam a ladeira do Palácio, em direção à várzea, e iam sentar-se nas muralhas da ponte do Mercado, sobre o Tamanduateí. Então, tomando o fresco, reatavam a conversa, uma conversa interminável, para desespero das mulheres que, vestidos sungados, saía de baeta pela cabeça, por causa dos mosquitos, lavavam roupa no rio. Ao vê-los, no seu mirante, elas recolhiam a roupa que coroa no capinzal, faziam trouxas, botavam-nas na cabeça e, pelas trindades [toque das aves marias], se punham a caminho de casa. E, passando pela ponte, fechavam a carranca para os ilustres curiosos... (SCHIMIDT, 1954, p. 113).

Os “ilustres curiosos”, como nos relata outro jornalista – e dito anarquista –, Afonso Schmidt, tomavam o trabalho das lavadeiras como seu entretenimento cotidiano. Fosse pelas “famosas” brigas de lavadeiras, fosse para observar as mulheres em trajas menores no rio, parte do entretenimento dos homens de negócios da cidade residia no assédio a essas mulheres. A diversão, entretanto, minguou com o aterramento e ajardinamento da Várzea do Carmo. Como escreve Sant’Anna, “na medida em que a cidade crescia e que os rios eram canalizados, as lavadeiras viviam obrigadas a procurar novos lugares de lavagem das roupas, por vezes distantes das suas moradias, delas exigindo uma caminhada de cerca de 2 horas” (SANT’ANNA, 2004, p. 270).

Assim como na experiência francesa, desde 1880 a introdução de tanques e rede de água passou a enclausurar o trabalho das lavadeiras. O crescimento da cidade refletiu nos pedidos à Câmara para o estabelecimento de novos locais para lavagem de roupa, “enquanto as lavadeiras encontravam cada vez mais dificuldades para o trabalho de ‘quarar’ a roupa ao sol, sobre a relva. Desde o final do século XIX, com aumento de edificações nas várzeas, havia diminuído o número de terrenos livres, dispostos a receber, generosamente, a roupa esticada para quarar” (SANT’ANNA, 2004, p. 269).

Em um dos artigos do acalorado debate acerca dos projetos para a várzea, publicado como de costume nos jornais, nesse caso n’*A Província de São Paulo*, Samuel Malfatti e Miranda de Azevedo defendiam seu projeto para a Várzea, que não se concretizou, respondendo à acusação de que o saneamento do território tiraria de uma “classe numerosa o local que tem para exercerem-se seu sustento – a lavagem de roupas”. Com tranquilidade, dizem os engenheiros, fica respondida essa objeção com a construção de quatro lavanderias públicas “com cômodos próprios para a lavagem”³⁸. Apesar de configurar-se como trabalho doméstico desde o início, com a canalização e privatização da água, o trabalho das lavadeiras passa a encerrar-se em espaço igualmente privado e doméstico, tornando-se um ofício menos coletivo no espaço público e logo desaparecendo da paisagem.

³⁸ A Província de São Paulo, 17/09/1889, p. 2.



4.2 Domesticadas

Antes desse processo de ordenação dos rios e suas águas, as lavadeiras representavam bem o negócio da “indústria doméstica”, engajando-se na manutenção da freguesia com doces ou flores (SANTOS, 2006, p. 30). Até tomar a forma de emprego disponível para as mulheres pobres, o trabalho doméstico em geral era realizado principalmente por pessoas escravizadas. O trabalho escravo não era utilizado apenas por pessoas ricas, como já demonstrado por Maria Odila Dias e Maria Luiza Ferreira de Oliveira; como resume Telles, “a posse de escravos esteve disseminada entre as classes médias, a serviço de professores, juízes, médicos, comerciantes na cidade e mulheres sós” (2011, p. 71). Dias registra que no processo até então incipiente de urbanização de São Paulo havia mais escravizados de ganho e aluguel do que domésticos (2011, p. 29), mas esse cenário seria transformado com os novos hábitos e o crescimento da cidade. O aumento da quantidade das próprias residências abastadas ou remediadas e o status relacionado a ter criados, por exemplo, levam a uma substituição e aumento de ofertas nos classificados dos trabalhos ligados ao ambiente doméstico.

No pós-abolição, além da ampla inserção de trabalhadoras brancas e imigrantes na categoria, algumas funções antes executadas no espaço doméstico passam a ser executadas e ofertadas por trabalhadoras livres. Seguem as diversas ofertas de amas, de leite ou secas, presentes em todo o período, assim como a presença de menores, empregados durante a escravidão em serviços domésticos e permanecendo aí com a Abolição, porém sempre muito mal remuneradas, como a menina Paulina de Oliveira, criada da Baronesa de Limeira empregada por 5.000 mensais (TELLES, 2011, p. 63)³⁹.

³⁹ Ou como no anúncio presente no O Commercio de São Paulo de 19/04/1905, p. 4, que oferece uma perita cozinheira nacional e uma menina de 12 anos.

Uma cozinheira, segundo a mesma autora, tinha como salário no último quartel do século XIX a quantia de 10 mil réis, o que apesar de ser o dobro do soldo da jovem Paulina era ainda muito pouco, posto que um cômodo alugado próximo ao rio Tamanduateí, na rua do Hospício, por exemplo, custava o mesmo, se não mais (TELLES, 2011, p. 51). Essa lógica acabaria por favorecer a privatização de empregados domésticos livres que, com rendimentos escassos, abrigava-se na casa dos patrões, nas instituições e hotéis-restaurantes onde também trabalhavam.

A partir de 1900 surge nos anúncios a função de copeira, e multiplicam-se as criadas, costureiras e cozinheiras, essas últimas em sua maioria absoluta negras ou pardas, e em maior número de ocorrências no total, também área de atuação doméstica onde encontramos maior incidência de homens que as anteriores. O espaço da cozinha há muito é interpretado em estudos sociológicos brasileiros como um espaço privilegiado para a troca cultural e contraditórias relações afetivas e de poder. Nos jornais, entrevemos um momento dessa troca em um anúncio em 1875 de venda de uma escravizada, a ser verificada e comprada na ladeira Porto Geral, n. 13, que reúne seus atributos de trabalhadora-objeto e de criatura com sentimentos, talvez objeto de afeição dos donos, como um animal doméstico, ou talvez vítima silente de abuso⁴⁰:

VENDE-SE uma preta de idade de 30 a 33 anos, boa cozinheira, engomma e lava, fiel e carinhosa. Para ver e tratar na ladeira do Porto Geral n. 13

Como acertadamente nos lembra Casé Angatu, “de cozinheira a ama de leite, o papel dos criados era de fundamental importância para o funcionamento do lar. Percebe-se que havia então uma desigual, mas existente e circularidade de valores culturais e comportamentais em vários níveis: por meio de conselhos, receitas, comidas, cantigas de ninar etc” (2017, p. 153). Assim, apesar da presença de homens em funções domésticas, a função segue exercida eminentemente por mulheres negras, que fazem o pequeno artesanato doméstico, limpam a casa, lavam, engomam e costuram roupas, cuidam de crianças e enfermos e atendem a toda a escala social em fins do século XIX e começo do XX, participando de um importante capítulo da transmissão da cultura “popular” – de gigante influência negra, caipira, indígena e pobre – ao mesmo tempo em que a exploração de seu trabalho tomava parte no avançar do progresso na cidade, já que

para as libertas e descendentes, migrantes ou nascidas na Capital, que deixavam o cativeiro e as cidades de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários minguaados constituíram a forma de sobrevivência possível num

⁴⁰ Correio Paulistano, 27/01/1975, p. 3.

mercado de trabalho pouco generoso. O ingresso crescente de estrangeiros, a expansão da cidade e seus serviços, somados ao decréscimo da população escrava, aumentavam a demanda por serviços urbanos e domésticos em geral (TELLES, 2011, p. 47).

A *domesticação* de empregados, no bojo das contraditórias relações travadas no espaço doméstico de trabalho, tensionou seus conflitos durante o processo de modernização. Carregada de resquícios da escravidão, a “contiguidade física e distância social marcam essa relação, onde se entrecruzam o paternalismo, a profunda exploração, as obsessões à propriedade e às vezes do sexo” (FAUSTO, 1984, p. 147). O trabalho doméstico oportuniza para empregadores uma continuidade da escravização disfarçada como obrigações do trabalho ou afeição – muitas são as meninas “dadas para criar” em troca de trabalhos domésticos – mas abre também as portas das casas com bens, ainda que mínimos, para o escrutínio e apropriação das criadas livres de impedimento moral ao roubo, como Ernestina Kesper, que em 1908 roubou um relógio de 250 contos do patrão e, segundo afirmou, os passou integralmente ao amante, que por sua vez desfez-se dele como quis⁴¹. Ernestina, no entanto, provavelmente não se constrangeu em roubar o relógio para o amante, ou furtou o objeto já com intenções de presenteá-lo, posto que em 1904 já haveria subtraído “uma grande trouxa de roupas finas e um guarda-chuvas no valor de 100\$”⁴² da casa de um outro patrão na alameda Nothmann.

Boris Fausto, sobre a prática, comum a empregados domésticos ou pelo menos assim compreendida na época, observa que muitos são reincidentes (1984), como parece ser o caso de Ernestina. No roubo da alameda Nothmann, Ernestina durou apenas quatro dias no trabalho, outra situação comum – por diferentes motivos – entre empregadas domésticas (RONCADOR, 2007 e 2011). Em geral, os nomes associados ao roubo no espaço doméstico são de criadas identificáveis e das escalas mais baixas dos cuidados domésticos. Prossegue Bóris Fausto:

os acusados trabalham em casas de classe média ou da alta burguesia. Enquadram-se neste último caso na pirâmide hierárquica de arrumadeiras, copeiras, cozinheiros, motoristas, governantes etc, cujos extratos mais elevados estão a salvo de acusações: nenhum motorista, nenhuma governanta aparece no rol dos indiciados. No mais das vezes, trata-se de gente não só pobre como fisicamente marcada pelas condições de trabalho (1984, p. 151).

O medo das elites referia-se à proteção de seus bens, mas também à aversão a um contato que pudesse contagiá-las com as doenças mortais, físicas ou morais,

⁴¹ Correio Paulistano, 03/11/1908, p. 2.

⁴² Correio Paulistano, 25/05/1904, p. 2.

repugnantes advindas dos pobres. Era necessário, portanto, intervir nessas pessoas em sua assepsia, moral e ética de trabalho, como afirma Sônia Roncador, “para que já se consolidasse o projeto de modernização da casa, os empregados precisavam ser ‘domesticados’: nesse caso, precisavam assimilar os valores burgueses da higiene, afetividade, honestidade, economia, o gosto pelo trabalho, pela ordem e método” (2005, p. 252). Por isso também a preferência por empregadas europeias – ainda que Ernestina confirme a regra provando o contrário –, pobres, porém brancas o suficiente para melhor assimilar os valores modernos perseguidos pela burguesia.

4.3 Suicidas

É de se supor que o acesso livre ao rio, quando havia, tornava possível os constantes casos de tentativas – e sucessos – de suicídios associados ao território. No entanto, poucos são os casos de afogamento, em um rio como o Tamanduateí, raso e de planície especialmente na região do Brás. Os casos de afogamento com os quais nos deparamos, inclusive, referem-se em maior número a acidentes que a decisões suicidas. Quando as tentativas de morte têm o rio como cenário ou vetor, são perpetradas nas pontes, pontos de circulação, de leito mais fundo ou mais acessíveis. Mesmo assim, esses casos são em sua maioria absoluta evitados, seja por transeuntes ou policiais e soldados a trabalho, como no caso de Antonio Rodrigues Valente, classificado como demente e internado no Hospício de Alienados depois de tentar se matar na ponte do Mercado no rio Tamanduateí e salvo “por diversos populares e praças”⁴³

A tentativa de Antonio é uma das exceções de casos associados ao sexo masculino. Muito mais recorrentes nos jornais são as tentativas que partem de mulheres, sempre passionais e quase sempre associadas ao parceiro afetivo-sexual. Dentre nossas ocorrências as mulheres representam mais de $\frac{3}{4}$ dos casos, mesmo pertencendo aos homens o maior número de suicídios entre 1894 e 1920 (GUIMARÃES, 2013, p. 123). Enquanto as tentativas de suicídio femininos seguem um padrão de método e interpretação dos jornais, os masculinos são mais pitorescos e violentos. Augusto Vedova tenta se matar atirando-se aos trilhos de um bonde⁴⁴, e o Sargento Antonio Coelho tenta suicídio com veneno uma hora depois de pedir um aposento no Hotel Pinheiro, presumivelmente alugado apenas com esse intento de privacidade.

⁴³ Correio Paulistano, 25/12/1905, p. 5.

⁴⁴ O Estado de São Paulo, 08/12/1906, p. 2.

Caso mais sensível dentre as ocorrências, o sírio Abdul Aramani, 30 anos, morador da rua Rangel Pestana, tentou “libertar-se da vida” na Várzea do Glicério em 1914, desferindo-se três tiros. Aramani atirou em seu próprio ventre às 19h “mais ou menos”, cedo o suficiente para chamar a atenção com os estampidos e fazer chamar a polícia, que o encontrou em estado gravíssimo. Apesar de negar-se a esclarecer “os motivos de seu desespero”, Aramani fez questão de registrar que não se tratava de falta de recursos.⁴⁵ O uso de arma de fogo, que poderia ser utilizada em qualquer espaço, inclusive privado, mas foi levada a um dos caminhos da cidade, na várzea na região da rua do Glicério, mostra que a morte planejada por Abdul deveria ser pública, talvez esperando comoção e/ou intervenção de outrem. No entanto, findar a própria vida com três tiros configura uma morte mais “viril” que simplesmente atirar-se ao rio, seguramente menos passional. Da mesma forma, frisar que a opção pela morte não se dava por falta de recursos, aponta a necessidade de apartar-se dos desesperados que o faziam por não conseguir prover sua própria subsistência ou de seus agregados, como no caso de Augusto Vedova, que se feriu gravemente nas pernas na tentativa e posteriormente alegou encontrar-se recém-chegado na cidade, vindo de Santos, sem meios para ganhar a vida.

Se os motivos dos homens se associam à posição esperada de provedor, em sua afirmação ou negativa, no caso das mulheres as motivações passionais afirmam em todos os casos sua condição ao mesmo tempo frágil e supostamente histórica. Valéria Guimarães chama a atenção para a desqualificação de mão dupla das mulheres associadas ao suicídio: em caso de sucesso, eram mais fracas e suscetíveis, aos amores platônicos, reais ou absorvidos das literaturas nefastas que os homens; em caso de desistência ou insucesso, eram mais covardes.

Sintoma do valor literário desses casos, que, ainda de acordo com Guimarães, provavelmente eram superdimensionados, as notícias de suicídio se multiplicam a partir da primeira década do século XX. Apesar dos matizes criativos, o quadro social instável concederia verossimilhança mesmo aos casos inventados: Maria das Dores, “uma velha de 50 anos” moradora da rua do Glicério, em 1911, tenta se jogar ao rio pela ponte do Carmo por ter um filho seu, bombeiro, preso corretivamente⁴⁶; em 1912 a argentina Maria do Rego, que morava com o marido na rua Vinte e cinco de março, por sua vez tentou se lançar ao rio depois de uma altercação com o companheiro, apontada como constante pelo

⁴⁵ Correio Paulistano, 22/10/1914, p. 6.

⁴⁶ Correio Paulistano, 11/01/1911, p. 4.

*Estado de São Paulo*⁴⁷; em 1913, “por amores contrariados”, Maria Candida, de 16 anos, moradora da rua Conde Sarzedas, tentou suicidar-se saltando em direção ao rio ⁴⁸. Outra Maria das Dores, preta, de 22 anos, também aparece nos jornais como uma tentativa de suicídio frustrada⁴⁹. Ainda que sem a motivação passional explícita como as anteriores, Maria das Dores guarda semelhanças na medida em que se atira ao rio próximo à sua casa, na rua do Glicério, e “um tanto alcoolizada”, o que denotaria sua falta de decoro ou impetuosidade na decisão, irrefletida em função do álcool, ambos sinais de degenerescência.

Nessa esteira, os suicídios podem ser medidas desesperadas e irrefletidas, impulsos de passionalidade, mas também possíveis maneiras de escapar ao controle, julgamento e limitações impostos às mulheres pobres do território. Dentre as mulheres que escolhem findar a própria vida em arroubos de autodeterminação, se considerarmos que tirar a própria vida é a manifestação máxima de autoridade sobre esse bem, o que permite inclusive aliená-lo, Benedicta Francisca da Silva é caso interessante encontrado no mesmo jornal, em 1911. Sob o título “Cansada de viver”, é narrado o caso da cozinheira moradora do bairro do Bixiga: Benedicta, acometida por algum tipo de doença – irrelevante para o jornal – é levada a buscar auxílio através dos saberes de uma curandeira que, segundo narram, “exerce francamente sua profissão no Largo de São José, no Belenzinho”. Benedicta, que contava 21 anos, realizava a tarefa acompanhada de seu amante, Antonio Francisco de Oliveira. No retorno da curandeira, já na ponte do Glicério, Benedicta fez uma primeira tentativa, impedida pelo amante. No entanto, “obstada de realizar o seu desígnio, Benedicta Francisca da Silva deitou a correr, arremessando finalmente ao rio, na ponte dos Ingleses”, Antonio abalou-se a persegui-la em correria, mas, dessa vez, não conseguiu impedir o salto. Quando a nota foi redigida, o corpo de Benedicta ainda não havia sido encontrado⁵⁰. A moléstia que a incomodava poderia ser algum tipo de distúrbio que afetava seu julgamento, mas também poderia ser a causa de seu desgosto em seguir viva ou mesmo a visita à curandeira a tenha convencido da única maneira possível de findar o sofrimento nesta terra.

As tentativas levadas a cabo no rio apontam que essas mulheres tinham, assim como Abdul, a intenção de tornar sua morte minimamente um espetáculo público. Mas

⁴⁷ O Estado de São Paulo, 13/02/1912, p. 9.

⁴⁸ Correio Paulistano, 4/02/1915, p. 5.

⁴⁹ Correio Paulistano, 23/08/1911, p. 3.

⁵⁰ Correio Paulistano, 09/05/1911, p. 6.

houve também as mulheres que apelaram para uma última opção mais privada para findar seu sofrimento. A parda Maria de Oliveira, de 18 anos, moradora também na rua do Glicério, n. 172, por motivo de ciúmes, fez sua tentativa ingerindo uma mistura de creolina e tinta de escrever, provavelmente o que tinha à mão como possibilidade letal⁵¹. O mesmo deve ter ocorrido a sua vizinha, Maria de Tal, preta, de 40 anos, que no mesmo ano, alegando “desgostos íntimos”, foi socorrida e posta fora de perigo em sua casa, no número 89, depois de ingerir na tarde de domingo desinfetante Lysol⁵². O controle masculino que levava as mulheres a tentativas desesperadas de fugir ao convívio, pelo sofrimento causado por amor desprezado ou violências constantes, não se restringia ao marido, já que, antecedendo este, a autoridade sobre o corpo feminino repousava em outro homem; Virginia Giaconi, também na rua do Glicério, “tresloucada rapariga”, ingeriu creosoto em sua residência depois de “ser repreendida por seu pai”⁵³.

Se de um lado mulheres “histéricas” se jogam ao rio, do outro as mulheres que decidem envenenar-se e morrer no espaço privado do lar o faziam num arrebatamento de desespero, talvez como único ou mais preferível meio encontrado para o suicídio, de maneira premeditada ou ainda preferissem suicidar-se no privado em detrimento do público. Nos chama a atenção em comum nos casos citados, exemplo de uma variedade que figura nos jornais da época, o veneno escolhido. Confirmando a predileção por meios domésticos, são bastante utilizados desinfetantes/antissépticos derivados de alcatrão, muito em voga no Brasil até os meados do século XX, como expõe Denise Bernuzzi Sant’Anna, “a creolina foi chamada para atuar em sintonia com tal ciência [dos higienistas]: recomendada para combater os miasmas e os micróbios suspeitos de repousarem no esterco, lixo e poças de água, ela começava a ser definida como um desinfetante cujo uso era propício dentro das residências e na limpeza dos móveis” (SANT’ANNA, 2004, p. 230). Mais tarde a creolina seria recomendada até para higiene pessoal e o creosoto, também usado para conservar dormentes da linha férrea, derivaria em antissépticos como “rum creosotado” e “conhaque de alcatrão” (MARTINS, 1997, p. 213). A urgência do discurso higienista associava-se a uma série de produtos químicos sintetizados no século XIX e muito utilizados até a difusão dos riscos e impactos desses produtos na vida humana e meio ambiente. Um anúncio de 1900 do sabão branco da Casa Serra, localizada na ladeira Porto Geral, n. 25, por exemplo, reclama pra si o título de

⁵¹ Correio Paulistano, 27/09/1915, p. 4.

⁵² Correio Paulistano, 30/08/1915, p. 5.

⁵³ Correio Paulistano, 17/07/1914, p. 4.

“preferido das lavadeiras” por, entre outras coisas, ser o único no mercado sem substâncias nocivas para a pele e para os tecidos das roupas⁵⁴. A prova do sucesso do sabão da Casa Serra, inclusive, surge na notícia de uma contenda jurídica onde o estabelecimento reclama que “seus produtos estavam sendo imitados pela firma Felipe Bando e Lorusso” onde “os próprios rótulos eram idênticos de modo a estabelecer enganos inconvenientes”⁵⁵. Para além da curiosa relação com produtos que ambicionam preservar a vida, a presença massiva de desinfetantes ambientais com tamanho potencial tóxico, especialmente nas casas e mãos de mulheres pobres, oportunizaram a decisão definitiva de não mais reproduzir a própria vida.

Em outro caso emblemático, Izabel Maria da Conceição, que morou e trabalhou na rua do Hospício em 1906, em suas agruras particulares talvez represente as condições de vida e subversões possíveis que se apresentavam a essas mulheres pobres e jovens moradoras da várzea. O corpo de Izabel foi encontrado em 6 de março de 1906 no Tamanduateí, porém não foi identificado até dois dias depois, quando, na chegada do subdelegado, escrivão e alguns praças na rua do Glicério para investigar as condições do incidente, seu ex-amante, José dos Reis Nogueira, se identificou como guarda cívico e esclareceu as circunstâncias de sua morte. José, que logo antes havia reconhecido a jovem em uma fotografia na delegacia, informou à polícia que moravam juntos no n. 28 daquela rua há mais ou menos três meses. Cerca de uma semana antes, depois de uma briga, recusou-se a jantar junto a Izabel, “que foi sentar-se num canto, pitando sozinha”. Mais tarde, percebendo a ausência de Izabel e encontrando seus sapatos em um canto, deu-se conta do perigo, já que, segundo ele, a ameaça de suicídio era constante depois de qualquer alteração, e saiu a buscá-la suspeitando do pior. Obteve informações apenas quatro dias depois, dois dias antes de procurar a polícia. A notícia veiculada no *Correio Paulistano* não se acanha em reconhecer que cumpre a função de satisfazer a curiosidade pública, comum nesse tipo de caso, o que motivava sua presença sempre que possível nas colunas de *fait divers*.

Por isso mesmo, o jornal *Correio Paulistano* narra em detalhes as circunstâncias de sua morte, além de constituir uma breve biografia com os eventos que julga necessários para entender suas motivações. Assim, sabemos que aos 16 anos de idade Izabel residia com o irmão, Benedicto, até contrair núpcias com João de Godoy e mudar-se para Itapira, onde viveu até os 22 anos, quando retornaram juntos a São Paulo. A redação da notícia

⁵⁴ O Commercio de São Paulo, 09/07/1900, p. 3.

⁵⁵ Correio Paulistano, 29/06/1908, p. 2.

dá a entender que o casal retornava à cidade porque João “contraíra grave enfermidade”, sendo provável que antecipassem a necessidade de Izabel precisar de outros auxílios para sua subsistência e do filho de um ano de idade, durante a enfermidade de João ou já antecipando sua morte. De fato, em pouco tempo seu marido faleceu e Izabel voltou a viver com o irmão. Desde esse episódio, diz o jornal, a jovem já ameaçava acabar com sua vida, “sempre mergulhada em profunda tristeza, a ponto de parecer louca, segundo afirmam seus parentes”⁵⁶. Cerca de seis meses antes de sua morte, Izabel saiu da casa do irmão pela segunda vez, onde tinha

bom tratamento e máximo conforto, e arranjou um emprego num Botequim situado à rua do Hospício, esquina da rua da Tabatinguera. Ahí a pobre moça conheceu o soldado José dos Reis Nogueira, que dela se enamorou, indo morar em sua companhia na casa da rua Glicério de onde partiu para matar-se na noite de 3 do corrente.

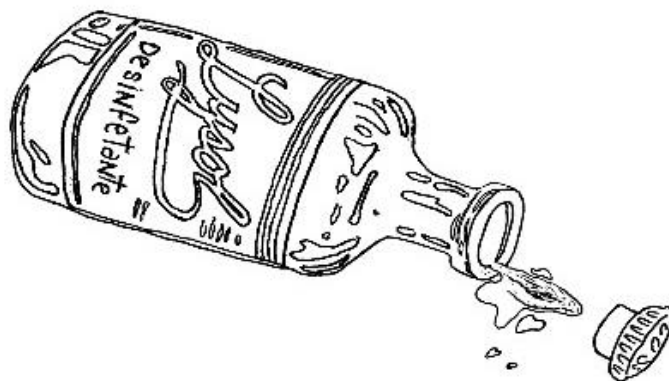
Com estes esclarecimentos fica plenamente satisfeita a curiosidade pública e, concluídas as diligências de inquérito com a inquirição de mais algumas testemunhas, cahirá o véu do esquecimento sobre o cadáver de mais uma infeliz.

Apesar de viver com “máximo conforto” na casa do irmão e, segundo a apuração do periódico, não poder queixar-se de maus tratos, Izabel novamente escolheu sair de sua casa – e autoridade – para viver por si mesma, empregando seu trabalho em um botequim da vizinhança. Segundo a ordem dos eventos, a jovem já empreende tentativa de cuidar de si mesma quando conhece o soldado com quem dividirá, brevemente, a habitação. Ainda segundo a apuração do *Correio Paulistano*, Izabel queixava-se *como louca* antes desse romance, o que indica que a última desavença com o amante não tenha sido a causa principal de seu suicídio, ou mesmo a decisão tenha sido tomada sem sequer considerar tal relacionamento. O periódico expressa, ao salientar as condições de Izabel antes de buscar emprego, estranhamento com a decisão de deixar a vida confortável e ordenada para empregar-se em um botequim. Quando outro personagem masculino surge, José dos Reis, Izabel segue como coadjuvante da própria história: “a pobre moça” de quem o soldado “enamorou-se”. Seus interesses não são levados em conta, ela é sujeita passiva nas ações que se desenrolam, assumindo o protagonismo apenas quando é a suicida: o motivo da notícia é a curiosidade pública, o elucidador do mistério de sua morte é o novo amante, o motivo da viagem, o marido e do retorno, o filho.

Os jornais são, nos casos acima relatados, incapazes de presumir a agência dessas mulheres em sua própria existência, retratando-as como vítimas tanto quanto como

⁵⁶ Correio Paulistano, 09/03/1906, p. 3.

tresloucadas. Fica evidente o julgamento de que essas mulheres não tinham capacidade de cuidar de si próprias, colocando em risco sua existência, ou necessitando de auxílio da polícia – representantes de ordem pública – para mediar conflitos de ordem privada.



4.4 Da casa pra fora

A disputa pelo espaço comum na modernização da cidade acirrou-se com a inserção de novos agentes, como as mulheres, que passaram a ocupar mais postos de emprego fora da indústria doméstica, assim como as crianças. Nas fábricas têxteis em 1911, nos conta Casé Angatu, enquanto os nacionais correspondiam a 18,06% dos trabalhadores, as mulheres representavam mais do que a metade, 66,65% e os menores de 16 anos, 28,93% (ANGATU, 2017, p. 55). Como nos ensinou Dias, no entanto, as mulheres participavam muito antes das fábricas da construção do espaço público e das redes de abastecimento necessárias para a sobrevivência dos mais pobres (DIAS, 1995) consequentemente da cidade como um todo. A entrada das mulheres no mercado de trabalho industrial não foi sua inserção no espaço público, mas seguramente alterou sua relação com os espaços coletivos e de uso comum. Rosa Marra, por exemplo, foi agredida em 1916 por Philomena de Tal, sua desafeta, ao sair da fábrica de sacos em que trabalhava, na rua do Glicério⁵⁷, transportando a cena de briga de mulheres – e relações de sociabilidade – do rio para a fábrica.

São comuns notas nos jornais sobre brigas, nutrindo, como em uma cidade pequena, uma extensa relação de desafetos e entreveros, mas as brigas entre mulheres parecem oferecer tempero especial para o entretenimento, tal qual faziam a contragosto as lavadeiras. Em 1909, o *Commercio* utiliza quase uma coluna inteira para descrever a

⁵⁷ Correio Paulistano, 18/03/1916, p. 5.

briga entre duas mulheres por causa de um “sortudo filho de marte”⁵⁸. No mesmo ano, o mesmo jornal, sob o título de “Entre mulheres” narra, cheio de recursos linguísticos, a briga em botequim da rua do Gasômetro entre Helena da Conceição, “Helena de Menelau”, e Maria Bull Dog⁵⁹.

Mais comuns ainda são as brigas em espaços onde essas mulheres conviviam juntas, fosse como espaço de trabalho remunerado para terceiros fosse como trabalho doméstico. Em 1904, Justina de Tal e Paulina Anna de Oliveira, que moravam no mesmo endereço, um prédio na rua do Hospício n. 10, “não raro se engalfinham pelo facto mais sem importância”.

No sábado à tarde,

Discutindo as duas com certo entusiasmo, e como não chegassem a um acôrdo, Justina arremessou na sua interlocutora um ferro de engommar, ocasionando-lhe dous ferimentos na testa. Seguiram-se as providências de costume: polícia flagrante corpo de delito etc⁶⁰.

Uma década depois, outro caso: com o título “Briga entre mulheres” o *Correio Paulistano* noticia uma desavença por “motivos frívolos” entre Maria Francisca da Conceição, parda, 22 anos, cozinheira, e a preta Maria da Conceição, 16 anos, copeira. Maria da Conceição, exaltada, atira uma garrafa de café em Francisca, que responde com uma cacetada em sua antagonista⁶¹.

Os dois casos ilustram a mesma constante: as mulheres dividindo o espaço de trabalho – e de moradia – desentendem-se por motivos fúteis, como a “disputa por um melhor lugar” entre as lavadeiras, e obrigam a ordem pública a intervir na contenda. Justina valeu-se do ferro de engomar, talvez já à mão, para agredir Paulina, enquanto na briga entre as Marias não se pode saber pela notícia se aconteceu no endereço de moradia, trabalho ou ambos, já que a rua do Glicério, 147, é sinalizada na notícia como endereço de Maria da Conceição. Provavelmente, quando presas em flagrante ambas estavam a trabalhar, já que a briga acontece entre uma cozinheira e uma copeira e a arma utilizada é uma cafeteira, e não raro era o uso misto de imóveis ou o acúmulo de cômodos e construções com diferentes usos em um mesmo endereço.

A convivência (e desavença) entre mulheres se estendia para fora do trabalho, abarcando toda a rede de relações. Maria Laurina, viúva de 53 anos, chegou às vias de

⁵⁸ O Commercio de São Paulo, 26/06/1909, p. 3.

⁵⁹ O Commercio de São Paulo, 03/10/1909, p. 4.

⁶⁰ O Commercio de São Paulo, 23/10/1904, p. 2.

⁶¹ Correio Paulistano, 14/07/1914, p. 4.

fato em uma desavença com a dona de uma venda nas proximidades de sua casa, na rua do Glicério, n. 128; mais fraca que a agressora dona do estabelecimento, como registra a nota, Maria sofreu diversas escoriações no rosto⁶². Em junho do mesmo ano, 1915, um açougue na mesma rua anunciava sua tabela de preços reivindicando os menores preços e reiterando a necessidade de economia diante “da grave crise pela qual passamos”⁶³. É possível que Maria Laurina tenha entrado em conflito com a dona da venda enquanto fazia compras justamente em função dos preços e condições dos produtos.

As necessidades, transformações e demandas da cidade redistribuíam as mulheres no mercado de trabalho, e Casé Angatu resume: “a sobrevivência de valores e costumes da parcela despossuída nacional aconteceu muito em decorrência da capacidade das mulheres de interagir e sobreviver na metrópole criando e recriando sua experiência social cotidianamente” (ANGATU, 2017, p. 150).

As quitandeiras são exemplo cristalino desse papel desempenhado por mulheres, na distribuição de artigos a miúdo, na circulação de informações na cidade, nos atravessamentos sociais, enfim. Perseguidas como as lavadeiras, especialmente através do argumento dos cuidados sanitários, a tensão entre quitandeiras e município tomou forma em diversas proibições, como a transferência de pontos tradicionais de venda em mais de uma ocasião, quando da expulsão do Largo do Palácio ou do fechamento do Mercado São João. Em 1873, Luiz Gama, cujo escritório localizava-se na rua Vinte e cinco de março⁶⁴,

intercedia em favor das quitandeiras forras, prejudicadas pela competição com portuguesas e italianas e pelo poder municipal, que as proibia de vender nas ruas do centro da cidade e implementava um modelo de urbanização comprometido com os interesses econômicos e os projetos políticos das elites que estabeleciam sua hegemonia” (TELLES, 2011, p. 148).

O número de quitandeiras escasseou até diluir-se em outras estratégias, e o que encontramos nos jornais são vendas em armazéns de secos e molhados, “quartos” nos novos mercados e botequins. Além disso, em 1914, Washington Luís oficializou a prática de feira livre, que absorveu parte da demanda por alimentos a preços acessíveis até então atendido por essas vendedoras.

A presença feminina no espaço público, evitada no período colonial e deixada às mulheres pobres até a primeira metade do século XIX, sofreu alterações significativas

⁶² Correio Paulistano, 16/12/1915, p. 5.

⁶³ Correio Paulistano, 06/07/1915, p. 8.

⁶⁴ Correio Paulistano, 27/02/1870, p. 4.

na chegada ao século XX. Henrique Raffard nota que em 1890 o conhecido costume de cobrir-se à maneira moura das mulheres paulistas já rareia. Jorge Americano registra em suas memórias que as jovens de alta linhagem dirigiam suas carruagens Phaeton sozinhas (RAFFARD, [1890] 1984, p. 124). Mais que isso, como nos conta Maria Luiza Ferreira de Oliveira,

desfrutar das lojas e dos cafés no centro da cidade era uma atividade que passava a ser vista como “tipicamente urbana”. Cada vez mais as senhoras deixavam de fazer suas compras em casa, visitadas pelos mascates, e iam pessoalmente às lojas, ou modistas, sem que isso diminuísse sua reputação. ao contrário, seriam bem faladas se fizessem “boa figura” (OLIVEIRA, 2005, p. 211).

Como se percebe, apesar das mulheres pobres estarem nas ruas há muito tempo, os valores positivos da presença feminina no espaço comum são atribuídos quando associados ao consumo e, portanto, a mulheres com poder aquisitivo. Segundo Lucila Siqueira, a presença de mulheres em hotéis era mal vista, justamente pela possibilidade de intimidade e distância das normas familiares, e o local acaba por recorrentemente ser cenário, nos *fait divers*, de defloramentos, traições, encontros furtivos ou desaprovados socialmente, e outras ameaças à moral e aos bons costumes (2013, p. 433).

Em março de 1909 um atentado à vida do comandante da guarda cívica, Júlio César de Andrade, movimenta a imprensa, que logo apura se tratar de um caso extremado de ciúmes. O marido de Antonietta D’Avila, Arthur D’Avila, baseado em “fundadas suspeitas”, ao menos para si próprio, empreende uma investigação sobre a fidelidade da esposa e, concluindo pela culpa do tenente coronel Andrade decide-se pela justiça feita por si próprio, atirando no comandante da Guarda enquanto esse se dirige ao Quartel sito à rua do Hospício. Morador da travessa de mesmo nome, que desembocava em frente ao quartel, Arthur recebera uma carta anônima, assinada apenas por iniciais que dizia que

[...] Sua mulher lhe era infiel e era apontado como seu sedutor o coronel César de Andrade; que ha muito tempo desconfiava de sua mulher notando que ela se preparava com certa garridice para esperar o Coronel César de Andrade que diariamente passava por sua casa sita a travessa do Hospício n. 11 e que no dia primeiro do corrente recebeu uma carta assinada por A.B. em que dizia que sua mulher se havia encontrado com César de Andrade em um dos quartos do Hotel Bella Napolle [...].

O autor desconhecido da carta se dizia ainda amigo de Arthur e indicava a ponte do Carmo como lugar de encontro dos amantes. O marido, segundo o jornal, ateve-se então às pistas: seguiu a esposa até a ponte, onde a viu encontrar-se com alguém que parecia o tenente, mas não pode confirmar; seguiu-a até o hotel, onde segundo ele Antonietta afirmou encontrar-se com uma cartomante, confrontou-a, lhe “deu um tapa” e

planejou vingança, colocando-a em movimento quatro dias mais tarde, depois de virar alguns cálices de conhaque nas vendas próximas ao quartel. *O Commercio de São Paulo*, que publica uma extensa reportagem sobre o caso, conclui afirmando a normalidade da conduta do comandante de Guarda, que passa pelo endereço dos Avila por necessidade, já que é seu trajeto diário para o trabalho. Consta na notícia que foram ouvidas no inquérito Antonietta e sua mãe, além de funcionários do hotel conhecido como Bella Napolle, mas o depoimento delas não é sequer parcialmente reproduzido. Ao contrário, o *Commercio* inclui na notícia o conteúdo dos depoimentos dos empregados do hotel, que afirmam desconhecer Antonietta e seu suposto amante⁶⁵. Com a inserção dos hotéis como espaço de encontro, mesmo apenas para comer ou beber, seria perfeitamente aceitável que Antonietta tivesse ali uma reunião com a cartomante, como afirma ao marido. Mesmo assim, a presença dela no hotel é o suficiente para ele, e seu “amigo”, desconfiarem de um caso extraconjugal.

Apesar de mais aceitas em situação de consumo, as mulheres ricas não gozavam de tão maior liberdade de circulação desprotegida. Maria Pais de Barros, que pertencia à alta classe, registrou que no tempo de dantes “a parte feminina da família, sobretudo, levava vida quase unicamente restrita ao lar. A senhora só saía à rua pelo braço do marido, as meninas unicamente com os pais ou parentes idosos” (BARROS, 1998, p. 84).

A liberdade de movimentação parece ter existido de fato, entre mulheres, para meninas e jovens na faixa etária de 10 a 19 anos nascidas na capital e adjacências. Desembaraçadas do cuidado a filhos, maridos ou parentes idosos, essas jovens migravam com maior intensidade de acordo com seus interesses, sem amarras sociais de cunho familiar. Provendo sustento apenas para si essas mulheres acabavam por gozar de maior autonomia (TELLES, 2011, p. 57).

4.5 Da porta pra dentro

Junto dos anúncios, oferecendo-se como trabalhadoras, são os conflitos de ordem doméstica com companheiros, amásios, amantes e maridos os maiores causadores das tramas que levam as mulheres do território às páginas dos jornais, que retratam um cotidiano marcado por controle masculino e violência. Em 1885 Letizia Cherbo procura o chefe de polícia para queixar-se de seu marido, o fogueteiro Luiz Panezze, que seguidamente a maltratava e a seus filhos menores com pancadas, no número 66 da rua

⁶⁵ O *Commercio de São Paulo* 14/03/1909, p. 3.

do Conde D'Eu. Inconclusivo quantos às providências tomadas, o jornal limita-se a um apelo solto no ar de que "oxalá o sr. chefe de polícia faça com que esse Panezze não desacate assim a sua *cara metade*" (grifo do jornal)⁶⁶. Sob o título de "mau marido", a notícia do *Correio Paulistano* de 20 de janeiro de 1907 apresenta Henrique de Barros, capitão que

Chegou de mau humor em sua residência à rua do Hospício hontem, às 11 e meia horas da noite e, por motivo fútil, inventou uma questão com a esposa, acabando por agredil-la a socos e pontapés. Aos gritos da vítima acudiu o rondante da rua que effectuou a prisão do ofensor [...]⁶⁷.

No ano seguinte, Antonio Maria, marido de Maria Benedicta teve um acesso de raiva que o levou a agredir a esposa com um cacete e, fugindo essa espavorida, o usou para destruir todos os móveis⁶⁸. Em 1911, a moradora do número 147 da rua do Glicério, Anna Ribeiro da Silva, de 23 anos, queixou-se ao segundo delegado que foi brutalmente agredida por seu marido. Foi realizado um exame de corpo e delito, onde os ferimentos de Anna foram considerados leves pelo legista, e um inquérito foi aberto⁶⁹.

Domingos Teti, morador da rua do Hospício em 1903 foi preso em flagrante, em junho desse ano, ao tentar invadir pela noite, "à viva força", uma casa na rua Vinte e cinco de março, onde morava Michelina Monterosa, com a qual "manteve, ha annos, relações demasiado íntimas". Domingos, que era casado e tinha três filhos, sentia-se no direito de invadir com uso de força a residência de uma amante com quem, segundo consta, sequer mantinha, todavia, um relacionamento. Notícias de "maus maridos", "maus tratos" e outras práticas de homens controladores são comuns nos jornais analisados. Antonio Zacharini, na noite de 13 de março, insistia com sua mulher, Maria Pirilla, que deveria sair só para passear na Estação do Norte. Como a mulher se negava a permitir, e ameaçava um escândalo na rua caso não fosse atendida, Zacharini a espancou até ser preso em flagrante e ir parar no jornal *Commercio de São Paulo* do dia seguinte⁷⁰.

A vulnerabilidade das mulheres, mesmo as inseridas no mercado de trabalho e em muitos casos arrimos de família, não se limitava às restrições materiais, mas ao controle real e simbólico que era feito em seus corpos pela moral pública e seus maridos, amantes, pais e irmãos. Mesmo quando a relação não tem legitimidade familiar, e a própria mulher toma a iniciativa de registrar a violência, nomeando-a como tal e

⁶⁶ A Província de São Paulo, 08/08/1885, p. 2.

⁶⁷ p. 3.

⁶⁸ *Correio Paulistano*, 20/11/1908, p. 5.

⁶⁹ *Correio Paulistano*, 05/02/1911, p. 4.

⁷⁰ O *Commercio de São Paulo*, 12/01/1902, p. 2.

reclamando algum tipo de Justiça, ela pode terminar sendo o alvo do descrédito público, e não o contrário. É o que acontece com Olga Cabral, personagem da nota intitulada “uma série de maus tratos” publicada no *Correio Paulistano* de 7 de julho de 1908. Olga residia há muitos anos com Amália Baggi na rua Quintino Bocaiúva até que cedeu às investidas do sírio Salomão Alkimin e foi viver com ele em um casebre de alugar quartos na rua do Hospício, n. 8. No entanto,

Desde os primeiros dias da nova residência Olga começou a sofrer as desastrosas consequências do seu acto irrefletido, experimentando toda a sorte de maus tratos que lhe infligia o amante “manqué”. Salomão, além de espancal-a extorquia-lhe dinheiro e submetia-a ainda a toda sorte de vexações.

Vendo-se finalmente lesada em 81\$ e não mais podendo suportar a nojenta companhia de Salomão, Olga Cabral despejou-lhe sabbado passado os trastes no corredor da casa e fechou-se no seu aposento de dormir.

Salomão, chegando, irritou-se com a deliberação da amante e pol-a a pontapés fora de casa, sem que lhe restituísse os seus móveis que eram quase todos que mobiliavam o quarto.

Não encontrando outros modos para rehavel-os, Olga Cabral requereu ontem ao dr. Enéas Ferraz, 5º delegado, uma busca na casa número 8 da rua do Hospício, para apreensão dos objetos que lhe pertencem.

A diligência será effectuada provavelmente hoje.

A diligência não foi necessária, já que Salomão, no dia da publicação da notícia no *Correio*, apresentou-se à polícia e devolveu os móveis⁷¹. A notícia que revela os desdobramentos no jornal *O Commercio* merece ser reproduzida na íntegra⁷², com destaque para o título e olho da matéria:

Fim de um idyllo

A verdade do caso

Olga Cabral deu ante-hontem queixa a policia do Braz de que seu ex-amante Salomão Alkaim, residente à rua do Hospicio, 8, negava-se a entregar moveis e roupas pertencentes a ella queixosa.

Hontem, Salomão apresentou-se à polícia, e depois de afirmar não ser verdadeira a queixa de Olga fez a entrega dos moveis e das roupas em presença de diversas pessoas.

Se na narrativa do *Correio Paulistano*, que se alinha a Olga como vítima de Salomão, o caso configura “uma série de maus tratos”, para o *Commercio* tratava-se da queda do paraíso, o fim de um idílio. O amante defeituoso de Olga, nas palavras do primeiro jornal, prontamente se apresenta para revelar a verdade do caso, para o segundo, e o faz atestando através da fé pública, na presença de diversas pessoas. Claramente, Salomão prontificou-se a devolver móveis de roupas de Olga apenas depois de que essa

⁷¹ *Correio Paulistano*, 7/07/1908, p. 3.

⁷² *O Commercio de São Paulo*, 8/07/1908, p. 3.

levasse o caso à polícia e consequentemente à avaliação pública, mas mesmo assim a segunda notícia é redigida de forma que invalida suas queixas. Salomão pouco precisou fazer para assumir o controle da situação.

Em sua dissertação Lorena Telles aponta como os maridos das famílias pobres, mesmo sabedores da importância das mulheres na manutenção do lar, reproduziam a violência e os papéis masculinos dominantes, desejando exercer as prerrogativas de esposos mantenedores do lar, esperando das mulheres fidelidade e reclusão doméstica; “a prática da vida, entretanto, não os autorizava ao ilimitado exercício daquele poder sobre mulheres que trabalhavam fora e participavam ativamente dos meios de sobrevivência da família” (TELLES, 2011, p. 93). Por seu lado, quando ameaçadas, sem família a quem recorrer, com laços familiares frágeis ou família de pouca expressão social, essas mulheres recorriam à polícia e/ou viravam notícia de jornal por atrapalhar a normalidade do cotidiano.

A interferência da polícia nos conflitos, geralmente de ordem privada e sem danos ao patrimônio público, demonstra a sanha de governar o espaço e práticas privadas, mas também a busca dessas mulheres por um respaldo coletivo ou de alguma autoridade pública quando não tinham a quem recorrer. Também é sinal de uma sociedade que recorre mais à intermediação da Lei que a acordos horizontais, como no caso da menor Elvira Maria da Conceição, seduzida pelo motorneiro da Light Manuel Simões que lhe capturou a atenção com cartas e juras de amor e, prometendo casamento,

o D. Juan conseguiu que a mocinha fosse a sua casa onde pouco se demorou, voltando para a residência do tutor. Logo depois, por uma futilidade qualquer, Manuel Simões rompeu os contractos que tinha com a menor Elvira, declarou falsas as promessas que havia feito em noites enluaradas e etc., começando a namorar outra moça com a qual pretendia casar-se. Sabedora dos novos amores de Simões a menor Elvira relatou o ocorrido a seu tutor; este requereu a abertura de seu inquérito perante o 1.o subdelegado do Braz [...]⁷³.

A notícia dá a entender que Elvira fora desvirginada por Manuel, conquistador compulsório, D. Juan. A intimidade da jovem vira caso de polícia em um momento em que a “honra” das mulheres está profundamente ligada a uma ideia de pureza sexual. Proteger a virgindade significava, mesmo para as camadas pobres, proteger parte do patrimônio da família (FONSECA, 2007, p. 530).

⁷³ Correio Paulistano, 18/10/1907, p. 4.

Sem outras referências familiares – especialmente masculinas – se não o tutor, mulheres como Elvira, tem a possibilidade de manter esse tipo de questão em privado, transformando-se em matéria de inquérito público mediado pelas forças do Estado.

Para Boris Fausto, o maior apelo à intervenção do Estado sugere uma crescente dificuldade de dar solução aos problemas decorrentes da ofensa à honra na esfera privada. Apesar da massiva presença de imigrantes, especialmente italianos, que por muito tempo carregaram tradições de grupo de vingança com características familiares, também presente nas páginas dos jornais, a situação de vulnerabilidade na cidade, além do contato multitudinário com “o outro”, enfraqueceram o papel da justiça coletiva de caráter privado, fracassada ou impossível em alguns casos, substituída então pela mediação pública através da polícia e da Justiça (1984, pp. 48/49).

Apesar do escopo documental ser restrito ao sensacionalismo jornalístico da época, interessante para o público ávido por drama, não se deve, necessariamente, classificar os eventos como “fora da normalidade”, como recordamos nos capítulos iniciais desta pesquisa. Como nos lembrou Andrew Port,

In response to the issue of ‘representativeness,’ microhistorians in particular have embraced the concept of the ‘normal exception,’ a term originally coined by Edoardo Grendi. These are forms of seemingly unusual behavior that defy prevailing norms, which is the very reason they leave traces in the archives. But they do so on a regular basis, and – though contrary to what those in power and other elites consider to be ‘normal’ behavior – are completely normal for ordinary individuals, especially those on the socioeconomic margins of society. Such ‘transgressions’ are, in fact, ‘perfectly representative of their own social milieu’ (2015, p. 112).⁷⁴

Assim, o que os jornais assinalam como comportamentos anormais ou discrepantes do que se espera da vida cívica é uma regular na vida das mulheres subalternizadas, como podemos verificar pela profusão de casos. Ainda que não fosse notícia a vida pacífica de um casal, por exemplo, contrapondo as notícias de violência, a regularidade dos casos permite afirmar que conflitos de ordem doméstica e violência de gênero não eram excepcionais, apesar de perseguidos pela moral pública.

⁷⁴ “Em resposta à questão da ‘representatividade’, os micro-historiadores em particular adotaram o conceito de ‘exceção normal’, um termo originalmente cunhado por Edoardo Grendi. São formas de comportamento aparentemente inusitadas que desafiam as normas vigentes, razão pela qual deixam rastros nos arquivos. Mas eles o fazem regularmente e – embora ao contrário do que os que estão no poder e outras elites consideram um comportamento ‘normal’ – são completamente normais para indivíduos comuns, especialmente aqueles nas margens socioeconômicas da sociedade. Tais ‘transgressões’ são, de fato, ‘perfeitamente representativas de seu próprio meio social’” (em tradução livre).

5. MENORES

*Um exemplo muito ruim pros moleque
Pra começar é rapidinho e não tem breque
Herdeiro de mais alguma Dona Maria
"Cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria!"
Porque o chefe da casa, trabalha e nunca está
Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar
O trabalho ocupa todo o seu tempo
Hora extra é necessário pro alimento*
Edi Rock, "Periferia é Periferia". São Paulo, 1997.



Senso comum cristalizado na sociedade brasileira, os homens são vistos como provedores de sustento material enquanto as mulheres seriam as responsáveis pelos cuidados para a reprodução da vida, especialmente das crias, como cem anos depois das intervenções na Várzea cantariam os Racionais Mcs, lembrando que “periferia é periferia em todo lugar (gente pobre)”. Repensar esse olhar nos mostra, contudo, que as mulheres ocupam há muito tempo a posição de arrimo em boa parte das famílias, e justamente para dar conta do acúmulo de funções, desenvolveram estratégias de cuidado e comunidade destoantes da divisão esperada de uma família nuclear. No processo urbanizatório e civilizador pelo qual passou a cidade entre os séculos XIX e XX todos os sujeitos foram esquadrihados e submetidos a técnicas e discursos de controle buscando uma ordenação e normalidade, e com as crianças, submetidas ao controle da família e do Estado, não foi diferente

Advento instituído pela modernidade, a conceituação de “menor”, e conseguinte disputa pelo conceito tomaram forma nesse período. No Brasil de fins do século XIX, a adolescência não é ainda um conceito, mas a figura do menor, só na aparência próxima à do adolescente, aplica-se em toda a extensão aos meninos pobres (FAUSTO, 1984, p. 80). As classificações etárias, além de carregadas de preconceito racial e de classe – algumas pessoas são obrigadas a “amadurecer” antes de outras – também são frutos de processos sociais menos elaborados individualmente. Phillip Ariè, por exemplo, demonstrou como a adolescência como ideia tomou forma na Europa dos fins do século XIX. Para o historiador francês,

tem se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é uma idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX. Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São

testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente (1986, pp. 48/49).

Na São Paulo vertiginosa em que caminhamos, a adolescência vira foco de interesse dos higienistas, dos poderes e da imprensa. Não que as crianças não estivessem nas páginas dos jornais, mas as razões que levavam diferentes idades a figurar em suas páginas eram radicalmente diferentes.

5.1 Anúncios

Bastante presentes nos serviços domésticos paulistas até meados do século XX, são comuns nos jornais divulgações de busca e oferta de mão de obra jovem, como no anúncio que busca um menino de até 14 anos n'A *Gazeta* de 05 de maio de 1915⁷⁵ ou do *Correio Paulistano* buscando dois jovens de 12 a 14 anos para aluguel por alguns anos no Brás de 1876⁷⁶. Publicado ao lado de outros anúncios que buscavam “meninas” e “mocinhas” de até 16 anos, os anúncios da *Gazeta* e do *Correio* são apenas dois em vários, em uma sociedade onde o trabalho de jovens e crianças é normal e em algumas funções até mesmo preferível. Em 1878 outro anúncio no *Correio Paulistano* busca copeiro entre 10 e 12 anos para casa de família, com uma curiosa diferenciação no anúncio:

PRECISA-SE de um menino ou moleque que tenha de 10 a 12 annos de idade, para copeiro de uma casa de família, quer-se também uma criada que saiba engomar e fazer todo o serviço de uma casa de família, excepto a cosinha. Para informações na ladeira do Porto Geral, n. 2.

Por alguma razão o anúncio diferencia menino e moleque, hoje praticamente sinônimos em nosso vocabulário cotidiano. A diferenciação entre as nomenclaturas utilizadas para diferenciar os jovens do sexo masculino aparece também nas memórias de Affonso de Freitas:

contemporaneamente, em qualquer das classes sociaes paulistanas, *rapaz* e *rapariga* eram invariavelmente filhos de negro, bem como em *menino* ou *menina*, *moço* ou *moça*, presumia-se sempre o pigmento branco, pouco importando si em dose variável. Indifferente a coloração da pele era o termo *moleque*, indistinctamente aplicado a branco, preto e mulato. Em compensação, *garotos* nunca existiram em São Paulo, não havendo, portanto, em a nossa bôa terra, notícia das chamadas – maltas (grifos da revista)⁷⁷.

Considerando-se a lembrança de Freitas, é possível que quem redigiu o anúncio tomasse moleque apenas pela cor negra, fato também verificável no senso comum de

⁷⁵ p. 2

⁷⁶ A Província de São Paulo, 11/08/1876, p. 3.

⁷⁷ Revista Panoplia, Ano 1, v. 2. Julho de 1917, p. 44.

nossa sociedade nos anos seguintes. Mais certa, no entanto, era a busca por jovens entre 10 e 12 anos para trabalhos domésticos, bastante comum no período com ou sem trabalho livre, enquanto as faixas ligeiramente mais velhas eram buscadas para ofícios com maior esforço físico e responsabilidade, como os caixeiros, “rapazes” de 12 a 13 anos buscados para a rua do Glicério, n. 97⁷⁸ ou os rapazes de 12 a 14 anos buscados para loja de sapatos no mesmo endereço e ano⁷⁹. Como vimos em capítulo anterior, crianças representavam parte do trabalho mais mal remunerado e não reconhecido no pós-Abolição. Denise Sant’Anna pontua como eram comuns os anúncios buscando força de trabalho masculino entre 8 a 15 anos (2004, p. 162), idade largamente empregada nas fábricas que se estabeleciam na região adjacente à várzea, mas também encontrada em oficinas, botequins e trabalho ambulante, como verificou Casé Angatu em sua pesquisa, através da presença desses meninos nos trabalhos informais como a carregar balaies, por exemplo (2017, p. 146), a despeito da regulamentação, em 1891, dos 12 anos como idade mínima para o trabalho.

Apesar de legalmente os 12 anos parecerem uma idade razoável para a dedicação ao trabalho, um caso de 30 de julho de 1904 mostra que a infância, a despeito de tudo, ainda buscava espaço para o lúdico – e rebelde – no cotidiano dos pequenos trabalhadores. Nicolau Barone, barbeiro, feriu a navalhadas o soldado Benedicto Bitencourt dos Reis, na travessa da Mooca. O motivo: Eduardo, 11 anos, empregado de Benedicto havia sido enviado a buscar peças de fardamento, mas “não cumpriu a ordem que lhe foi dada e ficou brincando na companhia de outros menores”⁸⁰. O castigo aplicado pelo soldado a Eduardo, tratado como menor e empregado em toda a redação da notícia, é motivo para arguição entre o barbeiro e Benedicto, e a agressão a Eduardo é apenas uma desculpa de ofensa tomada para si por Nicolau, imbuído de outros motivos. O *Correio* parece frisar que Benedicto, ferido no rosto pela navalha do barbeiro, estava pleno de razão ao castigar o empregado.

5.2 Incidentes domésticos (ou quase)

Os limites entre casa e rua estavam especialmente borrados para a juventude paulista pobre, que, quando negra, desde a escravidão ocupava o espaço público com seu trabalho e ausência de moradia ou esteio familiar. Além disso, as

⁷⁸ Correio Paulistano, 21/03/1918, p. 9.

⁷⁹ Correio Paulistano, 03/03/1918, p. 7.

⁸⁰ Correio Paulistano, 30/07/1904, p. 4.

moradias mal iluminadas, sem higiene, águas contaminadas, paredes negras de fumaça, leite contaminado etc., são inúmeros os motivos que enfraqueciam e condicionavam a saúde e, muitas vezes, levavam crianças à morte prematura; mas em quase todas elas a origem estava nas más condições de vida (SANTOS, 2006, p. 228).

Território em disputa e crescente especulação, a região do Brás era adensada pelas diversas formas de moradia de pessoas espoliadas, principalmente os cortiços e imóveis compartilhados (por exemplo alugados na moradia de outrem). Em 1888, por exemplo, a relação de impostos sobre imóveis incide, entre outros, em dois edifícios de propriedade de Maria Luiza A. Godoy, nos números 75 e 77 da rua do Gasômetro, cada um com 19 quartos⁸¹. A concentração de habitações em um mesmo espaço facilitava, segundo a ordem que se buscava estabelecer, brigas, desentendimentos e doenças, e por isso estão presentes em parte relevante das ocorrências, assim nomeados, como cortiços, ou subentendidos no formato de notícia onde o leitor já sabe por “que tipo de gente” esperar.

Além de representar a opção de moradia viável para operário, lavadeiras, quituteiras, carroceiros, quitandeiros, vendedores de ervas, curandeiros, donos de pequenas oficinas e operários, os cortiços também poderiam significar renda extra para algumas famílias, como relembra Jacob Penteado, cuja família morava em um imóvel no Brás que aproveitava o quintal dos fundos com um pequeno cortiço.

Considerada insalubre pelos higienistas, eram igualmente necessários para abrigar o contingente de espoliados que buscavam a sobrevivência no território da Várzea. Do ponto de vista das faixas etárias jovens, essas alcovas e cômodos em imóveis particionados como moradia coletiva, habitações pequenas e mal arejadas, ofereciam pouco ou nenhum espaço para as brincadeiras infantis e expansividade juvenil. Os brinquedos, alternativa para espaços pequenos, para muitos eram incomuns e caros, vulgarizando-se só depois da primeira década de 1900 e mesmo assim em sua maioria importados, como recorda o Sr. Ariosto (BOSI, 1998, p. 155).

Assim, o espaço de lazer e convivência entre os cidadãos de idade mais tenra terminava por ser a rua. Denise Sant’Anna afirma que “mesmo na virada do século, quando a cidade ganhava ares de metrópole, inúmeras travessuras que incluíam a lida constante com animais, esterco, terra, rios, árvores frutíferas e animais diversos continuavam a caracterizar o cotidiano da molecada” (SANT’ANNA, 2004, p. 277). Nas lembranças de velhos recolhidos por Ecléa Bosi, D. Alice recorda como as crianças

⁸¹ Correio Paulistano, 20/09/1888, p. 2.

brincavam até o escurecer nas calçadas, enquanto o Sr. Amadeu relembra que as ruas eram “ruas de lazer, porque não tinham movimento, e crianças tinha demais”. Segundo Bosi, as crianças do meio urbano pobre “brincavam nas ruas e as calçadas, terrenos baldios são também seu ambiente doméstico. As ruas se associam irresistivelmente com brincadeiras porque eram o reinado delas” (BOSI, 1998, p. 438).

A extensão entre casa e rua, no entanto, nem sempre era segura. O rio, frequentado pra diversões e banhos com constância era também mergulho derradeiro de muitos jovens que não sabiam nadar ou descuidavam-se, como o jovem José Moreira da Rocha Jr., morador da rua do Hospício, que se entretinha num banho de rio no Tamanduateí com os amigos em 22 de junho de 1891, nos fundos da chácara do Glicério, quando perdeu o pé no fundo do leito e afogou-se. Os amigos, desesperados em vê-lo se afogar, fugiram e o corpo só foi retirado no dia seguinte, já mordido pelos peixes⁸². Francisco do Nascimento, de 7 anos, morador da mesma rua que José Moreira, foi ferido por uma pedra dentre as várias que ele e seus amigos atiravam em uma árvore da rua Vinte e cinco de março para pegar frutos, atividade cotidiana da criançada, e Giofrido, de 14 anos, sofreu fratura craniana e contusões pelo corpo ao bater com a cabeça no passeio da rua em uma “travessura fatal”. Como narra o *Correio Paulistano* na ocasião, a brincadeira de rolar o gramado da rua Frederico Alvarenga – antiga rua do Hospício – até a base do aterrado era um “perigoso brinquedo de todos os dias” ao qual se entregavam “menores escolares”⁸³.

Vítimas de acidentes simples e frutos de pilhéria infantil até então, com a chegada das máquinas em livre circulação na cidade e a transformação do espaço natural as crianças formaram a maior parte das vítimas da velocidade que se imprimia no cotidiano. Anésia, de 2 anos, foi atropelada por uma carroça carregada de gêneros alimentícios quando corria tentando atravessar sozinha a rua do Hospício⁸⁴. Henriqueta Lascaléa, poucos meses mais nova, teve os dedos esmagados ao ser atingida por uma carroça, cujo condutor fugiu antes da chegada da polícia, na rua do Glicério⁸⁵. Ruben Pereira foi atropelado por um tilbury⁸⁶ e muitas outras crianças são atropeladas por bondes, como Bartolomeu Trenti, atropelado pelo bonde na rua do Glicério em 1912⁸⁷,

⁸² O Mercantil, 24/01/1891, p. 1.

⁸³ Correio Paulistano, 28/07/1917, p. 5.

⁸⁴ Correio Paulistano, 22/03/1906, p. 3.

⁸⁵ Correio Paulistano, 06/07/1913, p. 7.

⁸⁶ O Commercio de São Paulo, 08/03/1908, p. 2.

⁸⁷ Correio Paulistano, 16/04/1912, p. 5.

Raulino Anchetti, de um ano e meio, pego por um bonde ao atravessar a mesma rua, desastre pior evitado pela perícia do motorneiro, que “não teve nenhuma responsabilidade pelo desastre”, mas mesmo assim se entregou para a polícia⁸⁸, e Elvira Liberto, de 3 anos, pega pelo bonde da linha da Fábrica atravessando a mesma e perigosa rua do Glicério⁸⁹. Segundo o jornal, a “menor recebeu apenas contusões e excoriações”, desastre maior também evitado pela perícia do motorneiro. Na mesma coluna, abaixo do acidente de Elvira, outra garota, de 5 anos, havia sido atropelada por um automóvel na rua da Glória.

Recém-introduzidos nas ruas da cidade, os automóveis que transformariam a cidade em uma *carrocracia* provocavam medo e curiosidade nas crianças. Como em Joaquim Moreira Jr., que “atrahido pela curiosidade buliu na engrenagem de um automóvel que se encontrava parado diante de sua casa. O resultado foi o menor ferir-se na mão esquerda”⁹⁰. O perigo que os automóveis representavam, tanto quanto sua fascinação, fica claro não apenas na profusão de casos nos jornais, mas no esforço que os periódicos faziam em ilustrar os estragos que motoristas ou pedestres imprudentes poderiam causar; o problema não era necessariamente os carros nem os bondes, mas os seres humanos que manejavam a máquina com maior ou menor perícia.

Na revista *Ilustração Paulista* lançada em abril de 1912, uma matéria ilustrada por três fotos – duas das vítimas – condena a imprudência e imperícia dos condutores de automóveis, “que estão provocando da polícia severas providências relativamente a facilidade com que a fiscalização municipal vai *habilitando os chauffers*” (grifos da revista). As duas crianças que brincavam em frente ao n. 87 da rua do Glicério, Julia Bruno e Aristides Barreto, foram atingidas em cheio pelo automóvel, causando contusões no motorista, diversos ferimentos como a fratura da coxa direita, em Julia, e o falecimento de Aristides, exposto em seu velório em uma das fotos que ilustram a reportagem. O caso provocou indignação popular e terminou com o motorista preso, depois de “confessar sua imperícia”.

Figura 6: Acidente na rua do Glicério, 1912

⁸⁸ Correio Paulistano, 28/01/1915, p. 5.

⁸⁹ Correio Paulistano, 15/02/1914, p. 4.

⁹⁰ Correio Paulistano, 03/10/1915, p. 5.



Revista Ilustração Paulista, ed. 66, São Paulo, 1912, p. 25.

Responsabilizadas pela polícia e pela imprensa, as mães dessas crianças que viviam nas ruas muitas vezes estavam exercendo seu ofício, em casa ou fora dela, e por isso negligenciavam a atenção aos pequenos, especialmente em uma sociedade acostumada a delegar a tarefa de cuidado a outra pessoa mais pobre – e quando a mãe era a pessoa mais pobre, seus cuidados se voltavam aos patrões e sua prole antes da própria família.

No entanto, é comum entre as famílias brasileiras de baixa renda, parte de algumas culturas negras, caipira e indígenas, compartilhar o cuidado das crianças. Para muitas pessoas negras desagregadas da família na diáspora, por exemplo, os laços de parentesco estabeleciam-se na comunidade, “eles chamam de *parente* porque como vieram juntos da Costa d’África no mesmo barco” (WISSENBACH, 1998, p. 112). Já a prática semi rural de São Paulo em meados do século XIX utilizada pelas mulheres para garantir sua sobrevivência é descrita por Maria Odila Dias Leite da Silva como baseada na proximidade, nos contatos e práticas cotidianas:

Muito pobres, voltavam-se mais para si mesmas, constituindo o espaço de sua própria autonomia. Fulana tinha em casa sobras de feijão, cera, farinha, sabão... Sicrana matara um porco; uma terceira precisava de

duas peças de pano, aguardente da terra, potes de cerâmica ou painéis para a casa nova de seu filho. As transações eram acertadas por batapapos, fofocas, conversas. Por isso a sua natural desconfiança contra forasteiros e forasteiras; a vontade de pertencer ao bairro, à vizinhança [...] (1984, p. 189).

Da mesma forma, afirma Claudia Fonseca,

Estudos antropológicos sobre famílias brasileiras de baixa renda têm apontado para a natureza aberta da unidade doméstica. Muitas vezes aparente no próprio aspecto da residência – múltiplas casas no mesmo quintal –, esse caráter aberto torna-se patente quando se acompanha famílias nas rotinas diárias. Apesar de cada casal ter seu próprio canto para cozinhar, as crianças se infiltram pelas fronteiras dessas casas burlando os limites entre uma “família” e outra (1997, p. 536).

Seria comum, portanto, que as crianças ficassem “soltas”, com liberdade para se locomover nos quintais compartilhados e nas habitações próximas, de uma casa a outra tendo seus cuidados minimamente compartilhados por uma rede de sociabilidade. As crianças de diferentes famílias, como Julia e Aristides, que brincavam juntas, mostra que a sociabilidade infantil – estabelecida desde a primeira infância na rua – era uma estratégia de crianças e adultos, fosse pelo desleixo com os filhos fosse para que essa rede, mesmo formada pelas próprias crianças, funcionasse como forma de cuidado mútuo.

5.3 O problema dos menores

Pedindo providências da municipalidade sobre o estado de conservação e asseio da Várzea, uma nota de 1874 do jornal *Diário de São Paulo*⁹¹ aproveita para se queixar da malta de vadios e moleques que se reúnem com certa assiduidade na rua do Hospício, divertindo-se em fazer “correrias pelos degraus de relva do novo aterro, causando-lhes sensíveis estragos”. Parece que Affonso de Freitas estava errado, afinal, quando afirmava que garotos e suas maltas não existiram nessas terras.

Conclamando a presença da polícia no local, “para chamar ao bom caminho aqueles ociosos e insectos daninhos”, o jornal também faz questão de chamar a atenção do chefe de polícia para os vadios “que andam a vagar pelas ruas e rabiscar as paredes, impossibilitando desse modo os proprietários de conservarem limpas as frentes de suas casas. Seria um valioso serviço que prestava o exm. dr. Chefe de polícia, livrando a capital dessa praga de meninos desocupados”. A associação, reiterada pelo jornal, entre os jovens e uma praga de insetos justifica-se pela intensidade com que surgem no espaço público e nas notícias jovens desocupados e, pior, perambulando pela rua, causando problemas

⁹¹ Diário de São Paulo, 24/02/1874, p. 2.

diversos para a civilidade que se intentava construir, desafiando a boa ordem da cidade tal qual gafanhotos numa plantação.

Jovens escrevendo nas paredes da cidade não parecem ser novidade da contemporaneidade, apesar dos registros se interessarem mais pela forma que pelo conteúdo. Assim, não sabemos exatamente do que se tratavam os "rabiscos", mas há pistas: na década de 1910 registram-se reclamações de muros rabiscados com desenhos obscenos ao lado do Theatro Colombo⁹² e outros lugares da cidade⁹³. A história de grafismos em paredes remonta às pinturas rupestres, enquanto escritas em muros das cidades costumam ser associados à revolução francesa e suas manifestações populares de descontentamento político. Já no Brasil, Celso Gitahy (1999) e outros pesquisadores do tema costumam posicionar o marco inicial em São Paulo na década de 1960, com as manifestações contra a ditadura militar. No entanto, observando os jovens da várzea, podemos perceber que a escrita nas paredes da cidade, com tom de desafio, reorganização do espaço urbano e estratégia de memória – registrando sua existência e presença na arquitetura – remonta há cerca de cem anos antes do que estabelecem esses pesquisadores.

Alexandre Barbosa Pereira, que discute sociabilidade e memória na pixação em São Paulo em incursões contemporâneas pelo centro da cidade, registra como “os pixadores engendram um importante dispositivo de interação, circulação e memória” com suas dinâmicas relacionais. Atualmente, é comum que jovens pixadores tenham pontos de encontro em parques, praças e ruas, dinâmica que poderia ter sido adotada também pelos nossos pixadores da várzea. Com ou sem a dinâmica dos encontros marcados, a pixação também significa uma disputa pelo estabelecimento da paisagem urbana, as referências arquitetônicas podem se tornar – ao menos para os jovens que tomam parte nesse ato – as escritas de si ao invés das construções. Coloca-se aí, ainda segundo Pereira, um viés da disputa pela memória: o ato de grafar nas paredes relaciona-se diretamente com a escrita da (na) história, assim como a “monumentalização” de outros elementos, especialmente não-oficiais, como as próprias pixações ou locais pixados. Da mesma forma, a relação com o território através do redesenho da paisagem “à sua semelhança”, e o gesto do corpo, seja sair para pixar ou desafiar, com o ato da escrita, a vigilância da polícia e o controle dos espaços e da propriedade privada, constroem uma memória coletiva acerca do espaço (PEREIRA, 2012).

⁹² O Combate, 06/03/1918.

⁹³ Como no largo do Palácio, em 1909 e na rua Bonita em 1911.

Talvez os mesmos menores escolares que se dedicavam a traquinagens na rua do Hospício, “muitos rapazolas se reúnem todas as tardes na várzea do Carmo, entre os aterrados do gasômetro e do Carmo, entretendo-se em numa multiplicidade de travessuras”⁹⁴, o que termina por causar o esmagamento da perna de um deles, nesse caso. Os grupos que tomam a perturbação da ordem como diversão na várzea aproveitam-se de seu relevo para levar a cabo brincadeiras mais sérias, ou conflitos mais acirrados. Em 15 de janeiro de 1900 o Estado de São Paulo noticia o “originalíssimo espetáculo que oferecem os desocupados da rua Vinte e cinco de março e Santa Rosa, de uns combates a pedradas, travados no aterrado do Gazometro”. O espetáculo, começa o jornal, é de conhecimento de todos que costumam passear pela várzea aos domingos, tendo inclusive hora pra começar: do meio dia em diante. A própria polícia do Brás há muito tentava acabar com as “cenas vandálicas”, que costumeiramente feriam algum transeunte ou morador da várzea. Nesse dia, inclusive, as pedras atiradas através de fundas (lançadeiras de mão) haviam ferido uma senhora que andava de bonde, e Bertolli, um pintor morador da região. Diz a apuração policial que as ruas, Santa Rosa e Vinte e cinco de março, possuem cada uma três “partidos” diferentes, que possuem suas bandeiras e chefes, “vagabundos adestrados no jogo da funda, capoeiras e navalhistas, que se impõem aos companheiros e subordinados pela força e brutalidade de que dão provas nas investidas da várzea”⁹⁵.

Já o *Commercio de São Paulo* dá voz a um leitor que pede espaço no jornal para reclamar de “garotos depravados” com “péssimos costumes e hábitos depravados”⁹⁶. Os jovens se reúnem em um botequim na esquina da ladeira da Tabatinguera com a rua do Hospício, permanecendo nas redondezas depois que fecham os estabelecimentos e assediando transeuntes, como uma mulher descrita na reportagem, que teve de correr para fugir das investidas do grupo. O *constante leitor*, provavelmente morador da região, indica dois nomes de membros da malta: Evaristo de Tal, morador da travessa do Hospício, “que se entrega às práticas dos vícios mais repugnantes e Perillo de Tal, retratado pela polícia, segundo se afirma, como gatuno”. Encerra pedindo, como enorme serviço aos moradores do território, que o secretário de segurança pública “determine medidas tendentes a acabar com semelhantes abusos”.

⁹⁴ O Estado de São Paulo, 08/09/1906, p. 2.

⁹⁵ O Estado de São Paulo, 15/01/1900, p. 1.

⁹⁶ O Commercio de São Paulo, 10/04/1908, p. 2.

“Menor gatuno”, assim como “mau marido” ou “tresloucada rapariga”, era uma chamada corriqueira nos jornais da época. Depois que moradores do n. 44 da rua Vinte e cinco de março deram pela falta de alguns objetos, por imperícia ou persistência das vítimas, “foi preso em flagrante o menor Domenico Julini, que, interrogado, confessou ser o auctor de muitos furtos, não só naquella casa, como também no Mercado, onde costumava penetrar por escalada, juntamente com outras crianças”⁹⁷. Anos antes, a busca de uma senhora de alta classe por suas pulseiras levou à desarticulação de uma “quadrilha de gatunos”. A mulher, “de família conceituada” em São Paulo, “recolheu da rua como seu criado, garantindo sua educação” Benedicto Fernandes, “menor”, que “sem sofrer de moléstia alguma andava esmolando pelas ruas”. Uma semana depois, Benedicto abandonou a casa levando, entre outros objetos de menor valor, um par de pulseiras de ouro com pedras preciosas.

Empenhada a polícia na busca, prenderam finalmente Benedicto, que os levou a sua moradia, em uma venda na rua do Hospício chefiada por Tedesco Nicola (ou Nicolau), que acoitava menores e adultos que “roubavam mediante pousada e comida que lhes eram fornecidas”. Ali prenderam sete pessoas, incluindo-se Nicola, considerado pelo jornal como chefe da quadrilha. Além da venda de Tedesco Nicola, a polícia também deu buscas em uma marcenaria na rua da Glória e em uma venda na rua Lavapés. Benedicto havia entregado vários de seus companheiros, declarando que praticavam roubos costumeiramente, havendo inclusive uma diligência premeditada para um furto no Brás nos dias próximos⁹⁸. Esse tipo de moradia coletiva de gatunos parece não ser uma exceção: o jornal *A Nação* publicou entre agosto e setembro de 1898 uma série de artigos denunciando as “farras” no centro, que abrigavam meninas e meninos ociosos. Uma das casas objeto de atenção pertencia a “um português baixo e gordo, reunindo em si todos os predicados para ser chefe de farristas: estúpido, explorador e cínico. A casa continha cerca de 30 cubículos imundos onde existiam 40 colchões em destroços, alugados a dez tostões por noite” (FAUSTO, 1984, p. 83). Em uma outra diligência policial realizada em várias casas no Brás de 1896,

a primeira das casas visitadas era ocupada por mais de 50 pessoas. Verdadeiro antro, dividido por tabiques de madeira, uma grande sala no andar superior, apresentava aspecto repugnante. Em cada um dos compartimentos viam-se camas de madeira, com imundos colchões sobre os quais toda aquela gente repousava tranquilamente. Parece incrível que aquela gente pudesse viver no meio de imundice

⁹⁷ Correio Paulistano, 20/01/1907, p. 3.

⁹⁸ Correio Paulistano, 02/12/1900, p. 2.

semelhante! Nos baús, onde havia roupa suja misturada com a limpa, sapatos sujos de barro, cachimbos, e tantas outras bugigangas, a autoridade fazia um completo despejo, mas teve logo que recuar pois aquele serviço, feito no interior da casa, não podia prosseguir a vista do mau cheiro que exalava (FAUSTO, 1984, pp. 135/136).

Apesar de chocar mais em sua forma coletiva, os jovens infratores infestavam a cidade, segundo os jornais, e eram preocupavam também quando não *iam pra grupo*. A força e brutalidade que fundamentavam a hierarquia das “ganguês” da várzea podem ser observadas em indivíduos agindo sozinhos, como no caso de João Peppo, jovem de 14 anos que atirou uma pedra “gratuitamente” em outro jovem, José Rigado, de 16 anos. A notícia da agressão, veiculada no *Correio Paulistano* de 29 de agosto de 1914, conta a versão de Rigado, que ele e João Batista, “um outro menor”, de 11 anos, caminhavam na várzea próximos ao quartel quando Peppo lhes atirou uma pedra. Questionado sobre seus motivos, o adolescente respondeu que poderia matar, se quisesse, desferindo então um golpe de canivete no peito do jovem de 16 anos. Talvez por vergonha de ser agredido por uma pessoa mais nova, talvez por tomar a valentia de Peppo como mais idade, na primeira notícia da agressão João Peppo é descrito como um “outro menor, de 17 a 18 annos”⁹⁹.

No dia seguinte, sob o mesmo olho da matéria e título, “Precocidade no crime”, o *Correio* dá conta da prisão do jovem em sua casa, também na região da várzea, na Visconde de Parnahyba¹⁰⁰. A reprodução de título e olho da matéria ajudam a identificar o caso para os interessados no desenrolar dos fatos, mas cumpre seu papel de chamariz das notícias sensacionalistas dos *fait divers*. A agressão de João Batista, além de envolver dois jovens, continha um elemento especialmente chamativo para os consumidores do tipo de notícia: Peppo tinha três dedos da mão direita cortados. O lide da notícia adiantava: “um aleijadinho tenta matar a um menor por motivo inteiramente fútil”; no primeiro caso, completava-se com “fuga do criminoso”; no segundo, “prisão do acusado”.

Apesar de em menor número, garotas também se envolviam em condutas criminosas, especialmente quando não contavam com estrutura familiar: as que possuíam famílias nucleares eram mantidas no espaço doméstico ou casadas jovens para constituir seu próprio núcleo familiar. Já jovens órfãs recusavam-se a viver com as famílias a quem eram entregues e fugiam, fosse de suas famílias ou da instituição pra qual eram encaminhadas. Caso de três meninas órfãs, a mais velha delas com 12 anos de idade, que

⁹⁹ *Correio Paulistano*, 29/08/1914, p. 5.

¹⁰⁰ *Correio Paulistano*, 30/08/1914, p. 4.

fugiram do Asylo da Divina Providência, na rua da Mooca, e dirigiam-se, à pé pela via férrea, até Taubaté, quando foram detidas na região da Penha pelo chefe da estação¹⁰¹.

Avelina, menina branca de 14 anos, fugiu da rua do Hospício anos depois das orfãs levando consigo a quantia de 50\$¹⁰². Apesar da nota no jornal não identificar Avelina como órfã, o tom geral da procura, “quem souber da menina pode dar informações” e a fria busca dela por ladra e não ente desaparecido sugere que a garota não fugiu da casa da família consanguínea ou rede de afetos. Como podemos perceber no caso citado de Benedicto, recolhido da rua e encontrado através da busca pelas pulseiras, não por si, esses jovens eram “adotados” menos por uma questão de solidariedade e caridade e mais pela adoção de um empregado ou agregado útil, como eram outros buscados nos anúncios dos jornais.

Como Mario Vasques, garoto negro de 14 anos, copeiro – trabalhador doméstico – da casa situada na rua do Hospício, n. 8, que na noite de 21 de janeiro caiu de bêbado por volta das oito horas da noite e feriu o nariz, sendo medicado no dia seguinte no gabinete de polícia. Mario possuía uma ocupação, mas nem por isso, como muitos outros trabalhadores, deixava de se embriagar, também apresentando conduta perigosa.

Observando ocorrências sobre esses jovens nos jornais, uma delas sobre a malta “*pixadora*” citada acima, escreveu Boris Fausto,

a correlação entre a menoridade e a quebra dos bons costumes estabeleceu-se há muito tempo na cidade de São Paulo, pelo menos desde o início do século XIX, como demonstram as referências a menores vadios, mendigos e meninas prostitutas. Em seu relatório referente a 1871, o chefe de polícia Sebastião José Pereira aludiria às crianças que vagam pelas ruas e entregam-se à prática de “atos torpes”. O remédio para o problema estaria no ensino obrigatório que, entre outras vantagens, acabaria com o preconceito de só frequentar escolas quem tem vestido decente. No correr dos anos, a imprensa insistiria no problema (FAUSTO, 1984, p. 82).

O debate público, inflamado pela imprensa, incentivou iniciativas públicas e privadas para minimizar o mal causado pelos jovens. Em 1891, o juiz Hyppolito de Camargo, ex-diretor do Asylo de mendicidade, publicava um estudo sobre tutelas e curatelas de menores e interditos. Ainda segundo Fausto, nossos legisladores de fins do século XIX eram coerentes com a realidade da nascente industrialização:

com poucos anos de vida as crianças pobres entravam no trabalho da fábrica ou da oficina; simetricamente, desde os nove anos de idade meninos e meninas formavam-se penalmente responsáveis, com a ressalva de “terem obrado com discernimento”, na faixa entre os nove

¹⁰¹ Correio Paulistano, 31/08/1903, p.2.

¹⁰² O Commercio de São Paulo, 15/01/1905, p. 3.

e os 14 anos. O caminho da inserção do menor infrator na sociedade correspondia a sua conversão pura e simples em força de trabalho desqualificada (1984, p. 81).

Ou trabalho, ou punição.

Anos depois, em 10 de outubro de 1902, foi promulgada a Lei n. 844 que tratava, significativamente, “tanto de menores quanto de adultos vadios”, e autorizava o governo estadual a criar uma colônia para os segundos e um instituto disciplinar para os primeiros. Como escreveu o delegado de polícia Francklin Piza n’O Estado de São Paulo, em janeiro de 1911, em relatório reproduzido por Vanessa Ribeiro,

Não podendo os menores produzir pela incapacidade em que se acham, naturalmente de trabalhar e não convindo que fiquem nos cômodos em que a família reside, pois danificam os objetos de uso doméstico, são essas infelizes crianças abandonadas nas ruas, onde permanecem, em grupo, pois quase todas as famílias usam desse expediente, entregues, assim, aos azares da sorte. Daí o espetáculo degradante observado diariamente neste bairro, de bando de crianças vagando pelas ruas, em perigosíssima promiscuidade, proferindo palavras de impropérios, educando-se na escola do vício, preparando-se para o crime, expostas a desastres e acidentes a todo o momento (2012, p. 129).

A campanha se fez sentir não só na criação do Instituto Disciplinar, em 1902, mas na repressão como um todo. Como registrou Fausto, “a comparação do coeficiente de prisões de menores e maiores entre 1900 e 1916 mostra como o procedimento repressivo aberto não era um instrumento de pouca relevância e como cresceu proporcionalmente ao longo do período, a ponto de superar os maiores entre 1912-1916” (1984, p. 84). O estabelecimento de “menor” como uma categoria cristalizou-se nas primeiras décadas do século XX, culminando no Código de Menores, em 1927 (FERLA, 2009, p. 267).

Com a intensa propaganda moral do mercado de trabalho, incluindo-se aí a escola, a repressão e controle de crianças e jovens nas ruas tendeu a aumentar, enquanto o próprio espaço natural que antes recepcionava suas brincadeiras e reações diminuiu ou desapareceu – grande parte da várzea virou avenidas e viadutos. Como escreveu Claudia Fonseca,

nesse processo que, com ajuda de educadores e moralistas, difundiu-se do alto para baixo da pirâmide social, a criança foi uma peça chave. A necessidade de educá-la e prepará-la para o futuro fez com que seus pais virassem as costas às antigas sociabilidades, da rua, do parentesco extenso, entregando-se à privacidade do lar e seu complemento, a escola. A nova visão da família tornou-se brasão da burguesia, legitimando uma distinção que se alastrava da sensibilidade para a vida material (2007, p. 520).

Lugar de criança passava a cada vez mais ser a escola, longe da rua, perigosa para a saúde física e moral. A própria várzea iria receber anos depois, na década de 1930, um dos parques infantis de Mário de Andrade, que ofereceria às crianças filhas de operários uma educação cultural baseada em elementos nacionais. Ainda que com um aspecto de cuidado coletivo com as crianças, o parque não fugia da ideia de que o dever de cuidar dos filhos deveria ser de cada família individualmente, dos educadores e, na ausência destes, do Estado, personificado no fim mais por órgãos de controle, repressão e adequação que de cuidado.

Enquanto isso, a molecada continuou a ocupar as ruas com suas travessuras e desafios à lei e à ordem. Famílias com habitações e hábitos coletivos continuaram a compartilhar, pela força das circunstâncias, a criação da prole, e a disputa juvenil por seu quinhão da cidade apenas tomou força e fortes contrastes nos anos seguintes, como os meninos de rua que tomaram as ruas da região central por muitas décadas, as pixações que ocupam grande parte dos edifícios desse mesmo território ou a garotada que joga bola no asfalto quando todas as lojas da rua Vinte e cinco de março se fecham aos domingos.



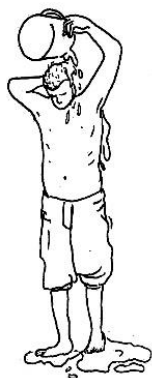
6. DESORDEIROS

“Este fanatismo burocrático de trabalho não deixa em paz nem os que caíram fora – os sem-trabalho e sem-chances – nem todos aqueles que com boas razões rejeitam o trabalho, nos seus já horivelmente apertados nichos do demolido Estado Social. Eles são arrastados para os holofotes do interrogatório estatal por assistentes sociais e agenciadoras do trabalho e são obrigados a prestar uma reverência pública perante o trono do cadáver-rei.”

Grupo Krisis, “Manifesto contra o Trabalho”, 1999.

6.1 Intrépidos apreciadores dos banhos ao ar livre

A juventude paulista é registrada *causando* a caminho da várzea do rio Tamandateí desde a saparia da Faculdade de Direito, que lá descia para ver as lavadeiras ou tomar banho de rio. Até finais do século XIX, no entanto, a garotada ainda o frequentava, desabusadamente aventurando-se a nadar em um rio (vejam só). Em 12 de junho de 1875, o *Correio Paulistano* publicava a seguinte nota:



Em respeito à moralidade pública

Communicam-nos que alguns indivíduos desabusados, entre elles algumas praças de linha, costumam ir banhar-se em pleno dia no rio Tamandatehy, nas proximidades da rua do conde D'Eu.

Ora estando esta rua actualmente bastante frequentada, acontece que muitas pessoas decentes e mesmo famílias sentem-se em posição embaraçosa ao toparem com semelhante espectáculo muito impróprio de uma cidade civilisada, pois aquelles intrépidos apreciadores dos banhos ao ar livre apresentam-se sem o necessário recato exigido pela moralidade pública.

Convém que sejam dadas as providências no sentido de ser reprimido um tal abuso¹⁰³.

A coerção a “banhos públicos” tomou força no último quarto do século XIX, configurando-se seguidamente como foco de multa e repressão nesses anos. O Código Municipal de Posturas de 1873, art. 10, punia com 24 horas de prisão e uma multa quem se encontrasse tomando banho no rio “em plena nudez”. Banhar-se no rio ainda não configurava conduta criminoso, já que “a lavagem em rios só será permitida quando a pessoa estiver vestida, de modo que não ofenda a moral pública”. Mais tarde, já inscrito no artigo 252 do Código de posturas seguinte, Jeremias Antonio de Oliveira foi multado em 10\$ por ter sido encontrado tomando banho no rio Tabatinguera¹⁰⁴. Mesmo delito em que incorria Ignacio Antonio dos Reis “recolhido ao xadrez” por ser

¹⁰³ p. 2.

¹⁰⁴ *Correio Paulistano*, 29/09/1877, p. 2.

“encontrado banhando-se nu no rio Tamanduatehy”. Até então, permitia-se o banho no rio, desde que não ofendesse a moral com a ausência de vestimentas ou evitassem se banhar em plena luz do dia.

Em 1879 o jornal *Correio Paulistano* publicava, a pedido da Câmara Municipal, o mesmo artigo, que também incluía a proibição da caça com arma de fogo, já com multa de 15\$ e dois dias de detenção, demonstrando que as punições de 1877 não tiveram sucesso em barrar a insistência dos cidadãos em usar a água do rio para a desfaçatez de banhar-se. Tanto que em 1886, João Bernardo, ex-escravizado por Jacob Asser, morreu ao banhar-se próximo à capela de Santa Cruz, na rua do Conde D’Eu¹⁰⁵, e dez anos mais tarde, em 1896, “sem a menor cerimônia”, Domenico Henrique banhava-se no rio sob a ponte do aterrado do Gasômetro¹⁰⁶.

Logo a proibição se estenderia a simplesmente entrar no rio, com ou sem roupa; a poluição, que até então não é citada como causa dos vetos, também passa a impedir o uso do rio para esse fim. Como Affonso de Freitas, refletindo sobre a natação e o jogo de peteca realizados na várzea, registra,

tempo houve, lá pelos annos de 1880 a 1889, que a prohibição policial cahiu severa sobre taes desportos. Prohibição por se tratar de habitos ancestraes legado dos antepassados *guayanás, carijós e murumimis*, que todos, com seus costumes e seu sangue, contribuíram em duas quintas partes do contingente, na formação do povo paulistano? Por uma simples questão de technologia talvez...¹⁰⁷

Nesse período, conta Freitas, a “saparia” e a molecada do entorno do rio deu bastante trabalho aos urbanos, que “cercavam as duas margens do Tamanduatehy, no trecho da rua do Glycerio e Conde D’Eu”. Entre esses guardas havia um especialmente irritadiço, “typo especialmente nervoso, espantadiço, de olhar mobil e brilhante, quase desvairado”, que na primeira investida policial agarrou, sozinho, dois garotos, mas ficou marcado pelos jovens, que faziam questão de anunciá-lo quando à vista. Diz Freitas que, “a todo momento, do ângulo de uma esquina, do fundo de uma rua, do entreaberto de uma porta, uma voz se elevava n’um grito de vaia: Oh! Assombração! Oh! Espanta-gato! E de todos os lados, por todos os cantos, outras vozes repetiam, em éco: Oh! Assombra Oh! Espanta”. A estratégia encontrada para, ao mesmo tempo, constranger o urbano e avisar os companheiros, por fim, desapareceu na mesma medida em que “os hábitos dos banhos

¹⁰⁵ A Província de São Paulo, 18/3/1886, p. 3.

¹⁰⁶ O Estado de São Paulo, 13/10/1896, p. 2.

¹⁰⁷ Revista Panpoplia, São Paulo, julho de 1917, ano 1, ed. 02, p. 49.

cedeu enfim à pressão policial”, como conclui, saudoso e sem ressentimentos pelo guarda, Affonso Freitas.

A presença e coerção policiais mostram como a suposta desordenação do espaço público e a conduta tida como degenerada eram questões importantes para a saúde das pessoas e dos lugares, mas a improdutividade, em uma sociedade em profunda mudança nas relações e funções trabalhistas, era fundamental vetor para classificação, intervenção e criminalização de sujeitos e condutas. Neste sentido, a mudança era fortificação da norma, bem como do desvio; práticas comuns tornando-se vetores de desordenação e pessoas em afazeres triviais tornando-se degeneradas, vetores de preocupação moral e sanitária no contexto da ordenação urbana.

Já em meados de século XIX a escravização estava enfraquecida como modo de produção e em muito a experiência de trabalhadores e trabalhadoras negras se diferenciava do que viviam outras pessoas negras em rincões do interior do estado e do país. A leva de imigrantes incentivada pelo Estado buscou substituir a mão de obra e embranquecer a sociedade, mas trouxe consigo novas ameaças. Na experiência negra, ainda escravizada ou testando os limites da liberdade, a percepção de produção, trabalho e descanso teve choques com senhores brancos, que ao longo do período colonial foram vencidos ou ignorados em imposições culturais nesses tópicos. Se ondas negras provocavam o medo e recuo branco, a insubmissão de trabalhadores livres brancos que chegavam à cidade logo se tornou também motivo de preocupação para governantes e patrões. Da mesma forma, suas práticas culturais de lazer, convivência e reprodução da vida não agradaram, ou assustaram aos grupos dominantes e outras partes da cidade que se esforçaram menos em acolher a diversidade que em tentar moldar estes corpos e condutas para a sociedade industrial do trabalho. Como registra Vanessa Ribeiro, nesse período onde se almejava o ideal republicano,

a educação, dos corpos e das mentes, é o componente fundamental para a reformulação do regime político e, nesse caso específico, para o êxito dos melhoramentos urbanos. Tratava-se aqui de educar e incorporar as populações imigrantes brancas ao projeto republicano, pelo qual se buscava definir o urbano, e em última instância, o espaço público (RIBEIRO, 2012, p. 93).

Apesar da suposta proximidade cultural e suposta identificação entre donos de terra com vários imigrantes europeus, esses traziam na bagagem suas próprias interpretações e expectativas de como deveria ser a vida no Brasil, criando conflitos sobre o como, quando e porque trabalhar. O trabalho artesanal, por exemplo, necessita e se apoia em um tempo de produção diferente do industrial, o que influencia na organização

desse mesmo tempo pelo artesão. Já o tempo de descanso para algumas comunidades africanas se relaciona ao calendário espiritual ou sazonal das estações, assim como para povos originários de Pindorama¹⁰⁸ relaciona-se à meteorologia, colheitas e ciclos do corpo.

6.2 Improdutivos por opção

6.2.1 Ciganos

Conhecidos na literatura e produção historiográfica como adensados bairros operários, o Brás e a Mooca foram (são¹⁰⁹) território de muitos sujeitos considerados desocupados e improdutivos. Ocupar o espaço público com essa improdutividade é ainda mais ofensivo que simplesmente não participar da cadeia de produção, e optar por modos de vida destoantes da sociedade do trabalho representa ameaça e contravenção.

Em 12 de abril de 1907 o chefe de “um bando de ciganos” acampados na rua da Mooca é intimado pelo subdelegado do Braz a comparecer à polícia para explicar suas “tropelias” no bairro, noticiadas pelo *Correio Paulistano* no dia anterior. No dia 11 de abril, a nota do jornal que dá conta dos ciganos diz o seguinte:

Bando de ciganos

Há dias está acampado na Rua da Mooca um bando de ciganos composto de uns cinquenta indivíduos de ambos os sexos que pôs de sobressaltos moradores do bairro.

Os homens do bando entregam-se a pequenos negócios por troca nos quaes só eles ganham, soldam e remendam latas e panellas, enquanto o mulherio, percorrendo ruas e ruas, vai lendo o futuro e arrebanhando o que encontra a mão.

Muitas reclamações contra os ciganos foram endereçadas ao sr. dr. Enéas Ferraz, 3º delegado, que providenciando, mandou ontem intimar o chefe dos ciganos a levantar acampamento¹¹⁰.

Diz a notícia do dia 12, redigida a partir do comparecimento dos ciganos à delegacia, que cinco indivíduos responderam à intimação, declarando não possuírem ocupação e “não explicando satisfatoriamente as diversas proezas de que são acusados”,

¹⁰⁸ Adotamos Pindorama como nomenclatura originária útil para o território hoje conhecido como São Paulo, cientes, no entanto, que diferentes etnias originárias nomearam de diferentes formas esse território e a extensão nomeada como Brasil. Em Karib, por exemplo, esse território poderia ser chamado por ukitsüko, traduzido como “nosso lugar”.

¹⁰⁹ Considerado atualmente bairro de classe média, a região administrativa - que inclui o Brás - é a que abriga maior quantidade de moradores de rua (MARÇAI, 2022).

¹¹⁰ *Correio Paulistano*, 11/04/1907, p. 3.

por isso mesmo processados por vadios¹¹¹. Como se percebe, a primeira notícia no jornal não revela nenhuma conduta necessariamente criminosa, pelo contrário: os homens realizam pequenos trabalhos e as mulheres leem mãos e apanham pelas ruas o que encontram. No entanto, os moradores do Brás e as autoridades públicas não compreendem como vive o grupo, advogando por sua partida e classificando-os como vadios, adjetivo ampla e descriteriosamente utilizada pela polícia de costumes e que mais se assemelha, nesse caso, a um termo para uma cultura distinta.

Dias depois, conta *O Estado*, “o terceiro delegado do Braz vai processar o cigano Stefano Junaind por não ter ocupação”¹¹². Bastante comum nos jornais a identificação de pessoas da comunidade cigana enquanto “ciganos” (de anúncios de terrenos indo à leilão¹¹³ à identificação de criminosos¹¹⁴), o fato é que pertencer à comunidade romani era um estigma, como mostra o correspondente do *Estado de São Paulo* em Rebouças, interior do estado, que narra a apropriação de um delegado de polícia do saque realizado por soldados em uma comunidade vizinha, justificada como “apreendidos de um bando de ciganos”. Não se tratavam afinal de ciganos, segundo apurou o correspondente, mas o fato levou a um forte boato de que “continua a infestar o município uma malta de ciganos”.

O fato de justificar-se a apreensão de animais e bens de valor aplicada a um grupo de ciganos mostra quão aceitável era esse tipo de violência com esses grupos, espolaiados de suas posses como se essas não lhes pertencessem, assim como a “infestação” que preocupa a cidade de Rebouças, incômodo semelhante causado aos moradores do Brás, que enviaram diversas reclamações aos jornais e à polícia.

6.2.2 Mendigos

Mais inseridos em nossa cultura, mas mesmo assim perigosamente improdutivos, eram os mendicantes. Também assunto recorrente nas reclamações de editores e cidadãos preocupados ou irritados com o desaforo do constante pedido de esmolas, mendicantes aparecem no jornal tanto como famílias e criaturas carentes quanto desprovidas de decoro.

¹¹¹ Correio Paulistano, 12/04/1907, p. 2.

¹¹² O Estado de São Paulo, 26/04/1907, p. 2.

¹¹³ O Estado de São Paulo, 08/03/1904, p. 3.

¹¹⁴ O Estado de São Paulo, 31/01/1905, p. 2.

Com um anúncio de relativo destaque na Seção Livre do *Correio Paulistano*, com o chamariz de “Aos corações caridosos”, uma senhora de idade avançada com três filhos e “impossibilitados de trabalhar, em extrema miséria” pede esmolas que podem ser entregues no endereço do jornal ou na Travessa Porto Geral, n. 15¹¹⁵. O anúncio pode ser visto pelo menos uma vez por semana entre o mês de outubro e novembro. Não era incomum que os jornais recebessem esmolas para causas ou sujeitos necessitados, em muitos casos viúvas ainda em luto, nem improvável que não fosse a senhora de idade avançada quem estivesse mesmo pagando pelo espaço no jornal.

Esses casos, no entanto, em muito se diferiam daqueles em que os mendicantes ocupavam os espaços públicos. Em 1888, Euzebio Luiz, preto, é detido correndo de casa em casa na rua Vinte e cinco de março atrás de esmolas¹¹⁶. Anos antes publica *A Província de São Paulo*¹¹⁷

A proposito das bexigas – Recebemos a seguinte comunicação:

«Sr. Redactor. – Anda esmolando pelas csas uma mulher estrangeira (italiana ou hespanhola) com dua creanças. Esta mulher foi quem trouxe a bexiga para esta cidade e tem espalhado.

Uma das crreanças, a maior, levou a bexiga ao collegio Moret-Shon, onde a mãe ia jantar com a filha coberta de pústulas variolosas. Esteve com essa mesma creança esmolando à porta do Jardim Público, n’um dia de grande affluencia de povo.

Depois passeiou ella por toda a parte e em quase todas as casas fez chega a varíola da creança menor. Agora passeia ella e leva m todos os corredores as creanças cobertas dos trapos fétidos e embebidos de matéria variolosa.

É uma verdadeira fera a dita mulher. Para armar a caridade, belisca fortemente a coitada da creança para chorar e assim obter esmolas, ella que leva a peste por todo a parte...

É vergonhoso que n’uma cidade que quer ser policiada se deem semelhantes factos; mas é a mais pura verdade...

Ainda hoje ouvindo-se o choro de creança no corredor da casa onde mora a pessoa que escreve essas linhas, indo-se ver, achou-se a dita mulher com as creanças; uma com signaes de bexigas muito recentes e a outra ainda com o rosto cheio de cascas; e um fedor de asfixiar.

Um ilustre médico, que defronte mora, n’essa ocasião ainda repreendeu-a por tanta porcaria e maldade.

Não haverá quem ponha cobro a tanta desídia, cujas consequencias todos podem imaginar?!»

Conta-se que a policia tomou já conhecimento deste fato, providenciando como lhe cumpria.

Além de identificar a pessoa responsável por trazer uma moléstia para a cidade, associando a mulher diretamente com o vetor da doença da varíola, que expôs a criança

¹¹⁵ Correio Paulistano, 22/09/1916, p. 7.

¹¹⁶ Correio Paulistano, 07/02, p. 2.

¹¹⁷ A Província de São Paulo, 20/09/1882, p. 2.

infectada como fosse uma ameaça biológica, denuncia também o jornal que a mulher, uma verdadeira fera, exagera o sofrimento dos filhos para incentivar a caridade.

Dois anos depois, em abril de 1884, a primeira coluna da primeira página d'A Província, assinada pelo próprio Rangel Pestana, conclama a construção de um Asylo de Mendicidade, “há mais de vinte anos” falado na cidade. Pestana, em sua longa coluna, expõe o quanto os (custosos) hábitos caritativos dos comerciantes da cidade se baseiam menos na solidariedade e mais no constrangimento causado pela constante admoestação dos pedintes, que “fazem alarde de seus defeitos, suas enfermidades, às vezes repugnantes”. Mas, recorda o jornalista, “a chusma de mendicantes” não é formada apenas por necessitados, mas por malandros que “a pretexto de deformidades e moléstias procura recursos na exploração da caridade pública”¹¹⁸. O asilo seria finalmente fundado no ano seguinte, contando com recursos municipais e diversas doações de particulares e de eventos de caridade realizados em seu benefício.

Hyppolito de Camargo, nomeado para o cargo depois de campanha para sua indicação encabeçada por ele mesmo – chegou a doar 1\$000 para sua construção em 1884, e que segundo o jornal *A Província de São Paulo* já se dedicava a, se não a extinção do problema, “menoração de sua intensidade”, em suas próprias palavras. Antes do recolhimento de mendicantes ao Asylo, enquanto chefe de polícia, Hyppolito de Camargo chegou a criar na Secretaria de polícia um livro de matrículas onde deveriam listar-se os indivíduos que mendigavam pelas ruas. Em carta publicada nos jornais da época, o juiz explica o procedimento que se fazia necessário:

para ser admittido a essa matrícula, além dos attestados dos médicos do serviço official, declarando que a moléstia do mendigo era tal que o impossibilitava do trabalho, exigia attestado do parochio competente, jurando que o impetrante era pobre. Então, fornecia-lhe uma chapa de metal amarello, com o número de ordem da matrícula, que o miserável devia trazer sempre consigo a vista do público; além d'isso, dava-lhe uma licença rubricada por mim, com certos característicos que servia de prova a identidade de pessoa. O que esmolava sem ser assim competentemente autorizado, era conduzido às Estações, e depois de algumas horas de xadrez, era intimado para tomar occupação honesta no prazo de 3 dias, sob pena de assignar termo de bem viver¹¹⁹.

A iniciativa, e depois a instituição do asilo, parecem ter dado pouco resultado. No ano de sua fundação o jornal *A Província* anunciava a abertura com a seguinte nota:

Azylo de Mendigos. Amanhan, 5, toma posse do cargo de mordomo do Azylo de Mendigos o doutor Hypólito de Camargo. A polícia começou

¹¹⁸ A Província de São Paulo, 16/04/1884, p. 1.

¹¹⁹ Papéis Avulsos, Arquivo do Museu da Santa Casa, consultado em 04/2019.

desde hoje a *caçada* de mendigos e pedintes. As estações de urbanos estiveram cheias.

Os azylados esses, estão descontentes e queixam-se amargamente, prometendo alguns deixar o *officio*, contanto que os dispensem de aceitar a *caridade obrigatória* (grifos do jornal)¹²⁰.

Impossível não associar a recusa à que, hoje em dia, apresentam moradores de rua impelidos a aceitar vagas em albergues com condições insalubres e excesso de controle sobre seus corpos. O asilo, da mesma forma, ocupava um prédio baixo e pouco ventilado na rua da Glória, antigo beco Sujo, ainda em contato direto com a várzea.

Em 1889 a *Província* publica mais um artigo, dessa vez sem assinatura, porém retomando os argumentos de Rangel Pestana anos atrás, especialmente sobre a função do asilo, que deveria servir como um estabelecimento em que os internos fossem “ensinados” a trabalhar. Apesar da existência já há alguns anos da instituição, seu efeito é pouco sentido na rua, onde “homens, mulheres e crianças” continuam esmolando; além disso, muitos estrangeiros “sem motivo, imploram a caridade pública”¹²¹. Em 1895 o chefe da polícia, segundo Boris Fausto, pondera que conseguiu reduzir muito a presença de mendigos no centro da cidade simplesmente vedando a entrada destes elementos na zona central e outros pontos concorridos (1984, p. 14).

A campanha contra a mendicância já aparecia nos jornais desde 1860 e segue em curso ao longo das décadas seguintes. A associação feita recorrentemente pela *Província de São Paulo* – e evidente em menor grau também em outros periódicos – entre malandragem, desamor ao trabalho e a mendicância seria o tônus principal das críticas à presença desses indivíduos no espaço público, impureza que o Asylo de Mendicantes buscava retirar da rua e das vistas, isolar em um espaço fechado e, na medida do possível, enclausurar para domesticar e reeducar.

Nas notícias da região da várzea tomadas como amostra, poucas são as referências diretas a mendigos ou pedintes, mas, como no caso da mulher fera, mal vestida e nauseabunda de 1882, esses sujeitos não têm sequer identificação ou nome. É o caso de uma mulher branca, segundo testemunhas “dada ao vício da embriaguez”, que faleceu afogada no rio Tamanduateí no Aterrado do gasômetro¹²². Sem identidade reconhecida até o momento da notícia, a mulher tinha consigo na hora da morte “800 réis em nickel e alguns grampos”.

¹²⁰ A *Província* de São Paulo, 03/07/1885.

¹²¹ A *Província* de São Paulo, 22/09/1889, p. 1.

¹²² O Estado de São Paulo, 1901, p. 2

Mais comuns nas páginas dos jornais são referências a indivíduos que se abrigam na região, em casas abandonadas ou em construção, aparentemente por falta de outra opção de moradia. Essas pessoas serão tratadas pela municipalidade, pela polícia e pelos jornais como vagabundos, embriagados e infratores da lei, raramente como necessitadas. Mesmo os pobres que merecem asilo, como vimos, são sequestrados pela polícia e obrigados a empregar-se (interessando pouco em quais condições de trabalho).

Como bem resume Heloisa Faria,

A figura do mendigo é sempre definida de forma bastante difusa, podendo significar o pobre, o desempregado temporário, o trabalhador enfermo, o menor abandonado, o velho, enfim as parcelas pobres, desocupadas e desamparadas da força de trabalho. A atuação de mendigos, pedintes, maltrapilhos na cidade, denunciada pela grande imprensa, é cobrada como uma responsabilidade da polícia e dos poderes públicos. Aqui, não se trata somente de transformar menores vadios em trabalhadores disciplinados e capazes, mas manter contingentes de Desocupados nos limites da disciplina imposta pelo regime do trabalho assalariado ponto ao estado, e no período, em grande parte é o aparelho policial, impõe-se não só manter estes Desocupados enquanto indivíduos totalmente apropriados, reprimindo formas alternativas de sobrevivência tais como jogo, furto, falsificação, prostituição, mas também discipliná-los segundo as regras do trabalho fabril (1987, p. 127).

6.2.3 *Vagabundos*

Regular o espaço, tempo e prática de trabalho interessava tanto quanto regular seu equivalente fora dele. As vilas operárias e outros artifícios patronais são famigerado exemplo, mas o uso de outras forças, arquitetônica, de saúde ou polícia, gerou uma infinidade de casos e arbitrariedades que buscavam moldar a força de trabalho (e ócio) na experiência urbana moderna. Como resume Marco Antônio Cabral Santos,

a capital paulista passava por um momento de maior racionalização do trabalho e do espaço urbano, o que condicionou uma progressiva e agressiva intolerância em relação a certos hábitos ligados ao universo dos trabalhadores, redundando numa rigidez ascendente no que concerne aos aspectos reguladores das relações sociais. Em resposta a uma crescente demanda pela disciplinarização da mão de obra, a imposição de uma ordem pública calcada na temperança redundou num processo de criminalização de certos modos de vida, o qual tomou forma no combate às formas de lazer populares tradicionais, sobretudo aquelas que tinham a rua como espaço precípuo de sociabilidade (2007, p. 182).

Se o elemento estrangeiro imbuído de teorias socialistas oferecia ameaça enquanto trabalhadores organizados, ou entregavam-se ao vício igualmente assustando pela desordem, os nacionais eram motivo de preocupação ainda maior. Em viagem à província de São Paulo no século XIX, Auguste de Saint-Hilaire registra que

A maior parte desses mestres alemães já se tinha, mesmo, tornado quasi inútil; podendo dispor, todos os dias, de importância bastante elevada e comprar cachaça a preço módico, entregaram-se eles ao vício da embriaguez, vício que, no Brasil, muito frequentemente sacrificou os europeus de classe inferior; eram esses teutos vistos constantemente em estado de embriaguez, e a administração já pensava em dispensá-los. Mas, se esta tinha graves queixas dos estrangeiros que empregara, não menores queixas tinha dos empregados nacionais, que não se podia fazer trabalhar de forma regular e aos quais era necessário punir constantemente, para constrangê-los a não abandonar o serviço (1940, p. 182).

O botânico francês não perde oportunidades de registrar seu descontentamento com a força de trabalho paulista, salientando a “ignorância dos operários, sua inconsciência e excessiva preguiça” (Idem, p. 260). De igual maneira, Florestan Fernandes, pesquisando a integração do negro à sociedade de classes aponta a

recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica ([1965, p. 13] apud ANGATU, 2017, p. 58).

A incapacidade e ignorância apontadas por Saint-Hilaire, e a indisciplina agressiva apontada por Fernandes, vistas por outras lentes, bem podem significar legítima insubordinação ao regime de trabalho e resistência cultural à reprodução do tempo e espaço industrial de cunho europeu, mesmo quando não organizada de forma consciente ou com fins revolucionários (ANGATU, 2017, p. 73).

Apesar de hábeis trabalhadores, em muitos casos especializados em diferentes atividades, e apesar de maior contingente de força de trabalho no Brasil por muitos anos, pessoas negras, mesmo ainda escravizadas, foram tomadas como avessas ao trabalho. Os poucos dias de folga, em alguns casos conquistados através de muita luta, poderiam até ser aceitos, mas nem por isso menos perseguidos. O jogo de tiririca na rua Lavapés, a capoeira em diversos pontos da várzea, as danças, rituais e divertimentos negros foram constantemente perseguidos a ponto de diminuir progressiva e drasticamente sua presença na região central da cidade.

Perseguidos nos espaços públicos, os divertimentos negros se fortaleceram em comunidades religiosas e eventos particulares, reunindo nos quintais dos cortiços compartilhados moradores do mesmo endereço ou do bairro para festas e celebrações. As festas na véspera da abolição, em 1888, que seguiram sendo realizadas por alguns anos, são exemplo. Descalços, com seus instrumentos musicais e cachaça, negros e negras

festejavam a noite inteira, terminando a festa “um por cima do outro, numa promiscuidade danada” (PENTEADO, 2003, p. 199), sumindo para os fundos dos quintais com seus pares ou entrando madrugada a dentro, fazendo o sol raiar com samba. Jacob Penteado recorda do “som infernal dos instrumentos de percussão, onde se destacava o toque surdo dos bombos e dos tambores” (Idem, p. 197).

Presentes nas seções de Fatos Diversos, tais festas são associadas à promiscuidade tal como faz Penteado, funcionando como cenário propício para o desenrolar das tais “cenas de sangue”. É o que mostra, por exemplo, o título de notícia publicada em fevereiro de 1913 no *Correio Paulistano*¹²³: “Num baile de pretos”. Celebrado num “casebre na rua do Glycerio”, já pela madrugada o soldado Salvador de Tal, embriagado, resolveu “espalhar-se no salão”, segundo o jornal por sofrer de amores não correspondidos, “figurações de um cabrocha apaixonado”. É provável que Salvador fosse capoeira, e a navalha que saca no salão – clássica arma de capoeiras – e atinge vários convidados fizesse parte de uma demonstração de força e perícia. Depois de fugir pelo telhado, Salvador deixa alguns feridos registrados pelo jornal que nos permitem conhecer um pouco mais quem frequentava esse tipo de festa: Euclydes de Campos, servente de pedreiro de 33 anos, Vicência Cesar, cozinheira de 18 anos, e Rita Vieira da Silva, lavadeira de 21 anos. Euclydes morava no começo da rua Vergueiro e Vicência e Rita eram moradoras da várzea, os três saindo com ferimentos leves nas mãos e braço.

“Por causa de um «samba»”, também na rua do Glicério, agora em 1911, Valdomiro Augusto Glória, de 21 anos, levou uma punhalada no peito. Valdomiro residia à rua da Boa Morte, mas “costumava pernoitar às vezes” na casa à rua do Glicério, 147, onde “Francisco Graciano e outros indivíduos de cor preta” realizaram um samba. A festa, diz o jornal, tornou-se demasiado ruidosa, e “a vizinhança reclamou à polícia da Liberdade, e esta mandou suspender o «samba», efetuando ainda a prisão dos recalcitrantes”. Recolhendo-se para dormir por volta das 23h, Valdomiro foi surpreendido por João Mineiro, “carroceiro de cor preta” que o culpava pela denúncia à polícia e vibrou-lhe uma punhalada no peito, fugindo logo em seguida¹²⁴.

Nenhum dos sujeitos das notícias é descrito como vadio ou desocupado, e as duas notícias são publicadas em uma segunda-feira, ou seja, os casos se passaram em dias de descanso desses trabalhadores e trabalhadoras, assim como as festas da escravaria se passavam aos sábados, dia de folga, como lembra Maria Pais de Barros.

¹²³ 24/02/1913, p. 5.

¹²⁴ Correio Paulistano, 17/04/1911, p. 4.

O combate à vadiagem, dessa forma, era um combate a outros modos de vida, estivesse ele inserido na sociedade do trabalho ou não, e se deu em diferentes abordagens no período da virada do século na Várzea do Carmo, tornando o “tempo livre” também passível de controle e ordenação, cerceando formas “insalubres” de gastar o tempo e incentivando práticas saudáveis. Como já visto, estabelecia-se uma relação entre espaço e corpos saudáveis, e a limpeza da várzea atuaria nas pessoas e seus hábitos tanto quanto em suas habitações, comunidades e território.

6.3 Distrações inocentes e associações de maledicência

João Teodoro, segundo Maria Luiza de Oliveira, (2005, p. 77) é tido como o primeiro a enfrentar de fato “a questão da várzea” e, “(...) ao mesmo tempo que se procurava dar um uso civilizado à região, já com João Teodoro, com um parque, a intervenção mantinha o espaço dos caipiras, dos negros, das lavadeiras. Ainda abrigava as misturas e os diversos usos”, uma expectativa para a circulação de e entre classes sociais incentivando uma urbanidade conciliatória.

A iniciativa de ocupar áreas alagadiças das margens do Tamanduateí para circulação de pessoas em momentos de consumo da cidade como lazer é anterior à presidência de João Teodoro, mas essa demonstra uma tentativa de substituir não só o uso, como também o público ocupante do território. Apesar de relatos de “maus usos”, como para encontros furtivos ou oferta de serviços lascivos, a destinação principal da Ilha dos Amores era amplamente apreciada por solteiros e famílias em busca de lazer. A ilha submergiu depois de poucos anos, com o rio reclamando seu território como usual, mas quando de sua instalação foi bem oportuna para o reaproveitamento de terras de outras obras públicas, possibilitando o aterramento do trecho do Tamanduateí.

Com João Teodoro, a região volta a ocupar os planos públicos como área de lazer, parque público, atendendo à necessidade de divertimento próximo ao núcleo urbano e à ideia de interação contemplativa e distanciada da natureza, progressivamente abandonados na região com o aumento da circulação, usos e, principalmente, aterramento da várzea. As cheias, tradicionais até o século XIX, dão lugar a enchentes, também tradicionais, mas menos bem-vistas. As chuvas de verão, ocorridas nos primeiros meses

do ano, por exemplo, há muitos anos passaram de espetáculo natural para vingança de um rio perseguido, como canta o Bloco Fluvial do Peixe Seco¹²⁵.

É o que acontece em uma noite de sábado em janeiro de 1905, registrada pelo *O Commercio de São Paulo*, quando as águas do rio sobem de tal maneira que os trens da Cantareira são impedidos de chegar no destino e fica impossível o trânsito pelas ruas Caetano Pinto e Benjamin de Oliveira, à norte e sul da várzea. Com ar de surpresa, registra a nota no jornal, “aquele Tamanduateí, que estávamos acostumados a ver tão pequeno, rolando humildemente a mesquinhez de suas águas, assumiu o aspecto de uma caudal respeitável. A Várzea do Carmo parece um grande lago, onde à noite, se refletem as luzes dos combustores da iluminação pública”¹²⁶. Os transtornos causados pelas enchentes significavam estragos em armazéns e depósitos, famílias pobres que perdiam suas poucas coisas como aponta essa mesma notícia, mas nem por isso, de tão tradicionais, sem momentos possíveis de descontração, como recorda o Sr. Amadeu, ex-morador do Cambuci, onde “a enchente era uma brincadeira, davam conhaque e caipirinha pros bombeiros, as famílias ficavam amigas dos bombeiros” (BOSI, 1998, p. 126).

As tentativas de ordenação do espaço da várzea não foram as únicas realizadas por João Teodoro, entusiasta dos *melhoramentos*. Foram praticadas também nos chamados passeios públicos, através de uma reforma em 1874 do Jardim Público, na Luz e terraplanando o Morro do Carmo aumentando sua “beleza e segurança”, na mesma ocasião em que estabelece a Ilha dos Amores. Anos depois, esses três espaços serão listados no *Indicador de São Paulo* como as opções de passeios públicos da cidade¹²⁷.

Em fevereiro de 1875, o *Correio Paulistano* publica, como de costume, o relatório apresentado pelo presidente da província à assembleia legislativa, onde Teodoro lista seus *melhoramentos* na região da Várzea do Carmo. Entre outras tantas, fez abrir a rua do Conde D’Eu, ampliou a extensão da Rua do Hospício e fez surgir a Ilha dos Amores, intervenções que traziam “investimentos de homens abastados” e

vantagens conquistadas em favor da *salubridade*, do gozo social, e até da ordem pública e da amenidade dos costumes, com os melhoramentos e distracções innocentes, que afastam os homens dos *jogos*, da *embriaguez*, das *associações de maledicência* para o gozo de mais

¹²⁵ O Bloco Fluvial do Peixe Seco é um coletivo de intervenções carnavalescas surgido em 2013 em São Paulo, que em 2014 desfilou pelas ruas do Bixiga com o samba “Rio de quem navega”, em que canta “Choveu! Alagou ôô//O rio, se vingou ôô//São Paulo, sua capa de asfalto//Desde o alto do planalto//Condenando o ribeirão//Sua vida, de esquina entorpecida//De progresso suicida// o cinza dominou//Mas hoje, bem aqui no saracura//Sem promessas de uma cura//nosso bloco a cantar//Que a vida, desse povo é aguerrida//Que arma alternativa//Nosso rio vai retornar.”

¹²⁶ O Commercio de São Paulo, 30/01/1905, p. 2.

¹²⁷ Indicador de São Paulo: Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial, 1888, p. 88.

suaves e interesses, ainda assim as mesmas leis econômicas sancionam os benefícios feitos a uma cidade, cuja grandeza deve ser para o estrangeiro o termómetro dos progressos da província [grifos do original]¹²⁸.

Em maio do mesmo ano, o *Correio* publica uma regulamentação do uso desses espaços, onde também aparece a rua Vinte e cinco de março. Logo no primeiro capítulo, trata da nomeação de pessoal e atribuição de cargos, apontando a existência de vários zeladores, um jardineiro e um inspetor, além de um “guarda encarregado de vedar o ingresso às pessoas que na forma deste regulamento não devem ser admitidas e à entrada de animais” (art. 1). Seguem então seus capítulos, tratando das obrigações dos empregados, que devem intervir “quando qualquer pessoa praticar nesses lugares, confiados aos cuidados dos zeladores, algum ato contrário ao asseio, a decência ou qualquer dano em obras de arte, árvores, arbustos ou plantas” que deverão imediatamente tomar testemunhas para “tornar-se efetiva pena em que incorrem os infratores” (art. 7). Trata-se também no regulamento das obrigações dos proprietários de chalets, do funcionamento da casa de banhos, da música oferecida como atração regular, da função e usos da polícia no espaço, dos “passeios da rua do Hospício, do Morro do Carmo e da rua Vinte e cinco de março” e do “Recreio público”, este último item formado por normas gerais a serem observados em todos os espaços de que tratam as regras, onde se lê:

Art. 37. É proibido a toda e qualquer pessoas:

§1º Entrar nos jardins e passeios públicos, por qualquer parte, que não sejam os portões e passagens para esse fim destinados.

§2º Arrancar dentro deles flores, ramos, folhas, fructas ou plantas, sem a presença e consentimento de algum empregado.

§3º Damnificar, por qualquer maneira, arcas, grades ou reparos, que houver em redor das plantas.

§4º Alterar o estado em que se encontram o repuxo e mais obras do jardim, sem a presença e consentimento do empregado; e em todo o caso com infracção do presente regulamento.

§5º Lançar sobre as ruas e canteiros objectos que prejudiquem o aceio e vegetação.

§6º Tomar banhos dentro do jardim, ainda que seja com vestuário decente, salvo na casa para isso destinada.

§7º Fazer nas ruas do Jardim vozerio, alaridos, sem ser por objecto de necessidade.

§8º Escrever em qualquer parte, especialmente nas obras dos jardins e passeios, dísticos, letreiros, palavras ou traçar figuras de qualquer natureza que sejam.

§9º Praticar qualquer ação que seja imoral ou contrária aos bons costumes.

§10º Dar tiros dentro dos jardins, ou em suas vizinhanças ao alcance de espingarda, ou soltar fogos de artifício de qualquer natureza que sejam.

¹²⁸ Correio Paulistano, 24/02/1875, p.1.

Não se pode entrar se não pelos portões, nem danificar mobiliário ou flora, ou tomar banho, exceto na casa de banhos; tampouco fazer alaridos, escrever ou desenhar em qualquer parte (o que confirma a existência de *pixações* na época) etc. As regras se aplicam às expectativas de quais condutas condenáveis João Teodoro e companhia tinham em relação aos usos desses espaços, e que foram devidamente correspondidas.

Apesar de, na letra, restringir apenas ébrios e desordeiros, em abril de 1879, “*um do povo*” pede na seção livre d’*A Província de São Paulo* que o redator do jornal publique sua reclamação sobre o Jardim Público fechar aos domingos e só “permitir o ingresso de quem pagar o preço estabelecido”. O reclamante reforça que o Jardim não pertence às autoridades, que o cedem a este ou aquele artista, e sim “ao povo, que tem o direito de lá ir passear quando bem lhe parecer”¹²⁹, cobrança que é desmentida pelo diretor do Jardim no dia seguinte através do mesmo jornal¹³⁰. No entanto, meses antes, em janeiro desse ano, o mesmo periódico comenta o incidente no espetáculo oferecido pelo “homem-salamandre”, ao qual o público ansiava ver arder em chamas. Acontece que as expectativas saíram um tanto frustradas, especialmente por tratar-se de um divertimento mixuruca ao custo de 1\$000 por cabeça, pior, desenrolando-se no espaço *público* composto pelo Jardim, que só admitia a entrada dos pagantes pelo espetáculo¹³¹.

No quarto final do século XIX são comuns as notas nos jornais, especialmente n’*A Província*, sobre a programação ou incidentes acontecidos no Jardim Público, palco de quermesses de escolas e instituições beneficentes, apresentações de curiosidades do entretenimento, luzes e musicais, especialmente aos domingos, programa tradicional onde a banda militar arrastava multidões. Em 23 outubro de 1877, o jornal *A Província* critica a falta de bondes e o fato desses dirigirem-se à rua da Estação, e não diretamente ao Jardim, já que o movimento é tamanho aos domingos, e “rara é a pessoa que não toma passagem pra esse passeio”¹³². Provavelmente o jornal não considerava o imenso contingente que não utilizava os bondes simplesmente por não poder pagar seu preço.

Ao lado dos leitores indignados do jornal, talvez indivíduos desse contingente dessem vazão de outra forma a seu sentimento de exclusão, através dos “atos de vandalismo” constantemente encontrados nos portões dos jardins públicos. Na Luz, em abril de 1878, por volta das onze e meia da noite, um grupo de cerca de vinte indivíduos

¹²⁹ *A Província de São Paulo*, 09/04/1879, pp. 1/2.

¹³⁰ *A Província de São Paulo*, 10/04/1879, p. 2.

¹³¹ *A Província de São Paulo*, 14/1/1879, p. 2.

¹³² p. 2.

arrombou o portão, e não foram encontrados pela polícia¹³³. Já na Ilha dos Amores, no ano seguinte, pela noite, com o jardim já fechado, mesas foram quebradas, bancos revirados, flores e árvores arrancadas. O jornal conclui que a desordem deveria ser ato de “índoles más, incapazes de entender a utilidade de um jardim público”¹³⁴.

Não eram só essas más índoles que não entendiam a utilidade desses jardins: não foram poucas as reclamações sobre os investimentos nesses projetos de *melhoramentos* e intenções do presidente que figuraram nos jornais, como a resposta remetida para *A Província* por alguém que assinava YVANSAT – provavelmente um acrônimo ou iniciais dos responsáveis pelo texto –, em março do mesmo ano da publicação do relatório de João Teodoro. Em uma extensa crítica na seção livre YVANSAT pergunta(m):

que grandes melhoramentos fizeram?

A rua do conde D'Eu, o observatório, o jardim da Ilha dos amores, outra ilha (ainda sem nome) e diferentes outras obras, que, como essas, não tem justificação possível.

Pois então os contribuintes desta província fornecem dinheiro para ser malbaratado nessa série de grandes melhoramentos da capital?

Ah! sim, agora vem-me a lembrança a justificação, que li algures, dessas despesas. o presidente da província é o implacável açoite do vício, o tenaz protector da virtude!

As obras da capital são obras de recreio: ellas têm por fim dar distracção ao público, acabar com as bebedeiras, jogos, maledicências, occiosidades e etc etc etc.

Salve oh! bêbados

Salve oh! jogadores

Salve oh! occiosos e malediscentes!

A regeneração dos costumes vai começar.

Correi, correi para a capital – vós, oh! viciosos que andaes espalhados pela província.

Alli sereis curados de vossos males.

Sim – o observatório – remédios a malediscentes e occiosos.

A rua do Conde d'Eu – presta os aos jogadores.

A Ilha dos Amores, com seu chalet, onde há cuscus, presuntos, cerveja, vinhos e etc., etc., etc., fornece milagrosa cita aos que se embriagam¹³⁵.

Apontando o injustificado investimento nos melhoramentos e as “intenções humanitárias” de Teodoro, o(s) crítico(s), abusando de ironia, questiona a validade dos argumentos do presidente que associam as distrações inocentes à prevenção de desordens na cidade. Em um período florescente do eugenismo, YVANSAT poderia acreditar que as causas desses males eram as características individuais de cada sujeito.

¹³³ 12/04/1878, p. 1.

¹³⁴ *A Província de São Paulo*, 12/11/1879, p. 4.

¹³⁵ *A Província de São Paulo*, 11/03/1875, p. 2.

Com o passar dos anos vemos a Ilha dos Amores desaparecer como passeio público, mas seu naufrágio não é só vingança do rio: a especialização e segregação espacial tem aí seu papel. Ao contrário do que acreditava YVANSAT, o ideal de contato seguro, controlado e esteticizado com a natureza parecia surtir seu efeito, ao menos nas impressões que João Teodoro gostaria de causar e a ciência higiênica importava do estrangeiro. Pesquisando sobre os quintais nesse período, Bianca Melzi de Domenicis Lucchesi registra as palavras do engenheiro Everardo Backheuser (1906), que defendia a importância das plantas para, do lado físico, purificar e refrigerar o clima através do ciclo de oxigênio. Pelo lado moral, através dos jardins, especialmente os domésticos,

‘gratuito divertimento de um passeio à tarde, convidativo para o pai, que só assim não irá buscar na taverna ou longe do lar as alegrias necessárias ao seu espírito.’ Nesse sentido, a jardinagem funciona como um ‘operador de domesticação’. A expressão usada por Beguin se refere à domesticação do homem e suas práticas cotidianas – ligadas à higiene, vida familiar, sexualidade – através de novos aparelhos de domesticação dos fluidos, como ar, água e luz (2021, p. 53).

Em 1914 o viajante francês Paul Adam escreveria que “aos domingos, no Jardim da Luz, é agradável ver esse povo energético, bem trajado, entregar-se aos prazeres da ginástica e da patinação, por entre o emaranhado das mais belas árvores tropicais, diante dos quiosques onde as mulheres em sua elegância saboreiam sorvetes, bebem refrescos. É a vida sadia e limpa” (ADAM, [1914] 1984, p. 126). Nessa época, o Jardim Público localizava-se em área nobre da cidade, enquanto a várzea seguia como fronteira com o “adensado bairro operário do Brás”, lúgubre não só pela umidade, mas pelas pessoas que ocupavam o território e o que faziam lá.

Como afirmou Gilberto Freyre, “os jardins, os passeios chamados públicos... se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol – insígnias de classe ao mesmo tempo de raça, mas principalmente de classe, no Brasil do século XIX e até dos princípios do atual” (apud FREHSE, 2005, p. 202). No uso da ironia, YVANSAT não deixou de anotar como a linha entre distrações inocentes e vícios era tênue. Como as apresentações de bandas, os vinhos, presuntos e cervejas do chalet da Ilha ou dos quiosques do Jardim Público eram menos nocivos que os jogos de carta, aguardentes e rodas de violão dos botequins que já ocupavam a várzea e, pressentiam eles, de fato iria ocupar a rua do Conde d’Eu quando essa virasse Glicério?

6.4 Vida e morte nos botequins

Em 1907, “Sr. Ramos e Piedade venderam seu negócio ‘denominado botequim’” no n. 34 da Travessa do Mercado para José Maria Carvalho e seu sócio¹³⁶. No ano seguinte, José Maria de Carvalho, o botequim e provavelmente o sócio estampariam o mesmo jornal, dessa vez com uma longa notícia, já que Carvalho ajudou à polícia a prender Joaquim Antonio dos Santos, que matou e provavelmente abusou de um menor com 15 anos depois de circular com ele pela várzea do Tietê e do Tamanduatehy e roubar-lhe um pacote¹³⁷. O assassinato promovido por Joaquim Antonio, descrito pelos jornais como mulato, vindo do Ceará, comoveu a cidade na época, sendo publicado em vários jornais e seguia rememorado anos depois¹³⁸ pela brutalidade e circunstâncias. Joaquim declara nos autos policiais que se ofereceu para acompanhar o jovem Giovitto a um endereço onde faria uma entrega e que, no caminho, o jovem o convidou a banharem-se em uma lagoa da várzea. Depois, o corpo do jovem é encontrado semivestido, com as calças e ceroulas abaixadas e meio rasgadas, porém sem vestígios de luta.

Caso raro em nossa pesquisa, o interesse provocado pelo caso valeu-lhe até mesmo a ilustração da notícia com duas fotografias no *Commercio*¹³⁹, uma do criminoso, bastante altivo, e uma do lugar onde foi detido, o estabelecimento: de José Maria de Carvalho e seu sócio:

Figura 7: O botequim de José Maria Carvalho e seu sócio, 1908,

¹³⁶ O *Commercio* de São Paulo, 02/08/1907, p. 4.

¹³⁷ *Commercio* de São Paulo, 1/02/1908, p. 2.

¹³⁸ *Correio Paulistano*, 09/09/1915, p. 4.

¹³⁹ O *Commercio* de São Paulo, 26/01/1908, p. 2.



Fonte: *O Commercio de São Paulo*, 26/01/1908, p. 2.

Presença massiva dentre anúncios de compra e venda, leilão, troca de titularidade e, principalmente, brigas, assassinatos, roubos e *outros perreco*s, os botequins ou estabelecimentos semelhantes estiveram presentes em todas as ruas de nosso espaço amostral. “Estabelecimentos semelhantes”, pois é possível encontrar, literalmente ou nas entrelinhas dos jornais, menções a “armazéns”, “vendas” e “restaurantes” com as mesmas características e eventos que nos botequins. A confluência de caminhos na região da várzea, que ligava o Brás ao centro da cidade, e as ruas escolhidas para essa pesquisa, quase todas trajeto de bondes e de trânsito de pessoas, animais e automóveis mantinha

parte dos usos de outrora onde o porto movimentava a região da rua Vinte e cinco de março. Da mesma forma, a confluência de pessoas fazia do território, ao menos em partes, um espaço interessante para a troca e negociação de mercadorias, e o limite com a cidade oportunizava um lugar de contato do rural com o urbano, onde muito bem cabiam os mercados, os caipiras que ali negociavam e a vida que surge e se desenvolve nesse ambiente.

6.4.1 *Pequeno desvio*

Até hoje, cem anos depois, a região segue contemporânea e antiga na paisagem fantástica de Boris Fausto, com vendedores ambulantes, brigas de sírios, corpos negros carregando artigos em suas carroças que disputam espaço com automóveis. A epistemologia ocidental explica essas permanências pelo processo urbanizatório, seu jogo especulativo, tensões e contradições entre projetos urbanísticos e usos dos territórios. A reflexão a partir das características do espaço e suas relações com diferentes referenciais teóricos, distantes do logocentrismo europeu, oferece outras perspectivas – não necessariamente excludentes da reflexão acadêmica ortodoxa – acerca da história e do papel do território na História. Como disse Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; eles não o fazem em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas em circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas pelo passado” (1973, p. 396, [tradução livre]).

O território é das importantes heranças do passado, herdada por nós da mesma forma que pelos sujeitos que habitam a várzea da virada do século. Esse acúmulo de vida e morte e memória já foi expresso para a Academia antes, como nas magníficas obras de Milton Santos, que desde a geografia chama a atenção justamente para a relação entre tempo e espaço. O geógrafo, que alimentava um desejo antigo de realizar um curso de pós-graduação sobre o tempo, partia da ideia que “a Geografia é uma filosofia das técnicas, considerando a técnica como a possibilidade de realização da História, de mudança da História, de visibilidade dessas rupturas” (SANTOS, 2002, p. 21). A proximidade entre a ciência histórica e a geográfica, para ele, se dava pela segunda poder ser considerada “a história de cotidianos sucessivos. O entrosamento entre técnica e História permite o entendimento do que se passou, do que se passa e eventualmente do que vai se passar, quando as técnicas se tornam um conjunto unificado e único, movidas por um motor também único, o que permite uma visibilidade do futuro” (*idem*). Desde os

estudos do corpo, a ensaísta, dramaturga e poeta, Leda Maria Martins faz reflexão semelhante a Milton Santos. Em *Performances do tempo espiralar* (2021) a pesquisadora, que também é rainha congadeira em Belo Horizonte reflete sobre um “tempo-território”: através da dança, e não *da religião*, por exemplo, culturas originárias incorporam, trazem de volta, repetem, atualizam memórias e culturas, no que a autora chama de tempo espiralar. A construção e reconstrução das performances do corpo, extrapoladas do universo puramente “artístico” estabelecido pela concepção europeia, esculpem “no espaço, as feições da memória, // não seu traço mnemônico de cópia especular // do real objetivo, // mas sua pujança de tempo em movimento”. Para Martins, temporalidades são gestos, estéticos e políticos. Como afirma Andrew Port (2015), o cotidiano que era tomado pelos jornais como quebra da norma era a própria norma do inventivo e reinventado cotidiano das pessoas espoliadas no período, o que coincide com a lembrança que nos fazem diversas historiadoras do cotidiano acerca da ritualística da sobrevivência em meio à informalidade. O cotidiano das pessoas subalternizadas é revestido de características atribuídas tanto ao hábito quanto ao ritual: repetição, atribuição de poder a ações, gestos, práticas, lugares, e mesmo um método que a olhos não treinados ou iniciados pode parecer desarranjado, mas que na prática é regido por uma série de normas e segredos.

Circunstância dada para a feitura da História, a encruzilhada geográfica e simbólica em que está situada a Várzea do Carmo influencia na circulação e ocupação do seu território. Não à toa, EXU, orixá começo-fim de todas as coisas no Candomblé, é senhor do caos e da ordem, o grande mensageiro entre os planos espiritual e terreno, por isso também senhor e guardião das mensagens, dos caminhos, das encruzilhadas, dos mercados. A “vocação do território” seria uma característica intrínseca à sua geografia, como um dia o dito popular já caracterizou “curva de rio” que se refere tanto à atração e acúmulo de problemas (como um meandro onde param os dejetos de um rio), quanto à diversidade de entidades e mistérios que também escolhem a curva do rio para se manifestarem. O Tamanduateí, até ser retificado e esgotado, era conhecido como rio das Sete Voltas. Para Kleyton Rattes Gonçalves, que reflete sobre as categorias de tempo e espaço em rituais e cosmologias,

A força sugestiva da encruzilhada é que ela apresenta o fluxo, de potências positivas ou negativas, como capaz de surgir de diferentes direções. Se as estradas são sempre potências que podem ser positivas ou negativas, prosperidade ou morte, as encruzilhadas, por sua vez, são os loci de convergência dos fluxos, já que apresentam as múltiplas direções trazendo consigo um nódulo central de necessária

comunicação-contato. São os lugares da concomitância e da coincidência – e, não menos, os lugares em que as escolhas se tornam oblíquas e decisivas (2017, p. 180).

Segundo o antropólogo, os rituais têm o poder de promover o rompimento espaço-temporal entre o “antigo” mundo e o atual, presentificando o passado, evocando a ancestralidade em seus fazeres repetidos desde há muito. Situando estes gestos ritualísticos em um espaço específico, ou seja, ligando a ritualidade do cotidiano necessariamente ao espaço onde se desenvolvem esses gestos - o rio para a alimentação tanto quanto para práticas sagradas, o mercado para as práticas de trocas etc. - concebemos o território então como parte da memória, já que cessa o hábito se o espaço onde ele se constrói se altera ou cessa de existir, em sua materialidade ou significado sobrenatural.

Ao debruçar-se sobre o “-puera” no Tupi, Jean Lauand reflete sobre a alteração semântica causada nas palavras através dessa terminação, como em *Anhanguera*, *Ibirapuera*, *Manipueira*, *Nheenguera* ou *Tabatinguera*. Através da adição do sufixo, algo deixa de ser, mas conserva parte de sua antiga forma. *Anhanguera*, o “espírito com poderes” *Anhangá*, não está mais em sua plenitude, mas conserva algo de sua mágica, assim como *Ibirapuera*: se *Ybiraa* pode ser a árvore (além de caçula, novo ou fresco), *Ybirapyapuera* é o cepo que fica quando a árvore é cortada. *Manipuera* é o suco de *mani*, a mandioca que permanece de outra forma, e *Nheenguera* a fala que vira recado. Para Lauand, o sufixo indica uma filosofia onde “o passado permanece no presente” (2011). Na várzea encontramos -puera na Ladeira que até hoje se chama *Tabatinguera* – onde havia barro branco Tabatinga –, presença dessa filosofia onde podemos enxergar o sufixo em seus hábitos e encantados. Sobre esses encantados, que podem ser vistos habitando a cidade tanto quanto os humanos no candomblé e na umbanda, não podemos esquecer que nessa última as pombas-gira, representadas vulgarmente como mulheres depravadas, escandalosas e ébrias, assim como os zé-pilintras, por sua vez malandros afeitos ao fumo e à cachaça, são entidades que frequentam e habitam as encruzilhadas.

6.4.2 Ébrios, gatunos e desordeiros

A rua do Glicério, antiga rua do Conde D’Eu, aparece na coluna Fatos Diversos do *Correio Paulistano* de 7 de junho de 1910¹⁴⁰ na localização de uma “brutal cena de sangue”. A vítima, um “italiano ainda moço e chefe de numerosa família, que deixa quase

¹⁴⁰ p. 3.

na miséria”. O palco, a pequena venda de Laviero de Salvia e sua esposa, desde sempre “o ponto de encontro do operariado daquele arrabalde”. Na tarde do dia anterior, nessa venda, Raphael Papaleu entrava para comprar pão quando pediu um gole de “caninha” e convidou o “Preto Camilo”, que ali já se encontrava, a beber. Esse, “grande apreciador daquela bebida” aceitou de pronto. Entre tragos e palestras, o clima esquentou, e a ponto de quase se agredirem os dois trocaram palavras indecorosas que promoviam “feia cena” diante da mulher do vendeiro, ali presente. Interferindo para cessar a discussão, Salvia expulsa sem grandes problemas Camilo, que se cala e vai embora sem criar problemas, talvez por ser preto. Mas Papaleu não só continua como piora a situação, escalonando de tal forma até ser contido por três guardas, que o levam em direção ao posto policial do distrito. No caminho, um dos guardas, Francisco Lavella, leva um violento pontapé do detido, causa de sua morte momentos depois.

A “cena de sangue”, outro recurso estilístico dos *fait divers*, é um dos vários exemplos dos crimes que ocuparam colunas e páginas dos jornais narrando a várzea dos primeiros anos do século XX, assim como os botequins estão bastante presentes nos títulos dos casos, chamando a atenção de quem lê para o “tipo” de notícia que irá encontrar.

Na Travessa do Mercado, n. 8, em 1911, temos mais um caso de discussão entre um cliente alcoolizado, Antonio Canas Vieira, e um funcionário do estabelecimento, José Antonio Dias. Canas, depois de beber uma garrafa de vinho no botequim, empurra Dias, que cai e machuca a cabeça¹⁴¹. A notícia da agressão de Canas tem botequim apenas no olho da matéria, já que na mesma coluna, pouco acima, já há um “Conflito num botequim”, ocorrido na Bela Vista “ontem”, ou seja, domingo. Como já visto, os dias de folga tradicionalmente são vigiados pelos patrões, ao mesmo tempo em que significam descompressão e oportunidade para trabalhadores e trabalhadoras dedicarem-se a outras atividades que não o trabalho, inclusive criminosas. Lucilia Siqueira chama a atenção para o fato, registrando que

muitos dos crimes cometidos em São Paulo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX ocorreram aos domingos. Neste dia, mais do que nos outros, a vasta população de trabalhadores – ou grande parte dela, pois muitos trabalhavam também neste dia da semana – podia gozar de um tempo livre, beber, passear pela cidade e frequentar lugares como cafés, botequins, hotéis, estações de trem, pensões, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. Os autos criminais trazem narrativas de muitos passeios dominicais: parques, beiras de rio

¹⁴¹ Correio Paulistano, 22/05/1911, p. 4.

para pesca ou caminhada, piqueniques, espetáculos de teatro, cinema [...] (2013, p. 435).

Os botequins conformam um dos espaços esquadrihados pela polícia e higiene, forte aliadas, no controle do tempo externo às fábricas dos trabalhadores ali em folga. Não podemos esquecer que para muitos, como Salvia, José Dias, ou Izabel da Conceição – com quem cruzamos na rua do Hospício em 1906 e no capítulo 4 – o botequim era justamente o espaço de trabalho. Como apontou Monique Felix Borin, “um dos espaços urbanos que ganhou destaque nas narrativas sobre esse período foram os botequins: espaços de lazer da população trabalhadora e pobre, eram também o lugar de trabalho de muitos recém-integrados a força produtiva. Nessa intersecção, coexistiam comércio, trabalho e lazer dos paulistanos pobres do período” (2011, p. 3).

Boris Fausto adiciona outras camadas sobre os espaços e essas ocorrências:

com frequência ocorrem em dias, datas – o domingo, o ano novo, o carnaval – e locais liberadores da rotina. O espaço privilegiado (60% dos casos) é o do lugar público onde se serve bebida e comida, sobretudo as vendas e botequins dos bairros populares, com suas mesas toscas, mercadorias penduradas sobre os balcões, abrindo-se nos fundos, por um corredor estreito, para o cortiço onde moram os vendedores e dezenas de pessoas. Locais em que o ruído de gente tocando sanfona ou violão, explodindo em risadas, alterna em torno do baralho rasgado por um parceiro inconformado, mistura-se ao cheiro de linguiça, das sardinhas fritas, do álcool e, às vezes, do sangue [...]. As vendas e botequins são um dos centros do lazer masculino, aos quais as mulheres comparecem para outros fins ou em função do lazer dos homens. as duas coisas aliás não se excluem. Trata-se de moças que vão a estes locais para comprar mercadorias e de mulheres consideradas de “má fama”. A imprensa denuncia, por exemplo, a existência de vendas no Brás de propriedade de verdadeiras cafetinas, abrindo caminho para a perdição de pobres meninas (FAUSTO, crime e cotidiano, p. 120).

Como aponta Fausto, Isaura Maria da Conceição era moradora do botequim – movimentado – localizado no n. 1 da rua Monsenhor Anacleto em 1909. Isaura aparece nas páginas do *Commercio* por supostamente ter roubado o amásio, Justo Juiz. Já a “desocupada” Maria da Conceição, de 35 anos, arremessou uma garrafa na cabeça da cozinheira Maria Augusta num botequim na Travessa do Mercado¹⁴².

6.4.3 A rua Monsenhor Anacleto

Também se confundem, em alguns casos, os botequins com os bordéis, como o famigerado n. 1 da rua Monsenhor Anacleto, palco da briga entre Sabato Volante e

¹⁴² A Gazeta, 07/04/1914, p. 6.

Francisco Salla, em 1911¹⁴³, “Tiros por causa dellas”, e o assassinato em seu passeio também a tiros de Amadeu de Santis por Accacio Cardoso, por este ser amante de sua amante (!). Santis, inclusive, também era casado, deixando viúva e filhos, e Cardoso já havia disparado arma contra outra pessoa nessa mesma rua meses antes¹⁴⁴.

É nesse endereço que Maria Luiza da Conceição foi agredida em sua casa por um desconhecido que arremessou nela um despertador num 8 de março de 1914¹⁴⁵. Maria Luiza poderia ser mais uma moradora de um cortiço de fundos de um botequim, ou pode ter sido atingida por um despertador por um desconhecido em sua casa justamente por conceder-lhe acesso, o que poderia indicar função em trabalho sexual, já que a rua Monsenhor Anacleto era um famoso ponto de prostituição da cidade.

De igual maneira, não era incomum as vítimas não saberem identificar agressores, mesmo quando parecesse muito pitoresca essa incapacidade, como no caso em que nem a “preta Maria do Carmo”, que recebeu dois tiros de revólver em uma casa de meretrício no n. 13 da mesma rua, em 1918¹⁴⁶, nem as companheiras souberam “explicar ao delegado que compareceu ao local quem havia desfechado os tiros”, um ex-amante de Maria que já era suspeito e foi descoberto logo depois pelas diligências policiais. Ou Francisca de Oliveira, de alcunha Chica Calabreza, que levou em 1909 um tiro no botequim onde vivia, disparado por um ex-amante a quem se recusou a identificar para a polícia¹⁴⁷, que já possuía suspeitas, também confirmadas no dia seguinte¹⁴⁸. Uma homônima de Chica, outra Francisca de Oliveira, havia tentado suicídio de maneira escandalosa um ano antes no n. 6 da mesma rua, endereço onde igualmente funcionava um bordel¹⁴⁹. A resistência ou recusa dessas mulheres em identificarem seus agressores poderia ser uma forma de proteger seus amásios, ignorando a violência pela qual passavam em nome de uma segurança dos parceiros, ou para proteger clientes e a si mesmas, tentando evitar o retorno dessas violências.

A rua Monsenhor Anacleto, em uma primeira vista, parece ser animada por botequins e bordéis nas primeiras décadas do século XX. Até o marco da virada do século, no entanto, não há tanto movimento assim. Encontramos registro de armazéns de secos e

¹⁴³ O Commercio de São Paulo, 08/05/1907, p. 3.

¹⁴⁴ Correio Paulistano, 11/02/1911, p. 3.

¹⁴⁵ Correio Paulistano, p. 5.

¹⁴⁶ O Combate, 29/05/1918, p. 3.

¹⁴⁷ Correio Paulistano, 16/02/1909, p. 4.

¹⁴⁸ Correio Paulistano, 17/02/1909, p. 2.

¹⁴⁹ O Commercio de São Paulo, 11/10/1908, p. 2.

molhados, um deles com torração de café e refinamento de açúcar¹⁵⁰. Em 1892 existe aí uma casa de comissões¹⁵¹, a importadora Farias, Lopes e C¹⁵².; no n. 52, em 1899, uma moça portuguesa se oferece para copeira¹⁵³ e no n. 44, em 1891, precisa-se de mulher pra fazer companhia a idosa, cozinhar e fazer serviços domésticos¹⁵⁴. A maioria das ocorrências diz respeito às casas vagas para alugar, em decorrência da ocupação de novos lotes ou intensa troca de inquilinato. O anúncio no *Correio Paulistano*, de 1887¹⁵⁵, é um exemplo dos vários classificados que oferecem casas com água e luz encanados. Existem três ocorrências de quebra da normalidade nas décadas finais do século XIX: Maria Benedita reclamou que Emilia Flora Bastos lhe roubou roupas a pretexto de pagamento de dívidas em 1897¹⁵⁶, Manoel Antonio Ferreira sofre aí um acidente de bonde em 1899¹⁵⁷ e são presos para averiguação, “em um inquérito importante” sem maiores detalhes, seis pessoas¹⁵⁸: Giuseppe Menedi, italiano negociante no n. 8 dessa rua, Santoro Vincenzo e Rosa Veta, moradores do mesmo endereço, Abrãao Adad, árabe, e Gabriel Antonio, mascates moradores do n. 1, e Miguel Chueiro, sapateiro, morador no mesmo endereço. Todos foram detidos sob a suspeita de passagem de notas falsas, segundo a reportagem encontradas em diferentes valores na diligência.

A notícia é a primeira de uma série que se estende entre anos 10 e 20 do século seguinte, nessas décadas José Mesa tem uma alpargateria no n. 16, em 1913¹⁵⁹, e Paulo Alarcon possui uma importadora de bebidas em 1914¹⁶⁰, além do Liceu Español em 1906¹⁶¹, denotando uma forte presença espanhola, além do já visitado, no capítulo 3, “Hotel do Povo”, em 1904. No entanto, a maioria esmagadora das notícias já associa a rua a uma zona de meretrício e decaimento.

Em 1910, algumas famílias moradoras à rua pedem ao *Correio Paulistano* que façam cientes as autoridades, através da coluna dedicada ao bairro do Brás acerca das “cenas ofensivas à moral” que passam naquela via, “impedindo que qualquer pessoa séria

¹⁵⁰ *Correio Paulistano*, 09/02/1897, p. 12.

¹⁵¹ *O Commercio de São Paulo*, 17/11/1895, p. 3.

¹⁵² *Correio Paulistano*, 18/04/1892, p. 3.

¹⁵³ *Correio Paulistano*, 07/11/1899, p. 3.

¹⁵⁴ *Correio Paulistano*, 21/05/1891, p. 3.

¹⁵⁵ 26/05/1887, p. 4.

¹⁵⁶ *Correio Paulistano*, 07/07/1897, p. 1.

¹⁵⁷ *Correio Paulistano*, 17/09/1899, p. 2.

¹⁵⁸ *A Nação*, 08/09/1898, p. 1.

¹⁵⁹ *Diario Español*, 1913, año XV, n. 1355, p. 2.

¹⁶⁰ *Diario Español*, 1914, año XVI, n. 1704, p. 6.

¹⁶¹ *O Commercio de São Paulo*, 20/05/1906, p. 4.

chegue à janela de sua casa”¹⁶². No ano seguinte o mesmo jornal sob o título de “Botequins suspeitos” aponta os ns. 1 e 17 como epicentros de devassidão que impera naquela rua, “infelizmente habitada, na sua maior parte, por pessoas que passam o dia e a noite ofendendo a moral pública”¹⁶³.

Botequins suspeitos

Cada vez mais se torna precisa a actividade das autoridades policias de este districto afim de cohibir os escândalos e as scenas desagradáveis que diariamente são praticados nos diversos botequins existentes à rua Monsenhor Anacleto, neste bairro.

As muitas buscas que tão acertadamente os sub-delegados deste bairro têm dado a essas casas, em nada tem influído, pois todas as vezes que isso acontece são efectuadas diversas prisões de indivíduos vagabundos e mulheres de vida duvidosa, continuando, porém os proprietários dos botequins a recolher e dar pousada a outros tantos decopupados, que outra cousa não fazem sinão embriagar-se e promover algazaras e tumultos, durante a noite.

Esses factos são repetidos especialmente nos botequins ns. 1 e 17 daquela via publica, infelizmente, só habitado, em sua maior parte, por pessoas que passam o dia e a noite offendendo a moral publica.

A fama da rua segue, em 1915 a *Gazeta* publica uma notícia com o título “A famosa rua Monsenhor Anacleto”¹⁶⁴:

Deveras degradantes e imorais são as cenas que se dão durante o dia e principalmente à noite, nas diversas casas de tolerância da rua Monsenhor Anacleto.

E esses escândalos mais se acentuam em dois botequins ali existentes, onde se reúne uma malta de indivíduos suspeitos, acompanhado de meretrizes da mais baixa espécie.

Todas as noites, das 21 às 2, mesmo com as portas de seus estabelecimentos abertos e à vista dos transeuntes, os respectivos proprietários procuram atrair para ali muitas horizontais, residentes nas vizinhanças, a fim de que, por sua vez essas desgraçadas forcem os transeuntes a entrar e fazer nas espeluncas despesas com bebidas, etc.

Passamos ontem à noite por aquela via pública e assistimos a espetáculos repugnantes, ouvindo frases pornográficas proferidas por meretrizes embriagadas, despojadas de suas vestes e estacionadas nas portas dos referidos botequins.

Conclamado pelas “poucas famílias” que ainda residem na rua, cheia de “lupanares imundos”, a notícia chama à ação o 1º Subdelegado Laudelino Schmidt, já “afeito ao serviço”, “para o fim de, com a solicitude e correção que sempre revelou no serviço de *saneamento moral do Brás*, providencie energicamente contra a prática dos inomináveis abusos”.

¹⁶² Correio Paulistano, 15/10/1910, p. 5.

¹⁶³ Correio Paulistano, 7/04/1911, p. 7.

¹⁶⁴ A Gazeta, 27/01/1915, p. 6.

Já Domingos Alexandre, jornalista que escreveu uma série de crônicas sobre a cidade publicada em 1925 como o livro *Ronda da Meia-noite*, dedica um de seus textos a narrar uma incursão noturna “as tabernas das suburras onde os bêbados e os desordeiros da pior espécie fazem suas farras, emborcando copos de cachaça, jogando a ‘vermelhinha’, proferindo palavrões e trocando bofetadas” ([1925] 2003, p. 64). Conta Floreal que “na rua 25 de março, na baixada do Mercado, e nas ruas São Nicolau, Maria Benedita, Lourenço Gnecco e outras travessas escuras e fedorentas, funciona uma chusma de botequins pestilenciais, cada qual contando na sua folha corrida uma esplendida legenda negra de rolos, forrobodós e assassinatos” ([1925] 2003, pp. 64/65).

Fazendo coro tanto às narrativas criminalizadoras ventiladas pelos jornais e policiais, quanto aos que preconceituosamente salientavam o caráter mágico do território, Floreal registra que

As travessas e becos adjacentes do Mercado, à noite, quando essa corja se dispõe a beber e perturbar o silêncio de quem dorme, dão a impressão pavorosa, apunhaladora, de que aquilo é um vasto laboratório, espectral, cheio de aparições, de mandingas, diabólicos feitiços, sortilégios e malefícios! Todas essas tremendas velas, fantásticas, de portas escuras, escancaradas, evocam as loucuras de S. Cipriano, os feitos sanguinolentos, e os lances misteriosos dos personagens de trevas das novelas de aventuras: Zigomar, Raffles, Rocambole, Arsenio Lupim, Fantômas!... ([1925] 2003, pp. 65).

Nos jornais, não são poucas as ocorrências policiais não só relacionadas a brigas e entreveros, como a desordem, roubo e receptação. Conta-se a história passada no botequim do turco Salvador Pedro, canto da rua Maria Domitila, alvo de uma diligência onde encontraram diversos itens roubados¹⁶⁵, ou nas ocorrências que se relacionam mais às “poucas famílias” que residiam na rua é possível vislumbrar sinais de “perversidade”: João Dani, que não trabalhava nem gostava de fazê-lo e já acostumado a destratar o velho pai, agrediu a pobre mãe durante o jantar, irritado com a demora. Com a reprimenda paterna, João Dani volta a agredi-lo, mas dessa vez é preso tentando se evadir¹⁶⁶.

Por fim, um caso ilustra bem a fama do logradouro, assim como uma leitura a contrapelo das fontes que registram suas formas de habitação. Em 24 de julho de 1915, Antonio Bella, ou Vela, ou ainda Anthenor Bella, jovem de 18 anos, foi preso em um “bordel de ínfima classe” na rua Monsenhor Anacleto, n. 20, “em companhia de vários

¹⁶⁵ Correio Paulistano, 30/05/1917, p. 5.

¹⁶⁶ Correio Paulistano, 11/05/1905, p. 5.

indivíduos suspeitos e vadios, quase todos em estado de embriaguez, e tocando sanfona e violão, promoviam algazarra, acompanhados de várias mulheres desse bordel”¹⁶⁷.

Como apontou Boris Fausto, os botequins eram locais com “ruído de gente tocando sanfona ou violão, explodindo em risadas” também ocupado pelos sons do “baralho rasgado por um parceiro inconformado” e “cheiro de linguiça, das sardinhas fritas, do álcool e, às vezes, do sangue”. Ora, à parte o sangue no contexto violento, a descrição de Fausto corresponde a um lugar divertido, cheio de vida, com comida, bebida, jogos e música. Não só para embriagar-se e entorpecer-se, os botequins eram também lugar de reunião e convívio fora das fábricas para indivíduos que por seus hábitos, estereótipos ou pobreza não eram aceitos ou bem-vindos em outros espaços. Além disso, ainda que a bebida fosse associada a um destempero do caráter ou distorção dos sentidos e julgamentos, também era um lubrificante social nos encontros dos espoliados em seus momentos de folga.

A prisão de Antonio poderia ter sido apenas mais uma naquele endereço e na história dos espoliados da várzea, talvez até mesmo sem destaque o suficiente para sair nos jornais. No entanto, encontramos registro do fato tanto no *Correio Paulistano* quanto no *O Estado de São Paulo*, primeiro a dar a notícia, talvez por Antonio ter sido tirador de provas do jornal, dispensado por ser analfabeto. É nessa longa notícia¹⁶⁸, intitulada “Inqualificável abuso” e resumida na lide como “o calvário de um jovem, preso pela nossa polícia e deportado para o Rio – oito dias de prisão injusta nessa capital e o regresso da vítima ao lar doméstico”. Coincidindo com o publicado pelo *Correio*, *O Estado* conta que Antonio, que não possuía registros policiais e era o único amparo de sua família, depois de perder o emprego no jornal passa a ajudar o velho pai na venda de frutas. O crime praticado por ele no dia de sua prisão haveria sido, segundo a narrativa do jornal, “entrar na casa de raparigas da rua Monsenhor Anacleto, 20, às 21 horas” e pedir que lhe servissem cerveja. Talvez buscando distanciar Antonio da vida mundana, o periódico registra ainda que os tocadores de música sequer eram conhecidos dele, que teve de ir ao quintal e, ao retornar, foi preso por um agente da polícia secreta e dois soldados, que lhe deram voz de prisão “julgando-o suspeito, pois vestia pobremente, porque os seus recursos não lhe davam para mais”.

Segue o jornal que Antonio foi levado à Polícia Central e recolhido ao xadrez depois de passar rapidamente pela identificação, onde não sabem se foi taxado como

¹⁶⁷ Correio Paulistano, 10/08/1915, p. 2.

¹⁶⁸ O Estado de São Paulo, 09/08/1915, p. 5.

gatuno ou vagabundo. Por pouco mais de uma semana o rapaz continuou preso, sendo movido de um cubículo do xadrez a outro, onde viu chegar um “sem-número de moços que haviam sido presos por causa da questão dos bondes”. Narra ainda *O Estado* que junto do calvário de Antonio desenrolava-se o de sua infeliz família, que sem notícias apesar de saber sua prisão, seguia visitando delegacias atrás do paradeiro do filho.

No dia 02 de agosto, depois de levado à presença do 4º delegado auxiliar Franklin Piza e interrogado como gatuno, Antonio seguiu preso, junto a outros indivíduos, para a estação do Norte, onde embarcou rumo ao Rio de Janeiro. Na parada de Mogi das Cruzes, através de suborno, os guardas deixaram descer alguns desses indivíduos, mas Antonio, sem dinheiro, seguiu viagem até Barra do Pirahy, de onde os agentes retornaram a São Paulo e o deixaram para seguir “para onde quisesse”. Sem recursos, o rapaz passou, segundo o jornal, mais de 30 horas sem comer, quando, desesperado, pediu na comissaria de polícia um pedaço de pão. Por três dias alimentou-se da mesma forma, assim como pernitoou na cadeia. Com pena do jovem, o Comissário de polícia estendeu-lhe finalmente um passe para retornar para casa, retorno noticiado em 08 de agosto e “esclarecido” no dia seguinte pelo *O Estado de São Paulo*.

Ainda que registre ao fim da história que se furtará a comentar ou censurar os fatos, segue o jornal denunciando a deportação costumeira promovida pela polícia, de sujeitos por quem nutre apenas suspeitas, e sua recusa em informar o paradeiro de presos às famílias, salientando que “mesmo um grande criminoso pode também ter um bom coração, a progenitora de um criminoso tem também o direito de verter lágrimas pelo filho querido”. A denúncia segue ainda exortando providência, pois “a situação como a vemos é impossível. Diariamente desaparecem pessoas cujo destino a polícia bem sabe, mas se recusa a revelar a quem por elas se interessam”, e apela para o secretário da Justiça e segurança pública Eloy Chaves, que acreditam não ter conhecimento do fato.

As palavras transcritas no começo da história da prisão de Antonio são de Franklin Piza em resposta ao requerimento do secretário, que utiliza o *Correio* para explicar as denúncias. Diz que o indivíduo Antonio Bella de quem se pede informações supõe-se ser Anthenor Bella, detido em 25 de junho nas condições descritas, mas nega a deportação. Afirma que Antonio seguiu para o Rio por livre e espontânea vontade, “onde pretendia trabalhar e regenerar-se”.

A história de Antonio, não completamente desmentida pelo delegado em sua missiva, mostra como para a criminalização bastava não ter ocupação certa, estar malvestido, em companhia ou na presença de outras pessoas consideradas imorais, ou em

um lugar igualmente considerado degenerado. Independente da conduta criminosa ou não de Antonio, sua simples presença embriagada no “bordel de ínfima classe” é o bastante para ser detido, encarcerado e deportado, outra conduta policial ilegal destinada a limpar a cidade de degenerados e, segundo os jornais, bastante comum na época. Caso raro de denúncia de excesso dos agentes, Antonio representa um dos abusos policiais que pouco chegavam às páginas dos jornais, mas visíveis em notícias ou legíveis nas entrelinhas de outros casos. Tais abusos, e outras ocorrências, mostram que tão turbulentos quanto os desordeiros eram o seu suposto oposto, os ordenadores.



7. ORDENADORES

*A chave é ter sempre resposta àquele que inflige
A lei na blitz, pobre tratado como um cafajeste
Nem sempre polícia aqui respeita alguém
Em casa invade, a soco ou fala baixo ou você sabe
Maldade, uma mentira deles, dez verdades
Sabotage. “Um bom lugar”, São Paulo, 2001*

7.1 No mundo do crime

Boris Fausto registra que embriaguez, desordens e vadiagem são as principais contravenções no mesmo recorte cronológico desta pesquisa, sendo a primeira da lista também a principal motivadora de prisões (1984, p. 36), fato largamente comprovado nas ocorrências de jornal. Isso não significava, no entanto, que esses sujeitos ficariam detidos ou seriam processados, funcionando essas prisões mais como controle social no nível cotidiano e tentativas quase informais de emendar o comportamento dos desviantes da sociedade do trabalho (SANTOS, 2007, p. 176). Ainda como aponta Fausto,

a vadiagem representa o receptáculo maior, onde se enquadra o “viveiro natural da delinquência” na linguagem dos relatórios policiais. O próprio sistema repressivo constitui este viveiro, formado por uns poucos grandes “malandros” e a massa de pequenos marginais ou desempregados, à beira da indigência; a desordem vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa; a embriaguez se aproxima da desordem, na medida em que reflete, como essa, uma preocupação com o comportamento das pessoas em público, mas é indicativa de atitudes que combinam autodestruição e agressividade (1984, p. 35).

Apesar da conduta “perigosa” de alguns ébrios, os vadios em geral não eram considerados uma ameaça, ainda segundo os estudos de Fausto; não havia temor de que esses grupos engrossassem de alguma forma os movimentos de rebeldia que se formavam, mas mesmo assim as autoridades aproveitavam em “certas ocasiões a adoção de medidas repressivas no plano político para ‘limpar a cidade’”, como vimos no caso de Antonio Bella.

A intensa chegada de novos sujeitos a São Paulo, vindos de dentro do estado ou de fora do país, além da incorporação de mulheres e crianças à força de trabalho, alimentavam um exército de trabalho reserva que se virava como podia, vigiado e criminalizado, trabalhando ou não. Registram Fausto e Angatu que os nacionais predominavam nos registros de conduta criminalizada por vadiagem, enquanto estrangeiros eram tidos como ébrios e/ou desordeiros. Sujeitos com meios não (re)conhecidos de subsistência também poderiam ser enquadrados como vadios (FAUSTO, 1984; ANGATU, 2017).

A ofensa era ainda maior por se passar em um território em franco crescimento e ocupação por símbolos do trabalho, como a fábrica e sua necessidade por operários, ou, como afirma Fausto, região caracterizada pelo “rápido crescimento das atividades econômicas, [onde] o ‘desamor ao trabalho’ representava um procedimento altamente condenado, uma opção individual perversa em um meio bafejado pelo progresso onde,

segundo se acreditava, havia oportunidades para todos” (1984, p. 43). Conclui o chefe de polícia em seu relatório para 1904, citado por Heloisa Faria que a “característica da vagabundagem não é a vida errante, mas a desobediência à lei do trabalho” (1987, p. 124).

Não que não houvesse criminalidade pelas ruas do Brás. Fausto aponta que a região é responsável por 22% do número de homicídios entre 1880 e 1924 (1984, p. 98), e a topografia do lugar inspirava receio, pois especialmente a várzea era “cheia de valetas, lagoas e mato bem alto”, onde seria perigoso circular à noite, já que “marginais pernoitavam nas moitas” (PENTEADO, 2003, p. 46). *O Commercio de São Paulo* de 21 de março de 1902 publica a reclamação do tenente Batista J. Homem, sobre o excesso de policiamento na parte mais central da cidade e a ausência de rondantes na região que baixa para a várzea, “campo vasto para cometimentos nefastos, que só concorrem para nossa ruína, e envergonhar o mais indiferente habitante de São Paulo”. O aterro da Mooca é “margado de capoeiras que propiciamente fornecem meios às práticas de quantos crimes se possam cometer”¹⁶⁹.

No entanto, também é Fausto que aponta que o Brás “situa-se em escala mais modesta na hierarquia dos crimes; algumas de suas ruas são conhecidas como particularmente criminógenas: a Monsenhor Anacleto e vielas adjacentes com seus botequins, a Caetano Pinto, a Carneiro Leão dos calabreses de “sangue quente” – padrão negativo de comportamento invocado ironicamente pelos adultos dos bairros altos quando suas crianças fugiam ao código das boas maneiras (1984, p. 98). Quando jovem, escutei muito a expressão popular “vá morrer no Brás”, que segundo algumas pessoas refere-se justamente ao passado violento do bairro.

Ainda para Fausto,

as condições no campo não eram propícias à formação de grandes contingentes de “desocupados”. Ao mesmo tempo, haviam cessado certas necessidades de utilização de pessoas pobres, como é o caso do recrutamento forçado para as guerras de fronteira. Os grupos de população instável parecem ter se concentrado nas maiores cidades – o que corresponde em grande medida à capital – em consequência de amplos processos sociais com destaque para o deslocamento de ex-escravos provenientes do campo e a ocupação dos melhores empregos pelas levas de imigrantes. Isso não quer dizer que entre os desocupados urbanos não se encontrasse gente fracassada na tentativa de fazer a América, aventureiros cosmopolitas etc. (1984, p. 42).

Jacob Penteado relembra que “era difícil encontrar-se com um negro velho que não se dissesse antigo escravo e veterano do Paraguai” (2003, p. 199), confirmando a

¹⁶⁹ *O Commercio de São Paulo*, 2/03/1902, p. 2.

perspectiva de Fausto. Chegavam à cidade diferentes tipos, imigrantes, negros ou migrantes, que aumentavam as estatísticas de crime inicialmente apenas por uma questão matemática. É de se esperar que os eventos se amplifiquem com o crescimento e inchaço da cidade. Marco Antonio Cabral dos Santos registra que já em 1893,

Siqueira Campos, então Secretário da Justiça, relatava ao presidente do Estado, Bernardino de Campos, sua preocupação com a iminente sensação de insegurança que paulatinamente o cidadão paulistano experimentava, salientando que “o aumento crescente da população e principalmente o aumento crescente de uma população flutuante, que não se pode conhecer, e que se renova de momento a momento, trazem plausível explicação a esse fenômeno, que de certo modo destoa da fisionomia geral do nosso povo (2005, p. 70).

Para os jornais esse volume de pessoas é farto material, assim como os novos espaços e seus usos na cidade. Em suas páginas,

o exército do crime é formado principalmente pelos trabalhadores pobres, exercendo profissões pouco especializadas. Os lugares da ameaça do crime são também inúmeros e parece não restar local seguro nas grandes cidades. Oferecem grande perigo o ambiente externo como a rua, praia, mercado, feira, praça pública e aglomerações em geral. E os lugares de passagem como estalagens, pensões e hotéis (GUIMARÃES, 2014, p. 123).

Ou seja, toda a vivência urbana era uma ameaça em potencial e onde houvesse maior circulação de pessoas haveria maiores riscos. Pra dentro de casa, da mesma forma, a reordenação doméstica causa um aumento nas acusações de roubo impetradas pelas elites, que veem as mulheres ocupando mais o espaço público e liberando-se do cuidado familiar, ao mesmo tempo em que os empregados domésticos são trocados e reeducados (FAUSTO, 1984, p. 88). Quanto à tecnologia, no período houve o aumento da circulação e consequentes acidentes e assassinatos com armas de fogo (Idem, p. 95), casos que passam a ser cada vez mais corriqueiros nas páginas dos jornais.

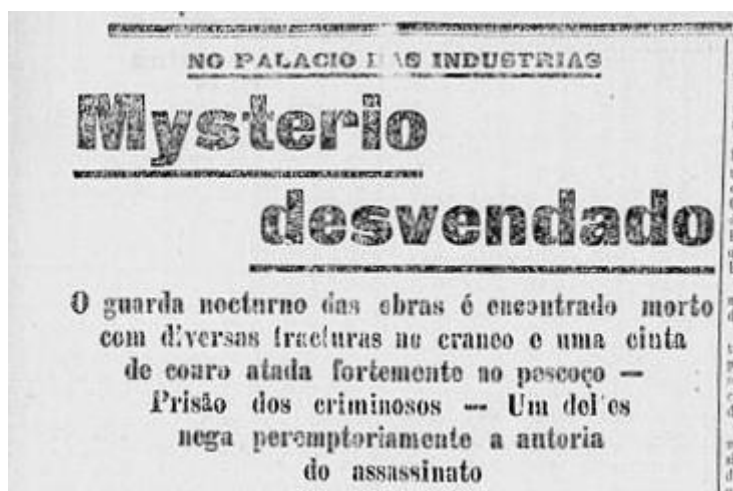
A maior parte dos crimes violentos encontrados pelas ruas em que passamos no Brás tratam de conflitos interpessoais entre conhecidos ou pessoas que frequentam o mesmo lugar. Há poucos casos de latrocínio, e a maior parte da violência, apesar do crescente uso de armas de fogo, é com facas e navalhas. No total de crimes, a desordem, a embriaguez e as brigas sem armas são o mais comum, entre vizinhos, familiares, pessoas que participam da mesma comunidade.

Já para os jornais, quanto mais mortais e sangrentas forem as notícias, melhor. Como aponta Valéria Guimarães, parte do que se publicava eram floreios sobre histórias reais ou inexistentes, mas “mistérios” reais presentes na ordem dos eventos eram explorados tanto quanto possível. Assim, nos jornais analisados os ferimentos são muitas

vezes descritos com precisão médica e detalhes anatômicos, e há predileção por crimes onde pairam dúvidas sobre o autor ou vítima. Os casos mais reincidentes em notícias ou jornais, ou seja, que tiveram informações publicadas em mais de um dia ou saíram em mais de uma folha, tratam de crimes misteriosos, como o famoso “Crime da Mala” de Elias Farhat, cuja mala foi comprada na Ladeira Porto geral; a loja de Elias aparece em anúncios da rua Vinte e cinco de março anos do crime. É o caso do também do “mistério do Palácio das Indústrias”.

O Estado de São Paulo dedica meia página para contar o caso, dividido em capítulos por intertítulos, como em um folhetim. Já no começo, o gancho: “do espírito do leitor não deve ter desaparecido ainda a recordação da cena de sangue desenrolada a dias no Palácio das Indústrias, já pelas graves circunstâncias de que elas se revestiram, já pelo pouco tempo que sobre ela decorreu, já, enfim, pelo mistério de que se achava revestida”. O caso do “preto Felisbino Roque” era de fato intrigante, pois a cena do crime era composta pelo cadáver de Felisbino, guarda noturno das obras do Palácio das Indústrias, ferido na cabeça e asfixiado pelo próprio cinto, que ainda se encontrava em seu pescoço. Em sua mão uma garrucha disparada e um pouco mais à frente do corpo, “um cadáver de um cachorrinho, um chapéu preto e um guarda-chuva”¹⁷⁰. No mesmo dia, o *Correio Paulistano* destina espaço razoável para a resolução do mistério, contando com uma chamada de grande destaque¹⁷¹.

Figura 8: Chamada da notícia sobre o caso na Palácio das Indústrias



¹⁷⁰ O Estado de São Paulo, 23/01/1914, p. 6.

¹⁷¹ Correio Paulistano, 23/01/1914, p. 4.

7.2 Policiais exemplares

Um conjunto de infrações, no entanto, chama mais nossa atenção nas notícias: as cometidas por policiais. Magdalena Paula de Oliveira, casada, de 21 anos, foi ao botequim de Dell’Aglio Manardi, no n. 107 da rua Vinte e cinco de março para comer. Então, “iniciava Magdalena sua refeição quando um soldado, dirigindo-lhe gracejos, meteu a mão no prato, de onde retirou uma sardinha”. Indignada, a mulher chamou a atenção do soldado, que lhe respondeu com bofetadas. A notícia saiu n’*O Commercio de São Paulo*, de 11 de outubro de 1909¹⁷², com o título “Um soldado exemplar”, e na redação não deixa de alfinetar a falta de providências já tradicional, afirmando que a polícia apenas “abre inquérito”.

Por mais ironia que contivesse o título escolhido pelo *Commercio*, o caso de fato estava longe de ser o único na várzea, repleta de notícias de roubos e distúrbios causados por policiais. Em 1897, Augusto Montalbano foi agredido por três soldados da polícia que lhe roubaram o relógio com corrente¹⁷³, e em 1889, José Caixeiro, espanhol, foi ferido por dois soldados da cavalaria e um aspeçada¹⁷⁴. Em 1917, na esquina da rua do Glicério com a rua da fábrica, o leiteiro Candido de Campos e seu amigo Marcos Affonso pararam pra “matar o bicho” numa venda ali localizada. Ali encontraram uma “madama” com quem Candido saiu acompanhado logo depois. Seguindo os dois, “estes quatro mantenedores da ordem alcançaram o Campos e, por ciúmes ou por cobiçarem o relógio, agrediram-no e feriram-no com uma arma que ele trazia, além de lhe tirarem a *cebola* e mais 65\$000 em dinheiro”. O título da notícia, na primeira página do *Combate*, era, com certo destaque, “Quatro policiais assaltaram a um leiteiro”¹⁷⁵.

Se denúncias como do caso de Antonio Bella relatada no capítulo anterior era pouco comum, o “inquérito” apontado pelo *Commercio* no caso de Campos era a regra nas denúncias aos policiais, aceitando e mantendo na corporação vários sujeitos de passado e presente duvidoso. Investigando a ordem pública e o poder de polícia entre 1890 e 1920, Marcos Antonio Cabral dos Santos aponta que, segundo Joseph Love, muitos dos membros da Força Pública “transgrediam a lei tanto quanto os bandidos que perseguiram”. Para André Rosemberg, “flertavam com o ilícito e com o abuso de

¹⁷² p. 3.

¹⁷³ *O Estado de São Paulo*, 26/11/1897.

¹⁷⁴ *Sentinella da Monarchia*, 05/11/1889. p. 2.

¹⁷⁵ *O Combate*, 22/07/1917, p. 1.

autoridade para amealhar vantagens que, se não fosse sua condição de policiais, não lograriam colocar em marcha. Em outras ocasiões, a farda servia como uma maneira de lavar o passado civil, muitas vezes tismado pelos maus feitos” (2018, p. 88).

Como no caso de Antonio,

crimes contra a população, especialmente as camadas menos favorecidas, dependiam da repercussão nos meios da imprensa para serem levados aos tribunais, o que acontecia somente na minoria dos casos. O abuso do poder de polícia e as arbitrariedades cometidas em seu nome ocorriam corriqueiramente pelas ruas da cidade, sem conhecer limites. Além dos frequentes subornos, furtos e roubos, crimes ainda mais torpes eram praticados sob a proteção da farda. O ambiente de violência em que estavam inseridos os praças, aliado ao poder a eles conferido pela posição de autoridade davam margem tanto a abusos de todos os tipos quanto à impunidade como recompensa (2007, p. 181).

Assim como a violência contra civis, não são incomuns cenas públicas de violências entre as forças policiais, como no caso de “Disciplina militar”, nota relatada pel’*A Província de São Paulo* em fevereiro de 1884: cinco praças do corpo de permanentes e duas da infantaria de linha protagonizaram batalha pública na rua do Conde D’Eu, arrancando paus de uma cerca e esbordoando-se mutuamente com “uma vontade e valentia dignas sem dúvida de uma causa melhor”¹⁷⁶. O conflito entre soldados e guardas urbanos é uma constante nos jornais do fim do século XIX, quando o treinamento policial ainda é incipiente e as forças de segurança pública não se apegam à disciplina da própria corporação, ou ao coleguismo com outros membros da segurança pública.

Como aponta Santos,

a criminalidade nas fileiras da polícia apresentava números consideráveis, o que levava as autoridades a efetuarem numerosas exclusões mensais, “a bem da moralidade”. No entanto, a maior parte das exclusões era motivada por delitos relacionados à indisciplina dentro dos quartéis. Ocorrências como deserções, embriaguez ou atrasos constantes eram as causas mais comuns de punição dos praças por parte de seus superiores (2007, p. 180).

Os conflitos individuais entre soldados, praças e guardas urbanos também tomava formas coletivas, como no incidente de 13 de março de 1886, narrado dias depois pel’*A Província*, onde soldados de cavalaria se uniram e saíram às ruas armados com pedaços de madeira para agredir urbanos que na noite anterior haviam detido um cadete¹⁷⁷.

¹⁷⁶ A Província de São Paulo, 07/02/1884, p. 2.

¹⁷⁷ A Província de São Paulo, 16/03/1886, p. 2.

Mais desordem entre polícia e linha. Temos hoje, infelizmente, que registrar mais uma agressão brutal de soldados de linha e praças de polícia.

Esse abuso tem-se reproduzido muitas vezes e, forçoso é confessar, figuram sempre nelle soldados da companhia de cavallaria, o que vem patentear, ou falta disciplina ou falta de exacto cumprimento de deveres por parte daquelles que estão encarregados de mantel-a alli, zelando pela boa ordem e moralidade dos subalternos.

no nosso último número noticiamos a agressão feita pelo forriell Sérgio aos urbanos, que conduziam para a Estação Central um cadete, preso no Largo da assembleia por estar armado de estoque.

Na noite de sabbado, às 11³/₄, pouco mais ou menos, o cadete Rocha, e dizem-nos que também o cabo Magalhães, capitaneando 16 praças da companhia de cavallaria, sahiram a rua, armados de cacete, e dirigiram-se para os lados do Lava-pés à espera dos urbanos que na véspera tinham effectuado a prisão do cadete e que a essa hora deviam entrar de serviço.

Na rua do Conde D'Eu a Malta desordeira encontrou o guarda Urbano n. 98 Silvestre Teixeira Pinto esbordou-o e desarmou-o.

mas adiante foi agredido o guarda n. 138 José Bento da Silva, que ficou bastante ferido e com o princípio de congestão.

O senhor Tenente Firmino Borges Bellegarde da companhia de cavallaria, que mora nas immediações, acudiu ao logar do conflicto dando ocasião a que, com sua presença, os desordeiros fugissem em direção ao quartel.

Esse distincto official dirigiu-se immediatamente para ali e fez recolher ao estado maior o cadete Rocha, que, segundo nos informam, vae responder a conselho de guerra.

O Sr. Dr. Lopes dos Anjos, digno delegado de polícia, que se achava no Circo Pery, recebeu alli a denúncia de que os soldados da companhia de cavallaria pretendiam assaltar a Estação Central e se achavam já na rua do Conde D'Eu, fazendo grande balbúrdia.

Quando s. s. chegou ao quartel de linha já estavam os soldados recolhidos.

Os urbanos feridos foram examinados e medicados à meia-noute na Estação Central pelo Sr. Dr. Gama Cerqueira, que julgou leves os ferimentos.

Até meados do século XIX a Companhia do Corpo de Permanentes (CPP) era a responsável pela segurança da província, quando a população de São Paulo, “aumentando em número, riqueza e extensão” justificava, aos olhos de João Theodoro, a criação de uma seção da companhia para policiar exclusivamente a capital. Para o presidente, os indivíduos engajados na seção deveriam “vencer melhor soldo do que as outras e gozar de certas vantagens que convidem a indivíduos de reconhecida moralidade e de aptidão especial para este serviço” (ROSEMBERG, 2018, p. 76).

De fato criada em 1876, a Companhia de Urbanos

se contrapunha aos policiais dos corpos de permanentes no sentido de que era uma organização desmilitarizada, cujo objetivo não estava marcado pela imposição a posteriori da ordem, isto é, após a ocorrência do fato; mas sim pela prevenção, evitando que o evento ilícito

ocorresse. A autoridade dos urbanos não deveria emanar da força repressiva, mas sim ser exarada pela presença ostensiva, polidez e amabilidade com que deviam tratar a população, atributos fundamentais prescritos pelo regulamento da instituição. Exigia--se, ainda, que o guarda soubesse ler e escrever, requisito não obrigatório aos seus homólogos do CPP (ROSEMBERG, 2018, p. 80).

Não seria de se estranhar, portanto, posições como a do jornal *A Província* que via os soldados da cavalaria como menos afeitos à civilidade que os guardas urbanos. A função militar, especialmente para as baixas patentes, nada tinha de nobre no período, caracterizando-se pela massiva presença de homens pobres. Engajar-se na CPP era, nos fins do século XIX, uma alternativa de sobrevivência para homens tão empobrecidos quanto os que seriam coagidos à civilidade nas ruas de São Paulo (ROSEMBERG, 2010), recebendo os soldos mais baixos do funcionalismo, maiores apenas que em relação aos trabalhadores sem qualificação nenhuma (SANTOS, 2007, p. 180). A aversão ao elemento imigrante também abriu as portas da CPP para homens racializados, que encontravam aí alternativa de trabalho, mas também uma via de exercer poder que de outra forma não possuiriam, ainda que esse poder pudesse ser utilizado apenas com outros homens de igual ou menor capital social que eles (ROSEMBERG, 2010; Idem, 2018, p. 85).

Compor-se de homens pobres não era exclusividade do CPP, mas significava “um upgrade na carreira do policial a transferência do CPP para a Companhia de Urbanos, onde os vencimentos eram maiores e a carga disciplinar, menor”. Além disso, diz André Rosemberg,

ao contrário das forças militarizadas, que permaneciam à disposição da autoridade mesmo quando fora de serviço, os urbanos tinham horário específico de trabalho. Como não eram aquartelados, não era necessário que dormissem nas estações ou nos postos policiais nem arranchavam nas dependências da polícia. Compartilhavam, assim, o cotidiano de outros trabalhadores, dividindo o mesmo espaço e ampliando os lugares de sociabilidade com a população a ser policiada: tavernas, casas de pastos e armazéns costumavam colocar, frente à frente, guardas e paisanos, não raro em situações de confronto (2018, p. 84).

Além de território de circulação de pessoas, com presença do mercado etc., também é na várzea que fica localizada a Companhia dos Urbanos do Brás e o quartel do Corpo de Permanentes, colocando em circulação no território oficiais a serviço, em lazer, de passagem ou como moradores. Uma dessas situações de uso do território como parte do cotidiano de lazer desses homens é narrada pelo *Jornal da Tarde* em janeiro de 1879,

quando o gerente da Cia. de Gás apresenta queixa ao comandante em função da tremenda algazarra que os urbanos promoveram na noite anterior¹⁷⁸.

Apesar de representar uma carreira mais interessante que o CPP, o corpo de Urbanos sofria permanentemente de falta de pessoal (ROSEMBERG, 2018, p. 81), as distâncias já se faziam longas demais para serem patrulhadas a pé. A carência material também era uma questão que dificultava o trabalho policial, já que “descalça, a elite da polícia paulista não podia patrulhar as ruas e impor autoridade sobre a população, igualmente andrajosa e de pés nus” (ROSEMBERG, 2018, p. 83). A precariedade impactava diretamente na função principal desejada para esses policiais e correlatos que ocupavam a cidade.

Com a República, o corpo de Urbanos é substituído pela Guarda Cívica¹⁷⁹ com o mesmo projeto civilizatório. A despeito do que se esperava das forças que policiavam a cidade, pontas-de-lança da ordem, as notícias dão conta de parte desses sujeitos mais como parte do problema que da solução. Registra Rosemberg que, nos fins do XIX, “a lista de ilícitos e de improbidade era extensiva: de levar recados dos presos para os advogados ao calote em comerciantes que confiavam na lisura dos agentes da lei, passando por ‘prevalecer-se da farda para exercer vinganças contra certas pessoas’ e pela venda de bens pertencente à polícia, como uniformes e armamentos” (2018, p. 91).

Em 1903, Francisco Albañez, soldado do corpo de cavalaria, discutia a altos brados na rua Vinte e cinco de março quando foi admoestado pelo rondante da Guarda Cívica de serviço naquela rua. Albañez desrespeitou o policial, que lhe deu voz de prisão, motivando uma luta corporal onde ambos ficaram feridos¹⁸⁰. Já o Capitão João Régis de Oliveira, se aproveita da farda para atrasar as contas, sendo requisitado a pagar sua conta de gêneros alimentícios à rua do Hospício, n. 69 na Seção Livre do jornal *Commercio*, onde o dono do armazém faz questão de grafar no título “Guarda Cívica”¹⁸¹.

7. 3 Desordenados mantenedores da ordem

Analisando fotografias da Várzea do Carmo, Casé Angatu chama a atenção para a constância da presença de policiais,

com uma aparente postura austera, observando os que circulavam, permite aprender a necessidade que, possivelmente, o poder público

¹⁷⁸ Jornal da Tarde, 28/01/1879, p. 3.

¹⁷⁹ Lei n. 491, de 29 de Dezembro de 1896: Reorganisa a Força Pública do Estado.

¹⁸⁰ O Commercio de São Paulo, 10/08/1903, p. 1.

¹⁸¹ O Commercio de São Paulo, 06/03/1909, p. 5.

possuía de se fazer sentir presente, não talvez no sentido de garantir a segurança daquelas pessoas, mas procurando orientá-las sobre formas de uso dos espaços, coibindo a disseminação de comportamentos considerados perniciosos ante os novos modos de viver nos centros urbanos (ANGATU, 2017, p. 131).

Para esse fim, na primeira década do século XX, São Paulo dispendia mais recursos na polícia que nas famigeradas obras públicas, na saúde, na educação, na imigração ou nos pagamentos de dívida pública (SANTOS, 2005, p. 71). Esses gastos não se destinavam necessariamente aos agentes da lei, mas a todo conjunto de funções disciplinares e de polícia, interessantes para o projeto republicano. Parte dos aparelhos disciplinadores da época, o Hospício de Alienados, localizado na Várzea, por exemplo, é alvo constante de reclamações no bojo das reformas de João Theodoro e administração de Sebastião José Pereira, quando ali foi aberta a rua do Hospício, até a ponte da Mooca, ampliando-se também o hospício (SANTOS, 2006). Nos jornais, os gastos com o hospício e suas obras são tema corrente, criticados por não serem direcionados a outros usos, entre 1870 e 1880¹⁸².

Recolhendo loucos ou miseráveis para o hospício ou asilo, bêbados para o xadrez e menores e vadios para institutos correcionais, a presença policial foi sentida nas ruas: além repressão a vadiagem, expressa nos números de prisões por essa infração, incluindo reincidentes (FAUSTO, 1984, p. 134), outros setores enxergam essa presença. Candido Mota Filho, jovem em São Paulo na primeira década do século, narra que “a cidade era, com suas ruas e praças e com o seu policiamento, cheia de limitações, cheia de proibições, cheia de repercussões” ([1972, p. 257] apud SANTOS, 2005, p. 68). A presença policial, portanto, se faz sentir na encruzilhada entre tentativa de controle e alteração da ordem por toda a virada do século, coincidente com um período agudo de transformação da várzea e dos conceitos de civilidade e ordem na cidade.

Em 1916, dois “Soldados turbulentos” têm sua briga narrada no *Correio Paulistano*. Sob esse título, o jornal narra uma “grande desordem na rua Monsenhor Anacleto”, onde o soldado do exército Manuel Venâncio tentou agredir a “decaída Maria do Carmo”. Quem acudiu foi o soldado da guarda cívica Aurelio dos Santos Villares, que logo depois foi surpreendido pela chegada de três novos soldados da infantaria, e “estabeleceu-se então um grande conflito, onde se acharam envolvidos também diversos civis”¹⁸³.

¹⁸² Jornal da Tarde, 24/04/1881, p. 1; Correio Paulistano, 24/04/1879, p.1 entre outros.

¹⁸³ Correio Paulistano, 04/03/1916, p. 5.

Apesar da nobre missão civilizadora, a polícia não é necessariamente bem vista pela sociedade, seja por sua conduta – e a representação dela – seja pelo pouco prestígio da função. Boris Fausto conta que o jornal *A Nação* chegou a recomendar que a população evitasse passar por onde houvesse soldados (1984, p. 162); André Rosenberg registra que “da proverbial troça contra os policiais – em São Paulo eram chamados de morcegos devido a seu fardamento preto – às agressões físicas, a documentação é preta em relatar escaramuças dos mais variados calibres. São bastante frequentes as brigas de fundo étnico, principalmente as que abarcavam italianos e policiais” (2018, p. 86).

Em fevereiro de 1884 Rosario Medici, Raffaele Acampora e Pasquale Calderaro foram “grosseira e despoticamente” agredidos por cinco praças e um cabo do CPP. Afirmam os italianos que “atirando-lhes à face as mais vergonhosas palavras, como sejam, carcamano, filho da p... etc. etc. os prenderam só pelo fato de, assobiando, marcharem alegremente” pela Travessa da Mooca. A carta segue: “Temos consciência, não perturbamos a ordem pública, não promovemos nenhuma sorte de desordem, qual a razão plausível para semelhante brutal procedimento?”. Os “cidadãos italianos ordeiros”, que se destacam na carta como conscientes de seus direitos, terminam a reclamação pedindo que as autoridades ajam para que não mais se repita “tão vergonhoso escândalo”.¹⁸⁴

Não eram só os estrangeiros que se queixavam dos excessos policiais, sendo comuns nas páginas dos jornais agressões injustificadas ou exacerbadas a nacionais com ou sem ocupação. Em 1884 o *Correio Paulistano* conta que “um pobre valetudinário” foi agredido por um guarda urbano na rua Tabatinguera, e mesmo apitando por socorro, respondido por uma patrulha do Corpo Permanente e um outro guarda urbano nada passou, já que esses, “levados por um espírito de classe, ou por qualquer outro bastante injustificável, limitaram-se a aplaudir”. O jornal conclui: “a quem pedir providências? Eis o eterno problema”¹⁸⁵.

Situação parecida figura nas páginas d’*O Commercio de São Paulo* de 7 de dezembro de 1902¹⁸⁶, que conta que “Soldados espancadores” agrediram a Antonio da Silva Coutinho, vendedor ambulante que se encontrava ocupado “na venda de leite fresco na rua do Hospício”. Por deixar a vaca, segundo o jornal, estacionada “por alguns minutos” na rua, no que “foi grosseiramente ignorado”, foi espancado por um soldado

¹⁸⁴ *Correio Paulistano*, 12/02/1884, p. 3.

¹⁸⁵ *Correio Paulistano*, 06/05/1884, p. 2.

¹⁸⁶ P. 2.

da guarda cívica que não contente, chamou ainda por outros colegas para obter ajuda. Diz ainda o jornal que o fato “causou escândalo, atraindo para o local grande quantidade de populares” que tomados de indignação pretenderam intervir, mas foram afastados por um praça, “soldado insolente”, que dispersou a multidão “à ponta de sabre”.

A aversão popular às forças da ordem fez vítimas indiretas: Antonio dos Santos, de 18 anos, enamorou-se ardentemente de uma rapariga, mas a mãe da menor “repudia a farda, não aceitando, nem por hipótese, ter por genro um militar”. Desenganado pela moça que não desejava contrariar a mãe, “sorumbático e macambúzio”, Antonio se joga do alto da escada no cortiço onde vivia, na rua Frederico Alvarenga¹⁸⁷.

Em espaços mais “acostumados” à ação policial cotidiana essa aversão tomava forma de protestos, independente da razoabilidade da intervenção. Donato Fosco, alcoolizado, segundo o jornal *Correio Paulistano*, “causou grande desordem” em 4 de junho de 1906. É então que o rondante da rua lhe dá voz de prisão e tenta conduzi-lo ao posto policial, ao que é cercado por populares “aos gritos do já célebre não pode!”¹⁸⁸.

Protestos Inoportunos **Intervenção de populares no acto das prisões – Soldados** **agredidos e feridos – Não Pode! Não Pode!**

Enquanto a polícia não adoptar medidas severas contra os indivíduos que se arrogam o direito de protestar contra todas as prisões, mesmo ignorando os motivos que a determinaram, hão de reproduzir-se os casos de resistência, como se tem dado nesses últimos dias. Durante a semana passada nada menos de três praças rondantes foram aggreddidas e feridas no cumprimento de seu dever.

Ainda ontem à noite, pouco depois das 7 horas, o carroceiro Donato fosco, um tanto alcoolizado, provocou grande desordem na Rua monsenhor Anacleto.

O rondante da rua, tendo presenciado os desatinos do ébrio, deu-lhe voz de prisão e dispunha-se a conduzi-lo a presença da autoridade competente do Braz, quando vários indivíduos que começaram agglomerar-se, protestaram em altas vozes, empregando já célebre “não pode!”, que na maioria das vezes desnorteia os mantenedores da ordem, deixando hesitantes no cumprimento de seu dever.

A prisão não podia ser tornada effectiva deante da exaltação de ânimo das pessoas que rodeavam o turbulento e a praça estava ainda na iminência de uma aggressão, quando felizmente appareceu dr. Enéas Ferraz, 5º delegado.

A autoridade, prestigiando o mantenedor da ordem, fez conduzir para o posto policial do districto, não só o desordeiro, como ainda os indivíduos de nome Gilli Gabriel, José Vascorelli, Benedicto Mantua e Manuel Domingos, que eram exactamente os que mais gritavam, sem que, todavia, soubessem explicar a razão dos seus protestos.

Esses indivíduos vão ser processados.

¹⁸⁷ *Correio Paulistano*, 11/05/1914, p. 4.

¹⁸⁸ *Correio Paulistano*, 04/06/1908, p. 4.

Os indivíduos da rua Monsenhor Anacleto, como outros na cidade como deixa entrever a notícia, não reconheciam a validade do trabalho policial, demonstrado pelo fato de indivíduos não explicarem a razão de seus protestos – tanto faz o motivo –: “não pode”. Como afirma André Rosemberg, parte da população não reconhecia o papel mediador dos agentes do estado (2018, p. 86). E não são raros os casos de civis respondendo à investida policial ou suas reprimendas: Américo Ferreira, carroceiro multado por andar na contramão, se vinga do guarda cívico João Domingos dias depois, provocando-lhe ferimentos a faca¹⁸⁹. Otaviano Elias de França, “turbulento” conhecido dos moradores da Várzea, promoveu grande desordem junto a três companheiros na rua Monsenhor Anacleto, e guardas foram chamados. Recebidos a pauladas por Octaviano, finalmente conseguiram desarmá-lo, não sem dificuldade, e esse foi por fim conduzido à delegacia por guardas e populares¹⁹⁰. Antonio Ferreira “promovia desordem” em um bonde do Cambuci; passando pela rua do Hospício foi intimado a descer por um guarda, a quem agrediu e feriu na cabeça¹⁹¹. Para a maior parte das pessoas pobres, “o único contato possível com o estado se dava através da ação truculenta da polícia e a sobrevivência muitas vezes dependia de arranjos e estratégias improvisadas” (SANTOS, 2005, p. 37), fossem acordos com esses agentes fosse a deslegitimação ou a resposta, muitas vezes violenta, a suas ações.

Mas a repelência à força policial não era uma unanimidade, sendo possível observar a polícia se convocando ou sendo convocada a intervir em brigas de cunho privado, como o defloramento de virgens e menores, ou impasses urbanos, como na questão dos animais que também povoavam a cidade etc. Como registrou Santos,

a dinâmica da relação entre população pobre e polícia explicava-se numa outra chave, onde o caráter da negociação muitas vezes era destacado. Vale lembrar que os praças da polícia eram, antes de tudo, trabalhadores pobres imbuídos de valores de autoridade, o que naturalmente originava tensões, conflitos, mas também acordos (2005, p. 36).

7.4 Manutenção da ordem

O universo policial em muito se referia a pessoas pobres, que eram os sujeitos agentes ativos e passivos da Ordem. Se os policiais eram homens racializados e pobres, “o ônus de uma política de manutenção da ordem baseada na violência e no arbítrio recaía

¹⁸⁹ Correio Paulistano, 21/01/1911, p. 4.

¹⁹⁰ Correio Paulistano, 25/04/1907, p. 3.

¹⁹¹ Correio Paulistano, 10/08/1900, p. 2.

sobre os mais pobres, de maneira que seus efeitos colaterais eram perfeitamente tolerados pelas autoridades” (SANTOS, 2007, p. 174). Mais que efeitos colaterais, parte do trabalho da polícia poderia ser superficialmente criticado como desvio de conduta, mas como atribuições cotidianas da polícia faziam sua parte no processo disciplinador na cidade. Santos também aponta que “ao coibir a prática de jogos nos botequins, ao promover a ‘circulação’ dos desocupados, ao retirar os moleques de suas brincadeiras nas ruas ou ao impedir a prática de banhos no rio Tamanduateí, os policiais buscavam sobretudo impor um padrão de conduta representativo do grau de civilização que as elites ambicionavam para a cidade de São Paulo” (2005, p. 37).

7.4.1 Intermediários do estado

Função advinda da nova organização da cidade, como os condutores de bonde e acendedores de lampião na época, os guardas urbanos deveriam ocupar o lugar de “agente essencial na reeducação de costumes e equação de espaços públicos. A Companhia de Urbanos, pode-se dizer, inscrevia-se no bojo de um projeto político” (ROSEMBERG, 2018, p. 80). Tanto na intermediação de conflitos privados de casos de amores que terminaram em desonra quanto com vadios embriagados promovendo desordem, as forças policiais do período serviram como intermediários entre população e Estado, mas também como intermediários entre população – agentes privados – e Estado.

Os próprios agentes eram fruto de um processo de modernização responsável também pela introdução de novos equipamentos urbanos, como eletricidade, saneamento, novos meios de transporte, num ambiente com traços marcadamente rurais. Muitos são os motoneiros e condutores de bondes presos depois de acidentes e atropelamentos¹⁹², carroceiros na contramão, e finalmente grevistas etc., mas também podem se confundir com esses sujeitos descontentes.

Exemplo é a ocorrência que liga o território aos conflitos envolvidos no “caso Light-Guinle” de 1909. A questão do monopólio de energia elétrica em São Paulo, até então garantido para a companhia canadense Light & Power Co. foi alvo desde o final do ano anterior de uma ofensiva jurídica de uma forte concorrente, a Guinle & Cia., controladora, por sua vez, da Companhia Docas de Santos. A disputa entre as empresas toma outros contornos nesse ano, quando, “por dois dias, o município tornou-se palco de combates entre a população e as forças policiais, que tentavam restabelecer a ordem e

192

garantir o funcionamento do sistema de transportes, além, é claro, de proteger o patrimônio da empresa canadense” (SÁVIO, 2007, p. 134).

Além dos interesses que partiam de cima, a Light já significava descontentamento para muitas pessoas na cidade, e o auge desse descontentamento toma forma em abril de 1909. Depois de alguns dias de “arruaças”, o jornal *Commercio de São Paulo* informa, sob o título “Bondes atacados”, que nas ruas centrais cessou o conflito, mas nos arrabaldes mais distantes da cidade “garotos apedrejaram bondes e dispararam tiros”; na rua Vinte e cinco de março, na rua Piratininga e na Visconde de Parnahyba bondes tinham sido atacados, e na Várzea do Carmo, *duas praças, duas aspeçadas e um voluntário do exército* foram presos por apedrejar e dispararem tiros contra os bondes. Conclui-se a redação da notícia informando que os bondes dos arrabaldes continuam a ser “escoltadas por duas praças com armas”.

Conta Marco Antonio Cornacioni Sávio que nesse dia,

partindo da região central e tomando os subúrbios, em poucas horas a revolta já tomava conta da cidade. Armados de paus, pedras, facas, algumas armas de fogo e vários outros instrumentos que pudessem ser úteis no protesto, incluindo bombas de fabricação caseira, uma multidão atacava tudo aquilo que simbolizasse a companhia canadense pelas ruas da cidade, principalmente os bondes. Com a situação fora de controle, não restou outra alternativa ao Secretário de Justiça, Washington Luís, senão acionar a cavalaria, que partiu em direção aos subúrbios da cidade e ao escritório da Light, na praça Antônio Prado (2007, p. 134).

Fonte do descontentamento popular, os preços praticados pela companhia canadense eram bastante superiores ao da antiga companhia que se utilizava de tração animal, excluindo do transporte público enorme contingente. Além disso, os trilhos eletrificados prendiam e matavam os animais de uma das classes mais organizadas do período, os carroceiros (SÁVIO, 2007, p. 141). O abastecimento de luz elétrica e o serviço de carros demorou a servir o bairro, em muitos casos representando, para muitos moradores, a presença do estado e dos serviços “públicos”, ainda que monopolizados por empresa estrangeira.

Para os trabalhadores da Light, responsável pelo Gazometro a partir de 1912, a empresa também significa abuso. Em 1919 o jornal *O Combate* conta da indignação dos operários com as violências da companhia. Dá conta o jornal de uma reunião de delegados realizada em setembro desse ano na rua do Gazometro, cujo fim foi tratar de diversos abusos cometidos pela companhia, que exerceria perseguição aos operários associados¹⁹³.

¹⁹³ O Combate, 25/09/1919, p. 1.

No ano seguinte, o *Diario Español* traz uma longa crítica chamada “Los Horrores de la Light”. Nessa notícia as reclamações contra a companhia são variadas: ameaça aos trabalhadores, revogação da vitória de descanso da última greve, exploração dos condutores noturnos, recusa em treinar o pessoal novo, que acabam por ser “mais brutos que um canadense”. Indigna-se a crítica também com o atropelamento e morte de um cavalo, na Travessa do Braz, que passou toda a noite exposto na rua “apesar da piedosa Sociedade Protetora dos Animais paulista”¹⁹⁴.

Nesse contexto, resume Márcio Santos,

assumindo posições que variavam entre a aceitação e a negação das melhorias impostas por um projeto modernizador ensejado pela elite paulistana, a população assistia a gradual transformação do cenário urbano, nem sempre de forma passiva ou pacífica. Se de um lado, podemos acompanhar um amplo projeto de redefinição do espaço público (consubstanciado em medidas como as diversas obras de remodelação e abertura de novas vias públicas, embelezamento de jardins, praças e demais logradouros próximos ao triângulo central; a limpeza e ajardinamento de ruas e avenidas; medidas de saneamento; a instauração de um novo sistema de iluminação pública, primeiro à gás, e posteriormente elétrico; o aprimoramento do transporte coletivo pelo desenvolvimento do sistema de bondes), de outro lado, fizeram-se necessárias medidas de contenção da enorme massa de trabalhadores urbanos, muitos deles sem ocupação formal, visando enquadrá-los nos padrões desejados pelas elites: restrição ao pequeno comércio ambulante, austero controle sobre a circulação de pessoas, vigilância sobre os hábitos populares que se chocavam com os padrões aceitos pela “civilização”, exortação de mendigos, loucos e vadios e estreito controle sobre a permanência e a circulação de garotos pelas ruas centrais da cidade (2005, p. 36).

7.4.2 Velha história de extermínio

Em uma quinta-feira, de julho de 1911 o *Correio Paulistano* publica o seguinte fato diverso:

DRAMA NUMA TAPERA

**Na Várzea do Glycerio – entre vagabundos – somno interrompido
– “não se mexa, porque eu atiro!” – ferimento grave – fuga do
criminoso – comparecimento da polícia**

No Largo de Santa Cruz, da Várzea do Glycerio, existe há muito tempo, abandonados uns velhos casebres, que a prefeitura comdenou, devido à falta de segurança que ofereciam.

Quasi destelhados, com as paredes de pau a pique, esburacados e immundos, os alludidos casebres offerecem actualmente o aspecto desolador de umas taperas e são o albergue preferido da vagabundagem das várzeas.

¹⁹⁴ *Diario Español*, 08/10/1920, p. 2

Augusto de Oliveira, um sexagenário vadio, que perambula pelas ruas da cidade, arcado ao peso de uma trouxa de rebotalhos, fez de uma dessas taperas o seu domicílio obrigatório. E, como lhe falte algumas vezes a coragem de penetrar sozinho, à noite, na sordida habitação, Augusto de Oliveira recruta no centro da vadiagem os seus companheiros de pernoite.

Ainda hontem, ao escurecer, cansado das suas peregrinações pelos bairros afastados da cidade, o mísero indigente arrebanhou na Várzea do Carmo dois desocupados, que modorravam sobre a platibanda do mercado de peixes.

Eram Antônio Alves da Costa e Saturnino de Castro.

Acariciando-os com um pontapé na espinha dorsal, Augusto convidou-os a acompanharem-n'o:

- Andem dahi, seus vagabundos, que a minha casa é modesta, mas é grande.

uma vez chegados a Tapera, acomodaram-se a um canto, como cães leprosos, muito aconchegados uns aos outros, desafiando a inclemência do frio e do relento.

Às 10 e meia da noite, quando os três dormiam o somno solto, um outro vagabundo transpôs desembaraçadamente os limiares derrocados da Tapera.

Queria um pouso também, e estava no seu direito.

Antônio Alves da Costa, que pela primeira vez tinha sido hóspede de Augusto, acordou alarmado com a entrada do desconhecido; e imaginando tratar-se da polícia, numa das suas costumadas devassas, dispôs-se a fugir, investindo, extremunhado, para a porta.

O desconhecido, por sua vez, sobressaltado com o inesperado encontro, saca de uma garrucha e a única phrase que lhe ocorre é esta:

- Não se mexa, porque eu atiro.

Mas ou apavorado Antônio nem ao menos presta atenção ao cano ferrugento do enorme trabuco. E tenta sair.

Nesse momento um estampido reboou na várzea, seguindo-se o troféu de indivíduos a fugir.

Antonio Alves da Costa, ferido ao lado direito do thorax com uma bala, tenta assim mesmo sair da tapera, mas cae redondamente ao chão, sobre a calça de uma casa em ruínas.

Aos seus gritos, acodem moradores das adjacencias, que vão encontrar a vítima exame, tendo ao seu lado velho Augusto, de chapéu de palha e a trouxa de rebotalhos as costas¹⁹⁵.

Apesar de um pouco longa, vale a transcrição quase completa da notícia não só pelo seu conteúdo, como também pelos apelos e metáforas utilizados na escrita. A notícia termina com a vítima em estado grave esvaindo-se em sangue, sem condições de identificar seu assassino ou contar o que se passou, e o velho Augusto preso para averiguações. No começo da semana seguinte, sob o mesmo título – recurso para indicar continuidade nas narrativas –, o jornal afirma que os fatos sobre a morte de Antonio já estão “perfeitamente esclarecidos”. Em um texto bastante distinto do publicado antes do final de semana, o jornal esclarece que:

¹⁹⁵ Correio Paulistano, 06/07/1911, p. 4.

No relatório que acompanha os autos a autoridade, depois de se referir ao louvável propósito da polícia de dar caça aos vagabundos e gatunos que infestam os nossos bairros, notadamente os compreendidos na segunda circumscrição, informa que os agentes Damiro Volpa, Guilherme Falconi e Manuel Ribeiro foram encarregados de levar a efeito um cerco a um velho casarão abandonado, ao Largo da Santa Cruz do Glycerio valhacouto da gente da peor espécie.

Estabelecido o plano do cerco, os três agentes realizaram a diligência no dia 5, pelas dez horas da noite.

Damiro Volpa e Guilherme Falconi penetraram na casa pela frente, enquanto Manuel Ribeiro se postava nos fundos, para evitar a fuga dos indivíduos que alli pernoitavam.

Mal havia transposto a porta da entrada, Damiro viu-se agarrado fortemente pelas mãos vigorosas de Antônio Alves da Costa um dos desocupados que buscavam pousada no casebre.

Procurando desvencilhar-se, o agente saca de uma garrucha e com essa arma busca intimidar o indivíduo que o segura.

Antônio, longe de ser atemorizar, mais redobra o ânimo, continuando a lutar com o Damiro, até que, em dado momento, seu casaco se enrosca no gatilho da arma e a detonação surda de um tiro reboia por toda a velha casa imersa em profunda treva.

[...]

Antonio Alves da Costa era um gatuno audacioso, com diversas passagens pelo Gabinete de Identificação, tendo sido processado e condenado como contraventor do art. 399 do Código Penal.

Cumprida a pena de 22 dias e 12 horas de prisão celular e, apesar de assinar termo de tomar ocupação honesta, perante o primeiro delegado auxiliar, Antônio continuou a entregar-se a mesma vida ociosa de sempre¹⁹⁶.

Cinco dias fizeram bastante diferença. A narrativa emotiva de 06 de julho dá lugar à transcrição do relatório da polícia, o casebre condenado vira um casarão abandonado, e os desocupados que lutavam contra a inclemência do frio figuram aqui como “a pior espécie”. Já não aparece a figura do velho Augusto e sua trouxa, e o criminoso que haveria fugido, segundo a primeira notícia, parece ser Damiro Volpa, agente da lei. O tiro, na verdade, teria sido acidental, mas provocado pela própria vítima, que longe de um hóspede assustado, revela-se gatuno audacioso. O vigor com que Antonio agarra a Damiro e justifica a defesa e revide do policial, em nada lembra um cão leproso. Damiro, segundo consta na segunda notícia, foi preso preventivamente.

O fato também é retratado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, um pouco menos emotivo desde o começo, possível de conferir desde o título escolhido: “Consequências da vadiagem”. No texto, o jornal afirma que o serviço sanitário interditou os casebres, tendo em vista as péssimas condições de higiene, que ficaram abandonados pelo proprietário desde então. Ali, a polícia permitiu, segue o jornal, que se tornasse “refúgio

¹⁹⁶ Correio Paulistano, 11/07/1911, p. 3.

da vadiagem repelente para a qual existe o meio regular de repressão, enviando-os para a Colônia Correccional, um grande estabelecimento que o governo mantém para afastar os elementos perniciosos da sociedade, dando-lhes assistência, instrução e hábitos de trabalho”¹⁹⁷.

Um desses casebres, afirma *O Estado*, tornou-se abrigo do sexagenário Augusto, que num encontro “com os menores Antonio Alves da Costa, de 19 anos, e Saturnino de Castro, entreteve palestra com os mesmos, e verificando que os dois viviam sem domicílio, convidou-os para acompanhá-los até a habitação que escolhera e onde podiam ficar tranquilos e sem se incomodarem com o pagamento de aluguel”. Sem grandes descrições do desenrolar dos fatos que levaram ao tiro em Antonio, o jornal prossegue com informações do ferimento e, ao contrário do *Correio*, consegue apurar que o ferido chegou a prestar depoimento no local, afirmando que estava dormindo até ser despertado por um desconhecido, logo em seguida sendo atingido por um tiro. Todos então se evadiram até a chegada da polícia, que encontrou apenas Augusto ao lado do jovem gravemente ferido.

Da mesma forma que o *Correio*, *O Estado* publica no dia 11 o capítulo final da história, com o mesmo título. Nessa notícia, deixa claro que a diligência policial aos casebres da várzea foram “recomendações” do segundo delegado, que fizera vir à sua presença os funcionários da polícia envolvidos. Conta-se então a versão dos policiais, onde Damiro Volpi, “com muita imprudência” penetrou às escuras no casebre, com todos os presentes se erguendo de súbito. Travou uma briga com Antonio, cujo paletó enganchou na garrucha e disparou um tiro, que o agente alegava desconhecer ter pego em alguém até o desenrolar dos fatos¹⁹⁸. Quinze dias depois, na coluna de notícias forenses desse mesmo jornal, Damiro é pronunciado réu, “pela morte do vagabundo Antonio Alves da Costa”¹⁹⁹, e em outubro ambos os jornais dão conta da absolvição do réu pelo júri de doze pessoas, com nove votos negando o ato delituoso²⁰⁰.

Sem maiores esclarecimentos do fato, com a imprensa nutrida de certezas pela opinião disciplinatória, podemos supor que os agentes destacados pelo segundo delegado poderiam estar realizando diligências violentas, para averiguação ou, como faz supor a primeira narrativa, estivessem “infiltrados” entre os vagabundos. Corrobora essa versão

¹⁹⁷ O Estado de São Paulo, 06/07/1911, p. 8.

¹⁹⁸ O Estado de São Paulo, 11/07/1911, p. 6.

¹⁹⁹ O Estado de São Paulo, 26/07/1911, p. 9.

²⁰⁰ Correio Paulistano, 29/10/1911, p. 6; O Estado de São Paulo, 29/10/1911, p. 6.

o fato de, em 1915, Volpa ser descrito em um outro *fait divers* – “Diligência Feliz” – como “agente secreto”²⁰¹. Como aponta Santos, “ora passando por jogador, ‘gatuno’, cafetão, ou mesmo ‘socialista libertário’, os agentes infiltravam-se em ambientes por eles considerados ‘suspeitos’ e estreitavam laços de amizade com a finalidade de dismantelar organizações políticas ou ‘criminosas’, na sua ótica” (2005, p. 44).

Assim como o outro Antonio da rua Monsenhor Andrade, Costa não teve nenhum crime comprovado, apenas foi reconhecido pelos jornais como vagabundo, nada mais. Augusto, que habitava uma propriedade abandonada, fazia parte da grande estatística de pessoas sem moradia, problema crônico na cidade nos anos iniciais do século XX (SANTOS, 2006, p. 149).

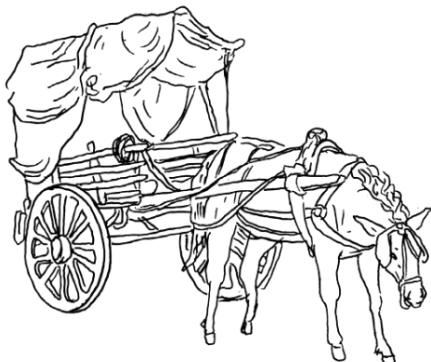
Comprovando as teorias de “guerra contra os pobres”, São Paulo utilizava-se comumente de agentes infiltrados para praticar espionagem e realizar detenções entre grupos políticos e outros considerados “prejudiciais à saúde”. Como também aponta Santos, “ainda que suas tarefas fossem cumpridas em desobediência aos ditames legais, sua importância para a autoridade pública, numa sociedade cuja complexidade dos problemas sociais apresentava-se de forma crescente, era destacada”. O autor conta que em 1910 o presidente do estado defendia a ação desses agentes para a “vigilância de todos os elementos suspeitos ou prejudiciais à sociedade”, seguindo século adentro (2005, p. 45).

Criada com inspirações e no mesmo bojo histórico que as policiais europeias, a polícia paulista foi criada para “ajudar a domesticar uma população que anteriormente não tinha regras”, como afirmou Roger Lane, citado por Márcio Santos. Diz Santos ainda que “a previsibilidade comportamental exigida pelo mundo do trabalho industrial não admitia a permanência de certos comportamentos e hábitos ligados ao mundo rural, ou ao mundo de artesãos e pequenos comerciantes” (apud SANTOS, 2005, p. 34).

O uso da água, a convivência com a tecnologia, os hábitos bons e maus para a urbanidade, os direitos e deveres no compartilhamento de espaço nunca tão adensado como até então, foram parte do papel da polícia. No entanto, esses sujeitos eram extremamente parecidos – quando não os mesmos – a quem essa mesma polícia deveria vigiar.

²⁰¹ Correio Paulistano, 21/05/1915, p. 5.

8. CAIPIRAS E BONDES ELÉTRICOS



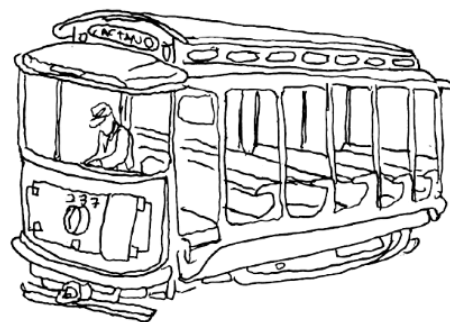
*“Aqui em são paulo o que mais me amola
É esses bonde que nem gaiola
Cheguei, abriro uma portinhola
Levei um tranco e quebrei a viola
Inda puis dinhêro na caixa da esmola!”
[...]*

*Eu vou m’imbora pra minha terra
Esta porquêra inda vira em guerra
Esse povo inda sobe a serra
Pra morde a light que os dente ferra
Nos passageiro que grita e berra!”*

Marianno e Caçula, “Bonde Camarão”, São Paulo, 1929

Firmo de Albuquerque Diniz, escrevendo sob o pseudônimo de Junius, registrou em 1882 suas notas de viagem a São Paulo, onde se lê:

todos os que conhecem a parte da cidade compreendida na zona temperada devem ter notado o seguinte: primeiro, as casas são geralmente pequenas, acanhadas, sombrias, sem condições higiênicas, mantendo as divisões da antiga edificação apenas um pouco mais limpas e apresentando como único sinal de modernismo a substituição das rótulas pelas janelas de vidraça; poucos sobrados há ali e raras são as construções novas; não há importantes estabelecimentos comerciais; não se veem lojas de modas, cabeleireiros e alfaiates de fama; não se encontram bons restaurantes nem grandes hotéis; terceiro, o movimento do comércio é quase nulo e parece sê-lo também a atividade e progresso intelectual; não há livrarias à exceção da pequena, D. Olivais, e nem jornais. E, quarto, o aspecto daquela zona é melancólico; a fisionomia dos habitantes tinham não sei que de triste; a gente que ali nasceu e tem permanecido sob aquela temperatura, mantém os mesmos hábitos e costumes antigos; ouve missa cedo, almoça às 8 horas, janta às 2, ceia às 7 e em seguida reza o terço; às 8:00 da noite fecha as portas da rua e vai dormir; não frequenta teatros e outros divertimentos públicos; suas reuniões fazem-se por ocasião das Festas de Santo Antônio, São João ou São Pedro ou para as rezas, em algumas noites, no cemitério da rua da Glória ou para as festas de Santa Cruz, nos lados da estrada Vergueiro até no fato ou toalete aquela gente se distingue; usam diversos de cores escuras e muitos capotes e mantilhas ali se veem; são essencialmente dominados de amor e respeito às tradições e aos velhos usos (DINIZ, 1981, p. 90).



Para o advogado, nativo da capital do Império, a cidade pouco tinha de “civilizada”. Por um lado, o território e a importância de São Paulo já estavam em franco processo de expansão. Por outro, o relato de Junius nos fornece interessantes leituras sobre os hábitos daqui que entravam em choque com a percepção de um advogado carioca. Como percebemos nos capítulos anteriores, os hotéis se estabeleciam como lugar de encontro, as diversões sortificavam-se, as senhoras iam aos alfaiates e lojas da moda, e virava costume frequentar cafés até altas horas. Muito em breve a própria população de São Paulo concordaria que os hábitos narrados faziam parte de um longínquo passado.

No entanto, o saneamento do passado ainda estaria em curso por muitos anos em diversos territórios, inclusive e especialmente na Várzea do Carmo, cheia de vida e movimento mesmo quando São Paulo era mais *paradona*. Maria Luiza Ferreira de Oliveira nos recorda que nesses mesmos fins de século XIX,

a várzea, local de onde tirava a sobrevivência a parcela mais pobre da população, devia ser uma região muito movimentada, região de comércio, das lavadeiras e seus familiares que dali extraíam capim, lenha, peixes. Região que era utilizada pela população, onde havia a interação com a natureza, e também recebia pescadores e caçadores. sem falar que era local de passagem obrigatória dos que iam para o Brás, para as inúmeras chácaras dos arredores, como para a chácara do senhor Inácio de Araújo, maior produtor de vinho, na época frequentada tanto pelos comerciantes da cidade que iam comprar vinho quanto pelas pessoas que quisessem ir lá beber e comer os frutos do seu pomar mediante uma pequena taxa (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

O saneamento da várzea e aterramento do passado foi um longo processo que nunca conheceu o pleno sucesso. Alvo de diversas disputas antes, durante e depois de suas implementações, os projetos pra várzea impuseram-se à força para algumas pessoas e transformaram o espaço gradativamente, possibilitando a coexistência de diferentes experiências, urbanas e rurais.



8.1 Várzea de caipiras e quintais

Referindo-se ao território como espaço de circulação, Oliveira afirma que “aquela região era de domínio dos caipiras, que chegavam dos arredores e por ali paravam, dos que vinham pescar e caçar, do movimento nos portos às roças ribeirinhas, das feiras, das quitandas. Ou seja, era o local da permanência de um mundo rural em contato com a cidade” (2005, p. 76). Para a subsistência, “próximos às várzeas, durante décadas, muitos quintais se confundiam com o espaço de passagem ou de repouso das águas. Várias roças particulares debruçavam sobre os rios” (SANT’ANNA, 2004, p. 263). Os quintais, assim como o rio, significavam uma garantia de acesso ao básico para a sobrevivência, além de espaço de circulação e trabalho, como vimos em outros capítulos.

Observar interações “improdutivas” entre pessoas e várzea, como por exemplo enquanto espaço de lazer, nos permite vislumbrar os sujeitos em outras interações entre si e com a cidade, assim como outras interações desinteressantes para a cidade-mercadoria, e igualmente tratadas como ofensivas para a moral ou nocivas para o progresso. Como apontou Maria Cristina Wissenbach, em sua pesquisa sobre ritos de magia e sociabilidade,

À medida que se penetra no universo de valores e na compreensão dos meios de sobrevivência dessas populações, na relação que mantém com as matas e com os animais, o planejamento de suas culturas alimentares cadenciado pelos ritmos da natureza, a ótica de observação vai se alterando. Aquilo que com frequência era qualificado como preguiça, ócio, ou negação ao trabalho sistemático, passa a ser relativizado, entendido como alternância de tempos de plantio e de colheita, período de trabalho de vacância, característica dos ciclos agrícolas (1997, p. 40).

O território ocupado para o habitar na região da várzea incluía não só o espaço interno e privado das habitações, mas também espaços de convívio coletivo e desenvolvimento de atividades produtivas e improdutivas. Investigando os usos e funções dos quintais populares na virada do século, Bianca Melzi de Domenicis Lucchesi aponta que na região da várzea do Tamanduateí, os quintais “não raro funcionavam como extensão da casa e viabilização do trabalho dos moradores de seu entorno - sobretudo para lavadeiras e pescadores”, e por isso

determinavam a identidade do “varzeano”. Mais do que uma referência territorial, o sentido da palavra “varzeano” carrega a identidade social de quem mora na várzea. O “varzeano” é aquele que se submete a morar onde se faz o despejo de lixo, de animais mortos, ele faz parte deste ambiente insalubre e antiestético e coopera para caracterizá-lo com sua habitação precária, dispensa de resíduos de lavagem de roupas, os barulhos vindos da roupa a ser batida e das conversas em alto tom entre as trabalhadoras. Do ponto de vista da apropriação improvisada do

local, ser “varzeano” significa justamente fazer da margem do rio este espaço conflituoso entre público e privado. Ele habita a margem do rio, o que é diferente de apenas ter sua casa edificada neste ponto geográfico da cidade (LUCCHESI, 2021, p. 248).

Até os dias atuais essas características que qualificaram a várzea são repetidas na forma de gíria popular, onde um espaço tornar-se “uma várzea” significa bagunça, sujeira e incivilidade, demonstrando o alcance do preconceito estabelecido como o “habitar a várzea”. Habitar o conflito entre o público e o privado nesse território, como diz Lucchesi, não é um processo individual. O quintal, dividido nos cortiços com festas, brigas e vida comum, por lavadeiras e seus tachos, também podem abrigar quitandeiras e suas verduras e práticas religiosas – para alguns, quintal é um pedaço de casa longe de casa. Além disso, as crianças convivem em um cuidado coletivo como o espaço (LUCCHESI, 2021, p. 173). Registrou Wissenbach que

o quintal coletivo, para onde davam portas e janelas, onde se localizavam os tachos, as tábuas de bater e os aparadores de folhas de zinco para o trato das roupas, era local onde se compartilhava das aflições, do cuidado das crianças e dos ensinamentos passados de geração a geração. muitas vezes, simples receitas de quitutes, de benzeduras e simpatias contra as bicheiras das crianças, ou contra mau-olhado, oriundas de diferentes procedências, trocadas em dialetos e línguas distintas e que acabam por serem decifradas por conta das urgências do dia a dia - vislumbres da riqueza de uma cultura urbana e popular nascida na composição multiétnica da cidade da época (1997, p. 69).

Já Lucchesi chama a atenção para o fato de, mesmo o Brás, bairro adensado e ocupado por fábricas, muitos quintais com aproveitamento rentável persistirem na paisagem, o que pode ser explicado

pela grande quantidade de moradores, não só devido à demanda de serviços e mercado consumidor, mas também pela oportunidade de exercer uma atividade econômica dentro da própria residência para aqueles que não conseguissem formalizar um emprego nas fábricas. A disposição dos terrenos, possuindo os fundos em grande proporção e com fácil acesso à água, fornece grande potencial para a construção de habitações coletivas e/ou edificações ligadas ao trabalho que sustenta as famílias da própria moradia, como oficinas ou armazéns (2021, p. 184).

Assim, quintal poderia ser armazém, produção de verduras, pomar, criação de animais, cortiço etc. Tradicionalmente localizados em relação ao curso d’água, inclusive por funções higiênicas (SILVA, 2004, p. 68), os quintais na várzea significavam uma permanência de práticas e gestão do espaço rurais. Lucchesi aponta, no entanto, que “os quintais das vilas operárias eram em sua maioria destinados aos imigrantes, as mulheres

negras permaneceram na várzea ou nos quintais coletivos, ambos condenados pela legislação sanitária e habitacional de São Paulo” (2021, p. 88).

Junto com a urbanização e especialização que transformam o espaço, as habitações abandonam o caráter de unidade de produção, restringindo-se à função de consumo, desaparecendo com a prática de domesticação de um punhado de natureza em detrimento do “aproveitamento” do espaço.

As casas de taipa, tradicionais na cidade até então, passam a ser lidas pelos engenheiros e políticos como sinônimo de “pobreza” e atraso, Resistiam através da necessidade e “falta de recursos” de algumas pessoas, como apontou Fábio Santos, que verificou a existência no início do século XIX de inúmeras

casas humildes, térreas, que se localizavam à margem das ladeiras que davam acesso ao centro. Eram majoritariamente construídas de taipa com paredes de taquara, pranchas ou estacas juntas, fincadas no chão e seguras por outras em sentido transversal, tinham entre elas o barro socado (SANTOS, 2006, p. 24).

Em 1919, a revista *A Cigarra* traz uma saudosista crônica ilustrada sobre o muro de taipa, assinada por um Gil Vicente que já não vê personalidade nos muros que são então construídos. O autor inicia com uma emotiva descrição da memória guardada nos rastros materiais de outra vida que insistem em perdurar na cidade:

Há velhas ruas esquecidas e silenciosas, paredes e casas tão velhinhas, que tem qualquer cousa de humano. Como não recordar uma longa vida, cheia de momentos felizes ou de instantes dolorosos, festas e desgraças, quando encontramos uma parede de taipas, mostrando o ventre negro e trechos caiados de alegria? Todos passam, todos olham, – poucos vêm. As taipas tem alma, a alma do passado, impressa pela mão do tempo²⁰².

A crônica romantiza o passado, lembrando de um tempo quase encantado “quando o sol doirava a cidade, e colhia flores rubras nos jardins, tudo parecia cabecear ao calor do verão”; lembrando os sons dessa cidade antiga, recorda quando o “cantarolar monótono dos sentenciados, obrigados ao serviço de escravos romanos, misturava-se com retinir das correntes presas a seus pés”; a lembrança, inevitável, da escravidão nesse passado é minimizada pela metonímia trabalhista com a prática romana. A crônica utiliza a taipa para acessar as memórias desse tempo antigo em práticas e sons, como a oração em latim e a busca bandeirante por ouro, e, carregada de nostalgia, termina por sentenciar o inevitável desaparecimento da arquitetura:

Assim me falou a taipa, contemporânea do velho S. Paulo. Parecia sorrir, transfigurada; os pedaços de cal eram manchas de luar. Prometti a mim mesmo que havia de voltar. Passaram-se mezes. Hoje tenho

²⁰² A Cigarra, 1919, 117, p. 16.

medo de ir vel-a. Tenho medo de no lugar, encontrar um muro insignificante, erguido pela mão indiferente de um estrangeiro. Prefiro guardal-a na memória, como a lembrança de um ente querido que meus olhos nunca mais hão de ver.

Ao mesmo tempo que o autor enxerga na taipa um “cumprimento de missão”, como um velho ente querido que tem que partir, também reconhece sua recusa própria ou incapacidade em participar da decisão de manter essa memória viva na materialidade, que provavelmente seria substituída por alguém de fora de nossa cultura paulista, portanto menos nostálgico e apegado às tradições, um “estrangeiro”. A efemeridade que poderia ser atribuída às casas de taipa, por seu desgaste poeticamente narrado pelo Gil Vicente da crônica, no entanto, trata-se mais de uma questão estética do que estrutural, já que esse tipo de construção pode durar *muitos séculos*, justamente em função de suas características de construção (PISANI, 2004). As casas de taipa que poderiam testemunhar várias vidas, como dizem ainda hoje os *matutos do mato*, foram condenadas a viver menos que homens, como afirmou Alcântara Machado (apud. ANGATU, 2017, p. 67).

Figura 9: Muro de taipa na ladeira Porto Geral, a 80m da rua da Boa Vista, 1919.



Fonte: Revista *A Cigarra*, n. 117, São Paulo, 1919, p. 16

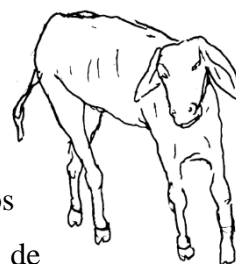
A criação de animais, outro exemplo, não condizia com as convicções de saúde e limpeza esperadas para o espaço urbano, mas na várzea, por muito tempo, como registrou Denise Sant’anna, “os vendedores ambulantes comercializavam carne de muitas casas, além de leite de cabra e de vaca, e a cidade continuava marcada por espaços e equipamentos destinados exclusivamente aos animais, sugerindo uma proximidade com a natureza hoje rara [...]” (SANT’ANNA, 2004, p. 277).

8.2 Animais

Um dos incômodos causados pela Várzea era representado justamente pela presença de animais, traduzido em diversas notícias nos jornais. Os animais de tração eram vítimas dos trilhos eletrificados de bondes ou de colisões diretas²⁰³, como o animal pertencente a Faustino de Almeida, deixado em abandono e atingido por um bonde na rua Vinte e cinco de março²⁰⁴. Poderiam ainda ser violentamente açoitados por seus donos, como pelo italiano em peripécias sobre um cavalo, na rua Vinte e cinco de março, em 1880²⁰⁵, cujo animal acabou sendo jogado pra cima de um guarda e ferido mortalmente por sua baioneta; ou o cocheiro que bateu tanto em sua mula, na rua Conde D’Eu em 1889, que causou revolta nos moradores da ladeira Tabatinguera cujas casas davam de fundos para o rio. Não fosse isso, diz o jornal, o carroceiro teria seguido espancando o animal mesmo depois desse cair ao chão²⁰⁶. Anos antes, em “Mais uma tourada”, uma pobre vaca preta empacada foi “maltratada horivelmente. Segundo o jornal, quebraram-lhe a cauda em vários pedaços e a cena foi tão cruel que uma senhora chegou a passar mal²⁰⁷. Essas cenas de espancamento eram comuns, afirma Denise Bernuzzi Sant’Anna:

as cenas de espancamento de animais domésticos eram igualmente rotineiras na cidade. Chicoteá-los nos quintais, pastos e ruas era gesto pouco constrangido pela sensibilidade em relação à violência corporal que mais tarde se difundiria entre alguns brasileiros. Pois ao longo do século XIX havia certa naturalidade no hábito de espancar cães, gatos e animais de carga ou de transporte, de sová-los até sangrar, no meio das ruas, como se se tratasse de um suplício público (2004, p. 72).

A relação com os animais registrada pelos jornais em raríssimos casos é pautada pelo respeito, cuidado ou afeto. Os casos em que se registra algum tipo de cuidado pelos



²⁰³ A Nação, 11/08/1897, p 1; Jornal da Tarde, 17/12/1878, p. 1.

²⁰⁴ Jornal da Tarde, 18/04/1880, p. 2.

²⁰⁵ A Constituinte, 09/04/1880, p. 2.

²⁰⁶ A Província de São Paulo, 05/1/1889, p. 1.

²⁰⁷ A Província de São Paulo, 16/10/1883, p. 2.

animais são anúncios de busca de animais perdidos²⁰⁸, e se houve na várzea espaço alugável para o pasto de animais²⁰⁹, logo a presença de muares sem cangalhas a pastar é visto como “estrago” do território (FREHSE, 2005, p. 114).

Assim como em relação à presença humana, indesejada, vista como fonte de doenças, estigmatizada e criminalizada, os animais que habitavam a várzea tiveram sua cota de perseguição. Além dos muares soltos, abandonados ou sem dono, recolhidos para o galpão municipal no final da rua do Gasômetro e noticiados aos montes nos jornais, lado a lado a objetos diversos²¹⁰, os cães são presença constante nas reclamações sobre o uso do espaço. É comum deparar-se com ataques de cães: em 1913 o cocheiro Manuel dos Santos foi atacado por cão na rua do Glicério, onde morava²¹¹; já em 1883 um “Cão Danado” colocou os moradores da rua do Hospício pra correr, que desistiram de matá-lo depois de uma perseguição frustrada²¹².

Em 1896, o jornal *O Commercio de São Paulo*, depois de um garoto ser gravemente mordido por um cão na rua do Gasômetro, denuncia que “continuam os cães vagabundos a atacar a quantos têm necessidade de transitar pelas ruas dessa cidade”, afirmando que diariamente há notícias desses ataques²¹³.

Apresentados nos jornais como maltas de vadios – assim como os jovens – os cães também infestavam a várzea, fazendo adultos e crianças vítimas de sua raiva, justificada por hidrofobia ou não. Nelson Aprobato Filho, em uma brilhante pesquisa sobre a presença de animais na cidade de São Paulo no mesmo período desta pesquisa, disserta sobre como os cães, a partir de 1893, passam a ser taxativamente classificados de vagabundos, como se também utilizassem o território de maneira degradantemente improdutivo. A violência que a população estava acostumada a direcionar aos animais, assim como os riscos à saúde e integridade que os cachorros representavam, justificou por muitos anos sua morte por estricnina e “bolas envenenadas”, criticadas por alguns setores da sociedade; e a busca por alternativas menos cruéis, encontradas a partir da atuação da Sociedade Protetora dos Animais, instalada no n. 154A da rua do Gasômetro.

²⁰⁸ Gratifica-se quem levar aí uma cachorrinha perdida (Jornal da Tarde, 17/10/1879, p. 4).

²⁰⁹ Anúncio de pasto para animais, na esquina da Chácara Carneiro Leão (Correio Paulistano, 17/08/1880, p. 4).

²¹⁰ Como em 1890, quando o aviso de uma besta recolhida ao galpão figura lado a lado a um outro aviso sobre a apreensão de “cacarecos” de um ambulante (Correio Paulistano, 30/05/1890, p. 3).

²¹¹ Correio Paulistano, 14/07/1913, p. 5.

²¹² Correio Paulistano, 15/07/1883, p. 2.

²¹³ 13/11/1893, p. 2.

O “depósito de cães” da Sociedade era alvo de críticas em função do barulho causado pelos cães encerrados²¹⁴, mas sua criação, através de um acordo da União Internacional Protetora de Animais e a Câmara Municipal foi celebrada pelos jornais e população, já que a partir de então os “cães vagabundos” que eram envenenados indiscriminadamente seriam recolhidos por essa associação e poderiam ser reavistos por seus donos. Esse acordo finalmente faria “cessar o revoltante método de extinção” de cães até então utilizado, os de raça não reclamados seriam vendidos, todos os cães domésticos seriam taxados e os cães “vadios” e/ou sem donos seriam “sacrificados de forma moderna”²¹⁵. Com a criação do imposto e sistema de leilões de cães de raça não reclamados, reforçou-se uma diferenciação entre os animais a partir de seu “valor de mercado”. O extermínio, assim, focou nos cachorros sem humanos e sem raça, como mostra o movimento do galpão da Sociedade Protetora publicado em 1902, que anuncia o leilão de cães de raça, mas também mostra através dos números que foram sacrificados quase todos os animais recolhidos²¹⁶.

Animais vadios, entretanto, não significavam animais sem humanos. Aprobato afirma que as classes mais humildes sempre tiveram relação mais próxima com animais domésticos, e nas moradias coletivas eram companheiros e guarda dos locais. Esses cães, “não tinham raça definida, viviam a maior parte do tempo em semiliberdade, vagando sozinhos pelas ruas e praças, ou acompanhando seus donos em passeios, trabalhos ou outras atividades públicas. Havia uma forte proximidade entre as espécies” (2007, p. 156).

Esses cães, encerrados, sacrificados, negociados ou mais tarde direcionados a “usos científicos” – encontrando aí sua redenção da vida de “vadiagem” – somam-se a caprinos e muares nos incômodos que causam na cidade pelo cheiro, aparência ou “estragos”, resquícios de uma presença rural – e natural – que deveriam ser dispersados do centro da São Paulo que crescia. Da mesma forma, enquanto serviam de tração para o transporte urbano, mulas e bois eram úteis e representativos da cidade de São Paulo – o saudoso som dos carros de bois, as mulas carregadoras de café – mas quando a modernidade e a técnica permitem a “superação” desses animais como instrumento, sua obsolescência os devolve ao mundo natural (APROBATO, 2007). O mesmo se passara com os cães, permitidos como cães de guarda ou domésticos, ou criados por famílias ricas

²¹⁴ O Commercio de São Paulo, 26/11/1899, p. 1.

²¹⁵ Correio Paulistano, 14/11/1899, p. 1.

²¹⁶ O Commercio de São Paulo, 18/12/1902, p. 2.

em seus quintais para serem vendidos, mas perseguidos quando em matilha solta pelo território.

Em relação aos animais, o processo de modernização significou uma recolonização. O período da virada do século é marcado por diversas leis criadas com a intenção clara de afastar, ou pelo menos camuflar, através de um intenso controle, suas existências na cidade (APROBATO, 2007). Além disso, se para os animais humanos o processo foi violento e espoliador, para animais não-humanos a transformação do espaço natural da várzea e a perseguição efetuada em função de seus riscos para a higiene humana provocou a morte de milhares de animais, nas ruas e depósitos da rua do Gasômetro, envenenados pelos elementos químicos em circulação na Revolução Industrial, atingidos pelos automóveis, eletrocutados pela festejada eletricidade e seus bondes elétricos e excluídos quando sem uso.

8.3 Encantados

Habitar a várzea, além da proximidade com o espaço natural, oferecia às pessoas uma proximidade da “Natureza” como um conjunto maior de fenômenos no cotidiano. Para muitas dessas pessoas, de ascendência indígena ou negra, o espaço natural significaria uma extensão de si e do sagrado. A Vida, ou a força vital, seria uma composição de várias existências, que incluiria o “Ser supremo e os seres sobrenaturais, os ancestrais, o universo material, que inclui homens vivos, vegetais, os minerais e os animais, e o universo mágico” (MARTINS, 2021, p. 60).

A cisão com a vida no espaço natural – plantar, colher, enterrar os animais etc. – se deu em outros aspectos da vida não mediada ou higienizada. O fato de o parto ser comumente feito em casa, por exemplo, assim como a passagem da morte, na presença de todos da casa, inclusive crianças (FREHSE, 2005) “naturalizava” um processo que mais tarde seria sanitizado e medicalizado tanto quanto possível, apartando-o do cotidiano, especializando os autorizados a acompanhar o processo e seccionando esses episódios da vivência da família e da comunidade, que não pode mais, por exemplo, acompanhar a passagem de seus entes com seus rituais próprios.

Sobre o papel da medicina nesse momento, Maria Izilda Matos conta que, por coincidir o processo de expansão urbana em São Paulo com a emergência do regime republicano, de programa positivista,

concentrou suas atenções no binômio família/cidade, base da proposta de estruturação do Estado, em que o conceito de pátria se baseava na

família. Esta era vista mais do que nunca como o sustentáculo de um projeto normatizador, cujo desenvolvimento reequacionou seu papel e sua inserção social na cidade, já que a nova família foi estimulada a desenvolver práticas sociais que se adaptassem à modernidade, ao ‘civilizado’. Esse período de efervescência do processo de urbanização em São Paulo coincidiu com o momento de institucionalização da medicina como produtora de um saber como teoria e prática [...] Era preciso mudar hábitos e atitudes, de tal modo que o papel do médico tornou-se decisivo na configuração das pautas normativas (MATOS, 2002, p. 383).

À parte as questões sanitárias e higiênicas, preocupações legítimas para manutenção e preservação da vida, práticas de cuidado passaram a se restringir ao conhecimento e profissão eurocêntricos, brancos, vez que os costumes compartilhados pelas pessoas espoliadas são vistos como “evidência da incultura das classes populares”. Prossegue Wissenbach, “tradições seculares ligadas à medicina mágica ou caseira, ritos largamente difundidos e utilizados para proteção de casas, de homens e de animais passaram a ser vistos, com a chamada modernidade, como indícios de atraso social, expressões do primitivismo e da ingenuidade das populações que delas faziam uso” (1997, p. 18). Muitas práticas populares, nascidas e por muito tempo reproduzidas por pessoas com maior vínculo com a terra – como caipiras, pessoas negras e indígenas – provaram-se, através da mesma ciência que um dia as condenou, como soluções eficazes e alternativas a tratamentos alopáticos.

Para diversas crenças animistas, como as práticas mágicas de matriz africana como o Candomblé, a Umbanda ou a Quimbanda, os recursos naturais são de maior importância para o contato com o mundo mágico, comunicação e comunidade que pode incluir Orixás, mas também seus ancestrais e outros seres que já caminharam ou caminham invisíveis sobre a terra. Para grande parte das culturas indígenas, o que chamamos de natureza é a energia composta por pessoas que vivem, viveram ou viverão, e por isso mesmo digna de cuidado enquanto estratégia de autopreservação.

Para pessoas que compartilhavam de uma cultura não eurocêntrica, o rio e a várzea possuíam valor ritualístico em amplo sentido. Assim como nos ensinaram Michel de Certeau e Maria Odila, o cotidiano é pleno de sentido ritual, mas no caso das práticas mágicas os rituais exigem determinados territórios e recursos que devem estar disponíveis para os objetivos serem cumpridos. Alguns *ebós* – palavra iorubá que ritualisticamente significa, ao mesmo tempo, *alimento, sacrifício e oferenda* –, por exemplo, só podem ser realizados com acesso à água limpa, a espaço verde, à presença de animais etc.

Assim, a várzea significava um espaço de conexão com o sagrado e reprodução de elementos utilizados para essa conexão. Ainda na pesquisa de Maria Cristina Wissenbach sobre ritos de magia e sobrevivência, vemos que

Aos locais onde a natureza se encontrava ainda relativamente preservada deslocavam-se feiticeros, curandeiros e benzedores em busca de suas ervas e raízes curativas ou simbólicas, alimentando-se da crença de que as arrudas, as guínés, as samambaias aí colhidas possuíam força mágica superior a daquelas plantadas nos jardins das casas. É claro que a urbanização, e especialmente o controle das autoridades policiais, acabou por restringir rituais de maior visibilidade, feitos em lugares relativamente públicos, embora considerado sagrados (1997, p. 82).

Quando a Várzea do Carmo ainda guardava características de espaço natural, com as cheias dos rios, seus peixes e outros animais, capoeiras e tabatingas, enfim, vida não-humana em profusão, vários desses elementos estavam disponíveis e próximos ao adensamento urbano. Muitas pessoas que compartilhavam dessa cultura, inclusive, tinham nesse momento o território como terreno privilegiado – não menosprezado –, pois, para além da teogonia, também significava menor controle repressivo, custos de deslocamento e estabelecimento mais baratos etc.

Marcada pela presença do(s) Mercado(s), a várzea por muito tempo ofereceu território mágico para essas outras teogonias, seja pela simbologia do território, seja por sua funcionalidade urbana. Casé Angatu registra a presença dos ervanários e benzedores no mercado dos caipiras, onde era possível encontrar entre os artigos dos vendedores peles, ossos, dentes, ervas, óleos de banha e sementes diversas.

Esses sujeitos foram mapeados nas primeiras décadas do século XX pelo botânico mineiro Frederico de Carlos Hoehne, incumbido “urgentemente” pelo diretor geral do Serviço Sanitário do estado de São Paulo em 1920 a informar o que se vendia na capital do estado nesses estabelecimentos. Além da “balbúrdia reinante a tudo que se refere à nomenclatura e terapêutica popular” outra grande dificuldade encontrada por Hoehne foi a má-vontade “que nasce da desconfiança muito natural nos indivíduos que fizeram deste seu modo de vida”. O botânico prossegue, então, a catalogar o máximo de ervas possíveis encontradas nessas lojas de artigos chamadas Hervanarias/Hervanarios, não sem antes registrar, no entanto, que não se trata nem apenas de lojas nem apenas de ervas nacionais: seus donos, curandeiros, são “especialistas nos processos naturais e, às vezes, sobrenaturais”, que vendem artigos vegetais, animais e minerais importados.

O próprio botânico reconhece, em suas páginas, o papel que esses indivíduos desempenham na saúde de diferentes classes sociais, que recorrem a curandeiros negros,

caipiras ou estrangeiros, como o espanhol Raphael Estevam, preso em sua casa “onde consultava cartas e praticava feitiçaria”²¹⁷ cujo processo criminal foi analisado por Wissenbach. Isso não impedia Hoehne, entretanto, de voltar seu olhar sanitarista para esses sujeitos:

Em alguns ervanários estabelecidos nesta cidade, no mercado chamado dos caipiras, encontram-se as ervas empilhadas sob um relheiro baixo, de zinco, exalando fétido pútrido, cobertas de mofo, misturadas, uma miscelânea, enfim, que mais parece um depósito de lixo que um armazém de ervas medicamentosas ou salutares. Muito converia que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio, evitando assim o perigo que representa uma tal falta de higiene, e que se regulamentasse, não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação, mais ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado... (HOEHNE, 1920, pp. 24/25).

A importância desses indivíduos, afirma Casé Angatu, provinha da possibilidade de prover auxílio em uma cidade com assistência médica precária e inacessível para muitos. Assim,

o papel dos "ervanários", "benzedores", "curandeiros", "pretos véios" deveria ser de fundamental importância para boa parte da população, além do profundo enraizamento cultural dessas pessoas e suas crenças entre as camadas populares brasileiras. Ou seja, esses sujeitos sociais muito provavelmente gozavam do respeito de vários paulistanos, o que aumentava a importância de sua insubordinação em relação ao saber positivo da medicina e da higiene sanitária (ANGATU, 2017, p. 115).

Para além dos ervanários, a mágica se fazia presente em diversos outros espaços do cotidiano das pessoas espoliadas. Negras concentravam-se no mercado não só pela imposição das funções relegadas ou dispensadas pelas pessoas brancas, mas também pela função cerimonial e política (COSTA XAVIER, 2013). Como afirma Raquel Rolnik,

Na costa ocidental da África, de onde se originou uma parte dos negros que aqui aportaram como escravos, o comércio era uma prática feminina, que além de prover economicamente o clã tinha também um sentido social e religioso e um papel no culto tribal de ancestrais mortos. A venda nas ruas estabelecia contatos, permitia a troca de informações e garantia a sobrevivência de quilombos urbanos [...] (1997, p. 61).

Da mesma forma, a concentração em torno dos chafarizes e bicas. Por um lado, a mística popular atribuía de fato valores mágicos a esse ou àquele chafariz, como os poderes mágicos atribuídos ao chafariz do Miguel Carlos, que “alguns diziam que se devia a seus componentes radioativos, outros insistiam na força quase divina, latente naquela região, mas que talvez tivesse perdido seus poderes depois de ter sido canalizado em 1889” (SANT’ANNA, 2004, p. 62), ou ao próprio rio de maneira soturna, em função

²¹⁷ Correio Paulistano, 14/06/1899, p. 1.

da quantidade de vidas ceifadas ali, pelo próprio rio em afogamentos diversos ou no grande número de suicídios ou desova de corpos de pessoas e animais (SANT'ANNA, 2004, p. 68).

Por outro lado, a frequência nesses lugares pelas pessoas negras significava o constante trabalho de carregar água, *bem* necessário para a manutenção da vida, por isso mesmo importante para o serviço doméstico, rede de sociabilidade e contato com um elemento mágico, justamente por ser *recurso* necessário para a manutenção da vida. A finalidade das práticas mágicas de origem africana professadas no Brasil liga-se à circulação do *Asé*, à manutenção da coletividade como um recurso, ou seja, a prosperidade da vida como dádiva coletiva, por isso profundamente ligadas às práticas coletivas e recursos naturais.

Nesse período intensifica-se a perseguição ao chamado charlatanismo, e se incentiva o preconceito com práticas mágicas originárias ou negras. Se até meados do século XIX praticar a magia relacionava-se a um golpe, à exploração de fé pública através de métodos infalíveis de cura e resolução de problemas, o Código Penal de 1890 é literal em criminalizar o espiritismo, a “magia e seus sortilégios”, o uso de talismãs e a cartomancia (WISSENBACH, 1997, p. 12). Boris Fausto narra o episódio onde uma criança assedia na rua um vendedor ambulante de ervas, chamando-o de “caipira, negro, macumbeiro” (1984, p. 140).

Também o valor de mercado dos territórios “próximos à natureza”, quando não o esgotamento dos recursos naturais, afastaram essas manifestações da região central, mas não de todo da região da várzea, onde décadas depois ainda se pode encontrar raízes, sementes, ossos e folhas nas regiões de mercado, por exemplo, ou com ambulantes imigrantes na região do Glicério. A própria presença do mercado já o torna um lugar mágico (FLOR DO NASCIMENTO, 2016).

Assim como o botânico Hoehne reconhece, a transferência de rituais de além-mar obrigou e estimulou a criatividade dos curandeiros. Tomando em conta a proximidade do cheiro, formato, sabor e propriedade das folhas, pessoas negras conseguiram “importar” elementos ou simplesmente substituíram em várias práticas mágicas elementos encontrados no continente africano por semelhantes no Brasil. A estratégia de substituição e o profundo enraizamento dessas práticas culturais mantiveram em circulação o *asé* necessário para a resistência dos Orixás e seu poder.

Dona Risoleta, empregada doméstica e católica entrevistada por Ecléa Bosi, recorria à São Benedito e às próprias mãos enfeitiçadas:

quando eu estava trabalhando em casa de família, de manhã ficava andando na horta, passeando daqui e dali. A patroa gritava: “Você não vai fazer almoço hoje?”. “Já vou indo minha senhora, tenha paciência que já vou indo”. E pedia: “Me ajude São Benedito, que sua filha está atrasada, foi passear e ficou apertada”. Chegava na cozinha, parece que tinha uma porção de mãos me ajudando. Num instantinho fazia tudo (BOSI, 1998, p. 380).

Quando parte da casa dos patrões, diz D. Risoleta, São Benedito, equivalente na Umbanda ao Preto Velho, e no candomblé a Ossain, orixá da cura, parte com ela: “o que todo mundo fazia, queimava, os pratos caíam. Diziam: ‘São Benedito não quer ficar na cozinha, porque ela saiu’” (BOSI, 1998, p. 401).

8.4 Outros tempos

“Então eu trago das minhas raízes crianceiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores.
Manoel de Barros. “Meu quintal é maior que o Mundo”, 2015, p. 18.

*“Estamos condenados à civilização.
Ou progredimos ou desaparecemos.”*
Euclides da Cunha, “Os Sertões”, 1902, p. 157.

Se antes os sinos das igrejas marcavam a paisagem da cidade, os apitos das fábricas logo os substituíram no relógio sonoro dos habitantes de São Paulo. O tempo não mudou apenas na marcação do relógio, mas o próprio relógio pareceu correr mais depressa na virada do século. O rio, as mercadorias, os miasmas e as pessoas, porque não, deveriam circular mais e mais rápido. A eletricidade, o telefone, o automóvel agilizavam as comunicações, contatos e encontros. O movimento era necessário e inevitável, as coisas e pessoas deveriam circular, e rápido. Como afirma Denise Bernuzzi Sant’anna, desde essa época, havia, “antes mesmo do desenvolvimento industrial paulistano da década de 1920, a ambição de determinados grupos dominantes no Estado de São Paulo, de se colocarem numa posição de vanguarda em relação à capital da República no que se refere aos progressos tecnológicos” (SANT’ANNA, 2004, p. 273). São Paulo queria acelerar e tinha capitais pra isso.

A modernidade, escreve Ben Singer, “implicou em um mundo fenomenal – especialmente urbano – que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana” (2001, p. 116). Além disso, a metrópole “sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos. O ritmo de vida também se tornou mais frenético, acelerado pelas novas formas de transporte rápido, pelos horários prementes do capitalismo moderno e pela velocidade sempre acelerada da linha de montagem” (Idem, *ibidem*). Fraya Frehse mostra como os códigos de postura de 1875 e 1876 já apontavam nessa direção, revelando “a preocupação com a fluidez do trânsito das ruas e o impedimento de outros usos, tudo isso no intuito de permitir uma circulação mais ‘rápida’ de pessoas e de mercadorias pelo espaço e de transformar a rua em ‘cenário para uma vida pública exclusiva’” (2005, p. 81).

A São Paulo movida a animais e pessoas de outrora, cheia de contratempos por naturais como chuva, calor e doenças ficava pra trás em um discurso sobre a cidade que “não podia parar”, e pra isso era mecanizada, motorizada, teoricamente organizada e veloz. A especialização dos espaços teve seu papel na (re)organização da cidade na medida em que “uniformizou, de algum modo, esse espaço urbano. Na verdade, criou condições maiores, porém ordenadas. Com a modernidade, se reitera a tendência à criação de espaços diferenciados para o rico e para o pobre” (OLIVEIRA, 2005, p. 379). Sobre esta especialização de espaços, registra Casé Angatu que, nesse período, palavras como “civilização, progresso, prosperidade, modernização, europeização confundem-se com especialização dos espaços e exclusão, o que aponta não só a visão sobre a cidade como em relação aos seus sujeitos sociais” (ANGATU, 2017, p. 73).

No entanto, nesse período o antigo recusava-se a morrer e o novo tentava impor seu nascimento, de forma que novo e antigo, rural e urbano, como as paredes de taipa da ladeira Porto Geral e os muros de estrangeiros, ainda conviviam lado a lado. Como afirma Monique Félix Borin,

a permanência de chácaras nos bairros centrais, árvores frutíferas nos quintais de fundo das casas, assim como galinheiros e coqueiras, as ruas sem alinhamento e calçamento, as relações de vizinhança interclasse, e de cenários quase rurais, como várzeas, matas e descampados, deixavam claro o crescimento da cidade, mas que a ruptura com a antiga cidade de taipa não foi tão brusca quanto se quis propalar – ou sequer se efetivou (2020, p. 68).

Esse contraste e contradição acontecia, portanto, no tempo dos relógios e no tempo das ruas. Sobre esse tempo, Frehse aponta o instigante fato de “ao mesmo tempo

em que o modo de vida cotidiano prevê a rotina, o repetitivo indicado pela temporalidade linear do relógio, a esta não se restringe. Simultaneamente de maneira sempre dialética, ele é enriquecido por outras temporalidades, historicamente anteriores e ligadas a cosmologia da festa, dos rituais, do cosmos” (FREHSE, 2005, p. 89).

Várias tradições e rituais morreram, outros nasceram, e o tempo das festas religiosas dava em parte lugar a divertimentos mundanos e outros afazeres, mas nem por isso desaparecia. Frehse sintetiza que nesse momento,

Se faz perceptível de maneira privilegiada a dialética entre convenção e ação, entre estrutura e conjuntura. No que se refere a percepção social do tempo histórico, o resultado dessa dinâmica não é uma resposta: o passado ou o presente, o rural ou urbano, a continuidade ou a ruptura. (FREHSE, 2005, p. 230).

A vida de todo dia de quem viveu a virada do século XIX para o XX, especialmente em um território em intensa disputa com pouca expressividade material, como no caso das pessoas espoliadas da várzea, manteve características “do passado” apesar da aceleração vertiginosa da qual fala Roberto Pompeu de Toledo (1954). As reformas de melhoramentos e embelezamento empreendidas na cidade, como as realizadas por João Theodoro entre 1872 e 1875 e Antonio Prado entre 1899 e 1911, atuavam mascarando, ocultando ou suprimindo os traços “não europeus ou caipiras” que insistissem em permanecer na cidade, em sua arquitetura, espaço natural, urbanização, costumes, hábitos, crenças. Como escreveu Marco Antonio Cabral dos Santos, “relações culturais, econômicas e sociais de diversos matizes, muitas delas basilares à própria constituição dessas camadas populares, perderam terreno em nome de uma reconfiguração desse espaço público, agora destinado essencialmente à circulação de pessoas ou mercadorias (2005, p. 69).

Analisando a presença de pessoas pobres nas fotografias do período, Casé Angatu aponta como os usos que essas pessoas davam para a região da várzea, “lavando roupas e cavalos, conduzindo carroças, etc. – além de representar aspectos da maneira de como viviam suas experiências na cidade, se contrapunha às normas e códigos desejados, correspondendo assim a uma vivência subversiva e marginal, portanto perigosa” (ANGATU, 2017, p. 90). Mais que isso, “essa parcela carregava no corpo as marcas de um passado não desejado e, nos costumes, a resistência à lógica do que se pretendia consolidar. As medidas solicitadas para a urbanização da Várzea afetavam em especial esses sujeitos sociais, que vivenciaram suas experiências naquele espaço” (ANGATU, 2017, p. 91).

A permanência de diversos traços caipiras, negros e, principalmente, pobres ligados a outra experiência de cidade ao longo dos anos foram estabelecidos como reminiscências do passado e da vivência em espaço rural, portanto necessariamente “superadas” pelos valores do progresso inerentes a uma metrópole como São Paulo. Práticas culturais caipiras, indígenas e afrodiaspóricas foram contabilizadas em nossa historiografia e memória coletiva como uma cultura popular de menor valor – as “crendices populares”, “cantigas populares”, “ditos populares” etc. – que pouco rivalizam com a materialidade da cidade em termos de impacto na História Pública.

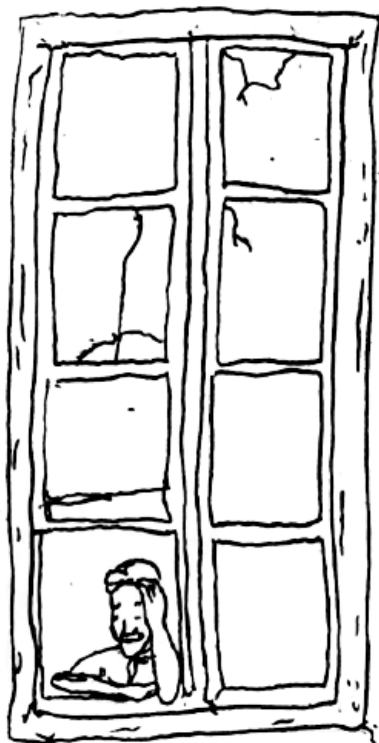
Os relatos de memorialistas, por exemplo, produzem a imagem de uma São Paulo onde os conflitos pertenciam a outro tempo, a superação da taipa e dos banhos nos rios era inevitável, assim como o triunfo da ciência sobre as crenças em charlatanismos. Como escreveu Josiane Cerasoli,

Assim como na apreensão do “antepassado comum”, essa característica dos relatos dos memorialistas atribui ao novo e à modernização um papel homogeneizador, à medida que constitui um cenário harmônico, coeso e pouco perpassado pelo conflito e à divergência. A linearidade estaria, paradoxalmente, na reiteração feita por essas narrativas da mudança contínua implícita na renovação – interpretação apropriada pelos estudos que se norteiam pelas narrativas de memorialistas, devo pontuar. Ao descrever uma linha evolutiva marcada por uma ruptura, as narrativas reservam ao passado anterior às mudanças um lugar particular na história da cidade: o que resta do mundo “antigo” é interpretado como um ciclo histórico já encerrado, incapaz de interferir no devir inerente ao “novo” (CERASOLI, 2004, p. 26).

Os jornais, apesar da compactuação com a ideologia da superação e progresso, e mesmo contando com vários desses memorialistas em suas redações, apresentam, no entanto, outras perspectivas da virada do século. Lidos com as lentes populares de uma história a contrapelo, o caos da rua que se quer ordenar supera as tentativas de organização, pois ali se constrói e reconstrói diariamente, nos limites das contradições da luta de classes, uma vivência que escapa a qualquer discurso, inclusive deste que chega a suas páginas finais.

A tentativa de enxergar na história da cidade sujeitos espoliados através dos jornais, aqui, foi uma busca primordialmente por “colocá-los” no mapa da história, espacializando sua existência de alguma forma que evidenciasse seu pertencimento à cidade e da cidade a esses sujeitos. As tentativas de apagamento ou ocultação da vida e cultura desses elementos perigosos, perigosos porque pobres, estrangeiros, racializados ou insubmissos, lograram vitória até certo ponto, especialmente na memória compartilhada publicamente na cidade. No entanto, na prática cotidiana, onde desde

sempre se construiu e fortaleceu, seguem vivas. Infiltram-se em pequenos espaços, como os rios, e frutificam, ligando, em diferentes tempos, a longa história de resistência da natureza, que é fauna, flora, mas também geografia, encantados e pessoas.



9. METODOLOGIA

[...]
*O gesto esculpe, no espaço, as feições da memória,
não seu traço mnemônico de cópia especular
do real objetivo,
mas sua pujança de tempo em movimento.*
Leda Maria Martins

9.1 História e território

A virada para o século XX em São Paulo é marcada pela transformação profunda das forças de trabalho, aplicação do acúmulo excedente da escravidão na cidade, e pela expectativa e tentativa de modernização da sociedade como um todo. Nesse contexto, a industrialização era inegavelmente “o motor de transformação da sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 11), justificando a modernização dos transportes, reorganizando a relação de forças na produção etc. A celeridade das transformações se observava nas mudanças das técnicas utilizadas pelos sujeitos, ou seja, no conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais realizavam sua vida, produzindo e criando o espaço.

Para Santos, as técnicas, um dos objetos da Geografia, “nos trazem as periodizações, que nos permitem reconstituir como aquele palimpsesto, que é a paisagem, a acumulação de tempos desiguais, que é a paisagem urbana, como ela chega até nós, permitem-nos também passar dos tempos justapostos aos tempos superpostos” (SANTOS, 2002, p. 21). Coadunando com a verve historiográfica a que esta pesquisa se filia, Milton Santos observa no cotidiano o instrumental de análise da sociedade permeado por múltiplas temporalidades que coexistem:

a sucessão de contextos, onde o tempo, à imagem de Einstein, se confunde com o espaço, é espaço. O espaço é tempo, coisa que somente é possível através desse trabalho de empiria que nos é admissível, concebendo a técnica como tempo, incluindo entre as técnicas, não apenas as técnicas da vida material, mas as técnicas da vida social, que vão nos permitir a interpretação de contextos sucessivos. De tal maneira que o espaço aparece como coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso, essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico (2002, p. 22).

A intersecção entre Geografia e História se aprofunda na medida em que o estudo do território não é possível considerando o “espaço” como categoria imutável, vez que não é só o solo que importa para o estudo das técnicas, mas as operações humanas feitas a partir dele:

[...] a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço.
[...] Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário

é que é verdadeiro. Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país (SANTOS, 2003, p. 19).

É nesse sentido que nos interessa o território da várzea do Carmo na virada do século XIX para o XX. Os usos desse território se davam em acordo ou fricção com os projetos de presente e futuro para o espaço e para a cidade. No cotidiano, as táticas de imposição ou resistência a esses projetos se davam nas técnicas sociais registradas pelos periódicos e outros documentos em que podemos apreender as diversas temporalidades que r|existiam e os diferentes projetos e percepções dos sujeitos para aquela parte da cidade. A respeito da importância do espaço para as humanidades, para Milton Santos, o território “só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele necessitam” (SANTOS, 2000, p. 22). O território é diretamente composto pelos corpos e práticas. Não é possível, nessa esteira, uma reconstituição da sucessão de contextos nesse espaço – a História – sem considerar a legislação exercida de fato pelos corpos. É o uso do território e não o território, *per se*, que faz dele um objeto de análise social: “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Nesse campo de análise observamos, através das contradições entre usos e regulações, as distâncias entre os projetos que nasciam desde cima e as necessidades e estratégias que brotavam desde abaixo. Como afirmou Maria Odila, “projetos hegemônicos de uma sociedade dificilmente coincidiram com as experiências concretas de setores oprimidos da população” (DIAS, 1998, p. 233). Ou seja, a apropriação social do espaço em determinado contexto revela ou tensiona relações de poder que não estão necessariamente ligadas à propriedade da terra, mas aos usos e controle de fato exercidos, muitas vezes sem a elaboração de um discurso ou projeto único pelos sujeitos, e assim mesmo reconhecido pelas instituições, conquanto não sejam aprovados. Por ser espaço em uso, de identidades e temporalidades múltiplas, Santos afirma que é preciso pensar o

território como essa acumulação de camadas e não incorrer no erro de, como em algumas representações, homogeneizar os sujeitos que participam de sua construção. O geógrafo insistia na importância do circuito econômico inferior – marcado por atividades de pequena dimensão e em geral de interesse das populações pobres – como profícuo e necessário objeto de análise para entender o espaço urbano, sobretudo em nossas especificidades locais (SANTOS, 2006). Afirma-se assim, junto a Santos e Lefebvre, a importância de observar a coexistência dos conflitos entre a diversidade de classes, mas também internos a elas, que Lefebvre descreve como urbanidade, enquanto indícios de como os sujeitos pensavam o espaço e a si próprios (em detrimento dos outros), em sua relação com a cidade. Segundo ele, a destruição da urbanidade se deu para impedir a ameaça que a democracia urbana – que começava a se esboçar na cidade moderna – representava para os privilégios da nova classe dominante; então, “esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’” (2001, p. 23).

Finalmente, posto que o território, imóvel, mas não fixo, é uma categoria rica para a observação do cotidiano dos sujeitos espoliados, que fazem nesse cotidiano suas reinvenções de existência, como então capturar imagens desse movimento contínuo?

9.2 Um retrato de espaço-tempo

Hontem, o bond a vapor das duas e meia horas da tarde, na rua do Hospício, apanhou uma carroça que conduzia saccas de milho para a casa dos Srs. Cesar Martins e Comp. da rua João Alfredo, estragando a carroça, derrubando as mercadorias ao Tamanduatehy e contundindo levemente o animal da carroça.

A polícia providenciou.²¹⁸

Na pequena notícia do jornal republicano *A Nação* colidem, como que sem condutores, um bonde e uma carroça de milho. Ao contrário dos trabalhadores, implícitos na nota, o proprietário do endereço de destino da carroça é identificado, assim como é identificado também o endereço do acidente, o que insere o rio Tamanduateí no contexto, e suas consequências. Nessa colisão encontraram-se carroça e bonde, mas também dois tempos e diferentes figuras que caminhavam por São Paulo entre os séculos XIX e XX, permeando especialmente a região da Várzea do Carmo.

Apesar de curta, a nota fornece um rico fotograma de um momento do cotidiano da cidade na virada do século: a divisão da rua entre os distintos meios de

²¹⁸ Jornal “A Nação”, 11 de agosto de 1897, p. 1.

transporte, as distintas velocidades, o transporte de sacas de milho por um agricultor ou empregado desse para a região do mercado pela várzea, a presença de animais na região central da cidade e a presença e intervenção policial na zeladoria urbana. A coleção de diversos fotogramas como esse compõem cenas, fragmentárias, por certo, em que podemos encontrar os mesmos personagens em diferentes momentos no mesmo cenário. O critério para a remontagem desses fotogramas, nessa metáfora, é justamente o cenário, o local onde se desenrolam as cenas. Assim, podemos observar, através deles, mas também nos intervalos e ausências entre eles, as alterações nesse cenário e transformações nos personagens, assim como suas relações. Para Monique Félix Borin, “o processo de arreamento e loteamento em São Paulo foi explorado pela historiografia sobretudo a partir de duas perspectivas de análise: os primeiros estudos se debruçaram fortemente sobre a ação e regulamentação do poder público, enquanto os estudos mais recentes se concentraram na ação de agentes privados” (2014, p. 22). Essa pesquisa pretende contribuir em uma terceira via de análise, que trata sim de agentes privados, mas de sua camada composta por sujeitos “comuns”, espoliados no processo de urbanização de seu trabalho e seu quinhão na memória pública.

A Várzea do Carmo não passou por seguidos processos de intervenção e constantes projetos de *melhoramentos* e *embelezamentos* à toa, sendo que a presença do rio e a ligação com a São Paulo “atrasada” representada pelo território aguçaram o interesse em dispor das terras alagáveis e afastar indesejados. Orientar a narrativa histórica a partir do referencial espacial é uma maneira de observar esses sujeitos em sua agência cotidiana, bem como reivindicar esse espaço, na disputa pelo território e por sua memória, como propriedade das pessoas espoliadas.

Espacializar os dados da pesquisa histórica, para Beatriz Bueno,

não é tarefa fácil, implica risco de imprecisão, mas permite aquilatar aspectos invisíveis do processo. Permite também: entrever a sociotopografia urbana e as hierarquias entre espaços mais e menos valorizados; imaginar as motivações que justificaram o investimento na construção, reforma, demolição e reconstrução de prédios para renda de aluguel; [...] (2016, p. 102).

Assim, podemos nos aproximar de aspectos pouco explorados da história do cotidiano, espacializando práticas e sujeitos, aprofundando a investigação sobre sua relação com o território e eventualmente observando padrões que sem o recurso da perspectiva do “voo de pássaro” dos mapas não fosse possível.

Como é comum no desenvolvimento de novas tecnologias, a atualização das técnicas nos permite revisitar antigas e fazer novas perguntas. Como afirmou Zephyr Frank em 2014, acerca da história espacial e das humanidades digitais,

Esta maneira de pesquisa pode nos ajudar a perceber novos padrões, novos processos que não perceberíamos utilizando as fontes tradicionais da história: fontes narrativas, governamentais, judiciais etc. Colocar os dados no espaço e fazer análises de padrões, processos, movimentos dentro do espaço urbano — e aqui eu tenho em mente meu estudo sobre o Rio — possibilita a oportunidade de aprendermos coisas que não saberíamos de outra maneira. As fontes tradicionais não dizem, por exemplo, onde mora exatamente determinado tipo de pessoa; não dizem que em determinada rua havia uma mistura específica de tipos sociais morando e trabalhando no mesmo espaço (FREITAS, 2014, p. 279).

Isso significa que existem ligações que não são percebidas na observação apenas de informações isoladas do espaço, dados sem lugar, sem vizinhança, sem as ligações que possam aparecer nesse tipo de pesquisa, extraíndo dados do coletivo, mas também observando os sujeitos em sua individualidade. Stuart Dunn afirma que as narrativas históricas espacializadas “espalham-se em três grandes categorias: elas podem facilitar a mudança, elas podem documentar experiências pessoais e elas podem afirmar poder” (2019, p. 98, tradução nossa). Ainda segundo esse autor,

A spatial narrative is a system of information which causes, forms or records any human idea of place and its significance. The relations which constitute it can be formed by oral tradition, through gesture, or they can exist as memory. Human-formed landscapes allow for the construction of spatial narratives in different ways, whether these be narratives of power or separation, narratives of association, memory, or narratives of embodiment, involving the restriction or enabling of movement. As noted, the component parts of a spatial narrative can be both quantitatively measurable and qualitatively describable (DUNN, 2019, p. 98).

Para traçar uma “clara geografia dos usos”, tomando emprestada a expressão de Beatriz Bueno (2016, p. 103), optamos por espacializar os dados levantados sobre esses sujeitos, esperando, através desse processo, desvelar padrões de ocupação e sobrevivência. Nessa toada, concordamos com as implicações apontadas por Stuart Dunn, onde o próprio termo “cartografar”

[...]is a fraught and complex one, with overtones of ‘delineation, demarcation, power, imbalance and subjectivity. Mapping as conventionally understood in terms of representing horizontal, linear features on the Earth’s surface, represents that blend of subject and product which, for the purposes of this book (and following Tuan) we will call ‘humanistic place’; but for many of the kinds of humanistic applications referred to above, it is politically, culturally and intellectually unsatisfactory. This is especially so if one takes a definition of mapping

which stresses spatial quantification as a means of reduction for the purposes of navigation, planning and wayfinding of reducing the complexity of the landscape history of place (2019, p. 5).

Entretanto, aplicamos aqui o conceito, como adiantado, no sentido de observação dos dados através de um “voo de pássaro”, detendo-nos quando necessário em um sujeito ou episódio, mas tomando o território como um todo na história da urbanização que ali tomou lugar. O objetivo, além de encontrar-se com sujeitos menos presentes na narrativa hegemônica, é refletir sobre a relação dessas pessoas enquanto grupo com o espaço, refletindo assim sobre o território e a compreensão dos sujeitos históricos sobre ele, sobre si e sobre os outros. Essa captura e comunicação de conhecimentos através de mapeamento, segundo Dunn, representa a capacidade de compreender e reconhecer o mundo como visto desde acima. Citando Michael Goodchild, o autor segue:

spatial literacy is also the ability ‘to recognize and interpret patterns, know that geography is more than just a list of places on the Earth’s surface, see the value of geography as a basis for organizing and discovering information, and comprehend such basic concepts as scale and spatial resolution’ (*ibid.*). This emphasis on the capturing and reception of place reflects the view, advanced above, that the spatial humanities are about the critical observation and understanding of place in human discourse. A better, critical understanding of a world which, as will be seen, is heavily regulated by spatial information, thus depends very much on a better and humanized understanding of spatial data itself (DUNN, 2019, p. 8).

A história espacializada filia-se ao que já foi chamado de SIG-Histórico, pelo uso do instrumental de georreferenciamento em suas práticas historiográficas, mas que, no desenrolar de pesquisas na área, demonstrou que a história dos espaços tem outras potências e ferramentas possíveis, levando historiadores a adotarem o termo *spatial history*. Segundo Ian N. Gregory e Alistair Geddes,

This change is reflected in the fact that the term “historical GIS” – with its clear emphasis on technology – is increasingly being replaced with the term “spatial history,” an expression that stresses doing a form of history that emphasizes geography. A key point about this is that as research within the field has developed, it has become increasingly topic based rather than technology or data based (2014, p. XIV).

É possível, dessa maneira, lançar mão de sistemas de georreferenciamento, mas não só deles, para buscar cartografias possíveis de pesquisas históricas onde o espaço desenvolva papel relevante. No caso do uso do sistema de georreferenciamento, os benefícios se estendem desde a organização e visualização de fontes às potencialidades na análise dessas. Para além deles, a coordenação de técnicas e contextos a partir do território propõe o estudo da história intrinsecamente ligado ao estudo do espaço, e sugere

que esse é um caminho para acessar dimensões que são negligenciadas ou pouco exploradas.

O interesse em democratizar o protagonismo histórico, na medida em que atribui e reconhece agência em sujeitos menosprezados, se estende, nessa pesquisa, também à capacidade de pesquisar, referenciar e criticar a historiografia sobre o tema. Aqui, as ferramentas e escolhas metodológicas, portanto, se associam aos princípios de ciência aberta e colaborativa, testando e aprimorando recursos gratuitos e acessíveis para públicos fora da Academia. A pesquisa une, dessa maneira, recursos de acesso e análise digital de dados históricos que poderiam ser feitos sem aqueles, mas de forma menos precisa e mais onerosa. Realiza uma crítica da documentação assim acessível, e propõe um, de múltiplos, caminho para sua utilização. Além disso, pratica um fazer historiográfico que se faz possível para o público em geral, seja ele ilustrado pela Academia ou não, democratizando o acesso, mas também a análise histórica, questionando o fazer da História Pública enquanto compartilhamento de resultados, mas também dados e ferramentas.

9.3 Universo amostral

Esta pesquisa foi realizada em quase toda sua extensão durante a pandemia de Covid-19, o que impactou em diversos vieses sua concretização. Alguns obstáculos foram parcialmente superados, como por exemplo o acesso a bibliografia, realizado a partir de uma extensa e generosa rede de compartilhamento de graduandes, pós-graduandes e professores, na UNIFESP e outras universidades. Parcialmente, porque mesmo assim não houve acesso a diversas publicações e, como se pôde conferir nas páginas desta pesquisa, alguns livros só foram acessados em suas tiragens e edições mais antigas, o que explica parte da quantidade de publicações com mais de vinte anos citadas. Ainda assim, esse estudo se ressentia da falta de ambientes de troca e construção coletivas, onde a ciência se apoia tanto quanto no levantamento e análise “solitários” de dados.

Da mesma forma, não teria sido possível sem os esforços de digitalização desenvolvidos desde o começo dos anos 2000 pela Biblioteca Nacional. A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) foi um ambiente e instrumento fundamental para o levantamento

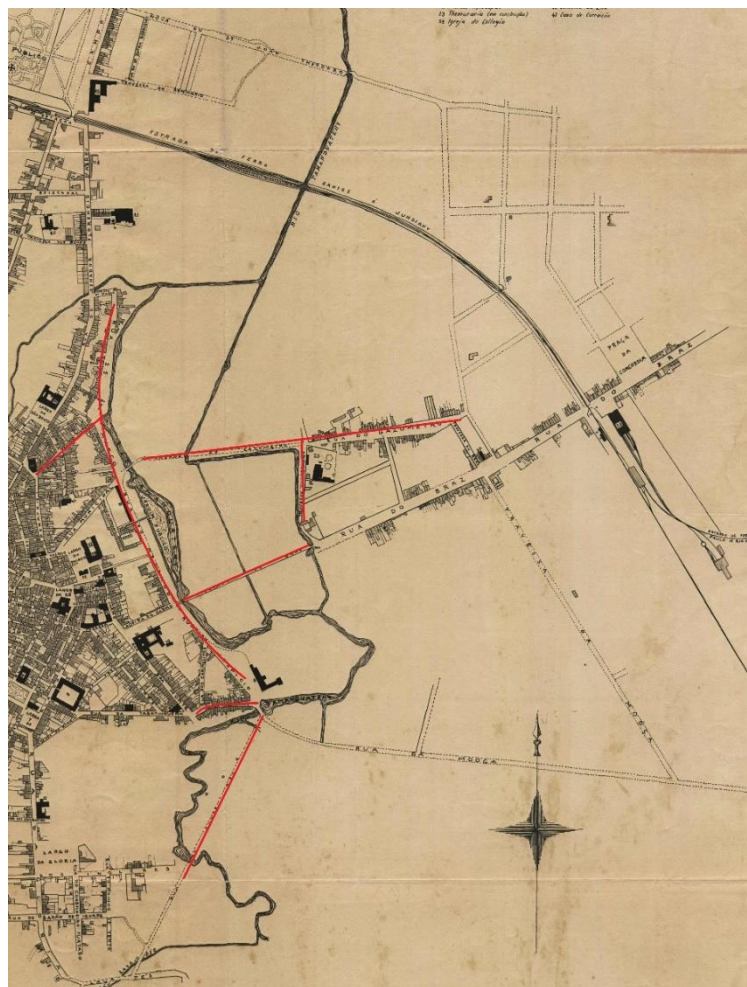
de dados na proporção realizada para esta pesquisa²¹⁹, especialmente em um período de total bloqueio no acesso a arquivos, até hoje não totalmente “normalizado”.

Logo no começo da pesquisa foi possível perceber que o universo de dados era maior que o inicialmente estimado. Assim, nos concentramos, por questões contingenciais, nos jornais em circulação no período disponíveis apenas no acervo digital da Biblioteca. No início desta pesquisa, que coincidiu com o início da pandemia de Covid-19, o acervo do jornal *O Estado de São Paulo* possuía acesso restrito a assinantes – realidade distinta de agora quando finalizamos a escrita. Além disso, dado já imenso espaço amostral disponibilizado pela HDB, optamos por utilizar esse jornal como “controle”, ou seja, verificar notícias selecionadas, pesquisar as ruas selecionadas em uma porcentagem dos resultados do jornal, cotejar informações obtidas em outras fontes etc. Nesse sentido, este jornal é utilizado para as análises finais da dissertação, mas para fins metodológicos são considerados apenas os números dos acervos disponíveis na HDB. Assim, é possível encontrar entre nossas referências, além dos grandes jornais, ocorrências em almanaques comerciais da cidade, alguns jornais populares e folhas específicas para setores da economia ou imigrantes.

Contando com a característica de endereçamento dos *fait divers*, que, como visto, na maior parte das vezes fornecem endereços específicos para as narrativas, mas também com as referências a endereços disponíveis em anúncios, avisos, notas jurídicas etc., foi possível buscar nos jornais especificamente pelos logradouros que nos interessavam, estabelecidos a partir dos caminhos que de alguma forma cruzassem a Várzea do Carmo, de norte a sul e de leste a oeste. A delimitação da região de “várzea” para esta pesquisa foi realizada através da comparação de mapas, a partir de 1870 até o começo do século XX, delimitando como limites a área da região do Pari, ao norte (altura da rua Carlos Nazaré) até os limites do atual parque D. Pedro II ao sul, na altura da rua Teixeira Leite/Viaduto do Glicério.

Figura 10: Cia Cantareira e esgotos. Planta da cidade de São Paulo, 1881 (detalhe com ruas destacadas)

²¹⁹ O projeto Hemeroteca Digital Brasileira, com financiamento da FINEP disponibilizou em 2012 cerca de 7 milhões de páginas digitalizadas de mais de 700 jornais e revistas desde o século XIX, em domínio público, para pesquisa digital.



Nos restringindo a um pequeno número de ruas estávamos conscientes da possibilidade de incorrer em alguma distorção de dados, mas também sabedores de sua representatividade quanto à ocupação da várzea por hábitos e habitações das pessoas espoliadas. Estas ruas foram selecionadas por representarem o universo total das ruas da Várzea do Carmo, ou seja, ruas pré-existentes ao período da pesquisa, ruas que foram abertas no período das intervenções na região, ruas que foram ampliadas, ruas grandes, ruas pequenas etc. Da mesma forma, posto que nosso interesse era a própria Várzea, incluímos no escopo amostral aterrados e aterros. Assim, nosso escopo de “ruas piloto” para esta pesquisa (palavras-chave) foram: 1) rua monsenhor anacleto, 2) rua vinte e cinco de março, 3) rua do hospício, 4) rua frederico alvarenga, 5) rua conde d’eu, 6) rua do glicerio, 7) aterrado do gazometro, 8) aterrado do carmo, 9) ladeira porto geral, 10) travessa do mercado.

Importante notar que a digitalização realizada pela Biblioteca, como pudemos notar na lida com os documentos, não é absolutamente precisa, deixando de anexar alguns resultados que mais tarde foram encontrados “por acaso” durante o processo. Mesmo

assim, entendemos que o volume de dados, e a dificuldade de acessar esses materiais fisicamente, além das limitações físicas de pesquisadores e indexadores humanos, provavelmente incorreriam em maiores distorções.

Tabela 1: base geral de dados por rua e década

	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1919
<i>n. de acervos consultados</i>	95	63	130	53	50
rua monsenhor anacleto	-	27	56	45	193
rua vinte e cinco de março	444	586	133	887	506
rua do hospício	110	278	225	352	1.314
rua frederico alvarenga	-	-	-	13	148
rua conde d'eu	55	90	4	-	-
rua do glycerio/glicerio	-	-	180	175	358
aterrado/aterro do gazometro	3	8	21	41	128
aterrado/aterro do carmo	1	4	3	76	192
aterrado/aterro do braz	52	16	27	13	4
ladeira porto geral	73	240	281	81	146
travessa do mercado	1	7	48	65	119

Lidamos, para o exercício descrito nesta pesquisa, com mais de 1.500 resultados selecionados a partir de quase 8.000 ocorrências. As ruas inicialmente selecionadas foram interpretadas como palavras-chave, sendo o vetor da pesquisa dividido por décadas. Para a primeira seleção entre todos os resultados obtidos na HDB, excluimos resultados repetidos, com poucas informações sobre sujeitos, ilegíveis, presentes em outros periódicos – se não possuísem novas informações para a narrativa – entre outros. Dentro da seleção, as ruas que tiveram nome alterado no período foram buscadas pelos dois nomes, assim como as com variações de grafia, como por exemplo a rua do Glycerio/Glicerio.

Selecionadas as ocorrências, alimentamos um banco de dados organizado por logradouros, ano, n. do imóvel, descrição da ocorrência, categoria e fonte da notícia. Selecionando as ocorrências localizáveis a partir do interesse da pesquisadora e dados disponíveis – ocorrências como “moradores reclamam do lixo”, ou de obras nas ruas, por exemplo, não foram cartografadas. Para o posterior processo de georreferenciamento foram incluídas novas colunas de localização, como nome atual da rua, intervalo de numeração etc.

Vale o registro também de que todo o processo de pesquisa realizado “na unha” pela pesquisadora poderia ser realizado – com recursos e conhecimento – por um software de raspagem de dados. Com esse recurso, o levantamento de ocorrências que levou meses,

pode ser realizado em dias, gerando banco de dados personalizáveis com infinitas possibilidades. Assim, as implicações e desvios encontrados nessa pesquisa quase analógica podem ser facilmente contornados em um esforço de cartografia que mobilize essas possibilidades, mas, como apontado pela Professora Maria Luiza de Oliveira na defesa desta dissertação, a relação “braçal” com as fontes possibilitou maior intimidade com os resultados obtidos.

9.4 Estratégia e processo de georreferenciamento

A cartografia histórica é uma ciência de estimativas. Apesar de entender-se mais como uma “especialização da História”, esta pesquisa realizou um esforço de cartografar os hábitos e habitações em pontos e áreas específicos, que não correspondem aos pontos exatos que provavelmente ocuparam em sua época, mas são úteis para visualização, ilustração e análise. Incorrendo em várias tentativas e erros, essa seção da pesquisa, de todas, é a mais inacabada justamente por suas possibilidades, pouco exploradas e sujeitas a falhas computacionais além das humanas.

Além do uso intenso da HDB, também nos utilizamos da linguagem de programação de estatística R em ambiente RStudio para analisar e converter os dados em camadas cartográficas. A linguagem R, bem como o software RStudio são gratuitos e *opensource*. Essa linguagem foi utilizada para gerar um *script* – roteiro a ser executado pelo computador – de ações utilizando o banco de dados organizado em uma planilha Excel piloto. Utilizado para análises de *Big Data*, as funcionalidades de *script* da plataforma poderiam abarcar um universo de resultados ainda maior. Essa análise automatizada só foi possível por acreditarmos na ciência colaborativa e podermos contar com a perícia e generosidade de Aquiles Coelho Silva, parceirinho cria da zona sul de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas e mestre em planejamento urbano na UFRJ.

O banco de dados piloto foi então padronizado a partir de e mantendo as informações originais. Para isso foram criadas variáveis de controle e informação padronizada (por exemplo EndereçoGerado, Controle, ID e CATEGORIA) para melhor localização e manipulação da base de dados. Em seguida, para encontrar os endereços a serem buscados a partir da base cartográfica atual, utilizamos a API do Google de

Geocoding, API MAPS²²⁰. Utilizando esta API nos foi possível transformar endereços em pontos de latitude e longitude, necessários para a plotagem dessas informações em programas de edição cartográfica com sistemas de georreferenciamento (SIG), como o QGis, plataforma *opensource* utilizada nesse projeto.

Para estabelecer quais seriam esses endereços utilizamos estratégias múltiplas: alguns deles foram localizados com maior precisão a partir da descrição contida nos textos das ocorrências, por exemplo “esquina com rua do gasômetro” ou “próximo ao Largo da Santa Cruz”. Esses foram chamados nos mapas de **localizados**, e destacados em vermelho. Para os outros, utilizamos a estratégia de designar os pontos com base nas quadras às quais eles pareciam estar inseridos, orientados pelos indícios descritos anteriormente. Assim, utilizamos de comparação entre grandezas – regra de três – tendo em vista os endereços numerados encontrados para cada quadra, para depois os “atualizarmos” (ou substituírmos) por números com lastro na atual numeração da quadra, buscada posteriormente com o API MAPS. Assim, endereços que nas décadas de 1980, 1910 e 1920, por exemplo, estariam numerados como 2; 50 e 70, poderiam passar a ser 2; 30 e 45, caso a quadra em questão tivesse como intervalo designado os números 1 a 50.

Muitas ocorrências listadas se passaram exatamente no mesmo logradouro – número e rua – na mesma década ou em décadas posteriores, fazendo com que na visualização essas coincidências aparecessem com os pontos sobrepostos, dificultando uma visualização global. Então, para facilitar a visualização cartográfica, aplicamos uma técnica de aleatorização dos pontos duplicados, chamados no mapa de **redistribuídos**.

Para isso, utilizamos diferentes técnicas: a) para os pontos em geral utilizamos uma variação aleatória de “0,0005” em suas coordenadas de latitude e longitude, variação de até 50 metros. As camadas que podem ser visualizadas nos mapas foram feitas a partir dos pontos **redistribuídos**, buscando privilegiar a visualização. Mesmo assim, é possível visualizar, para comparação, os pontos **gerados** automaticamente a partir do banco de dados e os pontos **redistribuídos** em diferentes visualizações, dimensionando a quantidade de ocorrências por localização.

No caso específico da região de várzea chamada de Várzea do Carmo/Aterrado do Gazometro/do Braz nos jornais, utilizamos b) uma técnica de redistribuição para que os pontos se mantivessem na região historicamente ocupada pela área alagável da várzea,

²²⁰Disponível em: <https://developers.google.com/maps/documentation/javascript/geocoding?hl=pt-br>. Acesso em 02/08/23.

hoje tomada por viadutos. Para estimar essa área, por limitações técnicas, utilizamos como base o mapa de São Paulo em 1930, disponibilizado no GeoSampa. O método utilizado foi uma triangulação visual com dois pontos além do original, considerando o Pq. Dom Pedro II como correspondência atual.

Finalizada a padronização do banco de dados piloto, as tabelas geradas a partir desse *script* foram utilizadas para de fato cartografar os pontos. A localização traduzida em latitude/longitude foi utilizada para plotar os pontos no mapa, tendo por base os mapas atuais Open Street Maps e Stamen Toner, em conjunto com as bases *rasters* do município de São Paulo disponibilizadas no GeoSampa e através do projeto Pauliceia 2.0.

As camadas foram estabelecidas a partir da combinação de colunas do banco de dados que categorizavam as ocorrências. Assim, algumas delas podem estar presentes – duplicadas – em diferentes camadas, como “casos de polícia” e “botequins”, por exemplo.

Por fim, foram encontradas algumas dificuldades em plotar para impressão os mapas com as feições completas. Esses mapas serão transformados em camadas, disponibilizadas na plataforma Pauliceia²²¹, visualização interativa que resolve, por exemplo, a visualização dos pontos do mapa limitada pela impressão e plotagem. Ainda em fase de resolução, essa questão foi parcial e temporariamente resolvida com a criação de um mapa interativo hospedado na plataforma *opensource* de hospedagem de código-fonte e arquivos GitHub no endereço <https://aquilescs.github.io/MapaRuasCarou/>²²².

Nesse mapa interativo todas as camadas possuem as informações chave retiradas do mesmo banco de dados. Todos pontos separados em camadas têm um conjunto maior de informações disponíveis mediante localização – clicando sobre os pontos. Informações da descrição de cada uma das ocorrências podem ser buscadas pelo ícone de binóculo, enquanto pelo ícone de lupa é possível buscar por endereço atual. Apesar de apresentar a maior parte das informações, o campo “ocorrências”, onde de fato é descrito o conteúdo do evento listado possui limite de caracteres, fazendo do banco de dados o único local onde se pode buscar e encontrar todo o conteúdo da pesquisa.

²²¹ Plataforma colaborativa de ciência aberta que tem o objetivo de fazer o mapeamento da história de São Paulo no período de 1870 a 1940, buscando assim investigar e implementar de forma mais ampla o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) em pesquisas históricas

²²² Testes apontaram que, devido a alguns *bugs* do sistema, o mapa performa melhor em Firefox/Mozilla.

9.5 Ilustrações

Durante o processo de higienização e urbanização da Várzea do Carmo muitas imagens foram produzidas, fossem charges ou fotografias do território. Não são escassos, portanto, registros visuais da região estudada. Algumas dessas imagens são reproduzidas ao longo deste texto, priorizando sempre a apresentação de imagens pouco veiculadas da região, como fotografias do Fundo Paula Souza ou reproduções de fotografias dos impressos utilizados como corpo documental deste trabalho.

Além disso, as ilustrações encontradas ao longo desta dissertação, de autoria do artista visual Bruno Perê, incorrem como um suporte e complemento ao texto. Essas ilustrações foram elaboradas por Perê através de um processo criativo que incluiu flunar pela várzea, conhecer e interagir com personagens atuais do território e recorrer a referências das imagens já produzidas ao longo da História. Essa estratégia foi utilizada como uma forma de evidenciar detalhes de imagens já embotadas de tanto reproduzidas, mas também vincular de forma atemporal esses sujeitos que constroem o território da várzea, em outros e nesses tempos. A fotografia de senhoras na região do mercado, registrada por Vincenzo Pastore há cem anos atrás encontra eco nas mulheres pobres que hoje circulam pela mesma região, da mesma forma carregando sacolas com produtos para revender ou alimentar sua família. O mesmo acontece com os cortiços que são boa parte da moradia das pessoas espoliadas que trabalham na região central e voltam para a várzea para dormir, ou nos vendedores de ervas que resistem com seus saberes e barracas de plantas, hoje na margem da avenida, ontem na margem do rio.

Essa presença não nos mostra que a História não caminhou, tampouco que ela se repete, mas justamente que a disputa pelo território, para essas pessoas, se dá no nível do corpo, da existência e resistência em um território que todo o tempo tenta se tornar hostil, mas que acaba por reforçar a necessidade da presença destes que reinventam no cotidiano as formas de manter esse mesmo território em funcionamento.

CONCLUSÃO: Um rio que ordena a vida ou Quem disse que não havia ordem?

*Vai cuidar de sua vida, diz o dito popular
Quem cuida da vida alheia da sua não pode cuidar
Crioulo cantando samba era coisa feia
Esse negro é vagabundo, joga ele na cadeia
Hoje o branco está no samba, quero ver como é que fica
Todo mundo bate palmas quando ele toca a cuíca
Vai cuidar de sua vida, diz o dito popular
Quem cuida da vida alheia da sua não pode cuidar
Negro jogando pernada, mesmo jogando rasteira
Todo mundo condenava uma simples brincadeira
E o negro deixou de tudo, acreditou na besteira
Hoje só tem gente branca na escola de capoeira
Vai cuidar de sua vida, diz o dito popular
Quem cuida da vida alheia da sua não pode cuidar
Negro falava de umbanda, branco ficava cabreiro
Fica longe desse nego, esse nego é feiticeiro
Hoje negro vai à missa e chega sempre primeiro
O branco vai pra macumba e já é babá de terreiro*
Geraldo Filme, “Vá cuidar da sua vida”, São Paulo, 1980

As pedras que calçam as ruas da cidade, os chás que por muito tempo curaram moléstias ou acalmaram pessoas aflitas, o trabalho de manutenção da vida dentro e fora do espaço doméstico por muito tempo foi – é – realizado por pessoas empobrecidas, espoliadas da mais valia de seu trabalho tanto quanto de sua participação na construção da cidade e memória sobre ela. Pessoas empobrecidas, pois o conceito que as qualifica como pobres advém de uma métrica que considera acúmulo, produtividade e destruição de outras vidas como marcador de sucesso pessoal e econômico.

Espoliadas em vida e sujeitas à morte do esquecimento, levada a cabo hoje em dia inclusive por quem parece defender hábitos e habitações que antes foram tomados dessas pessoas. Do parto em casa à “vida natural”, passando pelo conjunto de crenças e reminiscências culturais, o que antes foi perseguido e estigmatizado hoje pertence a uma memória coletiva que se desfaz dos mesmos sujeitos, ou permite que esses pertençam a apenas um grupo de pessoas.

A tentativa de espacializar esses sujeitos, realizada por esta pesquisa, mostra que a história da cidade de São Paulo está profundamente ligada não só ao trabalho realizado por esses animais humanos e não-humanos, mas às suas crenças, rituais cotidianos, hábitos e habitações. O microcosmo de vida “popular” estabelecido na região da Várzea

do Carmo é habitado pela diversidade de sujeitos que construíram a cidade como um todo, o que também mostra as particularidades de um território e pessoas estigmatizadas.

Essa história, cheia de falhas por culpa da historiadora que a redige, mas cheia de brilho graças a suas personagens, é mais uma história de luta, perseguição e morte, mas também de criatividade, comunidade e resistência. Algumas marcas históricas da Várzea do Carmo, como o acúmulo de lixo, incentivado pela municipalidade em alguns períodos, foram deliberadamente ignoradas, para que nosso tempo e volume de páginas pudessem apresentar casos e se debruçar sobre outras questões e criaturas menos explorados pela bibliografia hegemônica. Esperamos ter logrado esse intento.

As tentativas de ordenação da várzea buscaram “ordenar” um território, como hoje se busca “revitalizar” a região central da cidade, como se aqui não houvesse ordem ou vida. Sabemos, no entanto, que desanuviando o olhar nublado pelo progresso é possível enxergar, ontem e hoje, pessoas vivendo em comunidade e ordenando sua vida a partir de valores e intenções distintas do projeto hegemônico. Como se pode ver no texto tanto quanto em uma caminhada na região atualmente, tiveram seus frutos e fizeram suas vítimas, mas nunca foram levadas à cabo totalmente a contento.

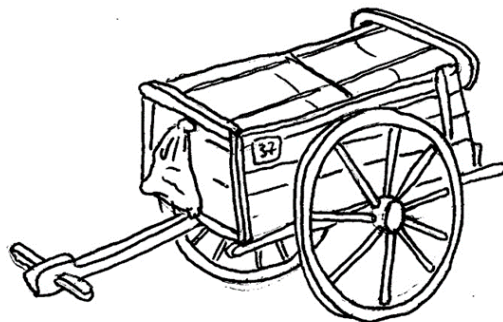
Encontrar um vendedor de peixes na esquina de uma avenida movimentada pode parecer absurdo, mas absurdo é o processo que transformou o rio em avenida. A permanência desse sujeito e sua prática mostra a teimosia de um povo que precisa passar por muito para se desprender de hábitos, habitações, território e comunidade, o que por sua vez demonstra como a cultura pobre, popular, racializada persiste a despeito de todas as tentativas de apagamento e extermínio.

Como conta a versão da história da cidade espalhada pelo projeto História da Disputa²²³, o qual fundei e ainda construo com outras pessoas educadas pela rua tanto ou mais quanto pela Academia, o projeto urbanista de São Paulo é um projeto de extermínio da natureza não-humana, da diversidade e da pobreza, e se hoje permanecemos nessas ruas é porque não perdemos, pelo contrário, seguimos vencendo todo esse tempo.

²²³ História da Disputa: Disputa da História é um projeto multidisciplinar dedicado à pesquisa, produção e difusão de conteúdo historiográfico orientado a partir da “História dos vencidos”, ou seja, a partir de documentos, testemunhos, memórias e dinâmicas produzidas por atores sociais geralmente ignorados pela história tradicional. Para isso, a metodologia inclui a ocupação de espaços públicos com a finalidade de propor um debate com as pessoas participantes que abarque seus conhecimentos e experiências afetivas, buscando, através dessa partilha, interferir ativamente nos usos e construções desses espaços e disputar a narrativa hegemônica que os define (www.historiadadisputa.com).

FONTES/PERIÓDICOS

A Cigarra
A Constituinte
A Gazeta
A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate
A Nação: Órgão do Partido Republicano Federal
A Província/O Estado de São Paulo
A Tribuna
A Tribuna do Braz
Almanach da Provincia de São Paulo
Almanach Paulista
Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial
Almanak do Estado de São Paulo: Administrativo, Commercial e Profissional
Almanak Historico-Literario do Estado de São Paulo
Casa do Diabo
Correio Paulistano
Diário de São Paulo
Diario Español
Gazeta Artistica
GL'Italiani in San Paulo
IL Lavoro : pubblicazione settimanale del centro d'immigrazione e lavoro
Ilustração de S. Paulo
Indicador de São Paulo: Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial,
Ilustração Paulista
Jornal do Operario (SP)
La Birichina
Lavoura e Comércio
L'Italia
Novo Almanach de São Paulo: Para o Anno de 1883
O Combate
O Commercio de São Paulo
O Criador Paulista
O Democrata Federal: Folha Diaria Destinada á Defesa do Principio Democratico Federativo (SP)
O Furão
O Graphico: revista mensal de artes, sciencias, litteratura e variedades
O Início: periodico litterario e artistico
O Mercantil
O Reporter
O Sacy
O Trabalho órgão tipográfico
O Ypiranga
Panoplia
Perdão, Amor e Caridade
Santos Comercial
Sentinella da Monarchia
Verdade e Luz



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Paul. O centro da cidade sugere certos aspectos de Londres. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981.
- Americano, Jorge. "São Paulo naquele tempo (1895-1915)". São Paulo: Saraiva. 1957.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- ANCHIETA, José de. Cartas inéditas: Carta fazendo a descrição das innumeras coisas naturaes, que se encontram na provincia de S. Vicente hoje S. Paulo seguida de outras cartas ineditas escriptas da Bahia. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4683/1/000600_COMPLETO.pdf. Acesso em 02/08/23.
- ANGATU, Casé/DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915). 4 ed. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 2017.
- APROBATO FILHO, Nelson. O couro e o aço: sob a mira do moderno -: a "aventura" dos animais pelos "jardins" da Paulicéia, final do século XIX / início do XX. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ARIÈ, Philippe. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROS, Maria Pais de. No Tempo de Dantes. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BENJAMIN, Walter. Parque Central. KOTHE, Flávio (trad. e org.). Walter Benjamin: Sociologia. São Paulo: Ática, 1991.
- BLUE, Ice; BROWN, Mano; OLIVEIRA, T. Roberto; WAINER, João. Extra do DVD "Mil trutas, mil tretas". Sindicato Paralelo Filmes, Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=slwalSi03g8>. Acesso em: 02/08/2023.
- BARBOSA, Pe A. Lemos. Pequeno Vocabulário Tupi-Português Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- BORIN, Monique Félix. A Barra Funda e o fazer da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920). Mestrado, USP: 2014.
- BORIN, Monique Félix. Liberdade, um bairro negro paulistano? Reverberações políticas dos embates pela memória da escravidão. Anais Seminário Salvador e Suas Cores – Arquiteturas Afro-brasileiras. Faculdade de Arquitetura - UFBA, 23 a 25 nov. 2017.
- BORIN, Monique Félix. Os passeios da rua Barão de Iguape: disputas na implementação dos equipamentos viários em São Paulo no fim do século XIX. ANAIS DO MUSEU PAULISTA, v. 27, pp. 1-23, 2019.
- BORIN, Monique Félix. A cidade dos botequins: comércio, trabalho e lazer na capital paulistana (1900-1910). In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- BRASIL, Bruno. Correio Paulistano, Hemeroteca. 18. nov. 2015. Site Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-paulistano/>.
- BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. V. 3: a metrópole do café (1872-1918) e São Paulo de agora (1919-1954). 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- BUENO, Beatriz. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 4, pp. 99-130, 23 ago. 2016.
- CANTON, André. L. Preservação contraditória no centro de São Paulo: degradação das Vilas Preservadas na Baixada do Glicério no contexto da Renovação Urbana (Operação Urbana Centro). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, 2007.
- CERASOLI, Josianne Francia. Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania na passagem do século XIX para o XX. Tese (Doutorado) – IFCH-UNICAMP, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 2, 1971.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA XAVIER, Eliana; FONTOURA, Glaucia Maria Dias. Negras Minas: o sentido do trabalho para as mulheres negras. Identidade!, São Leopoldo, v.18 n. 3, ed. esp., p p. 425-440, dez. 2013.
- CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- CRUZ, Heloisa de Faria. Mercado e Polícia — São Paulo 1890-1915. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ ago. 1987.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. Revista Educação em Debate, Fortaleza, Ano 32, v.1, n. 59, pp. 25-40, 2010.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. Revista de História: nova série, São Paulo, USP, n. 112, 1983
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Brasiliense, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Projeto História, São Paulo, v. no 1998, n. 17, pp. 223-258, 1998.
- DINIZ, Firmo de Albuquerque. Já ninguém sai à janela para ver o carro que passa. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981, pp. 87-92.

- DUNN, Stuart. *A History of Place in the Digital Age*. Londres: Routledge, 2019.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Olojá: Entre encontros: Exu, o senhor do mercado. *Das Questões*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAUSTO, Boris. *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1908-1928*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. *Cuerpos extraños en la intimidad del hogar: las empleadas domésticas en el Brasil de la primera mitad del siglo XX*. In: VALLEJO, Gustavo. *Derivas de Darwin: cultura y política en clave biológica*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2010.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo dos fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscencias paulistanas*. São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., 1921.
- FREITAS, Frederico. *Spatial History e Humanidades Digitais, uma entrevista com o brasilianista Zephyr Frank*. *Revista História e Cultura*. Franca-SP, v.3, n.1, pp. 375-393, 2014.
- FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. In: DEL PRIORE (org.). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 510-553
- FORTTI, Eduardo Luiz. *A cidade de São Paulo, os trabalhadores e a natureza no final do século XIX e começo do XX*. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Guarulhos, 2019.
- GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GONÇALVES, Kleyton Rattes. *Das encruzilhadas: as categorias tempo-espço em rituais e cosmologias*. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, pp. 176-199, maio/ago. 2017.
- GREGORY, Ian. N.; GEDDES, Alistair. *Toward spatial humanities: historical GIS and spatial history*. Indiana University Press (ebook), 2014.
- GUIMARÃES, Valéria. *Notícias diversas: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez*. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.
- GUIMARÃES, Valéria. *Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, pp. 323-349, jun. 2007.
- GUIMARÃES, Valéria. *Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais*. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul./dez. 2014.
- GUIMARÃES, Valéria. *Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX*. *Revista ArtCultura*, v. 11, n. 18, p. 227-240, jan./jun. 2009.
- HOEHNE, F. C. *Os que vendem os hervanários da cidade de São Paulo*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado, Casa Duprat, 1920.

KALAPALO, Ysani. Como os ÍNDIOS chamavam o BRASIL antes dos Portugueses chegar? YouTube, 5 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjrZug5GZRQ>

KNOWLES, Anne Kelly. Placing History: How Maps, Spatial Data and GIS are Changing Historical Scholarship. California: ESRI Press, 2007.

LAGUARDIA, Rafael Martins Oliveira. História georreferenciada e a categorização de informações. Educação em foco, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, pp. 553-570, Mai/ago 2019.

LAUAND, Jean. O que continua, se não é mais? Revista Língua Portuguesa. Dez./2011. Disponível em: <https://www.jeanlauand.com/LPo68.htm>. Acesso em 02/08/2023.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção. (tradução da 1ª parte de *La survie du capitalisme*). Porto: Escorpião, 1973.

LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 462-478.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCCHESI, Bianca Melzi de Domenicis. Nos Fundos da Sociabilidade: Usos e Funções dos Quintais Populares Paulistanos no Final do Século XIX e Início do XX; Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

MANZONI, Francis. Mercados e feiras livres em São Paulo: 1867-1933. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

MARX, Marx; ENGELS, Frederick. Selected Works in Three Volumes: Volume Three. Progress Publishers: Moscow, 1977.

MARÇAL, Gabriela. Mooca tem maior aumento de população de rua entre bairros de SP: 170%. Metropoles.com, 25/01/2022. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/mooca-tem-maior-aumento-de-populacao-de-rua-entre-bairros-de-sp-170>. Acesso em: 02/08/2023.

MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; FERREIRA, Renata Rivera; TOLEDO, Maria Cristina Ferraz de. Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis. São Paulo: Moderna, 1997.

MATOS, Maria Izilda de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). Cadernos Pagu, Campinas, n. 4, jan. 2008, pp. 97-115.

MEZZALIRA, Isabel Maria Alves; FLANDOLI, Ornella Regina. O Hospício de Alienados da Província de São Paulo. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 51, dez. 2011. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia02/>. Acesso em 02/08/2023.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

PAIS DE BARROS, Maria. Rodavam, aos solavancos, as três únicas seges da cidade. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e

visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981, pp. 83-84.

PEREIRA DE SOUZA, Everardo Valim. Triste e monótona a cidade de São Paulo. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981, pp. 99-102.

PENTEADO, Jacob. Belenzinho, 1910: Retrato de Uma Época. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Quem não é visto, não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pixação, Cadernos de Arte e Antropologia [Online], Vol. 1, n. 2 2, 2012.

PISANI, Maria Augusta Justi. Taipas: A Arquitetura de Terra. Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, pp. 09-15, jan.jjun. 2004.

PORT, Andrew. History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, 2nd edition, vol. 11, 2015, pp. 108-113.

RAFFARD, Henrique. Um centro industrial cada vez mais importante. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981, pp 103-108.

REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo. Vila, Cidade, Metrópole. São Paulo: FAPESP, 2004.

RIBEIRO, Vanessa Costa. Várzea do Carmo a Parque Dom Pedro II: de atributo natural e artefato - Décadas de 1890 a 1950. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RONCADOR, Sônia. O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida. Luso-Brazilian Review. 44.1, Spring 2007.

RONCADOR, Sônia. Histórias paranóicas, criados perversos no imaginário literário da Belle Époque tropical. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 29, p. 127-140, 2011.

RONCADOR, Sônia. As criadas de Júlia. The “Other” 19th Century International Conference. Department of Spanish and Portuguese, University of Wisconsin-Madison, 21st-23rd of April, 2005.

ROSEMBERG, André. De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Edusp, 2010.

ROSEMBERG, André. As políticas de segurança pública nos 'primórdios': A Força Pública e a lei em São Paulo (1870-1901). Estudos de Sociologia (São Paulo) , v. 17, pp. 353-373, 2012.

- ROSEMBERG, André. Para quando o calo aperta? os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império. *Locus (UFJF)*, v. 15, p. 77-90, 2009.
- RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo. São Paulo: Senac/SP, 2004.
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. Território e dinheiro, *Revista GEOgraphia*. Niterói: programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, v.1, n.1. pp. 7-13, 1999.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 54, n. 2, pp. 21-22, out. 2002.
- SANTOS, M. S.; SILVEIRA, M.L. Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Entre a Lei e o arbítrio: Ordem Pública e Poder de polícia em São Paulo (1890-1920). *Locus: Revista De História* n. 13 v. 1. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20659>.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920). *Locus (Juiz de Fora)*, Brasil, v. 11, n.20/21, pp. 33-50, 2005.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criminalizando a pobreza: implicações entre ação policial e polí-ticas médicasanitárias em São Paulo (1890-1920). *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/308>. Acesso em: 2/08/23.
- SANTOS, Fabio Alexandre dos. Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. 2006. 364p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- SCHMIDT, Afonso. São Paulo de meus amores. São Paulo: Clube do livro, 1954.
- SESSO JUNIOR, Geraldo. Retalhos da velha São Paulo. São Paulo: Maltese, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. *Revista USP*, São Paulo, v. set./nov 2004, n. 63, pp. 16-35.
- SILVA, Luiz Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.
- SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular; IN CHARNEY, Leo; R. SCHWARTZ, Vanessa (org). O cinema e a invenção da vida moderna. Trad Thompson, Regina. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 2001.
- SIQUEIRA, Lucília. Os hotéis nas proximidades das estações ferroviárias da cidade de São Paulo (1900-1917). *Revista de História, FFLCH-USP*, SP, n. 168, pp. 414-442, jan/jun.2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A história do Direito do Trabalho no Brasil. Curso de Direito do Trabalho, Vol. I – Parte II. São Paulo: LTr, 2017.

TELLES, Lorena Feres da Silva. Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

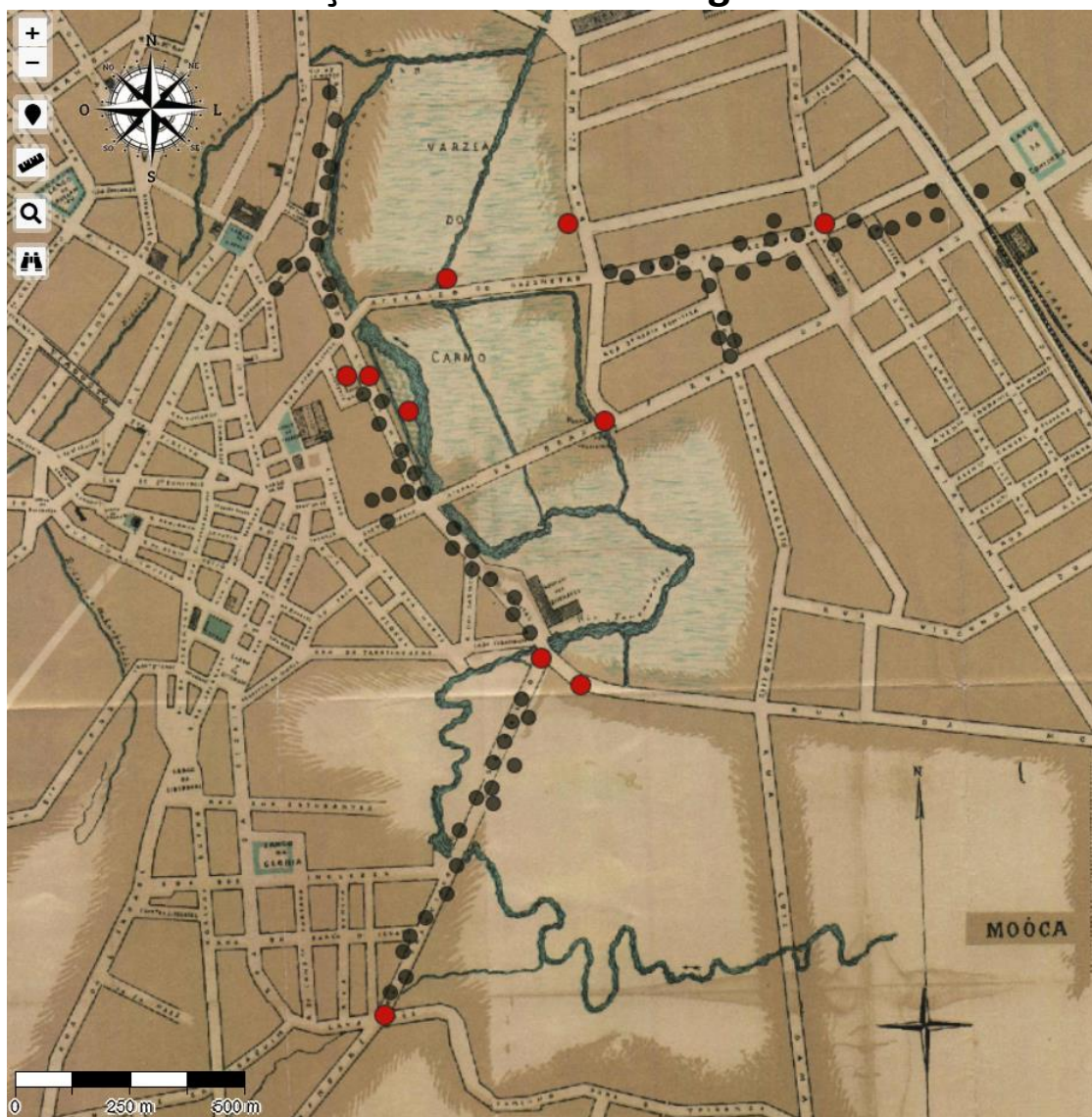
WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998.

ZAGNI, R. M. Uma Análise Iconográfica de São Paulo “Várzea do Carmo, c. 1862” Lab. De Estudos sobre a Intolerância – FFLCH/USP. São Paulo, 2004.

ZALUAR, Antonio Emilio. A cidade é triste, monótona, quase desanimada. In: BRUNO, Ernani Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981, pp. 77-80.

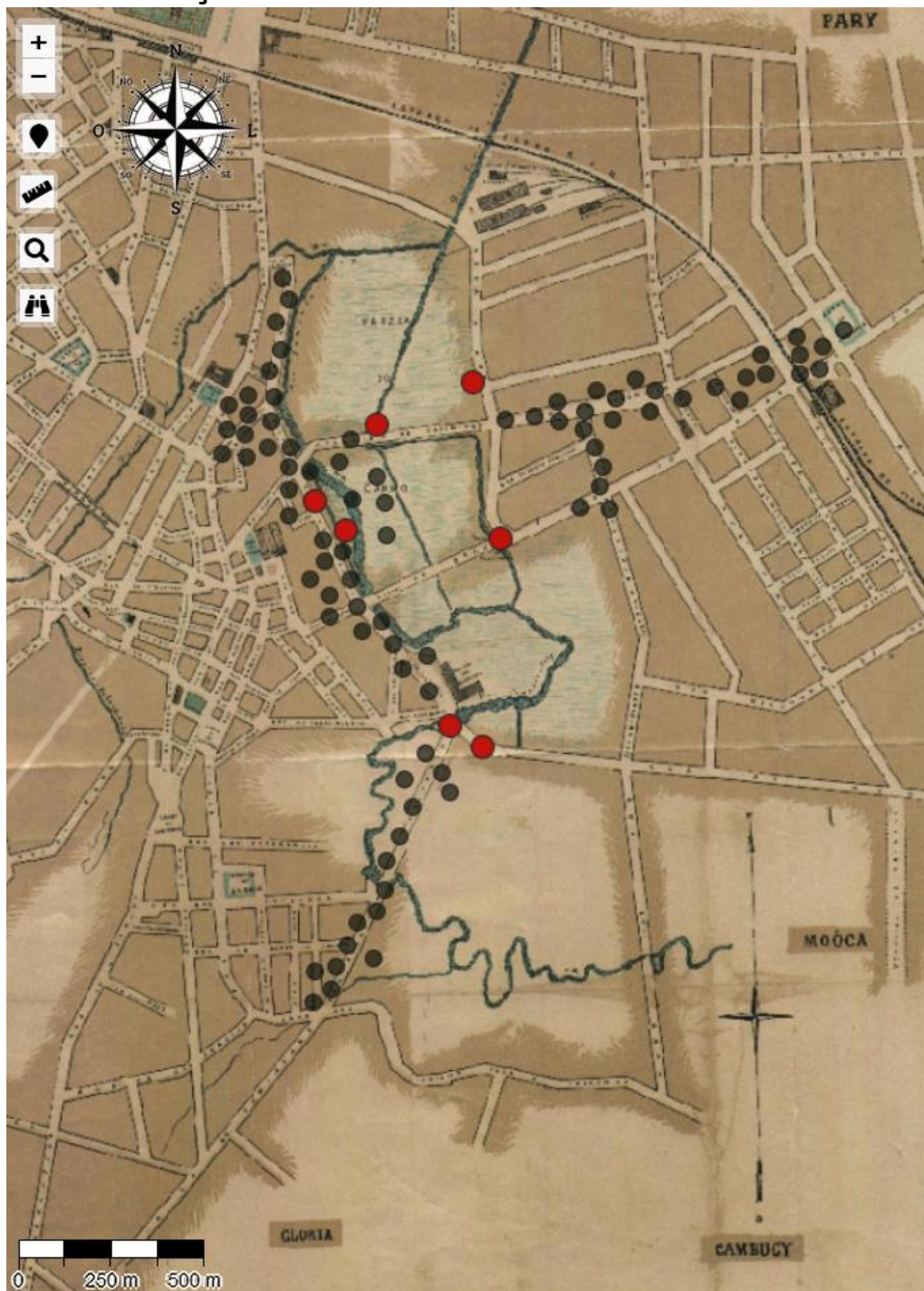
MAPAS

Feição das ocorrências geradas



PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO
Organisada sob a direcção do Dr Gomes Cardim
– 1897 –
Escala de 1:20.000.

Feição das ocorrências redistribuídas



PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO
Organisada sob a direcção do Dr Gomes Cardim
– 1897 –
Escala de 1:20.000.

Feição das ocorrências geradas



Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados
 Prefeitura de São Paulo-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
 – 1924 –
 Escala de 1:30.000.

Feição das ocorrências redistribuídas



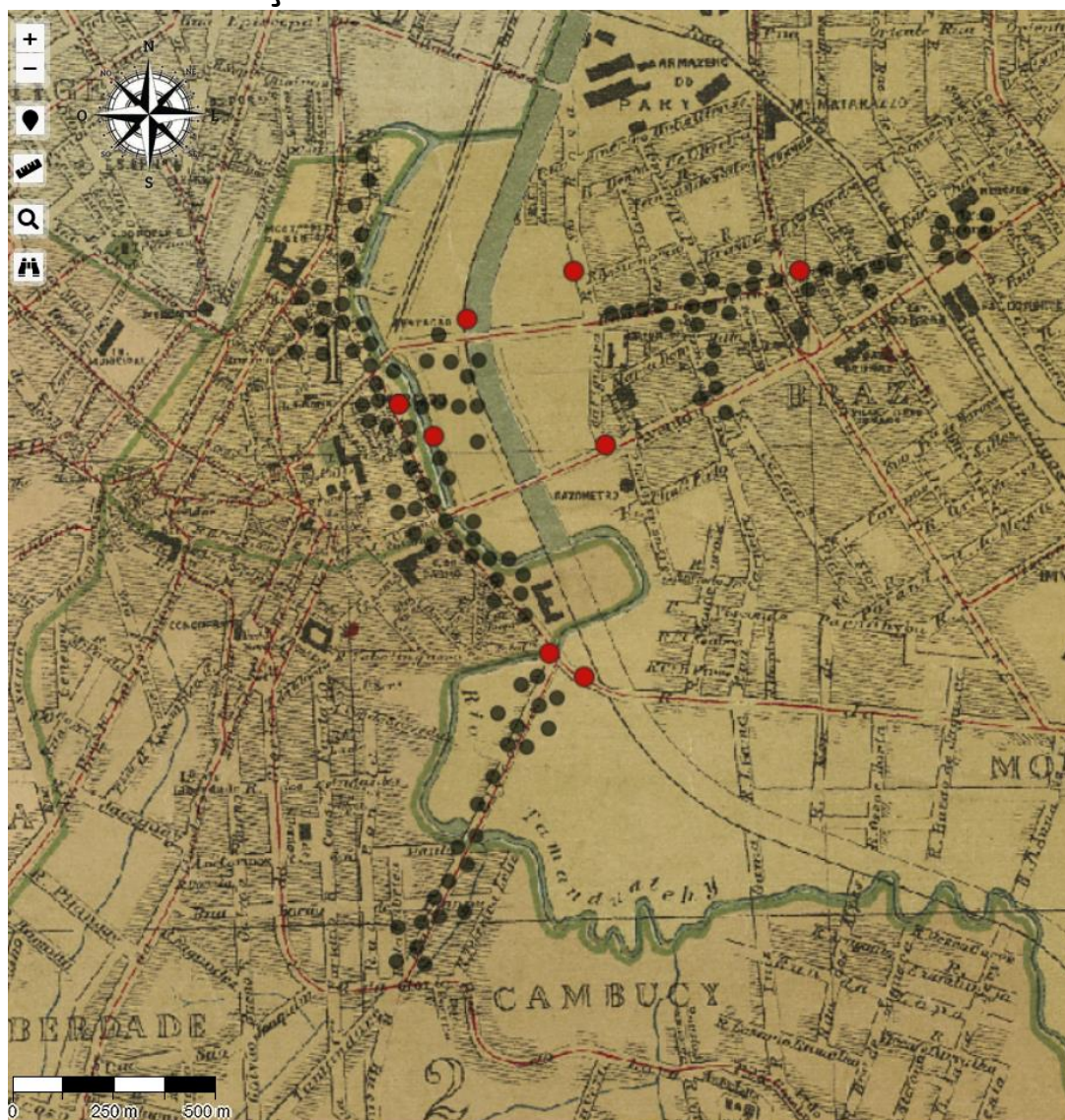
Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados
Prefeitura de São Paulo-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
– 1924 –
Escala de 1:30.000.

Feição das ocorrências **botequins**



Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados
Prefeitura de São Paulo-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
– 1924 –
Escala de 1:30.000.

Feição das ocorrências redistribuídas



Planta geral da cidade de São Paulo
Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso Costa
– 1905 –
Escala de 1:20.000.

Feição das ocorrências redistribuídas



Planta da cidade de São Paulo
Companhia Cantareira de Esgotos
– 11861 –
Escala de 1:1.000.

REFERÊNCIAS SENSÍVEIS



Caminhão de “desfazimento” da Prefeitura de São Paulo, responsável por destruir barracos de moradores de rua na pandemia.
Foto da pesquisadora, 2020.



Homens debulham feijão na praça Fernando Costa, em frente ao Pq. D. Pedro II.
Foto da pesquisadora, 2023.



Venda de peixes na rua, em frente ao antigo Quartel do 2º Batalhão da PM.
Foto da pesquisadora, 2023.



Tia Maria e Claudinei compram
frutas de um vendedor
ambulante embaixo do Viaduto
Alcântara Machado.
Foto da pesquisadora, 2021.

PROCESSO LEGAL VILADO						
Legislação	Nº	Data	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea Item
Decreto	48832	17/10/2007	1			
Decreto	48832	17/10/2007	2			

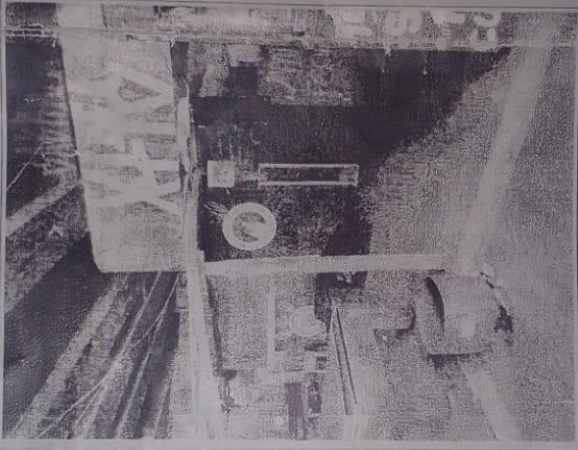
AUTO DE INTIMAÇÃO

Fica V. Sª INTIMADA a desocupar imediatamente a Área Municipal. Na conformidade dos Artigos 1º e 2º do Decreto Municipal nº 48.832, de 17 de outubro de 2007.

OBSERVAÇÕES

Comando:

FOTO DO LOCAL/ CROQUI

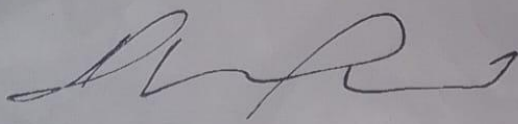


ATENDIMENTO

Para maiores informações, favor contatar a Prefeitura Regional MOOCA, sito a Rua Taquari 549 - Mooca, no horário de atendimento público, das 08:00:00 às 17:00:00, de 2ª a 6ª feira.

ASSINATURAS

AGENTE VISTOR
 Nome: Eduardo Royales Verriano
 PL: 4952/2012



Assinatura

INSERIDOR
 Nome: Henrique Almeida
 PL: 4952/2012

Impossibilidade de coletar assinatura

Assinatura

Emido em: 12/05/2023 às 10:20

X451 UVW0 4012 U174

Multa de Comércio ilegal de bebidas em bar localizado na ocupação de moradores de rua sob o Viaduto Alcantara Machado.
Foto da pesquisadora, 2023.